

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

"Políticas e Práticas Organizacionais em Turismo: Um Olhar sobre o Planeamento Estratégico na Zona do Regolfo de Alqueva"

**Dissertação de Mestrado apresentada por:
Tânia Carla Santos Alfredo**

**Orientada por:
Prof. Doutor Carlos Alberto da Silva**

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri".

Évora, Junho de 2003

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

"Políticas e Práticas Organizacionais em Turismo: Um Olhar sobre o Planeamento Estratégico na Zona do Regolfo de Alqueva"

**Dissertação de Mestrado apresentada por:
Tânia Carla Santos Alfredo**



142512

**Orientada por:
Prof. Doutor Carlos Alberto da Silva**

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri".

Évora, Junho de 2003

RESUMO

Como é que o desenvolvimento e o planeamento do turismo tendem a conduzir a novas formas de promoção e de oferta? É esta a interrogação que surgiu ao iniciar o estudo preliminar do objecto da pesquisa, como ponto de partida para o processo de investigação científica.

O objectivo geral da presente investigação, subordinada ao título "*Políticas e Práticas Organizacionais em Turismo: Um Olhar sobre o Planeamento Estratégico na Zona do Regolfo do Alqueva/Alentejo*", consiste no seguinte: apreender e analisar as recentes lógicas de desenvolvimento da acção político-administrativa e organizacional em turismo.

Analisar, em termos estratégicos, as perspectivas *ex-ante* de desenvolvimento pós-modernista do(s) Sistema(s) Turístico(s) nos concelhos da envolvente do Regolfo de Alqueva; identificar os prováveis constrangimentos organizacionais que, eventualmente, modelam os esquemas de decisão e de acção estratégica na implementação das políticas e práticas turísticas, no espaço em causa e, finalmente, compreender sociologicamente a inscrição espacial dos novos modelos organizacionais de promoção e de desenvolvimento turístico, constituem-se nos objectivos específicos que nortearam esta investigação, interrogando, entre outras questões, a visibilidade dos eventuais constrangimentos e os níveis de sucessos das medidas de inovação e de mudança, materializadas e materializáveis através de sistemas integrados de planeamento estratégico em turismo.

É dentro desta problemática, de questionar sociologicamente *ex-ante* a lógica do quadro de *repolitização* inovadora e quiçá pós-modernista da organização do sistema turístico, a nível regional e local, para a qual a presente dissertação se dirigiu.

Como estratégia de abordagem preferencial, optou-se por uma metodologia de investigação essencialmente qualitativa, tendo em conta a natureza exploratória da investigação, quer para a avaliação *ex-ante* das potencialidades e debilidades do(s) Sistema(s) Turístico(s) no Regolfo de Alqueva, quer para o questionamento dos eventuais cenários prospectivos e estratégicos pós-modernistas de desenvolvimento e de funcionamento dos mesmos no quadro regional do Alentejo e, muito particularmente, nos concelhos da Zona do Regolfo de Alqueva: Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

Os resultados da pesquisa realizada permitiram-me caracterizar os aspectos

predominantes que afectam, por um lado, as mudanças nas lógicas de organização da oferta dos produtos turísticos, e por outro lado, as estratégias para o planeamento e desenvolvimento organizacional do(s) Sistema(s) Turístico (s) Local(is) na Região do Regolfo de Alqueva. Permitiram colocar em evidência as lógicas de orientação pós-modernista do planeamento e do desenvolvimento turístico, cuja implementação potencia a valorização da gestão estratégica político-administrativa em turismo, e ao mesmo tempo, fomenta uma melhoria na articulação entre os vários prestadores/operadores em turismo.

AGRADECIMENTOS

Na certeza de que os contributos que recebi se revestiram de grande pertinência para o desenvolvimento e consecução da presente dissertação de Mestrado, cumpre-me dirigir algumas palavras de apreço àqueles, que por motivos diversos, disponibilizaram o seu tempo e compreensão e permitiram a concretização desta investigação.

Num primeiro momento, quero agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Carlos Alberto da Silva, que desde sempre me apoiou, se mostrou interessado e empenhado e, cujos ensinamentos se manifestaram de grande valia e relevância para a consecução deste estudo.

Uma palavra de apreço aos meus colegas e amigos do Curso de Mestrado, que também se aventuraram a mais uma etapa do percurso académico. O meu obrigado a todos eles pela força, auxílio e motivação que me deram durante este percurso.

Não poderia deixar de agradecer também, a todos os que directa ou indirectamente, contribuíram com a sua colaboração prestada através das entrevistas, cujas informações, indispensáveis, se revelaram de grande importância e interesse para a concretização deste estudo.

Dirijo também o meu agradecimento sincero, ao Professor Doutor Francisco Martins Ramos, pela atenção, paciência e entendimento prestados aquando da realização desta investigação.

Por fim, o meu grande e sincero agradecimento aos meus familiares e namorado, por todo o apoio, compreensão e disponibilidade, assim como pelas palavras amigas e reconfortantes, que me deram nos momentos mais difíceis desta trajectória.

ÍNDICE GERAL

Resumo	3
Agradecimentos	5
Índice de Quadros	8
Índice de Mapas, Figuras e Esquemas	9
Introdução	10
Capítulo 1.– Perspectivas Analíticas	14
I.- Significado e Importância do Turismo	14
Um Primeiro Olhar na Problemática do Turismo	14
II.- Turismo e Desenvolvimento	30
Turismo como um Factor de Desenvolvimento Local e Regional	30
Eco-Desenvolvimento e Turismo Sustentável	38
Comunidades Locais e Turismo: Impactos e Sustentabilidade	40
Discursos sobre a Natureza e o Rural	49
III.- Do Presente para o Futuro...	54
Mudança e Turismo: Novas Práticas e Políticas Organizacionais	54
(Des)Construindo a Análise Organizacional e o Turismo	62
O Sistema(s) Turístico(s) na Encruzilhada da “Pós-Modernidade”	69
Capítulo 2.- Opções Analíticas e Procedimentos Metodológicos	76
IV.- Perspectivas de Análise Estratégica	76
Os Enfoques de Michel Godet	76
O Pensamento Estratégico e Sistémico de Crozier e Friedberg	79
As Lógicas de Planeamento e Avaliação de Isabel Guerra	81
V.- Opções Metodológicas	85
Em defesa do Estudo de Caso	85
Procedimentos para a Recolha de Informação	88
Orientações para o Tratamento da Informação	93
Capítulo 3.- O Regolfo de Alqueva no Cenário Turístico Alentejano	97
VI.- Caracterização do Regolfo de Alqueva	97
Aspectos Sócio-económicos, Demográficos e Geográficos	97
Barragem de Alqueva: Aspectos Positivos e Aspectos Negativos	113
VII.- Um Olhar Sobre o Planeamento Estratégico de Alqueva	120
Recursos do Mercado Turístico	126
Investimento, Promoção e Marketing Turístico	137
Recursos Humanos e Qualificação no Sector Turístico	140
Capítulo 4.- Discussão dos Resultados – Em Busca de Novos Caminhos	143
VIII.- A Barragem de Alqueva no desenvolvimento turístico: impactos, potencialidades e debilidades	143
IX.- O Planeamento da Actividade Turística na Zona do Regolfo de Alqueva	153
X. - Práticas Turísticas Sustentáveis no Regolfo de Alqueva	157
Uma Síntese da Análise Estratégica do Regolfo de Alqueva e dos Concelhos envolventes	161

Capítulo 5.- Considerações Finais e Recomendações	165
XI.- Dinâmicas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico da Envolvente de Alqueva	173
XII.- Boas Práticas para a Preservação e a Valorização Local	176
XII.- Repensar as Políticas e Práticas do Turismo no Regolfo de Alqueva	181
6. Referências Bibliográficas	184
Anexos	190
Anexo I – Grelhas de Análise das Entrevistas	
Anexo II –	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1-	Identificação das Entrevistas Efectuadas	90
Quadro 2-	Guião de Entrevista para Autarcas e Região de Turismo de Évora	91
Quadro 3-	Guião de Entrevista para Agentes Sócio-Económicos Locais	92
Quadro 4-	População Residente nos Concelhos do Regolfo de Alqueva em 2001	99
Quadro 5-	População Residente nas Freguesias dos Concelhos do Regolfo de Alqueva em 2001	100
Quadro 6-	Pontos Fortes e Pontos Fracos da Barragem de Alqueva	117
Quadro 7-	Estabelecimentos, Quartos e Capacidade de Alojamento em 31.07.2000	131
Quadro 8-	Estabelecimentos, Quartos e Capacidade de Alojamento em 31.07.2000	132
Quadro 9-	Dormidas e Hóspedes Entrados nos Estabelecimentos Hoteleiros em 2000	132
Quadro 10-	Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual, em 2000	133
Quadro 11-	Hóspedes Entrados em Estabelecimentos Hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual, em 2000	133
Quadro 12-	Receitas nos Estabelecimentos Hoteleiros em 2000	134
Quadro 13-	Indicadores de Hotelaria em 2000	134
Quadro 14-	Indicadores Gerais do Alojamento e Restauração - Empresas com Sede na Região e no País em 1999	135
Quadro 15-	Potencialidades e Debilidades dos Concelhos do Regolfo de Alqueva	151
Quadro 16-	Condições Favoráveis a um Correcto Aproveitamento Turístico	152
Quadro 17-	Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico	158
Quadro 18-	Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis	159
Quadro 19-	Dimensão do Sistema Turístico: Recursos Humanos	162
Quadro 20-	Dimensão do Sistema Turístico: Recursos Patrimoniais e Turísticos	162
Quadro 21-	Dimensão do Sistema Turístico: Infra-Estruturas	163
Quadro 22-	Dimensão do Sistema Turístico: Envolveinte Económica e Empresarial	163
Quadro 23-	Dimensão do Sistema Turístico: Equipamentos e Serviços Turísticos	163
Quadro 24-	Dimensão do Sistema Turístico: Imagem e Visibilidade Turística	164
Quadro 25-	Avaliação das especificidades de cada concelho da Zona Envolveinte de Alqueva	173
Quadro 26-	Oportunidades a potenciar nos Concelhos da Zona Envolveinte de Alqueva	174
Quadro 27-	Avaliação Estratégica dos Concelhos da Zona Envolveinte do Regolfo de Alqueva	175

ÍNDICE DE MAPAS, FIGURAS E ESQUEMAS

Mapa 1-	Área da Albufeira de Alqueva	113
Figura 1-	Localização Geográfica do Concelho de Alandroal	102
Figura 2-	Localização Geográfica do Concelho de Mourão	103
Figura 3-	Localização Geográfica do Concelho de Moura	104
Figura 4-	Localização Geográfica do Concelho de Portel	106
Figura 5-	Localização Geográfica do Concelho de Reguengos de Monsaraz	107
Figura 6-	Área de Influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	114
Figura 7-	Barragem de Alqueva	119
Esquema 1-	Impactos do Turismo de Alqueva	144
Esquema 2-	Potencialidades dos Concelhos do Regolfo de Alqueva	148
Esquema 3-	Debilidade dos Concelhos do Regolfo de Alqueva	150
Esquema 4-	Planeamento da Actividade Turística na Zona do Regolfo de Alqueva	156
Esquema 5-	Novos Modelos de Promoção e de Desenvolvimento Turístico	160
Esquema 6-	O Sistema Turístico no Novo Paradigma: a Sustentabilidade	171
Esquema 7-	Alqueva: Destino Turístico	172
Esquema 8-	Implementação de Acções para Promoção do Turismo de Alqueva	182
Esquema 9-	Pilares Estratégicos de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo de Alqueva	183

Introdução

Este documento consubstancia a investigação conducente à dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade de Évora, na área de especialização de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.

A abordagem das políticas de organização da oferta de turismo na Região do Alentejo, Portugal, inscrita nas actuais tendências de renovação das políticas e das práticas de planeamento turístico, não constitui, na investigação a realizar, um objecto de estudo em si, mas fundamentalmente uma porta de entrada privilegiada para apreender e analisar as recentes lógicas de desenvolvimento da acção político-administrativa e organizacional em Turismo. Como é que o desenvolvimento e o planeamento do turismo tendem a conduzir a novas formas de promoção e de oferta? É esta a interrogação que surgiu ao iniciar o estudo preliminar do objecto da pesquisa, como ponto de partida para o processo de investigação científica.

No sentido de dar resposta a esta questão, constitui-se como objectivo geral da pesquisa, subordinada ao título: "*Políticas e Práticas Organizacionais em Turismo: Um Olhar sobre o Planeamento Estratégico na Zona do Regolfo do Alqueva/Alentejo*", o seguinte:

- Apreender e analisar as recentes lógicas de desenvolvimento da acção político-administrativa e organizacional em turismo.

Como objectivos específicos foram definidos os seguintes:

- a) Analisar, em termos estratégicos, as perspectivas *ex-ante* de desenvolvimento pós-modernista do(s) Sistema(s) Turístico(s) nos concelhos da envolvente do Regolfo de Alqueva;
- b) Identificar os prováveis constrangimentos organizacionais que, eventualmente, modelam os esquemas de decisão e de acção estratégica na implementação das políticas e práticas turísticas, no espaço em causa;
- c) Compreender sociologicamente a inscrição espacial dos novos modelos organizacionais de promoção e de desenvolvimento turístico.

Interrogando, entre outras questões a visibilidade dos eventuais constrangimentos e os níveis de sucessos das medidas de inovação e de mudança, materializadas e materializáveis através de sistemas integrados de planeamento estratégico em turismo. É dentro desta problemática, de questionar sociologicamente *ex-ante* a lógica do quadro

de *repolitização* inovadora e quiçá pós-modernista da organização do sistema turístico, a nível regional e local, tema insuficientemente investigado, para a qual se dirige esta investigação.

Para o correcto enquadramento teórico do tema, assumem especial importância, a revisão bibliográfica dos estudos sobre o planeamento dos sistemas turísticos e sua regulação institucional através das Regiões de Turismo. Na verdade, sob o ponto de vista da perspectiva analítica, situo preferencialmente o enfoque nas teses de Urry, em relação à pós-modernidade e ao turismo, Michael Crozier e Erhard Friedberg (1977) e Erhard Friedberg (1994), no que diz respeito à utilização do pensamento estratégico na análise sistémica e organizacional do planeamento, sem negligenciar as teses de Dent (1995), Clegg (1908) e Flynn (1997), entre outros, sobre as lógicas modernistas e de inovação da mudança nos espaços sócio-organizacionais e sociais. Tomei, ainda como pano de fundo, as teses de Isabel Guerra (2000) e Michel Godet (1993) para contextualizar as lógicas do planeamento nos procedimentos analíticos a adoptar na orientação metodológica.

Face à natureza da presente investigação, de cariz predominantemente qualitativo, e tendo em atenção os objectivos da mesma, procedi à utilização de um conjunto de técnicas usuais na área das Ciências Sociais em geral, e da Sociologia, em particular.

Trata-se de uma metodologia fundamentalmente qualitativa, com enfoque num estudo de caso predominantemente exploratório (Yin, 1993), como estratégia de abordagem preferencial, quer para a avaliação *ex-ante* das potencialidades e debilidades do(s) Sistema(s) Turístico(s) no Regolfo de Alqueva, quer para o questionamento dos eventuais cenários prospectivos e estratégicos pós-modernistas de desenvolvimento e de funcionamento dos mesmos no quadro regional do Alentejo.

Aquando do delineamento da metodologia, seleccionei algumas técnicas de investigação, tendo em conta as que mais se adequaram à realidade em estudo, incidindo estas no recurso à análise documental e extensiva. Esta análise documental foi feita com base numa pesquisa bibliográfica e na sua análise sobre a problemática em questão, imprescindível para o aprofundamento do conhecimento da mesma e para a construção do enquadramento teórico conceptual.

Para além da análise documental, como técnica preferencial da pesquisa realizada, procedi à elaboração de entrevistas prospectivas do tipo semi-directivas, as

quais me permitiram recolher tão detalhada quanto possível, a necessária matriz de informação.

A entrevista semi-directiva constitui-se numa técnica que se revestiu de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. Esta foi aplicada a informantes privilegiados, entre os quais autarcas, agentes e empresários locais da zona do Regolfo de Alqueva.

Para efectuar o tratamento e a análise do *corpus* da informação recolhida, procedi à análise estrutural de conteúdo, o que me permitiu reconstruir os diferentes quadros de percepção das tendências e mudanças operacionalizáveis através de um planeamento estratégico no(s) Sistema(s) Local(is) de Turismo. Com base na análise de conteúdo, do tipo categorial, foi possível construir categorias significativas em função do agrupamento de características temáticas análogas.

O presente estudo está sintetizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, constituído por três pontos essenciais, incide sobre as perspectivas analíticas do Turismo, permitindo visualizar qual o significado e importância do Turismo, entendendo o Turismo como um fenómeno social total. O segundo ponto aborda o fenómeno turístico e a problemática do desenvolvimento. No terceiro ponto, é possível visualizar a evolução do conceito de Turismo no seio das práticas e das políticas organizacionais.

O segundo capítulo, constituído por dois pontos, incide sobre os procedimentos metodológicos, onde são apresentadas algumas perspectivas de análise estratégica, inclusivé, de Michel Godet, Crozier e Friedberg e as lógicas de planeamento e de avaliação de Isabel Guerra. As opções metodológicas dão origem a uma outra parte, onde é feita a defesa do estudo de caso e são apresentados os procedimentos para a recolha de informação e definidas as orientações para o tratamento da informação recolhida.

O terceiro capítulo corresponde à contextualização do Regolfo de Alqueva no cenário turístico alentejano, onde são apresentados os aspectos negativos e positivos da Barragem de Alqueva. Debruça-se ainda sobre o planeamento estratégico do Alqueva, passando pela descrição dos recursos do mercado turístico, pela questão dos investimentos, da promoção e do marketing turístico e pela realidade dos recursos humanos, assim como a sua qualificação no sector turístico, seguido de uma breve síntese.

De seguida, no quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados, nomeadamente, no que se refere aos impactos, potencialidades e debilidades da Barragem de Alqueva. São tecidas algumas considerações sobre o planeamento da actividade turística na zona do Regolfo de Alqueva e as práticas turísticas, seguido de uma breve síntese da análise estratégica do Regolfo de Alqueva e dos concelhos envolventes. As considerações finais, que dão origem ao quinto capítulo, incidem sobre as dinâmicas estratégicas para o desenvolvimento turístico, sobre as boas práticas para a preservação e a valorização local, e ainda sobre as políticas e as práticas do Turismo no Regolfo de Alqueva.

Em suma, a reflexão realizada sobre os pontos fortes e fracos e as demais possíveis tendências de adequabilidade de uma orientação pós-modernista no desenvolvimento turístico no Regolfo de Alqueva tratou-se apenas de uma ponta do *mega-iceberg* dos diferentes efeitos, causas, razões e constrangimentos sócio-organizacionais da *vaga* de mudança político-administrativa em Turismo a nível nacional, regional e local, razão pela qual se justificou aprofundar o seu conhecimento.

Capítulo 1.– Perspectivas Analíticas

I. Significado e Importância do Turismo

Um Primeiro Olhar na Problemática do Turismo

O fenómeno turístico, tal como outros fenómenos sociais totais, tem inerente a si mesmo um percurso de vida, ou seja, um percurso histórico. Desde cedo que se associa o Turismo ao acto de viajar, a procura de novos ambientes diferentes daqueles a que se está habituado. Desde os mais remotos tempos que o homem sentiu necessidade de viajar e de se deslocar para conhecer o mundo que o rodeia.

Conforme salienta Augustáin Santana (1997), o Turismo é uma realidade sócio-económica e histórica que tem um presente, mas que tem algures um passado. Hoje, o fenómeno turístico, assume-se cada vez mais como um fenómeno de massas, que deve ser compreendido tendo por base a história da humanidade.

Muito foi escrito acerca da evolução histórica do Turismo e das épocas em que este sofreu as maiores mutações e transições, pois desde sempre reflectiu as mudanças que se operaram nas sociedades ao longo dos tempos.

Remontando aos grupos nómadas, que andavam de território em território em busca de alimentos até chegar ao turista de hoje, já é possível falar em práticas de turismo. Contudo, se o facto de se deslocarem voluntariamente é idêntico em ambos os casos existe uma diferença. É que de acordo com Santana (1997), os segundos são turistas, mas os primeiros não são, isto porque há que ter sempre em conta o contexto sócio-económico e a vinculação do deslocamento. Se no primeiro caso o deslocamento era feito para a satisfação das necessidades básicas (procura de alimentos), no segundo caso, esse deslocamento segue apenas a função de disfrutar do tempo de ócio. Há aquele que viaja implicando uma mentalidade colectiva e de consumo e há aquele que viaja por prazer, para satisfazer os seus desejos.

Ana Lúcia de Faria Lucena Dantas (1999), no âmbito da sua Dissertação de Mestrado, para aquisição do grau de Mestre em Engenharia de Produção, intitulada *Actividade Turística e os Caminhos Sustentáveis*, Um Estudo de Caso no Município de Rancho Queimado, SC., considera que a compreensão da história do mundo ocidental pode ser verificada por meio de uma descrição de cada período histórico, designadamente, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade

Contemporânea, a partir do modo de produção que caracteriza as relações sociais, económicas e políticas.

A Idade Antiga compreende o período desde o aparecimento da escrita, cerca de 4 000 a.C até à Queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C). Neste período foram encontrados alguns registros das viagens realizadas pelos povos gregos, entre os quais os manuscritos de Heródoto, considerado o "Pai dos Escritores de Turismo". Nesta altura, o Império Romano, um dos maiores territórios, obteve a sua expansão com as expedições organizadas realizadas por meio das viagens (Dantas, 1999).

Desde os Sumérios aos Romanos, todos os povos viajavam, fosse por motivos comerciais, religiosos (romarias e visitas a Templos) ou ainda por motivos culturais. Com os romanos surgem as termas e o seu desenvolvimento dará origem a verdadeiros centros de turismo que persistem até aos nossos dias.

De 476 d.C a 1453, altura em que se dá a queda do Império Romano do Oriente, período que corresponde à Idade Média, as viagens assumem um novo papel. Com a consolidação do Feudalismo, assente na economia baseada na agricultura de subsistência e no trabalho servil do camponês, com a descentralização do poder pelos senhores feudais e com a predominância da Igreja Católica, são estimuladas as viagens por meio das peregrinações. Registam-se assim as primeiras peregrinações religiosas que se tornaram num fenómeno muito importante. Estas peregrinações incluíam frequentemente uma mistura de devoção religiosa com cultura e prazer, fenómeno este que deve ser encarado como um antecedente do fenómeno turístico.

A partir do século XII surgem as Cruzadas, com a tomada da Palestina pelos Turcos. São organizadas expedições militares com o objectivo de resgatar a Terra Santa – Jerusalém. Estas expedições receberam o nome de Cruzadas e representavam para os cristãos a luta contra os inimigos de Deus (Dantas, 1999).

Com o significativo aumento das viagens surge então o *guia del viajero del siglo XIV*, que oferecia aos peregrinos informações detalhadas sobre as regiões e locais mais seguros (Acerenza, 1984 *in* Dantas, 1999).

Ocorrem durante o século XIV algumas mudanças significativas nas relações de produção feudal. Aparecem os primeiros núcleos urbanos e desenvolve-se o comércio dando origem a uma nova classe social: a burguesia. Todo este processo se manifestou na economia, na sociedade, na política e na religião, proporcionando um aumento do poder da burguesia e o enfraquecimento do poder da igreja católica. Neste momento as viagens mais representativas tem como principal motivação o comércio.

A Idade Moderna teve início, aproximadamente, nos meados do século XV e prolongou-se até 1789, com a Revolução Francesa, altura em que se popularizavam *“as viagens de recreio como forma de aumentar o conhecimento entre as classes sociais de maiores recursos e assim realizam-se cada vez mais viagens”* (Figueira, 1999: 28).

A partir do século XVI, surgem novas motivações de viagens distintas dos factores que anteriormente incentivavam os peregrinos e os mercadores da Idade Média. Jovens pertencentes à nobreza realizavam viagens impulsionados principalmente por motivos educacionais.

Os meios de comunicação e transportes exercem importante contribuição no surgimento das novas motivações das viagens.

O capitalismo, sistema económico baseado na propriedade privada, nos meios de produção e no trabalho assalariado, cresceu dentro do absolutismo e no mercantilismo (Dantas, 1999). Surgem então novas motivações, assim como a melhoria das infra-estruturas e o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Durante o século XVIII, inicia-se a utilização dos mares como uma nova alternativa para os viajantes.

De acordo com Santana (1997), com o Capitalismo, a actividade turística assume cada vez mais uma concepção comercial e mercantil, para o que muito contribuiu a publicidade e a propaganda. Há como que uma *“maquinaria”* para engendrar na mentalidade colectiva toda uma panóplia de motivos para buscar o estranho, o novo, o desconhecido.

Com o desenvolvimento do turismo de massas, as pessoas passaram a estar mais sensíveis à qualidade das viagens e às facilidades económicas propostas, relevando para segundo plano a dimensão ideológica. Davam-se assim, os primeiros passos para a importância das viagens recreativas e de lazer cujo objectivo é *“permitir ao viajante retirar prazer da observação feita na sua deslocação, de novos modos de vida, costumes e tradições ou tão somente do Meio Natural”* (Lopes, 1997: 21).

A Revolução Francesa (1789) representa o marco do início da Idade Contemporânea.

Durante o final do século XVIII e todo o século XIX, as viagens estiveram caracterizadas por uma nova motivação, o prazer do descanso e da contemplação das paisagens e montanhas, como refere Dantas (1999).

Em 1841 surge o primeiro agente de viagem profissional Thomas Cook, que organizou uma viagem com 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes,

configurando assim a primeira viagem agenciada (Dantas, 1999). Em 1846, organizou uma outra viagem a Londres, referenciada como o início do turismo colectivo (Barreto, 1991 *in* Dantas, 1999).

Cook introduziu o conceito de "excursão organizada", actualmente conhecido por "pacote turístico", permitindo dessa forma que grande parte da população tivesse acesso às viagens (Dantas, 1999).

No início da primeira década do século XIX são feitas novas descobertas nas telecomunicações e transportes. Dá-se ainda o desenvolvimento industrial, o que vai alterar os modos de vida das sociedades que se estavam a desenvolver. Da crescente força económica dos E.U.A e da racionalização do trabalho, nascem as primeiras reivindicações salariais descentralizando-se a sociedade.

As pessoas procuram usufruir do prazer das viagens, indo então para os locais de destino sem qualquer razão ligada ao seu trabalho ou profissão, dispondo do seu tempo livre, empregando-o em actividades de lazer, dentro das quais a actividade turística assume papel fundamental.

Neste contexto surge o conceito de "tempo livre", que servirá como porta de entrada do turismo na vida das pessoas, uma vez que mais tempo livre poderá significar mais tempo para o lazer e para a prática turística.

Os sindicatos reclamam pela primeira vez o direito a um dia de descanso semanal e a limitação do horário de laboração.

A inserção do tempo livre como um dos direitos do Homem, levará à humanização do trabalho e das relações sociais, perspectivando uma vida com mais qualidade (Lopes, 1997). Coloca-se a possibilidade das populações poderem optar pelo que querem fazer no seu tempo livre.

O recurso ao tempo livre para visitar outras gentes e outros costumes, para fazer turismo evidencia uma nova era, a era da individualidade, da liberdade física e mental de cada um, do espaço criativo alargado.

O Turismo desenvolve-se assim de uma forma espantosa e começa a ter um forte impacto económico em todas as sociedades europeias.

Com a II Guerra Mundial, o desenvolvimento do Turismo tende a abrandar, porém com o período pós II Guerra Mundial o tempo de lazer aumenta, o que segundo Valene Smith se deve à diminuição de horas do trabalho semanal, às reivindicações dos sindicatos e à implantação das férias pagas (Smith *in* Lopes, 1977).

O Turismo assume por esta altura uma nova dimensão. São criadas associações que organizam visitas nos seus próprios países, emergindo o turismo nacional. A viagem entra nos costumes das sociedades tornado-se uma necessidade a satisfazer, fomentando o crescimento das viagens e tornando o turismo um fenómeno em massa.

Para a massificação deste fenómeno muito contribuiu a democratização da viagem (Lopes, 1997), ou seja, as distinções sociais que se faziam tendo por base o critério de 'quem podia e não podia viajar', agora aparecem de algum modo presentes nas classes de viajantes e os destinos escolhidos. Surgem locais classificados como destinos turísticos das classes trabalhadoras ou de massas.

O turismo de massas conhece, como já foi referido, um grande e rápido desenvolvimento após a II Guerra Mundial. Como salienta Joffre Dumazedier, foi em 1936, com os 12 dias de férias pagas obrigatoriamente por todas as empresas e com o avanço do caminho de ferro a preços reduzidos, que novos contornos assumiu o fenómeno turístico. As férias começam a ser pagas possibilitando assim ao indivíduo dispor de meios financeiros para desfrutar e gozar.

Com o desenvolvimento do turismo de massas, o fenómeno turístico tende a alargar-se a todas as classes sociais e como consideram Nash (1987), Mathieson e Wall (1986) passa a ser considerado como um bem "*más de los que se pueden alcanzar, convirtiendose en un hecho significativo en la vida de la gente contemporânea*" (Mathieson e Wall, 1986 in Santana, 1997: 11).

Entre 1945 e 1973, dá-se um aumento da população mundial e um crescimento do rendimento real. Mas um grande passo para a evolução do Turismo é dado em 1970, pela Organização Internacional do Turismo (OIT), ao aprovar que as férias pagas durariam três semanas. Como refere Figueira (1999), "*(...) assim na óptica da procura, factores como o aumento do tempo livre, dos rendimentos e uma diversificação nas motivações das pessoas, determinaram uma cada vez maior compra de viagens; na óptica da oferta, nascem os 'packages' turísticos e com eles o turismo de massas baseado no 'Sol e Praia'*" (Figueira, 1999: 30).

Desenvolve-se também a preferência por viagens menos longas e em locais mais próximos. O Turismo interno passa a ser mais incentivado a partir de políticas de promoção do desenvolvimento de regiões rurais associadas à prática turística.

O Turismo constitui-se então num fenómeno que evolui ao longo do tempo na medida em que segue a dinâmica da sociedade, adaptando-se às várias condicionantes, tornando-o um conceito complexo de se definir.

Tendo presente que o turismo é um fenómeno social recente que se converte num importante factor de desenvolvimento no nosso século, devido em parte aos avanços dos meios de transporte e comunicação e por outro às conquistas laborais, como salienta De La Peña (1997) e o facto de que o Turismo pode se definido como um fenómeno que une e vincula de uma ou outra forma toda a comunidade por meio do processo de tansculturação, torna-se evidente a importância do Turismo no contexto do desenvolvimento económico. Aliás, sabe-se hoje que a indústria do Turismo já ocupa mais de dez milhões de pessoas em todo o mundo, movimentando milhões de visitantes (Ramos, 1996).

O Turismo afecta todo um conjunto de pessoas, de locais, de culturas, e de sociedades. Como defende o autor Francisco Ramos (1996), *"(...) o Turismo é um fenómeno de características múltiplas que tem vindo a assumir um peso significativo, a vários níveis, nas relações entre regiões, países e continentes"* (Ramos, 1996: 83).

Indubitavelmente, o Turismo na sua complexidade e multiplicidade afecta toda uma sociedade e todas as regiões em que é promovido, o mesmo será dizer que *"(...) o carácter complexo e multifacetado do fenómeno turístico – facto simultaneamente social, económico, cultural e político – afecta os estilos de vida e padrões das populações hospedeira (e visitantes), altera o ambiente físico, espacial e funcional das localidades-destino e fomenta a aculturação"* (Ramos, 1996: 84).

Com a constituição de novas necessidades surgem novas aspirações no tecido social e todas as classes sociais vêm assim aumentado o seu campo de necessidades a satisfazer e de sonhos a concretizar. Uma dessas necessidades/sonhos são as viagens a locais diversos, e as férias aparecerem como meio privilegiado para a concretização dessas viagens e para a consequente realização de Turismo.

As viagens variam de acordo com a classe social o que significa que a classe alta e média-alta têm como necessidade o acto de viajar para uma multiplicidade de sítios, o qual conseguem satisfazer com relativa facilidade devido à sua condição sócio-económica e as classes média e média-baixa viajam dentro das suas limitações sócio-económicas.

Enquanto actividade ociosa, o turismo é considerado um luxo, mas se hoje todos podem ser turistas, no sentido amplo do termo, a participação em actividades desta natureza estava restringida a um grupo de individuos que podiam investir tempo e dinheiro em viagens e alojamentos (Santana, 1997). Havia como que uma clara distinção em atribuir esta actividade a classes privilegiadas.

Com a evolução social, a ideia de que o turismo era prática de ócio apenas das camadas superiores da sociedade tende a desaparecer. O aumento da erudição, o desejo de prestígio, a necessidade de diversão e de prazer estendem-se à generalidade da população.

Inicialmente, as viagens estavam reservadas aos comerciantes, às classes sociais detentoras de capital, como a burguesia. Para além disso, a realização destas viagens, por esta altura, não vislumbravam tanto o contacto com novas culturas, com novos costumes, mas mais o facto de marcar a vida social no seio da população. Funcionava como marco distintivo, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista económico.

Com este alargamento, o turismo deixa de ser exclusivo de uma só classe social e tornou-se um fenómeno social de massas, alargando-se a todos os grupos sócio-económicos e culturais, o que se deve em grande parte à evolução da melhoria das condições de vida no trabalho.

Economicamente o Turismo tem vindo a assumir um papel bastante importante nas sociedades de hoje, principalmente naquelas que são centros receptores de turistas em larga escala. Torna-se uma enorme fonte de rendimentos, e em muitos casos, a economia de base de algumas sociedades.

Na Europa, países como Portugal, Espanha, França, Itália e Reino Unido, são os que mais beneficiam economicamente com a entrada de turistas.

Os turistas viajam e visitam os mais diversos países devido a vários motivos que vão ao encontro das necessidades de uns e gosto de outros. Alguns desses motivos estão relacionados com a proximidade relativamente a países desenvolvidos que tenham populações com capacidades económicas para fazerem Turismo no estrangeiro, a existência de patrimónios culturais originais, conhecidos internacionalmente, como a gastronomia, o folclore ou o artesanato, os monumentos ricos em valor arquitectónico ou simbólico, as características climáticas próprias para o desenvolvimento de diferentes tipos de Turismo consoante os interesses dos turistas, e uma oferta diversificada de alojamento e bons acessos viários (Lopes, 1997).

Nos nossos dias, para dar resposta às necessidades dos novos turistas e para combater lacunas existentes no mercado do turístico, surgem outros tipos de Turismo como o Turismo Rural, o Turismo de Habitação, o Turismo Cultural, o Turismo de Aventura, e o Turismo Ecológico e de Natureza. O Turismo é indubitavelmente um fenómeno social total, devido à sua capacidade de englobar outros fenómenos, sejam eles políticos, sociais, culturais, religiosos e económicos e também ambientais.

De La Torre apresenta uma definição muito completa do fenómeno turístico, enquanto *"fenómeno social que consiste num deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se mudam do seu lugar do seu lugar de residência habitual para outro, em que não exercem qualquer actividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica ou cultural"* (De La Torre in Lopes, 1997: 12).

Na realidade o Turismo dá-se quando existe uma deslocação voluntária no espaço para fora da residência habitual durante um determinado período de tempo, tendo por finalidade o recreio ou algo semelhante e sem objectivos de carácter económico, da parte do turista, dando origem a mudanças em vários níveis (social, cultural e económico principalmente).

Por outro lado, não se pode deixar de referir que o Turismo constitui fonte de divisas sobretudo para os países visitados, ou seja, é uma actividade de raiz económica que faz parte da vida quotidiana de dezenas de milhões de cidadãos influenciando as suas necessidades e alimentando as suas exigências. Estas exigências levitam em torno de um Turismo que cada vez mais tenha em linha de conta o ambiente natural constituído pelo sol, ar não poluído, o mar, a montanha e a consciencialização do valor incalculável do património regional, nacional ou internacional.

Deste modo abrem-se as portas a novas motivações de procura turística. De acordo com Jost Krippendorf, nos nossos dias viajar pode não estar directamente ligado ao desejo de fazer novas descobertas e de aprender algo, uma vez que a necessidade de viajar pode partir do simples facto de a pessoa necessitar de aliviar do stress, do esgotamento físico e psíquico, do vazio e solidão interior, do tédio gerado pela vida quotidiana (família, novos modos de vida, trabalho etc.), o que significa que a viagem é mais motivada pelo desejo de deixar alguma coisa, do que pelo desejo de ir para alguma coisa (Lopes, 1997).

Surgem assim, novos modelos de Turismo centrados na Cultura e na História mas também no meio rural. Os modelos centrados nos espaços rurais, que vivem situações de forte crise económica, com o risco de despovoamento humano e desertificação, como é o caso particular do Alentejo, com o êxodo e envelhecimento da população, buscam caminhos de diversificação económica e de complementaridade de rendimentos.

Para estes espaços rurais o Turismo surge como uma promessa de solução para a melhoria da economia local e consequentemente da vida das populações. Pela valorização do património local, com o aparecimento de algumas actividades, actividades essas ligadas ao pequeno comércio, ao artesanato e à conservação da paisagem e do ambiente, e a revitalização de outras, poderá existir o aumento do rendimento individual de cada um e consequentemente uma melhoria da qualidade de vida.

Como escreve o autor Francisco Ramos (1996), *" Nas sociedades actuais, o turismo também é o grande veículo de contacto de culturas, o instrumento privilegiado das relações entre "nós" e os "outros", o elo potencial de ligação com estrangeiros, forasteiros, hóspedes e estrangeiros. O turismo mediatiza pois, o processo etno-antropológico da hospitalidade, da amulação etnocêntrica, do relativismo cultural, da afirmação plena do homem simultâneamente singular e igual aos outros homens"* (Ramos, 1996: 84).

O Turismo hoje é um meio através do qual as diferentes culturas convergem para um encontro em que afirmam a sua identidade, em que se trocam experiências enriquecedoras mútuas de aprendizagem, em que se assimilam conhecimentos cheios de significado social e cultural, ou seja, acima de tudo o Turismo, assenta nas inter-relações estabelecidas entre o visitante e o visitado. Contudo, nem sempre esta inter-relação é positiva, principalmente para os países visitados, devido à prática turística pouco correcta, o que muitas das vezes pode levar à degradação da razão da visita, e levar à destruição do tipo de turismo existente. É exemplo disso a degradação dos ecossistemas pela poluição de diversa ordem.

O Turismo começa a ser visto como parte a integrar e integrante nos processos de desenvolvimento regional, sem que tenha um efeito nefasto para as sociedades que acolhem o turista e que pretendem manter a sustentabilidade, *"(...) ou seja, rentabilizar suficientemente a sua vida económica, social, e cultural, mas preservando e conservando os meios e todos os seus recursos, físicos e humanos"* (Lopes, 1997: 16).

Enquanto fenómeno cultural, a actividade turística tem como principal objectivo a defesa e consolidação de identidades locais contribuindo para a manutenção da multiplicidade das culturas locais. Esta situação concorre para que os visitantes aprendam, reconheçam e respeitem os valores e tradições de cada população.

A cultura desenvolve-se tendo em conta as práticas do quotidiano e as actividades de lazer também sofrem esse efeito.

Para melhor compreender a inter-relação entre os conceitos de lazer e Turismo, é particularmente necessário distingui-los.

Para Joffre Dumazedier “ *‘O Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo se dá de pleno agrado, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua informação ou a sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criativa. Depois de se desligar das suas obrigações profissionais, familiares e sociais’* ” (Dumazedier in Lopes, 1997: 17).

Enquanto fenómeno cultural, o turismo é um meio transmissor do contacto entre os povos, de conhecimento mútuo e de aceitação de culturas, aproximando as populações e fomentando as solidariedades. O Turismo é motivo do contacto entre culturas. Por outro lado, é também social e económico, uma vez que interfere com a mobilidade social, com a interacção entre os actores sociais, com o processo de comunicação, e ainda com a criação de riqueza e postos de trabalho, não esquecendo a sua estreita relação com o desenvolvimento. Relativamente à esfera política, e segundo o autor Francisco Ramos, o Turismo é um instrumento de promoção da imagem de países, regiões ou localidades, no sentido de aquisição de divisas estrangeiras e do desenvolvimento económico (Ramos, 1996).

Significa isto que o “*Turismo é, duplamente, um fenómeno social total. Em primeiro lugar porque, dada a sua riqueza e complexidade ele pode ser objecto de análise, estudo e investigação por parte de todas as ciências sociais. Por outro lado, também o é pelas diversas implicações, influências e impactos que tem na vida das comunidades, regiões e países*” (Ramos, 1996: 86).

Conceptualizar o Turismo como fenómeno social total, não radica apenas no reconhecimento da sua importância social, mas também se situa ao nível da interrogação dos seus efeitos e/ou impactos nas comunidades locais. O Turismo pode ser visto como uma forma de conter ou retardar a saída de massas populacionais do meio rural, melhorando para isso a qualidade de vida das populações locais. É indubitável que sendo o Turismo um fenómeno social total, ele englobe todos os aspectos da sociedade, sendo, por conseguinte, transversal aos aspectos ambientais o que quer dizer que o Turismo tem implicações a nível cultural, social, político, económico e ainda ambiental.

Devido à multiplicidade de definições existentes sobre o conceito de Turismo torna-se difícil a tarefa de encontrar uma única definição que compreenda toda a realidade contextual e conceptual do fenómeno turístico.

O Turismo tal como todo o fenómeno que interfere com a sociedade, desperta o interesse dos investigadores das diferentes áreas científicas o que resulta numa panóplia de novas definições, certamente umas mais inovadoras, outras apenas complementares, mas é indubitável que todas concorrem para uma melhor inteligibilidade do Turismo.

A temática do Turismo é sem dúvida uma problemática que é tratada em múltiplos e diferentes âmbitos. Desde impulsionador do desenvolvimento, a fomentador do contacto de culturas, até simples actividade de lazer, este fenómeno tem impactos sociais, económicos e culturais, afectando estilos de vida, alterando o ambiente físico espacial e funcional das localidades e regiões receptoras. Contudo, este fenómeno é na sua maioria analisado como um factor de desenvolvimento das regiões debilitadas, como por exemplo zonas em perigo de desertificação ou em declínio.

Assim, o Turismo parece constituir, para alguns autores o ponto fulcral e motor para a inversão de um ciclo de desenvolvimento regressivo e atrofiador, que põe em causa a sobrevivência das próprias regiões e consequentemente das populações em conjunto com toda a sua vida social e cultural.

O que de uma maneira geral se pode inferir, é que para haver estratégias de desenvolvimento turístico não se poderá pensar apenas em rentabilidade mas ter em conta a sua adequação aos aspectos fundamentais das estruturas locais e a sua articulação com as raízes históricas, sociais, culturais e ambientais, que lhes garantem identidade própria. Pode-se dizer que o Turismo de um modo geral e o Turismo Rural em particular "abrem as portas" a outros tipos de turismo, como é o caso do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.

Em suma, o Turismo pode ser definido como um processo de troca de relações entre culturas e povos diferentes, reciprocamente curioso e causador de mutações nas sociedades e regiões, ou seja, pode-se dizer em termos sociológicos que se trata de um fenómeno social total, que toca os vários pontos da sociedade, ou melhor, as várias áreas da sociedade, nomeadamente as relações sociais, a cultura, a economia e ainda o aspecto ambiental, que hoje em dia afecta toda a *aldeia global*.

É evidente que ninguém pode ignorar ou contestar a importância do turismo, no âmbito do desenvolvimento económico, pois ocupa em todo o mundo, aproximadamente, dez milhões de pessoas e movimenta largos milhões de visitantes. Por outro lado, ele é encarado, muitas vezes, como a única forma de conter o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida das populações locais, sobretudo em regiões onde a fraca capacidade do solo coloca problemas à rentabilidade económica das explorações

agrícolas, onde a indústria é frágil e onde os elementos patrimoniais, culturais e ecológicos constituem uma fonte de riqueza a potenciar. Nesse sentido constitui-se num factor de desenvolvimento de regiões mais pobres ou desfavorecidas, na medida em que se pode constituir num motor de inversão de processos regressivos das regiões.

Dada a sua complexidade, o Turismo exerce impactos sociais, económicos e culturais, influenciando nos estilos de vida das comunidades, provocando alterações no espaço físico das localidades e áreas receptoras.

Depois deste olhar atento sobre a problemática do fenómeno turístico, importa ainda fazer referência a algumas das investigações que se debruçaram sobre o Turismo.

No campo académico, pertencem às ciências sociais os primeiros estudos sistemáticos do turismo, dirigidos para o primeiro continente a experimentar o turismo de massas, o continente europeu. H.J.Knebel (1960), foi um dos autores dos primeiros trabalhos na área do turismo com interesses sociológicos e antropológicos, seguido nos anos 70, de Cohen (1972) e MacCannell (1973).

Nos anos 70, o campo de estudo do turismo passou por um rápido crescimento que se repercutiu num importante incremento de publicações e revistas (Santana, 1997), entre as quais se destacam *Annals of Tourism Research*, *Tourist Management* e *Perspectivas y Estudios en Turismo*. Entre os seus autores destacam-se os nomes de Yong (1973), Turner e Ash (1975), MacCannell (1976), Noronha (1977) e Smith (1977).

Augustín Santana (1997) inscreve o Turismo na denominação de “Aldeia Global”, complexa e interdependente e explica que o Turismo, mais do que um simples tempo de ociosidade dos indivíduos, tem a característica de transcender as fronteiras donde ele emerge e dos que o recebem, envolvendo-se com uma mescla de territórios, economias, culturas, e identidades.

Este autor explica como a globalização, sobretudo económica, oferece a possibilidade de conhecer outros cantos do mundo, outros “paraísos”, que vão além do que é possível imaginar.

Santana (1997) sugere que o estudo desta actividade intercepta as diferentes culturas, valores, comportamentos, identidades culturais, desenvolvimento, etc. Referindo-se ao objecto tradicional da Antropologia, enquanto ciência do Homem, explica como na busca do exótico o Homem passou ao longo dos tempos por várias designações turísticas. Turista é o anfitrião, o indígena, o hóspede, é o “outro”, o



“estranho”. Mas por outro lado reflecte sobre o outro mundo, os que recebem os visitantes, ou melhor, a população local.

Na verdade, o Turismo, assente na deslocação de pessoas, afecta todos e cada um dos componentes das culturas e territórios geográficos que se vêm invadidos na sua forma de ser e de estar, no seu *modus vivendi*, facto que leva Santana (1997) a considerar que *“el turismo representa un terreno que cruza transversalmente los campos disciplinares”* (Santana, 1997: 5).

Um fenómeno tão complexo como é o Turismo necessita de ser estudado sob o olhar das várias ciências, remetendo a questão para a noção de fenómeno social total de Marcel Mauss. Nesta linha, é explicada a importância da Antropologia do Turismo ao *“dispor da capacidade para abordar cualquier nueva situación creada por el genero humano”* (Santana, 1997: 5). A actividade turística e os seus actores não constituem uma excepção e a sua compreensão necessita do esforço conjunto e complementar do olhar de antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas, psicólogos e outros mais.

A propósito da Antropologia, Santana (1997) explica como esta *área disciplinar* pode estudar o fenómeno turístico a partir da relatividade das questões culturais, das relações recíprocas inerentes a cada grupo e das diferentes estratégias de decisão dos actores, dos comportamentos destes, dos grupos e das instituições, através do trabalho de campo.

A maior parte dos escritos sobre a Antropologia e a Sociologia do Turismo versam sobre o intercâmbio cultural entre turistas e hospedeiros, nomeadamente a partir da II Guerra Mundial, altura em que se começa a perceber que o intercâmbio de valores, culturas, ideias, crenças, se dá quando ocorrem adaptações a meios diferentes ou quando se agregam novos elementos, possibilitando a transmissão cultural de geração para geração. Refere-se à aculturação como um processo de intercâmbio cultural (Santana, 1997), segundo o qual *“os procesos y acontecimientos que provienen del encuentro de dos o más culturas y, en principio, por definición, todas las culturas implicadas se verán afectadas”* (Santana, 1997: 7).

Do ponto de vista do desenvolvimento turístico, esta invasão da cultura local/residente pelas culturas visitantes, coloca os últimos numa posição mais delicada, uma vez que pode implicar uma desestruturação do que é considerado normal.

Para além dos autores referidos anteriormente, existem também várias investigações realizadas nas universidades portuguesas, no domínio da temática do turismo, nomeadamente, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociologia e da

Antropologia na Universidade de Évora, em que é possível destacar um conjunto significativo de estudos que versam sobre a relação entre o turismo, o desenvolvimento e as práticas culturais.

Neste sentido, há que fazer referência ao trabalho de investigação de Domingas Lança, subordinado ao tema *Turismo como factor de desenvolvimento – O triângulo turístico Beja/Mértola/Serpa* (1998). A autora neste trabalho procede ao levantamento dos recursos e das potencialidades turísticas do distrito de Beja, com o intuito de definir uma estratégia direccionada para o desenvolvimento turístico no triângulo das localidades mencionadas no tema.

Elsa Lopes (1997), é outra autora que trata o tema turístico, contudo fora do contexto alentejano. Para a realização da sua investigação intitulada *Contributos para o desenvolvimento de uma estratégia turística – O caso particular do concelho de Óbitos* (1997), a autora utilizou uma amostra intencional constituída por 120 visitantes (dos quais 103 estrangeiros). De referir ainda que os resultados da investigação ilustram que o aumento do fenómeno do turístico na região estudada (concelho de Óbitos), “*deveu-se, fundamentalmente, ao imprevisto, à dinâmica económica e, muitas vezes, à dinâmica especulativa. Este facto implicou um desenvolvimento distorcido do sector, acompanhado de uma crescente concentração territorial (vila de Óbitos) e temporal (Verão) da actividade turística, de graves carências infra-estruturais (...) de flagrantes fenómenos de degradação ambiental (exemplo da Lagoa de Óbitos) e de uma verdadeira agressão ao território e ao património artístico e histórico, deixados, muito frequentemente, ao abandono*” (Lopes, 1997:86)

Numa perspectiva de desenvolvimento orientado para o Turismo Rural encontramos os trabalhos de José Martins dos Santos (1997), intitulado *A necessidade de diversificação da oferta turística de Olhão: Um projecto de planeamento turístico na freguesia rural de Moncarapacho* (1995), em que o Turismo é visto como factor de desenvolvimento local e regional integrado.

Outro trabalho dentro da mesma linha temática é o trabalho de Ana Garcia, intitulado “*Turismo Cultural: Sintra – Património da Humanidade*” (1997), em que a autora faz referência ao perfil do turista que visita Sintra.

De Sérgio de Andrade temos a investigação *Turismo em espaço rural na Zona Norte da Ilha da Madeira (concelho de Santana, S. Vicente e Porto Moniz)* que data de 1996. É um estudo orientado no sentido de detectar em que medida a implantação do

Turismo em Espaço Rural contribui para o desenvolvimento económico e social da área em estudo.

No que diz respeito à perspectiva dos impactos causados pelo desenvolvimento desta actividade salienta-se o trabalho de Maria de Fátima Raposo (1997), *O turismo como factor de mudança em Cabanas* (1997), no qual a autora concluiu que as mudanças em Cabanas foram drásticas, pois não trouxeram qualquer tipo de benefícios à população local.

A abordar a temática do turismo de aldeia, salienta-se a dissertação de Mestrado de Carla Lã-Branca (2000), intitulado *Turismo de Aldeia e Desenvolvimento Local – Estudo de Caso no Alentejo* (2000). Interrogar o papel do turismo no desenvolvimento local, tendo por base o Programa LEADER II no Alentejo Central, foi o principal objectivo deste estudo, o qual veio confirmar a importância fulcral do turismo de aldeia na potenciação do desenvolvimento nomeadamente, através da maximização dos recursos endógenos.

As diferentes investigações confirmam a crescente importância que é dada na actualidade ao Turismo em geral e ao Turismo Rural e de Natureza em particular.

Do ponto de vista do panorama mais alargado, interessa referir que os artigos pioneiros sobre a problemática turística, em perspectiva etnográfica foram da autoria de Theron Nuñez em 1963 e 1964, sobre os impactos do turismo de fim de semana em localidades mexicanas e dos impactos do turismo urbano numa comunidade rural do mesmo país. Estes textos anteciparam muitas das grandes preocupações que se colocam hoje a sociólogos, antropólogos, técnicos de planeamento, economistas e aos detentores do poder local/regional. O próprio Nuñez colaborou numa antologia *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*, editada por Valene Smith em 1977 (com uma 2ª edição em 1989), que passa por ser o título mais conhecido e apreciado da literatura antropológica sobre turismo.

Já em 1962, o sociólogo Joffre Dumazedier no seu trabalho *Vers une Civilization du Loisir* tinha abordado questões pertinentes da vida quotidiana e o lugar do turismo no âmbito das actividades de lazer.

De facto, o Turismo assume-se cada vez mais como um fenómeno complexo e multifacetado. É um verdadeiro fenómeno social total, recorrendo ao termo de Marcel Mauss: é um fenómeno económico, social, cultural e político.

Sendo um fenómeno social total, o Turismo emerge como um factor de desenvolvimento local, nomeadamente, em regiões mais desfavorecidas como

acontece com os concelhos em estudo, razão pela qual apresentamos de seguida um breve panorama da importância da actividade turística face ao processo de desenvolvimento local do Alentejo.

II. Turismo e Desenvolvimento

Turismo como um factor de Desenvolvimento Local e Regional

Cada vez mais e com mais premência a questão relacionada com o ambiente e o desenvolvimento sustentável se constitui o centro das Ciências Sociais e de grandes pensadores.

Ao recusar o determinismo biológico, a Sociologia, enquanto ciência social, tem contribuído fortemente para a discussão desta problemática.

Ao contrário das Ciências Naturais, de cunho determinantemente positivista, as Ciências Sociais vêm a dicotomia natureza/sociedade e ou natureza/cultura não como duas realidades opostas mas interdependentes (Cardoso, 2001).

É inegável que a discussão em torno do ambiente, do "verde" está cada vez mais na ordem do dia e que tal se deve em grande parte a razões e motivações de ordem política, económica e também ao papel desempenhado pelos *mass media*, promovendo a tomada de consciência ambiental por parte de todos "nós". É igualmente notória a crescente criação de grupos ambientalistas, bem como de outros grupos defensores do meio ambiente.

Ambiente e desenvolvimento são inseparáveis e no seu centro encontram-se os espaços rurais, que ultimamente têm vindo a ser alvo das mais variadas preocupações e interrogações. Em torno do ambiente e dos espaços rurais, gira por sua vez, o turismo, assim como outras actividades económicas, de semelhante natureza. Estas actividades têm vindo a gerar alguma dinâmica de desenvolvimento e de transformação económica e social (Gannon, 1994 *in* Cardoso, 2001).

Como é já sabido, o desenvolvimento tem vindo, nas últimas décadas a ser estudado por vários autores, de acordo com várias e variadas concepções. Mas o que é o desenvolvimento? Como tem evoluído?

Se nos anos 60 vigorava a ideia de que desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico, hoje essa ideia é errada. Até aos anos 60 predominava uma concepção evolucionista e linear do crescimento económico, cuja sustentabilidade era alimentada pela economia e pela racionalidade.

Adam Smith, economista clássico-liberal, defendia como pressuposto base a ideia de que o mundo caminharia para o crescente progresso e consumo, onde a oferta e a procura tomariam as rédeas do equilíbrio económico e social.

Partir da ideia de que a base económica constitui o pilar fundamental do desenvolvimento, é reduzir este ao mero crescimento económico, relegando para plano secundário as dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas do desenvolvimento (Ramos e Silva, 2001). Ao serem incapazes de responderem ao processo de desintegração e de crise provocados pela sociedade industrial/moderna, as teorias clássicas liberais caíram em desuso.

Uma nova tentativa é levada adiante por um novo esforço de teorização. Keynes (1936), veio propor uma alternativa à doutrina liberal do *laissez-faire*, rejeitando a ideia da concorrência perfeita, assim como equilíbrio automático ~~através da lei~~ da oferta e da procura (Cardoso, 2001). Com a sua teoria, Keynes pretendia estabelecer algumas condições necessárias à obtenção do pleno emprego, através de uma maior intervenção do Estado. Contudo, a evolução deste processo veio demonstrar que este modelo de desenvolvimento, apesar da celeridade do ritmo de crescimento, se mostrou "estruturalmente injusto" (Ramos e Silva, 2001).

Mais uma vez se veio a confirmar que o desenvolvimento, apesar da sua componente económica, não pode nunca ser visto sem atender às necessidades e capacidades de potenciação daqueles que são os seus actores, isto é, a população local.

De acordo com Roque Amaro (1990), esta incapacidade para dar resposta aos problemas sentidos deve-se à "*incapacidade para articular e conjugar as três dimensões fundamentais do ser humano: a sua individualidade (que o diferencia dos outros); a sua relação social ou dimensão colectiva (que o aproxima e o solidariza) com os outros) e a sua intimidade com a natureza ou a consciência ecológica (que o situa na criação, no seu ambiente vital)*" (Amaro, 1990: 445). Assim, em vez de diminuir os fossos das assimetrias regionais e mundiais, estas teorias vieram agravar as desigualdades estruturais, quer pelas degradação das condições materiais, sociais e ambientais, quer pela degradação dos valores e relações humanas.

Seers (1969) e Myrdal (1974) ao criticarem os pressupostos (neo)liberais, construíram uma visão mais consentânea com os problemas concretos de cada país e de cada região. Consideram que o processo de desenvolvimento não passa somente pela transferência de capital e tecnologia, mas por uma ponderação de factores ético-políticos, o que significa que é preciso ter em conta os actores locais, os recursos humanos e organizacionais. Cada local, cada região, a partir dos seus recursos locais, saberá actuar por forma a melhorar as suas condições de vida.

Para além destas concepções macro-económicas e macro-sociais em torno do desenvolvimento, ainda que de uma forma sintética, importa ainda tecer algumas considerações sobre dois modelos diferentes, mas de igual modo relevantes, no percurso do desenvolvimento local.

Seria incorrecto falar em desenvolvimento sem falar nos modelos territorialista e funcionalista do desenvolvimento, assim como seria amputar o processo de desenvolvimento se não fosse apresentada a sua articulação com a componente ecológica, entendida como *"uma problemática a ter em conta nas estratégias de desenvolvimento e não apenas num sentido adaptativo, mas alternativo"* (Cardoso, 2001).

O Desenvolvimento não é uma questão de agora, tal como já anteriormente foi referido, se bem que é nos dias de hoje que, face às profundas mudanças e constantes, que têm vindo a assolar todos os cantos da sociedade, ela tem vindo a ser alvo de irrequietas atenções.

Toda a problemática do desenvolvimento emergiu desde logo, num período de pós-segunda guerra mundial, altura em que começaram a surgir as primeiras tomadas de consciência face aos fortes problemas que se faziam sentir nos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Inicialmente, a questão do desenvolvimento girava em torno de uma forte persistência em associar o desenvolvimento a crescimento económico, como se um significasse o outro e vice-versa, porém, como teremos oportunidade de ver mais adiante crescimento económico não tem que necessariamente ser sinónimo de desenvolvimento.

Qual a percepção do processo de desenvolvimento sob o ponto de vista vários autores?

Se para uns, como acontece com B. Higgins (1959) o *"desenvolvimento é um acréscimo sensível no rendimento total e no rendimento per capita, largamente espalhado entre os grupos profissionais e sociais, que dura pelo menos duas gerações e se torna cumulativo, para outros, existe sempre desenvolvimento sempre que ocorram "transformações das estruturas mentais e do hábitos sociais que permitem o crescimento do produto real global e que transformam os progressos particulares num progresso do todo social"* (Perroux 1962 in Moura 1935-1973:19), o que mostra como podemos ver na afirmação, que, se desenvolvimento é por um lado, crescimento, por

outro lado, ele é também, o resultado de uma mudança de mentalidade e de modos de vida.

Para outros autores como, Goulet (1971) falar de desenvolvimento é falar em *libertação*, no sentido de que o desenvolvimento pode tornar os homens mais livres.

Acentuando também a vertente mais humana do desenvolvimento, está a definição dada por Austruy (1972), para o qual o desenvolvimento deve ser entendido antes de mais, como *“um movimento que altera fundamentalmente uma sociedade para permitir o aparecimento, a prossecução e a orientação do crescimento para uma significação humana”* (Austruy, 1972 in Moura, 1935-1973:19). Na mesma linha de pensamento, Lebret, considera que desenvolvimento deve ser entendido como uma acção, em que o desenvolvimento não é mais do que um feixe, numa evolução coordenada e harmonizada, de passagens de uma fase menos humana a uma fase mais humana (J. Lebret, 1961 in Moura, 1935-1973).

Moura (1972), num dos seus artigos sobre Desenvolvimento e Produtividade, escreve que *“só há desenvolvimento quando, para todos os homens e para cada um, se verifica a passagem de condições humanas a condições mais humanas”* (Moura, 1972: 9). De facto, desenvolvimento é transformação, é mudança. Mas a que condições mais humanas se refere o autor? Qual a diferença entre humanas e mais humanas?

Um coisa é certa e inevitável: falar de desenvolvimento é falar do homem, o desenvolvimento foi feito para servir o homem, como muito bem refere Moura (1935-1973), o que mais uma vez vem reforçar a ideia de que, como acrescentou Paulo VI, em 1967, o que conta no processo de desenvolvimento é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira. O desenvolvimento deve ser feito para atingir todos os homens, sem qualquer restrição. As melhores condições de vida devem generalizar-se a todos os homens, a todas as idades, a todas as classes sociais e só assim será possível falar num desenvolvimento global e globalizante.

Tendo por base as diferentes definições de desenvolvimento apresentadas anteriormente, podemos de facto verificar que crescimento económico não é o único meio de desenvolvimento, ou melhor, de promoção de desenvolvimento. É óbvio que o crescimento económico é uma das grandes vertentes do desenvolvimento, mas será sempre apenas entendido como um dos meios, pois *“por si só não conduz ao*

desenvolvimento no sentido amplo em que foi apontado, como é o desejável" (Moura, 1935-1973: 20).

Moura, chega mesmo a considerar que só os *fins sociais*, assim por ele designados, podem constituir os fins últimos do desenvolvimento, e que todos os outros, como sejam os de cariz mais económico, funcionam apenas como *fins intermédios*, enquanto etapas para se atingir os fins sociais (Moura, 1935-1973: 9).

Como é possível observar, as várias definições de desenvolvimento apresentadas, sob o ponto de vista de vários autores mostram que de facto o processo de desenvolvimento não pode resultar apenas de uma das vertentes, ou seja, para que se verifique é necessário que actuem para um mesmo fim duas vertentes que se complementam, a vertente económica e a vertente social.

Esta ideia de que o desenvolvimento é um processo, por um lado, económico, por outro lado, social, remete-nos imediatamente para a os dois paradigmas de abordagem de desenvolvimento, designadamente, o paradigma funcionalista e o paradigma territorialista, na medida em que no primeiro prevalece a concepção de que o desenvolvimento parte da concentração do crescimento económico, e no segundo, a concepção de que são as pessoas o principal centro do processo de desenvolvimento, e como tal apela para a sua intervenção activa e participação neste mesmo processo.

O primeiro, o paradigma funcionalista, está intimamente ligado ao modelo fordista do funcionamento das economias. Trata-se de um modelo caracterizado por um movimento descendente, ou seja, de "cima para baixo" (centrifugo), de "dentro para fora". A sua concepção básica é a de que o desenvolvimento parte da concentração do crescimento económico em determinados pólos ou regiões, dando deste modo origem a regiões marginalizadas e fazendo com que o desenvolvimento regional se sujeite a lógicas exógenas ou de base mundial.

De uma forma mais sumariada, Santos (1997) refere que esta lógica territorial assenta em três princípios fundamentais, como sejam, *"integração territorial e funcional generalização das dependências; domínio dos centros e sectores ligados à visão da base mundial; e, reforço da acessibilidade das zonas produtivas mais rendíveis"* (Santos, 1997: 669). Tendo por base o pressuposto da difusão espacial, o paradigma funcionalista partia do princípio de que o ordenamento e desenvolvimento das funções e do espaço eram decididas centralmente, ou seja, pela administração ou poder central. Esta por sua vez, actuava no sentido de procurar satisfazer necessidades e, em simultâneo, legitimar o seu próprio poder central (Santos, 1997).

Por esta altura, o crescimento era erroneamente identificado com desenvolvimento, o que acabou por ter consequências negativas e contribuiu para a queda deste paradigma. De acordo com Amaro (1991) e Santos (1997) outros factores contribuíram para esta decadência, entre os quais estão:

- a reformulação de questões, como o crescimento económico e desenvolvimento, devido à crise do início da década de 70, a crise do petróleo;
- a crise do Estado-Providência e consequentemente, do Estado-Nação;
- o abandono dos princípios tayloristas, ou melhor, a inadequação dos modelos tradicionais de organização;
- a revolução tecnológica;
- o desenvolvimento de novos relacionamentos sociais;
- a crescente afirmação da sociedade da informação, baseada no saber e no conhecimento;
- diferentes noções de tempo e de espaço;
- modificação da densidade populacional;
- a crescente consciência ambiental, e
- a crescente globalização da economia.

Com todos estes factores, o paradigma funcionalista começou a ser desproporcional, no sentido de que assentava na maximização das oportunidades económicas, as quais eram entendidas como exteriores às acções dos actores e aos factores culturais, próprios de cada território.

O nível de conhecimentos e de qualificação aumenta, os meios de comunicação facilitam a troca de informação, as pessoas começam a intervir cada vez mais na resolução dos problemas que as circundam, promovendo o aparecimento de uma nova abordagem –o paradigma territorialista- que surgiu na década de 70.

A sua principal preocupação assenta na articulação entre a problemática do espaço e do desenvolvimento. Ao contrário da tradicional abordagem, este novo paradigma vê o desenvolvimento “de baixo para cima”. O espaço passa a ser visto como local de acção social (Santos, 1991) e deixa de o ser apenas enquanto produto de funções. Abandona-se a concepção do “espaço como objecto de produção” e passa a funcionar como espaço de iniciativa dinâmico, de “produção do território” como protagonista interveniente no seu destino (Santos, 1991). O seu interesse essencial é tentar aproveitar

todas as potencialidades regionais e locais, no sentido de poder criar uma estrutura regional competitiva e consolidá-la para o futuro, centrando-se para tal nas necessidades básicas da população.

Com o paradigma territorialista surge então uma nova ideia de desenvolvimento. Para se poder falar em desenvolvimento passa a ser necessário saber da pobreza, do desemprego, se estes aumentaram ou diminuíram, se os recursos ambientais são valorizados ou destruídos, se a poluição aumentou ou diminuiu. Não basta saber dos recursos, materiais ou imateriais, é preciso saber se esses recursos são potenciados ou desperdiçados, em que estado se encontra a participação democrática, se melhorou ou se piorou.

A ideia de que o espaço é o local em que há recursos económicos que podem ser utilizados com maior ou menor intensidade tende cada vez mais a cair em esquecimento e, passam a ser as relações sociais e culturais geradas pelas pessoas, a sua identidade socio-cultural, o centro do desenvolvimento local.

Emerge assim, uma visão integrada de desenvolvimento, em que este surge como *“um processo centrado numa ideia de desenvolvimento que é, em última instância, o aumento global do bem-estar das pessoas e através da sua participação e exercício duma cidadania activa, a qual só se pode fazer de baixo para cima, ou seja, só se pode fazer a partir de onde, para cada comunidade, as coisas acontecem”* (Leão, 1997: 100).

Como refere Cardoso (2001) quando é abordada a questão do desenvolvimento não só se deve assumir o papel dos agentes locais como principais protagonistas desse processo de desenvolvimento como se terá de o articular com as questões ambientais ou ecológicas.

Perspectivar o ambiente como uma recurso de elevada importância no domínio do desenvolvimento local/regional é actualmente uma certeza. Efectivamente, qualquer processo de desenvolvimento sócio-económico não poder ser pensado sem se ter em consideração as suas consequências ao nível ambiental (Ramos e Silva, 2001: 59).

Se para alguns autores, quando abordado o binómio desenvolvimento-ambiente, trata-se apenas de corrigir os excessos e adoptar algumas medidas que tornem menos pernicioso possível para o ambiente a lógica do sistema, para outros, o crescimento económico interfere negativamente sobre o meio ambiente ou a natureza, o que significa que devem ser reformulados quer os fins, quer os meios do desenvolvimento.

De facto as preocupações a nível ambiental não são recentes, pois foi já nas décadas de 50/60 que se iniciaram os alertas e o crescimento dos movimentos ecologistas (Burnay, 2000). A tomada de consciência pública perante as ameaças ao meio ambiente, como a poluição, o efeito de estufa, a destruição da camada do ozono, começa a fazer sentir-se. De igual modo, percebeu-se de que devem ser minimizados ou evitados tais fenómenos negativos. Por outro lado, estas problemáticas acolhem cada vez maior adesão, da parte de organismos nacionais e internacionais, como aconteceu com a Conferência de Estocolmo sobre "Ambiente Humano", em 1972, pela ONU.

Mais importante ainda é que, o meio ambiente não deve ser explorado acima das suas capacidades de absorção e de regeneração.

É evidente que ambiente e turismo estão interrelacionados, assim como o desenvolvimento, daí que qualquer tentativa de exploração turística será um fracasso se paralelamente não existir uma política de conservação do ambiente e uma política de Turismo Sustentável (Ramos e Silva, 2001: 61), pois é do ambiente que advém a "matéria-prima" para a prática do Turismo.

O termo Sustentabilidade, é hoje em dia, algo que acompanha (ou pelo menos deverá acompanhar), a problemática do desenvolvimento sempre que sobre ela se discuta. Quer seja local, regional ou nacional, ou ainda mundial, o desenvolvimento deve assentar numa perspectiva ecocêntrica (Cardoso, 2001), possibilitando uma correcta integração entre as diversas políticas agrárias e ambientais, nunca esquecendo porém, a obtenção dos objectivos de produtividade e eficiência, e ainda, de equidade.

O espaço rural deve ser valorizado não apenas como espaço de produção, mas também como espaço cultural e ambiental, cuja importância é inegável. É neste sentido que deve ser adoptada uma estratégia de desenvolvimento local, que promovendo a mudança, garanta a preservação dos valores intrínsecos da cultura geral de um local e do seu povo.

Como afirma Cardoso (2001), no 1º Congresso de Estudos Rurais, deve haver a preocupação de valorizar os espaços rurais de modo a permitir combinar com a agricultura outras actividades tais como, o turismo, o lazer e o ambiente limpo e agradável para os residentes e para os 'forasteiros'.

Eco-Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

Não se pode negar que o Turismo, enquanto actividade económica e social, tem nos últimos anos vindo a afirmar-se como uma estratégia de desenvolvimento fulcral, nomeadamente, quando em questão estão os espaços rurais.

Para além do aumento dos rendimentos, a construção de infra-estruturas, a formação de recursos humanos, a criação de emprego, o aumento da produção e ainda, a entrada de divisas e o aumento da riqueza (Simões, 1993), o Turismo parece constituir-se num motor imprescindível para a *"inversão de um ciclo de desenvolvimento regressivo e atrofiador, que põe em causa a sobrevivência das próprias regiões e conseqüentemente das populações, em conjunto com toda a sua vida social e cultural* (Ramos e Silva, 2001: 44).

Na tentativa de ultrapassar a crise ambiental que hoje em dia se vive, a ideia de desenvolvimento sustentável emerge cada vez mais como um princípio básico, agregador e integrador institucional na perspectiva da modernização ecológica (Cardoso, 2001). É nesse sentido que uma das maiores preocupações da Comunidade Europeia se centra no incentivo de práticas ecológicas no turismo, através do desenvolvimento de programas e instrumentos específicos.

De facto o turismo, assume-se como um "contributo potencializador", quer através do bom aproveitamento e melhoria dos recursos culturais e naturais de cada espaço rural/local, quer funcionando como fonte de rendimento, e em simultâneo, criando postos de emprego. Não é ao acaso que, segundo a Comunidade Europeia, a estratégia de desenvolvimento sustentável do Turismo se constitui numa prioridade da sua acção (Cardoso, 2001).

Mas o que é afinal o desenvolvimento sustentável?

Há já algumas décadas atrás, alguns países direccionam as suas preocupações para as questões ambientais, tornando-se um fenómeno mundial que surge com muita força a partir de 1968, motivados pelos movimentos sociais e logo depois pela crise do petróleo (Dantas, 1999: 9). Em 1970 surge um informativo elaborado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) solicitado pelo Clube de Roma, sobre os *Limites de Crescimento*, que apela para uma sociedade materialmente suficiente, socialmente equitativa e ecológica.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972 acontece em Estocolmo, mais propriamente na Suécia, e deixa bem clara a

necessidade de implementar estratégias ambientais adequadas para promover um desenvolvimento sócio-económico equitativo, ficando assim decidido o termo *ecodesenvolvimento* que mais tarde vem a ser substituído por *Desenvolvimento Sustentável* (Dantas, 1999).

Nesta Conferência foram estabelecidos 27 princípios norteadores da relação homem-natureza. Trata-se de um conjunto de princípios que denunciavam em grande parte, a responsabilidade do subdesenvolvimento pela degradação ambiental (Pedrozo e Nunes da Silva, s.d.), e estabeleceu a base teórica para o termo *Desenvolvimento Sustentável*.

Alguns anos depois, em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ONU), presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, elaborou um documento denominado "Nosso Futuro Comum", onde ficou estabelecido o compromisso dos vários países em promover o desenvolvimento económico e social em conformidade com a preservação ambiental.

O Relatório *Brundtland* também apresenta aspectos directamente relacionados com a degradação ambiental abordando causas e efeito e propondo políticas internacionais quanto aos aspectos económicos, sociais, políticos e ambientais, com o objectivo de gerar um crescimento económico compatível com a preservação da natureza (Dantas, 1999). Este relatório prevê ainda, que o crescimento económico não pode ocorrer sem a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos. Como salientam os autores Pedrozo e Nunes da Silva (s.d.), são quatro os parâmetros que, concebidos em conjunto conferem a possibilidade de alcançar uma sustentabilidade que seja global, designadamente, a preservação da natureza, a eliminação da pobreza, o crescimento económico e a garantia de existência das gerações futuras.

Para esta polémica do *Desenvolvimento Sustentável*, muito contribuiu a Conferência no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio/92 ou Eco/92, que elaborou um documento denominado Agenda 21, o qual contém a estratégia de acção, com os princípios básicos para a construção de uma sociedade sustentável, conforme salienta Dantas (1999).

Fica, portanto, bem claro que o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* tem por base o suprimento das necessidades do presente e que estas estão associadas à preservação das condições de vida das gerações futuras, como é possível verificar na definição apresentada pela Comissão Brundtland (1987), a qual sustenta que "*o desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento que faz face às necessidades da*

geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (Brundtland Commission, 1997 in Pedrozo e Nunes da Silva, s.d.).

Esta definição revela a importância da equidade social entre gerações assim como ressalva a ideia de que um modelo de desenvolvimento que seja positivo para as gerações presentes, não pode colocar em risco a perpetuação da espécie humana. Significa isto que o modelo de desenvolvimento vigente deve ser capaz de deixar para as gerações futuras um legado que lhes garanta a sobrevivência.

A partir deste momento muitas iniciativas visando as questões ambientais, começam a ganhar relevo a nível mundial.

Trata-se de um conceito que em termos de definição global apresenta algumas dificuldades, assim como em termos de rigor analítico. O seu significado é variável de acordo com as abordagens científicas, ecologistas, planificadores ambientais, economistas, etc. A tendência mais comum é para centrar a sustentabilidade em relação aos recursos. Porém, há quem a considere do ponto de vista da procura, como é o caso de António Cardoso (2001), outros ainda detêm-se nos níveis de consumo.

López-Lopéz (2001) aponta para a conservação da natureza como um factor chave de desenvolvimento de competitividade no sector turístico, o que significa que para esta autora a questão da sustentabilidade passa pela preservação do que é natural.

Por outro lado, a sustentabilidade, pode ainda ser pensada tendo por princípio básico que se deve apostar nos recursos locais, nomeadamente, os recursos humanos, isto porque é nas pessoas de cada local e nas suas capacidades que deve ser fundamentado um processo de desenvolvimento sustentável.

Comunidades Locais e Turismo: impactos e sustentabilidade

Associada a comunidades locais aparece normalmente a ideia de tradição, equilíbrio, harmonia, e como tal a ausência de qualquer tipo de conflitos sociais. As relações exteriores são apenas estabelecidas com a cidade mais próxima, com a qual as comunidades locais estabelecem relações de cooperação (Cardoso, 2001) e de complementaridade. Aquando da existência de alguns problemas ou tensões eventuais com o exterior, eles são resolvidos pelos mediadores locais.

Contudo, e porque tudo evolui e está sujeito à mudança, as sociedades modernas ocidentais acarretaram mudanças que têm afectado as áreas rurais debilitadas.

O abandono crescente das práticas rurais agrícolas e tradicionais, a desertificação, ficaram a dever-se nada mais do que ao movimento das imigrações em direcção aos centros urbanos e industrializados. A procura de melhores condições monetárias dos agregados familiares das comunidades rurais em direcção ao meio urbano, veio trazer o desemprego.

Neste cenário estava gerada a “crise do mundo rural”, que ao confrontar-se com problemas como a evolução dos sistema económico, com o acesso fácil às aglomerações urbanas e o contínuo êxodo rural, tende a cair no esquecimento, quando na verdade se sabe que é no espaço rural que estão presentes as funções vitais para toda a sociedade.

Como salienta o autor António Cardoso (2001), o espaço rural é indispensável para o equilíbrio ecológico e emerge cada vez mais como um local de acolhimento privilegiado para o repouso e o recreio. Neste sentido, dever-se-á perspectivar novas formas de desenvolvimento sustentável para as comunidades rurais. Para tal, é necessário apostar e garantir a preservação de cada território, do património cultural único e diferenciado, a identidade histórico-cultural e, ainda, desenvolver estratégias de fixação das populações. Só assim será possível evitar o declínio demográfico e económico das áreas rurais.

Com a dominação do modelo urbano e industrial, com o domínio do campo pela cidade, o mundo rural em geral, e o meio rural em específico, têm vindo a conhecer um estado de abandono e uma situação marginalizada (Cardoso, 2001). Se hoje, a natureza e o ambiente, próprios de um espaço rural deixaram de ter um papel essencialmente produtivo, onde os costumes e a tradição marcavam os residentes, então é porque o “passado” se está a perder, para passar a prevalecer uma “representação estética e lúdica” emergente dos “novos protagonistas urbanos e institucionais”, afirma o autor em causa.

Como já anteriormente foi referido, não é recente a preocupação em torno do crescimento económico, das desigualdades sociais e do desenvolvimento.

O modelo territorialista, do qual já se falou, vem precisamente actuar no sentido de superar as posições de cariz estrutural-funcionalista, assente no crescimento económico, encarado como factor capital de desenvolvimento. Com os pressupostos básicos do modelo territorialista – “actuar de baixo para cima”, centrado nas pessoas, enquanto sujeitos activos e com capacidade de participação e poder de decisão –

começava-se a desbravar terreno para incluir as pessoas e os locais mais desfavorecidos nas políticas de desenvolvimento, e não apenas como simples beneficiários, mas acima de tudo como parceiros activos desse processo tão complexo, que é o desenvolvimento local. Por outro lado, estavam criadas as condições para o Turismo se afirmar enquanto área de especial interesse para revitalizar o meio rural e as suas comunidades (Cardoso, 2001).

Efectivamente, o sector turístico emerge então como uma actividade económica alternativa de contribuir para o problema do desenvolvimento rural, visto a agricultura por si só, ser insuficiente. Quer isto dizer, que, sem se deixar de potenciar a agricultura, outras medidas deverão ser implementadas, que, diversificando as actividades económicas permitam promover um desenvolvimento local sustentável.

Há que ter sempre em conta que o desenvolvimento de espaços rurais ou de zonas desfavorecidas, deve passar essencialmente, *"pela salvaguarda e manutenção da sua identidade cultural, aproveitando e dinamizando de forma inteligente e sensata, o potencial único que existe"* (Ramos e Silva, 2001: 38), o que quer dizer que as estratégias de desenvolvimento turístico não devem ser implementadas com o único pretexto de servir de fonte de rendimentos.

De acordo com o autor Francisco Ramos (1996), *"O Turismo é um fenómeno de características múltiplas que tem vindo a assumir um peso significativo, a vários níveis, nas relações entre regiões, países e continentes"* (Ramos, 1996: 83). O Turismo exerce na verdade, para além dos aspectos económicos, uma grande influência no domínio sócio-cultural, no campo da preservação ambiental e do património edificado. Por outro lado, intervém também no desenvolvimento dos recursos humanos, na mudança de atitudes, de mentalidades e de comportamentos, sobretudo nas áreas rurais.

Como tal, é neste sentido que, como refere Capucha (1996), nas áreas rurais "recuadas" as tendências actuais de transformação de lazer, da procura turística e de valorização do património, e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de regiões rurais mais desfavorecidas (Capucha, 1996). Contudo, também é preciso entender que o turismo, apesar de se constituir numa mola impulsadora de desenvolvimento, ele não é *per si* a solução global e universal para resolver os problemas de subdesenvolvimento em que muitas das zonas rurais se encontram (Cardoso, 2001).

Como considera Verbole (1995), num processo de desenvolvimento de turismo rural é necessário questionar-se sobre o que se deve desenvolver e sustentar, em

benefício de quem e baseado em que critérios, áreas e durante quanto tempo (Verbole, 1995 in Cardoso, 2001).

Esta afirmação vem sustentar que será importante ter em consideração que os impactos do turismo podem ser positivos ou negativos de acordo com as características dos residentes, isto é, factores como as suas percepções, a posição social, interesses e recursos existentes e disponíveis.

As consequências do fenómeno turístico podem ser positivas e podem ser negativas, variando de gentes para gentes, de local para local, contudo é inegável que quem mais parece padecer são os habitantes das comunidades locais das regiões de destino. Também é verdade que estes não sempre meros sujeitos passivos e que não se podem negar as vantagens económicas, nem a realidade de que o desenvolvimento turístico brinda muitas as vezes as localidades com a possibilidade de estas se abrirem ao mundo exterior e assim promover a sua identidade cultural. Acresce ainda o facto de na sua generalidade, o turismo ser imposto por factores externos em função de imperativos meramente económicos (Santana, 1997), sem a preocupação dos efeitos que pode acarretar a outros níveis.

Tendo por base os impactos gerados pelo turismo, segundo Santana (1997: 61) é possível falar em três categorias de impactos:

- a) Impactos económicos, que englobam custos e benefícios que resultam do desenvolvimento e uso dos bens e serviços;
- b) Impactos físicos, dos quais fazem parte as alterações espaciais e do meio-ambiental;
- c) Impactos sociais e culturais, que resultam da influência exterior na estrutura colectiva e na forma de vida dos residentes, nomeadamente, a nível interpessoal.

Efectivamente, o desenvolvimento do fenómeno turístico tem sido desde sempre acompanhado pela sua estrutura económica. Foram sempre os efeitos económicos do turismo que mais marcaram a sua posição na sociedade e, não é por acaso que são muitos mais os estudos realizados sobre os efeitos económicos do turismo, do que estudos sobre os efeitos sociais e culturais.

As razões apresentadas por Santana (1997) para explicar a incidência de estudos deste fenómeno sobre a sua vertente económica, assentam no facto de, ao comparar os efeitos económicos com os efeitos físicos e sociais, os primeiros serem relativamente fáceis de medir. Outra razão é que desde os anos 30 que se recolhem dados

quantitativos relativamente fiáveis e comparáveis sobre os aspectos económicos do turismo. A terceira razão assenta no princípio de a actividade turística poder produzir rápidos e consideráveis contributos que se constituem como uma força positiva para ajudar a resolver problemas económicos a curto prazo (Santana, 1997).

Grande parte dos estudos enfatizam o aumento dos benefícios económicos nas áreas receptoras, na medida em que há desenvolvimento de bens e serviços turísticos que revertem a favor da economia local. Mas se isso é importante, outros investigadores consideram que mais importante ainda é procurar saber como as actividades turísticas contribuem para diminuir a disparidade regional e aumentar o emprego.

Sempre se considerou o turismo como uma indústria que não só potenciava o crescimento económico como aliviava os problemas de desemprego. Mathieson e Wall (1986) salientam mesmo que o Turismo seria o maior contribuinte para o crescimento económico, através da transformação/modernização da economia agrícola tradicional numa economia baseada nos serviços (Santana, 1997).

Neste sentido, os efeitos do turismo podem sentir-se particularmente na economia local. Santana (1997) refere-se a três efeitos da actividade turística na economia local: os primeiros efeitos devem-se "*el desembolso de moneda extranjera en un país anfitrión*" (Santana, 1997: 64), pois ajusta os gastos directos realizados inicialmente para dotar o destino de infra-estruturas; os efeitos secundários, surgem a partir dos vários contactos do sistema turístico com outros sectores; os efeitos terciários são aqueles "que justificam los gastos inducidos y el incremento del consumo (Santana, 1997: 64).

Por outras palavras, o Turismo proporciona à economia local grandes importâncias de divisas, aumentando o crescimento do produto nacional; gera emprego e cria infra-estruturas, na medida em que os seus serviços estão motivados para a satisfação do entretenimento e do ócio (piscinas, casinos, clubes, etc.).

Na sua capacidade de gerar riqueza e desenvolvimento económico, o turismo é também uma actividade empresarial e portanto, actuante com outros sectores económicos.

Do ponto de vista de Santana (1997), o comportamento do sistema turístico pode ser considerado como uma lógica similar à da produção de qualquer outro sector, desde que não se tenha em conta apenas os bens e os serviços que produz, mas aspectos de produção, redes de transporte, aspectos de consumo, etc. Bens e serviços são de facto dois aspectos imponentes do fenómeno turístico, contudo o turismo moderno não está

confinado às viagens e à acomodação de visitantes (Santana, 1997). Do seu leque fazem parte os produtos alimentares, o alojamento e os aspectos recreativos, os transportes, os serviços de saúde e outros, como Bancos, artigos desportivos, etc. Significa isto que a empresa turística é constituída por um grupo heterogéneo de estabelecimentos que provem de uma ampla gama de bens e de serviços para consumo dos turistas.

Potenciador do crescimento económico e da actividade empresarial, o sistema turístico é ainda, um forte gerador de emprego. Para serem satisfeitas as necessidades do turista, este tem que ser transportado, assistido e alojado, e necessita também de um conjunto de actividades de ócio, para o que é preciso todo um conjunto de pessoas, comunidades activas para desempenhar as funções que garantam o funcionamento do sistema turístico. Como tal, é possível diferenciar então três tipos de emprego advindo do fenómeno turístico (Archer, 1973; Goffe, 1975; Vaughan, 1977; Mathieson e Wall, 1986 e Lea, 1988):

- a) Emprego directo, que resulta da instalação dos visitantes/turistas nos hotéis, apartamentos, etc.;
- b) Emprego indirecto, que compreende tudo o que respeita a transportes, agências, etc., e,
- c) Emprego induzido, resultante dos efeitos multiplicadores do turismo (residentes locais, cambio de moeda, comércio, etc.).

Apesar de tudo, são mais os postos de trabalho directo que o Turismo cria do que propriamente os restantes. O que é que acontece? As primeiras expectativas em redor do turismo surgem localizadas e torno da área geográfica afectada. Aos poucos, essa atracção estende-se. As oportunidades de emprego no turismo, incluindo também o processo inicial de construção, atrai geralmente trabalhadores de outros sectores económicos tradicionais, como a pesca ou a agricultura, e abrem oportunidades laborais para a população feminina.

Santana (1997) menciona pelo menos três manifestações do emprego turístico: as derivadas do emprego feminino; a migração rural-urbana e a correlação emprego-estabilidade/emprego-instabilidade.

No campo das mulheres, a sua inserção nesta esfera laboral, compatibiliza-se em muitos casos com os seus trabalhos tradicionais, o que lhes permite não só independências dos seus pais e dos seus marido, como adquirem uma nova posição na estrutura social.

A migração rural-urbana é uma importante manifestação do sistema turístico. A habilidade da actividade turística para criar centros urbanos, veio facilitar a mudança de residência dos indivíduos. Passa-se de habitantes do campo para habitantes urbanos.

A correlação entre emprego-estável e emprego-instável, deve-se ao facto de apesar de os postos de trabalho criados pelo fenómeno turístico contribuírem para reduzir o desemprego, muitos destes são a tempo parcial ou sazonais e sempre de carácter cíclico. É pois por essa razão que alguns autores como Young (1873) teimam em defender que a baixa produtividade potencial do trabalho na empresa turística pode ter um efeito depressivo sobre o crescimento económico local (Santana, 1997: 69).

Em termos gerais, quando comparado com o sector industrial, o emprego turístico requiere pessoas com um nível de qualificação relativamente baixo, ou pelo menos não tão exigente, e deste modo pode ser possível absorver uma grande proporção da força de trabalho dos sectores tradicionais da economia com o mínimo de preparação e de qualificação. Pode-se afirmar então, e como alguns autores sugerem, que o facto de o Turismo empregar uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados é uma fase temporal no desenvolvimento do sector (Santana, 1997).

Para além dos impactos económicos, o Turismo também tem impactos físicos que se fazem sentir. Como é sabido, grande parte dos indivíduos que procuram o turismo e o fazem, são oriundos de meios urbanos, vivendo submetido a um ritmo exigente e a uma pressão externa que os conduz a um progressivo acumular de tensões e de stress. Para fugir aos problemas e escapar ao quotidiano, estão dispostos a variar os seus padrões de comportamento. É aí que entram o equipamento hoteleiro e os serviços turísticos. Nesse sentido se explica o aumento crescente de pensões, hotéis, restaurantes e outros serviços destinados ao prazer e ao ócio. Para escapar ao contexto da cidade, o turista procura o espaço natural, quer em termos de espaço, quer em termos de recursos (Santana, 1997).

O meio ambiente foi desde sempre na história do turismo, uma característica marcante e fundamental. Com as suas atracções naturais, o sol, o mar, a areia, as estruturas de interesse histórico, ... assim nasceu o turismo. Para o seu progresso têm sido construídas infra-estruturas e espaços recreativos, os quais sem os elementos naturais se mostram insuficientes para criar e manter um destino ou uma actividade turística. Na complexa rede destes elementos estão presentes também as expectativas e o mercado (Santana, 1997). Com a criação de equipamentos, de infra-estruturas, com o

consumo de produtos, o espaço físico passa a ser um “bem turístico de mercado”, como afirma Santana (1997).

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) propõe um esquema que estabelece quatro formas de uso e de gestão do “meio” para proporcionar bem-estar aos turistas (Santana, 1997), com o fim de minorar a sobre-exploração dos recursos dos espaços e em simultâneo manter constante o produto ideal para o turista. Essas formas são: a criação de novas infra-estruturas, a conservação, a capacidade de sustentação e o gerar de pressões sobre o meio físico. A criação de infra-estruturas funciona, por um lado, como actividade turística, e por outro lado, é um bem comum necessário para qualquer local. Espaços criados, como aeroportos, jardins, parques, edifícios, hospitais, piscinas, campos de golf, etc., são projectados por e para o turismo.

Paralelamente à questão das infra-estruturas está a questão da conservação, tanto dos elementos naturais, como daqueles criados pelo homem, que funciona também como justificação do desenvolvimento turístico.

Há de facto que realçar a eficácia dos recursos, particularmente dos não renováveis, potenciando a sua máxima utilização com o mínimo de degradação. Mas por outro lado, potenciar o equilíbrio homem/meio, procurando evitar a manipulação não controlada do meio físico.

A capacidade de sustentação do espaço em si remete para os limites do meio natural ou criado artificialmente, pois tem que ter capacidade para suportar um determinado número de indivíduos e as suas actividades. Segundo alguns autores, como Hendee et al (1978), a capacidade de sustentação do meio envolve por um lado, a capacidade de uso residencial e recreativo desse mesmo meio físico; por outro lado, tem que suportar uma experiência recreativa de qualidade.

Relativamente à criação de pressões sobre o meio natural, a quarta e última forma de uso e de gestão do meio, refere-se às acções que geram algum tipo de pressão sobre a envolvente natural.

Há portanto, todo um conjunto de impactos físicos do turismo, que se fazem sentir sobretudo no espaço local de referência para os turistas.

O turismo exerce também influências sócio-culturais. Do ponto de vista turístico, as viagens a diferentes áreas do mundo oferecem a oportunidade de ver, observar e participar em culturas e modos de vida diferentes, estranhos aos olhos do turista. Os impactos sócio-culturais são impactos sobre as pessoas, sobre os residentes

habituais e sobre os anfitriões. Assim, o impacto social inclui o contacto com novas culturas, novas normas sociais, uma diferente cultura material, que gradualmente vão emergir numa relação social comunitária.

No conjunto de estudos realizados sobre o impacto social do turismo, há a tendência para falar de resultados negativos. O contacto cultural, a troca de saberes, possibilitada pela chegada de turistas é vista por alguns autores como um forjar da cultura local. Supõe-se que os contactos provocados pela intrusão de indivíduos externos produz dissonâncias dentro da cultura receptora; que os contactos são geralmente destrutivos para a população residente; que conduzem a uma homogeneização cultural, passando a identidade local a ser assumida sob a tutela de um sistema semelhante ao industrial, tecnologicamente avançado e com uma economia orientada para o consumo.

De uma maneira geral, os impactos sócio-culturais são numerosos e variados, os quais podem ser classificados segundo Cohen (1989) e Pearce (1986) em dez tópicos gerais: a comunidade envolta num sistema amplo; a natureza interpessoal das relações; as bases da organização social, de que são exemplo a composição sexual e o tipo de família; o ritmo de vida social; a migração; a divisão do trabalho e o tipo de ocupação; a estratificação laboral e social; a distribuição do poder; o desvio dos costumes e arte (Santana, 1997). É o resultado de um conjunto de relações que se desenvolvem entre a dicotomia de Smith (1977) “hosts and guests”, ou seja, o anfitrião e o convidado, o residente e o turista.

Poder-se-á dizer que o processo de desenvolvimento tem gerado ao longo dos tempos uma diferenciação entre locais, populações e regiões. Se para alguns locais ele percorre um ritmo acelerado de evolução, para outros locais, porém, mais desfavorecidos, ele marca a diferenciação e a exclusão sócio-económica.

De acordo com estudos mais recentes, e é possível observar ao longo do que já aqui foi apresentado e discutido, a actividade cede o seu lugar a outras actividades económicas de promoção do desenvolvimento. Estas novas oportunidades sectoriais prendem-se com o Turismo, com novas práticas, estratégias e políticas de promoção e valorização do sector turístico. Apesar disso, não se deve descontextualizar nem marginalizar a agricultura enquanto factor de desenvolvimento rural, social e local.

Para uma correcta e equilibrada estratégia de implementação de desenvolvimento sustentável, com base no Turismo, há que apostar nas áreas cujo património cultural e paisagístico ainda existe e se deve preservar. Só assim será possível promover um

equilíbrio local e regional sustentável, onde todos os actores são peças e intervenientes fundamentais no processo de revitalização espacial, cultural e social. Este equilíbrio deve contemplar ainda o bem-estar entre os que “chegam” e os que “residem”, entre o “nós” e os “outros”, o “eu” e o “outro”.

Discursos sobre a Natureza e o Rural

Espaço rural e espaço urbano aparecem por oposição. Enquanto o espaço rural pode ser visto como o sinónimo de natureza, o espaço urbano é normalmente tido como o lugar de artificializações e da não-natureza (Froehlich e Braida, 2000). O rural é pensado como sendo o espaço do natural por excelência, no qual o homem lida para satisfazer as suas necessidades a partir da prática da agricultura.

Perante esta identificação natureza-rural, há a tendência para se gerar uma confusão, que deve ser esclarecida. Segundo estes autores a “natureza” é concebida como *“o conjunto das coisas sobre as quais os homens possuem menos controle e que não sofrem a sua interferência directa”* (Froehlich e Braida, 2000: 1). Assim, falando da natureza, fariam parte dela o solo, a atmosfera, a fauna e a flora, conjunto a que os mesmos autores dão o nome de processos físico-químico-biológicos.

No contexto da sociedade contemporânea, onde os problemas como a poluição, a camada do ozono, o desenvolvimento, as crises sociais, como o desemprego imperam, emerge toda uma problemática que gira em torno da “ruralidade” e da “natureza”. Aspira-se por um novo contexto, um novo cenário onde o rural assume uma importância capital, ao ponto de se falar de novos padrões de vida cuja base esteja na natureza.

A verdade é que com a industrialização e o intenso processo de urbanização da sociedade do século XX, no advento da Modernidade, novas problemáticas se começam a colocar em torno do que é “rural”.

Com o emergir de um novo cenário, o cenário contemporâneo, que para muitos autores é o da Pós-Modernidade, para além das actividades ligadas à agricultura, outras actividades produtivas e económicas surgem associadas ao mundo rural. Tais actividades prendem-se com o lazer, o turismo, o turismo rural, educação ambiental, conservação da natureza, etc. A tendência é para, como referem Froehlich e Braida (2000), o aparecimento de novas funções do rural, que emergem claramente associadas ao que é natural/ecológico. Se por um lado se assiste a uma mudança quanto ao que é

a natureza, por outro lado ainda, a nova sociedade, dita pós-moderna, acarreta também mudanças ao nível das ciências, das artes.

Guerra (1999) a propósito do conceito de ideologia e da pós-modernidade, considera que nas duas últimas décadas ocorreram grandes transformações no campo das ciências sociais, que se colocam quer no âmbito da prática dos intelectuais e do saber, quer no que respeita à organização da sociedade concreta, cujas novas determinações deram origem a uma "nova ordem mundial".

Está pois consagrada a nova época com o encerramento da Modernidade, a qual perdurou durante o período de 1900 a 1950, segundo Froehlich e Braida (2000), cujas transformações penetraram todas as esferas da vida humana.

Conforme o pensamento de Jean-François Lyotard (1997), a época pós-moderna seria *"o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos das ciências, da literatura e das artes a partir do final do século XIX"* (Lyotard, 1997: 15).

A sociedade pós-moderna compreende, portanto, uma multiplicidade de jogos de linguagem diferentes e incompatíveis, cada qual com os seus princípios intransferíveis de autolegitimação (Guerra, 1999), o que retracta a decadência das grandes narrativas filosóficas, como Deus, a Razão ou a Verdade, para darem o seu lugar à autonomia fragmentadora das micro-narrativas.

Nesta época, a Verdade já não interessa. O epíteto da Pós-Modernidade prefere a imagem ao objecto, a cópia ao original, o simulacro ao real. Como explica Baudrillard, a Pós-Modernidade é uma época em que não existe mais a preocupação de que os signos tenham algum contacto com o real, com o mundo que representam, aquilo a que chama "domínio do simulacro" (Baudrillard in Guerra, 1999).

Enquanto recriação dos signos, Froehlich e Braida (2000), chamam à Pós-Modernidade, "semiurgia", em que se manipula cada vez mais signos do que coisas. Na pós-modernidade o homem é linguagem sem pensamento. Enquanto o homem da Modernidade valorizaria a Arte, a História, o Desenvolvimento e a consciência para se salvar, o homem pós-moderno está por sua vez associado à ideia de decadência e desconstrução das grandes ideias, onde os valores e o sentido da vida deixam de ter importância. O passado deixa de fazer sentido, apenas o presente existe para o homem pós-moderno e dedica-se ao prazer e ao consumo, à prática do individualismo. É que sendo a pós-modernidade o declínio das grandes filosofias explicativas, como o

Cristianismo, com a sua fé na salvação, o Iluminismo com a sua crença no progresso e na ciência e o Marxismo, o Céu e a História são postos de lado.

Porque considera fértil a desordem, a dispersão e a diferença, a grande marca da sociedade pós-moderna é o pluralismo e o ecletismo, como defende Jameson (1985). Não há mais identidades fixas e definidas. Cada sujeito, cada momento pode ter uma mistura de estilos.

Modernidade e Pós-Modernidade? O certo é que para muitos pensadores restam ainda muitas dúvidas quanto ao fim da Modernidade. Se há quem defenda que a Modernidade poderá ser um princípio para a Pós-Modernidade, Jameson (1985) vê o pós-modernismo como a dominante cultural ou a lógica cultural da terceira grande etapa do capitalismo, cuja origem estaria na era pós Segunda Grande Guerra Mundial.

Perante estas considerações sobre o pensamento pós-moderno, como são entendidos então a natureza e o rural? Como vê o discurso pós-moderno este binómio?

A problemática da conservação/deterioração ambiental, é um dos maiores desafios com que se tem vindo a defrontar a sociedade em geral e o homem em particular. Perante este desafio, a sociedade contemporânea tem vindo a procurar insistentemente, as zonas rurais. Este é um fenómeno inegável. Parecem ser várias as razões da qual advém tal procura, tais como, a relação com a natureza, a tradição, tão própria do rural/campo, a gastronomia caseira, as reservas, os parques naturais, o lazer, o turismo, etc.

De acordo com Vincent (1995) esta procura pelo ecologismo/natureza gira em torno de dois pólos fundamentais. Um deles que argumenta ser o valor da natureza apenas instrumental, na medida em que o homem lhe confere valor; outro pólo, a que o autor chama de a "*tendência da deep ecology*", que vê a *ecosfera como um todo, onde a natureza não poder ser utilizada instrumentalmente*" (Vincent, 1995 in Froehlich e Braida, 2000).

Pode dizer-se que são duas concepções diferentes de fundamentar a natureza, ou seja, enquanto a Modernidade acredita na existência de Deus e assim na vida do homem, a Pós-Modernidade abraça com tanto gosto "a morte de Deus" e relativiza a existência do homem, como o faz Nietzsche na sua desconstrução filosófica da força divina e da vida humana.

Numa das suas principais obras, onde aborda a pós-modernidade, Jameson (1997) argumenta que o "fim da natureza" e, por isso, do rural, se traduz numa das principais características da pós-modernidade. Explica como a homogeneidade da

Modernidade, ou seja, a Globalização, veio dar lugar a um processo de “desnaturalização” permeado pelo desenvolvimento dos contornos da sociedade pós-moderna.

Com a construção “tecno-industrial”, própria de uma nova era, a da pós-modernidade, Jameson (1997) vê uma pós-naturalidade, onde as antigas oposições balizadoras e identitárias do Moderno perdem sentido e eficácia.

A Pós-Modernidade é vista como um “estágio globalizado do capital” (Froehlich e Braida, 2000), onde a agricultura sofre um processo de artificialização, ou seja, “o fim da natureza”, onde identidades e tradições deixam de existir, onde a natureza cede o seu lugar ao que é “construído”. Afinal, a valorização da diferença é o prato do dia do quotidiano pós-moderno em todas as esferas da sociedade humana.

É inquestionável que são cada vez mais os estudos e reflexões em torno da diferença local, do território, da cultura, quando a problemática se reporta ao desenvolvimento e à sustentabilidade. Por outro lado, toda esta discussão acesa que gira em torno da natureza, da diferença, da tradição, do que é artificial, parece constituir-se num paradoxo. Se por um lado, a Natureza na sua forma comum, enquanto espaço social, tende a desaparecer na sociedade moderna para ser substituída por todo um processo de “desnaturalização”, onde artificialização assume o comando da natureza, por outro lado, a pós-modernidade veio conduzir ao reviver de uma nova natureza, na medida em que repudia o produtivismo modernista e capitalista. Há um retorno da consciência da natureza nas suas formas mais puras, isto é, ecológica e humanamente.

Fenómeno complexo, a Natureza assume novos contornos quando se rebate e afirma a era da pós-modernidade. Por contraposição ao ideário moderno, onde o mundo era referenciado com base no conceito de totalidade, unidade, regularidade, a pós-modernidade vem legitimar a sua existência na apologia da diferença. Funda-se na diversidade, na fragmentaridade, no que é efêmero.

Esta visão assente na diversidade, na multiplicidade invade todas as esferas da sociedade, não ficando aquém da natureza, do rural. A natureza, enquanto padrão deixa de o ser, para dar lugar ao múltiplo.

A tendência habitual é para relacionar imediatamente “natureza” e “rural”, ou seja, para considerar a questão do rural como espaço historicamente privilegiado do primado da natureza pelas sociedades humanas (Froehlich e Braida, 2000). Assim, como é feita esta associação imediata, também se associa a industrialização à artificialização da “natureza” e da modernização da agricultura, pertencente ao

mundo rural. Paralelamente, a busca pelo rural, no qual está presente a "natureza", é vista como supostamente benéfica, permitindo o equilíbrio das relações humanas.

É caso para dizer que o mundo rural e a natureza têm vindo a ser alvo de diversas reflexões que se vão construindo.

Com o "novo rural" contemporâneo, como lhe chamam Froehlich e Braida (2000), emergem novas representações do rural.

Com a Revolução Industrial e, portanto, com a técnica e o progresso moderno, o campo/o rural começa a ter um sentido negativo contrariamente à cidade, à qual aparece associada a ideia de superioridade. Contudo, e porque tudo o que é excessivo acarreta problemas, os fenómenos da Modernidade – tecnicidade e urbanidade - passaram a ter efeitos fortemente perniciosos a vários níveis para a sociedade em geral: a degradação ambiental, a poluição, o desemprego, a violência, quer consequentemente, conduziram a condições de vida degradantes e desvalorizadoras da dignidade humana, como é o caso da pobreza, a exclusão ou até a delinquência (Froehlich e Braida, 2000).

Com a valorização da diversidade, das especificidades múltiplas, a Pós-Modernidade veio proclamar um novo horizonte, onde a diferença se veio impor especificando territórios, quer sejam eles urbanos ou rurais. Reivindica-se a pluralidade tão pós-moderna, onde o local/o rural assume um posição particular e devida, com as suas características próprias e diferença cultural.

O espaço rural já não é mais um espaço único de produção agrícola. Com a pós-modernidade um *"mesmo espaço é sempre um espaço plural, onde há diferentes formas de se afiliar e de se identificar com um território (produção, emprego, património, residência, residência secundária, lazer e turismo, etc)"* (Froehlich e Braida, 2000: 18). Cada território possui as suas qualidades, as suas potencialidades, o que se constitui num factor de diferença que deve ser valorizado.

É nesta perspectiva que o mundo rural adquire cada vez mais uma maior importância no seio da problemática do desenvolvimento sustentável. Ser por uma lado, a função simbólica do campo se modifica, isto é, de reserva social passa a reserva cultural, por outro lado, o rural/campo, tem sempre um valor estético e ético, onde a dimensão cultural se sobrepõe à dimensão económica.

Em suma, a diferença do pós-moderno vem identificar o espaço rural como o pólo do passado histórico, da herança, dos valores seguros, das relações conviviais, fazendo prevalecer a sua diferenciação espacial.

III. Do Presente para o Futuro...

Mudança e Turismo: Novas Práticas e Políticas Organizacionais

É indubitável que a oferta dos objectos turísticos não surgem de geração espontânea. As lógicas do seu planeamento, promoção e difusão emergem em quadros organizacionais específicos. É pelas razões expostas que se justifica reflectir um pouco sobre as problemáticas que se situam a montante dos processos que na actualidade modelam a realidade organizacional.

A esfera organizacional tem sido nos últimos anos alvo de profundas transformações, que emergem cada vez mais inseridas num contexto social muito complexo. Na última década surgiram novas posições de inovação com discursos pós-modernistas e um leque de teorias críticas. Como referem Alvesson e Deetz (1999) estes dois campos *"(...) deveriam ser estudados não porque são novos e diferentes, mas porque proporcionam caminhos únicos e importantes para compreender as organizações e as sua administração"* (Alvesson e Deetz, 1999: 227).

Foi no final dos anos setenta e princípios dos anos oitenta que começaram a desenvolver-se os primeiros textos de teoria crítica e de pós-modernidade. No âmbito da teoria crítica destacam-se os nomes de autores como Benson (1977); Burrell e Morgan (1979); Frost (1980); Deetz e Kensten (1983) e Fischer e Sirianni (1984). No quadro do pós-modernismo há que referir os nomes de Smircich e Galás (1987) e Cooper e Burrell (1988), como os mais marcantes.

Mas o que significa esta forte tendência para que a Teoria Crítica e a Pós-Modernidade se instalem "confortavelmente" nos estudos das organizações e no planeamento e gestão dos processos organizacionais?

Como acontece com tudo o que nasce, e como tudo o que nasce um dia morre, os pressupostos da Modernidade deixaram de dar resposta e de ser eficazes perante a complexidade dos problemas com que se deparavam as organizações e os seus actores. O dogmatismo da tradição dominante, de inclinação ou positivista ou marxista, tem vindo a enfraquecer e a ficar saturado, originando uma crise no coração do discurso modernista. Daí a necessidade de se desenvolverem novas orientações, novos pressupostos que não o da racionalidade instrumental, desenfreado e egoísta. O discurso modernista chegou assim, ao seu limite.

São visíveis e inúmeras as mudanças que ilustram claramente a emergência de uma nova época, a da Pós-Modernidade. O crescimento abrupto das organizações, a rapidez com que se instalaram as tecnologias da comunicação e da informação, os efeitos tremendos da globalização, a diminuição dos conflitos de classes, a profissionalização do trabalho, os problemas ecológicos, o controle e a racionalização das pessoas e dos seus comportamentos (Alvesson e Deetz, 1999). Estes são alguns dos factores que evidenciam a necessidade de um novo caminho, de uma nova herança, a urgência inquietante de novas condições sociais e organizacionais, que apelem para a “*natureza construídas das pessoas e da realidade, enfatizando a linguagem como um sistema de distinções (...) centrais, (...) argumentando contra as grandes narrativas e os sistemas teóricos de larga escala, como o marxismo (...), enfatizando a relação poder/conhecimento*” (Alvesson e Deetz, 1999: 229).

É nesta panóplia de problemas, de novos contornos e de novas orientações que a teoria crítica e a pós-modernidade ganham forma e constróem o seu significado, isto é, uma posição crítica e radical da sociedade contemporânea, cujo principal objectivo é o de “investigar” a injustiça, a falsidade das relações de poder e a falta de equidade. Enfim, a falta de consciência. Em paralelo, o pós-modernismo vem desafiar o *status quo* e dar voz aos que de alguma forma se sentem marginalizados e silenciados, como muito bem enfatizam Alvesson e Deetz (1999).

Depois desta breve introdução dos novos cenários, dos seus contornos e da sua necessidade, a meta seguinte será a de abordar um pouco mais profundamente as intenções e as respostas, em contexto organizacional, da Teoria Crítica e do Pós-Modernismo ao Modernismo, em visível decadência.

Efectivamente, o “pós” de Pós-Modernismo e a crítica feita pela Teoria, revelam a pretensão contra o Modernismo. Emergem como novos projectos. Se para o Modernismo as pessoas não eram sujeitos, mas objectos e instrumentos, se o conhecimento é tido como meramente técnico-científico, se a produtividade e a quantidade comandam a vida económica e social, então será árduo o trabalho da Teoria Crítica e do Pós-Modernismo em consertar os danos e os custos do projecto modernista. Citando Alvesson e Deetz (1999) “*Os pós-modernistas pronunciam a sua morte e proclamam a ausência de um futuro imaginável*” (Alvesson e Deetz, 1999: 233). Convém no entanto referir que se para os pós-modernistas foram grandes os custos do modernismo progressivo e instrumental, eles não negam que a Modernidade teve

também os seus méritos, ou seja, veio dar resposta a determinadas condições sociais, na mediada em que representou *“a emancipação em relação ao mito, à autoridade e as valores tradicionais, por meio do conhecimento, da razão”* (Alvesson e Deetz, 1999: 232).

No fundo há como que um conflito interno entre as reivindicações da Modernidade e os problemas que surgem inerentes aos seus pressupostos, ao vir criar perigosas formas de dominação (Alvesson e Deetz, 1999).

Quer a Teoria Crítica quer o Pós-Modernismo esperam recuperar o que se perdeu, repensar as relações, criar uma sociedade onde o diálogo seja central e para todos, possibilitando uma visão mais agradável do futuro. Eles condenam o lado escuro da Modernidade, ou melhor, a reificação, a universalização de interesses e de segmentos sociais, a dominação da racionalidade instrumental e a hegemonia (Alvesson e Deetz, 1999) que levou à distorção dos discurso e do processo racional.

Para os pós-modernistas, todo o projecto da Modernidade é visto como estando errado. Ele é inevitavelmente problemático pelo facto de se ter esquecido do sujeito humano, pois o Homem foi *“declarado como morto”* e em seu lugar aparece o sujeito fragmentado, descentrado, com um género e uma classe social, como referem Alvesson e Deetz (1999). Significa isto que o futuro deixa de ter importância e só o agir circunstancial e local faz sentido.

Depois de uma breve apresentação da Teoria Crítica e do Pós-Modernismo e das suas respostas ao Modernismo, a intenção seguinte é a de localizar a Teoria Crítica e depois o Pós-Modernismo em contexto organizacional e no âmbito das pesquisas organizacionais.

Recorrendo a uma citação, verifica-se que *“A meta central da teoria crítica nos estudos organizacionais tem sido criar sociedades e lugares de trabalho livres de dominação, em que todos os membros têm igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de todos”* (Alvesson e Deetz, 1999: 238), o que mostra claramente o propósito da teoria crítica. Ela centra essencialmente, a sua atenção em situações de domínio e de distorção/exploração, defendendo que todos os grupos têm os seus interesses e, que de igual modo, são detentores de capacidades para intervir e decidir.

Aos olhos da teoria crítica, as organizações são vistas como espaços políticos que recorrem às teorias sociais, sobretudo, as teorias de tomada de decisão. Perante tal, não é de admirar que o seu interesse se volte para o enriquecimento a partir do conhecimento, da melhoria dos processos de decisão, bem como para o aumento e para o alargamento da aprendizagem a todos (Alvesson e Deetz, 1999).

No domínio das organizações, na Teoria Crítica podem ser identificados dois tipos de crítica, como explicam Alvesson e Deetz (1999): por um lado, **a) a crítica ideológica**, por outro lado, **a b) acção comunicativa**.

Foi através de Marx que surgiram as primeiras críticas ideológicas. Na sua análise dos processos de trabalho, Marx enfatizou as práticas de exploração económica, a partir da coacção e das relações de trabalho. É pois aqui, que emerge a crítica ideológica.

Autores como Braver (1974) e Clegg (1980), de inspiração marxista foram também alguns dos autores que muito contribuíram para o desenvolvimento da crítica ideológica, ao debruçarem-se sobre as questões da dominação e da exploração nas relações de trabalho, pelos proprietários. As análises mais recentes, giram em torno da ideologia, das classes e do controle cultural-ideológico (Alvesson e Deetz, 1999), da ideologia produzida no local de trabalho, em que se destacam os nomes de autores tais como, Hodge et al (1979); Deetz e Mumby (1990) e, Kunda (1992).

Autores como Burrell e Morgan (1979) e ainda Alvesson (1987), Steffy e Grimes (1992) consideram a Administração e os estudos organizacionais "*como 'produtores' de ideologias que legitimam e fortalecem relações sociais e objectivos organizacionais específicos*" (Alvesson e Deetz, 1999: 239).

Apesar das grandes preocupações da crítica ideológica, têm-lhe sido apontadas algumas limitações e as mais comuns, como referem Alvesson e Deetz (1999), devem-se à sua posição de a) *ad hoc* e reactiva; ao seu b) carácter elitista, e, ao facto de, c) os seus estudos serem muito simplistas. Segundo estes autores, a Teoria Crítica apenas se preocupa em explicar porque é que determinado facto não aconteceu, quando deveria fazer predições futuras. As reacções vão também de encontro ao facto de colocar no centro das suas preocupações somente a concepção de grupo dominante, o que faz de uma forma intencional (Alvesson e Deetz, 1999).

A acção comunicativa, enquanto modalidade crítica da Teoria Crítica, surgiu pela necessidade de se desenvolver toda uma perspectiva de comunicação, com base na qual se dá "*um desenvolvimento a partir de um foco de ideias e instituições*

socialmente repressivas, visando às investigações dos processos comunicativos por meio dos quais as ideias são produzidas, reproduzidas e criticamente examinadas, especialmente em contexto de tomada de decisão" (Alvesson e Deetz, 1999: 243).

Habermas, em finais dos anos setenta, mostrou a necessidade de construir uma filosofia sistemática, de acordo com a qual teoria e acção comunicativa se constituem no eixo mais relevante (Habermas, 1984; 1987 in Alvesson e Deetz, 1999). Trata-se de uma filosofia que possui muitas características da crítica ideológica, como seja, o ideal de separar ideias sociais coagidas das ideias fundamentadas na razão. Como características próprias há que referir a ideias processuais (Alvesson e Deetz, 1999), o que leva a uma redução do significado tradicional da crítica ideológica.

Para Habermas, é possível viver de uma forma completamente racional (Alvesson e Deetz, 1999), na medida em que o que interessa não são os imperativos do mundo do sistema, ou seja, o dinheiro ou o poder formal, o que é instrumentalizado ou planeado. O que interessa é que a vivência racional permite o desenvolvimento de interacções, cujo guia é o entendimento alcançado pelo processo da comunicação. Essa comunicação não é distorcida, pelo contrário, ela assenta numa discussão livre baseada na boa vontade, na argumentação e no diálogo, como referem Alvesson e Deetz (1999).

Recorrendo a outros aspectos enunciados por Alvesson e Deetz (1999), a discussão racional não distorcida de Habermas tem na sua base critérios de validade essenciais, designadamente, a compreensão, a sinceridade, a veracidade e a legitimidade. Nesse sentido, ela é vista como indispensável na construção da interacção social, quer nas instituições sociais, quer na própria vida quotidiana dos indivíduos.

Face ao exposto sobre a pesquisa organizacional, quais são então as características mais relevantes do Pós-Modernismo?

De acordo com Alvesson e Deetz (1999), para quem o pós-modernismo deve ser visto como se se tratasse de uma pesquisa predominantemente filosófica, são vários os aspectos que inter-relacionados dão conteúdo ao pós-modernismo. São eles: a) a centralidade do discurso; b) a construção de identidades fragmentadas; c) a crítica da filosofia da presença; d) a perda dos fundamentos e das narrativas; e) a conexão poder/conhecimento; f) a hiper-realidade e, g) a pesquisa como resistência e indeterminação.

A **centralidade do discurso** vem não só enfatizar os poderes constituídos da linguagem, mas também a ideia de que os objectos "naturais" são vistos como discursivamente produzidos (Alvesson e Deetz, 1999). Tal como já anteriormente se

referiu, é no estruturalismo francês que se encontra a origem do Pós-Modernismo, o qual veio provocar como que um repensar do pensamento estruturalista, isto é, a estrutura do inconsciente veio ser substituída pelos campos textuais/discursivos.

Mas qual foi a intenção desta viragem? Segundo Alvesson e Deetz (1999) esta importância atribuída à linguagem veio permitir a rejeição à reivindicação objectivista de segurança e verdade objectiva. A linguagem e o discurso, são explicados no seio de um conjunto de discursos correntes em que o indivíduo nasce e está inserido. São os diferentes discursos que, depois de serem apreendidos pelos indivíduos os vão posicionar *“no mundo de um modo particular, antes de o indivíduo ter qualquer possibilidade de escolha”* (Alvesson e Deetz, 1999: 249). Significa isto que, estruturam quer o mundo, a vivência em sociedade, quer a própria identidade social e subjectividade das pessoas.

O que entender por **identidades fragmentadas** no contexto pós-modernista? Para o Pós-Modernismo, o indivíduo enquanto sujeito autónomo, autodeterminado e a noção de etnocentrismo, são postos de lado. A posição da “pessoa”, para o pós-modernismo, resulta directamente da concepção do discurso (Alvesson e Deetz, 1999). Esta posição pós-modernista que rejeita a concepção de identidade unitária do indivíduo, tem por base dois aspectos fundamentais. Por um lado, o pós-modernismo considera que a concepção do homem ocidental sempre foi um mito; por outro lado, o considera ainda que a ideia que se tem do indivíduo enquanto coerente, integrado e autónomo tem vindo a tornar-se cada vez menos consistente no contexto histórico-social da época contemporânea.

Na linha de pensamento de Freud, quando se refere às tensões e aos conflitos da psique humana, também a pós-modernidade teima em persistir na necessidade premente de fragmentação interior, na inconsistência interior.

Na sociedade contemporânea os discursos são cada vez mais diversificados, pelo que a “fragmentação” se torna “virtualmente inevitável” (Gergen, 1991 *in* Alvesson e Deetz, 1999: 250). Significa isto que a sociedade, ao tornar-se fragmentada e virtual está a contribuir para o fim da estabilidade das identidades de cada um dos sujeitos e das suas vivências.

O que é certo é que não se pode negar que são acentuadas as implicações que decorrem desta instabilidade, que se vai fazer sentir quer ao nível dos actores organizacionais, enquanto seres humanos, quer no âmbito dos processos organizacionais por eles desencadeados. Como refere Linstead *“a organização é (...) continuamente*

emergente, constituída e constituinte, produzida e consumida por sujeitos" (Linstead in Alvesson e Deetz, 1999: 251), o que vem acentuar a ideia de que uma organização não sobrevive sem os seus actores, enquanto sujeitos com experiências vividas e com a sua identidade e que quando estes são afectados, seja por que razão for, ou por que tipo de situação ou fenómeno, inevitavelmente a organização em que se inserem verá igualmente afectados os seus processos e os seus sistemas, assim como a sua identidade social.

Há semelhança dos aspectos anteriores, também a **crítica da filosofia de presença** aparece como aspecto a enfatizar quando o que se trata é a pós-modernidade.

Ao contrário da ciência social normativa que defende que a linguagem tem a função de representar os objectos, definindo-os e atribuindo-lhes as suas características, os pós-modernistas rejeitam essa função. Isto é, consideram que *"Aquilo do qual o mundo é feito só se torna objecto numa relação específica com um ser"* (Alvesson e Deetz, 1999: 251).

Alvesson e Deetz (1999), para melhor serem compreendidos optaram por apresentar um exemplo desta relação entre objecto e ser e da sua necessidade mútua. Um trabalhador, por exemplo, existe porque há uma linguagem e porque há também um conjunto de práticas que fazem emergir as unidades e as divisões entre as pessoas. Perante tal, ocorrem como perguntas imediatas "o que é um trabalhador?", "qual é a sua essência?", "porque é que é um trabalhador?". Como responder a tais perguntas? Não é olhando para uma "coisa" que se vai dizer que é um trabalhador, como explicam os autores anteriores. Tal só é possível porque existem as práticas linguísticas e as não linguísticas que fazem com que essa "coisa" se torne num trabalhador. Este exemplo mostra claramente que um "trabalhador" ou a "coisa" não existe *per si*, nem de uma forma isolada. Ter um trabalhador já implica falar de divisão do trabalho e como tal, de relações humanas e sociais.

Para os pós-modernistas o enfoque no objecto e nas suas propriedades é uma ilusão, um engano, o que quer dizer que o que importa são *"os sistemas relacionais que não estão simplesmente no mundo, mas são uma compreensão humana do mundo, são discursivos ou textuais"* (Alvesson e Deetz, 1999: 252). É a relação com as outras coisas, o que é parecido ou diferente, o que é oposto ou igual, que dá sentido ao que existe, e portanto, ao objecto e ao ser.

Porque a linguagem é imprescindível para a produção de objectos, porque é através dela que se fala em distinções sociais e históricas, em unidade e diferença,

em contexto organizacional, ela emerge como desconstrutora dos objectos da vida organizacional. Não é por acaso que vários autores têm recorrido há linguagem como condição necessária para compreender a existência e a vivência organizacional através de práticas organizacionais, como a informação, o conhecimento, etc. São eles: Hopwood (1987); Power e Laughlin (1992); Montagna (1986); Sless (1988) e Epstein (1988).

A **perda das fundamentações e das narrativas-mestre** é também, como já se referiu, um aspecto que aparece associado à Pós-modernidade, por sua vez, entendido de acordo com duas posturas pós-modernas diferentes, mas compatíveis. Por um lado uma postura categórica, voltada para o contexto social e que considera que *“os fundamentos e as narrativas legitimadoras sempre foram um logro”* (Alvesson e Deetz, 1999: 253); por outro lado, uma postura interessada nas tendências recentes da história, que acentua o *“crescimento da incredulidade social nas narrativas e movimentos fundamentalistas”* (Alvesson e Deetz, 1999: 253).

A **conexão entre o poder e o conhecimento** emerge no cenário da pós-modernidade de uma forma diferente. Foucault, foi dos autores mais explícitos desta problemática no mundo das organizações. Como Foucault mostrou, o poder emerge da formação discursiva, isto é, da combinação de um conjunto de processos linguísticos, de formas de raciocínio e de práticas materiais, permitindo a organização de instituições sociais e também a construção de sujeitos particulares. Quer isto dizer que é o discurso produzido por um sujeito que vai aumentar ou diminuir o poder do grupo de indivíduos. Para sistematizar esta conexão, Alvesson e Deetz (1999) afirmam que o poder *“reside nas demarcações e nos sistemas de discurso que o sustentam”* (Alvesson e Deetz, 1999: 255), pois são as demarcações que vão fornecer formas de comportamento normativo apoiadas em reivindicações de conhecimento.

A **hiper-realidade?** Como é ela encarada pelos “olhos” da pós-modernidade? O exterior é visto pelos pós-modernistas como uma espécie de excesso ou alteridade (Alvesson e Deetz, 1999), que para além de funcionar como recurso para formações, também impede que os sistemas de linguagem se fechem e assim, não sejam mais do que pura imaginação.

A verdade é que, conforme se mostrou, Teoria Crítica e Pós-Modernismo, conseguem ser tão semelhantes quanto diferentes, e se por um lado se opõem, por outro lado, elas complementam-se. Ambos dão importância ao contexto social, às relações, à construção do conhecimento, das pessoas e das teias complexas que desenvolvem

entre si, enquanto elementos indispensáveis das organizações. Em comum têm ainda a ideia de que a dominação é muito importante e, como tal, essencial quer para as pessoas, quer para as organizações em si. Apesar de as suas preocupações serem as mesmas, elas assentam numa linguagem diferente: o que para a teoria crítica é a reificação, para o pós-modernismo é a filosofia da presença. Para ambos, as organizações e as ciências sociais são o resultado de uma forma de razão instrumental (Alvesson e Deetz, 1999), dando primazia aos meios e não aos fins.

Porque também as diferenças são construtivas, importa realçar que entre a teoria crítica e pós-modernismo elas também existem. Se para a teoria crítica as respostas aos problemas incidem no raciocínio comunicativo, possibilitando melhores escolhas e conduzindo à autonomia individual, por meio da reflexão, para o pós-modernismo reflexão e consenso são postos de lado, assim como o que mais importa é a capacidade de responsabilidade e não qualquer forma de planeamento sistemático.

Alvesson e Deetz (1999) sistematizam as diferenças e as semelhanças entre a Teoria Crítica e a Pós-Modernidade da seguinte forma: *“A teoria crítica quer que ajamos e proporciona direcção e orquestração; o pós-modernismo acredita que tal movimento será limitado pela força de nossa própria dominação subjectiva e nos encoraja a sair do caminho e permitir que o mundo nos leve a sentimentos e pensamentos desconhecidos”* (Alvesson e Deetz, 1999: 258).

(Des)Construindo a Análise Organizacional e o Turismo

Tal como se referiu anteriormente, as organizações, enquanto objecto de estudo e realidade organizacional, tem vindo a ser alvo de profundas e relevantes mudanças sociais.

Nos anos 60, a análise organizacional foi profundamente atingida pela complexidade do pensamento de Max Weber, centrada no tipo-ideal, no conceito de *verstehen*, cuja base era a regra burocrática e o desenvolvimento da função administrativa. Depois, na busca em rejeitar as influências de Marx, defensor da burguesia, Parsons, Merton, Mayo e outros nomes fizeram dissolver uma teoria da organização unificada, o Weberianismo. O que é certo é que, como escreve Burrell (1999) os anos 60 tiveram que enfrentar *“a grande organização burocrática inserida na sociedade moderna”* (Burrell, 1999: 441), ou melhor, *“a era de ouro do modernismo*

foi gradualmente transformando-se numa situação na qual não é um acordo e identidade que é celebrado, mas diferença e divergência linguística" (Cooper e Burrell, 1988 in Burrell, 1999: 441), que têm que ser compartilhadas num só projecto, que já não é o projecto da modernidade mas da pós-modernidade. Este último veio questionar a organização burocrática e toda a sua legitimidade.

Modernidade, Pós-Modernidade, Novo Mundo, Velho Mundo... A teoria organizacional é cada vez mais o reflexo de toda uma diversidade de pensamentos, paradigmas, metáforas, discursos, projectos que constituem o corpo da vida organizacional, que requerem a morte ou, pelo menos, a mutilação, daquilo que é analisado (Burrell, 1999).

Foi sobretudo em meados dos anos 90, que os estudos organizacionais, ou melhor, a Teoria Organizacional, tiveram o privilégio de receber os contributos do pensamento Foucaultiano, pela sua concentração na questão do poder-conhecimento, bem como de outros autores, como Jacques Derrida, ao debruçar-se sobre o discurso, a sua interpretação e a sua leitura. Errado e indelicado seria se não fossem referidos estes dois nomes que, apesar de vanguardistas da Pós-Modernidade nunca aceitaram o rótulo de Pós-Modernistas.

Embora numa primeira abordagem possa parecer que o trabalho de Foucault, centrado no corpo humano, não é relevante para a compreensão e estudo das organizações, é exactamente o contrário que tem que ser realçado. Ao centrar a sua atenção no corpo humano, no prazer e na dor, ele veio contribuir para uma abordagem específica e muito rica da questão da contingência e das metas organizacionais, identificando as organizações como prisões. Foi à luz desta comparação que Foucault abordou com intensidade e perspicácia e a complexidade das organizações.

A sua posição intelectual estava em constante mudança e passou por um movimento a que chamou de "orientação arqueológica" para "orientação genealógica". Mas o que significa para Foucault esta orientação arqueológica e genealógica? E a análise do discurso, o que é afinal?

A análise do discurso é para Foucault o método através do qual o "arqueólogo" actua sobre o passado, olhando para dentro da história e identificando os códigos dos conhecimento que ali repousam, até que sejam "descobertos" (Burrell, 1999). O autor considera que não é apenas no passado que residem os discursos, mas também os nossos códigos de compreensão, que hoje são discursos como assim o eram no passado. Ao colocar-se no papel de arqueólogo, Foucault, recorre a uma noção, que do seu ponto

de vista é indispensável, a *epistémé*, para se dar conta das regras que conduzem a auto-regulação. Qualquer momento é constituído por um conjunto de práticas discursivas que vão ser unificadas pela *epistémé* (Burrell, 1999). Assim sendo, Modernidade é a *epistémé* na qual o Homem se inventa.

Na sua obra *Discipline and Punish* (1977), Foucault, ao centrar toda a sua atenção no corpo humano, explica a genealogia como sendo o resultado da relação entre o poder, o conhecimento e o corpo. Estabelecendo semelhanças entre o corpo humano e a organização, Foucault entende-o como o local onde as práticas sociais mínimas encontram processos de organização de poder. Para além desta relação, o autor observa ainda o envolvimento entre o corpo e a esfera política, na medida em que *"relações de poder têm uma apropriação imediata sobre ele; elas o envolvem, o marcam, o trinam, o torturam, forçam-no a desempenhar suas tarefas, a realizar suas cerimónias, a emitir os seus signos"* (Foucault, 1977 in Burrell, 1999: 457).

Para além destes aspectos, é de salientar ainda que Foucault não vê o Estado como a instância máxima de poder, pelo contrário. É nas instituições como as prisões, os asilos, as escolas, que estão presentes os *loci de poder* (Burrell, 1999).

Resumidamente, Foucault veio destacar a importância do corpo humano enquanto peça central, no seio das organizações, pois se o poder vem do conhecimento do corpo, ele desenvolve-se na mente com base num processo de "normalização".

Mas se o pensamento de Foucault veio enriquecer a ciência social, de um modo geral, e a análise organizacional, de uma maneira mais específica, por outro lado, não pode ser esquecido o contributo do autor francês, Jacques Derrida, como será possível observar já de seguida.

A vida social, é para Derrida, constituída de textos que são lidos de várias formas e todas elas diferentes, a partir do qual explica o porquê da compreensão humana estar constantemente sujeita a quebras e a ser continuamente organizada. Salienta-se uma semelhança entre o pensamento de Foucault, que procura evitar sempre o aprisionamento das ideias, e o pensamento de Derrida, que sustenta a ideia de desconstrução, isto é, qualquer texto é possível de ter uma dupla leitura (Burrell, 1999), o que significa que a "rigidez" deixa de ter sustentabilidade neste novo mundo, com novos modos de pensar e "ler" textos.

Esta linha de pensamento vem dar azo às formas do pensamento pós-moderno. É que no velho mundo, a Modernidade, *"acreditava-se que o meio e a mente estavam firmemente interconectados"* (Burrell, 1999: 458), o que já não acontece hoje.

Compreensão e entendimento não fazem parte de uma narrativa particular, mas de uma tecelagem textual, onde um texto se dissolve noutro, um texto se estabelece dentro de outro, um texto é construído sobre outro.

Como Cooper (1989) defende, todos os sistemas fixos de representação são passíveis de permitirem dupla leitura e como tal, passam a ser simples ilusões.

Quer a abordagem de Foucault, quer a de Derrida, vieram confrontar os teóricos organizacionais dos anos 60, cuja existência assentava nos pilares do modernismo: burocracia, racionalidade, efectividade, enquanto premissas inquestionáveis. A ciência e a tecnologia eram vistas como determinadoras do futuro. Este cenário chega mesmo a ser definido por alguns autores, tais como Burrell (1999), como os campos de extermínio de Auschwitz, para quem falar de Modernidade é falar de campos de morte, como mostra o livro *The Macdonaldization of Society*, em que, como acontece com o *Big Mac*, são fortes e imensos os odores da morte dos animais, respectivamente, de gado. Chega-se ao ponto de dizer que o mundo da Modernidade foi construído sobre "*as carnes e os ossos da morte*" com métodos baratos e de rápida execução (Burrell, 1999).

A visão mais radical é a de que estamos a entrar numa sociedade pós-moderna que representa uma quebra com a sociedade moderna. A Modernidade é geralmente pensada como altamente racional e rígida, enquanto a Pós-Modernidade é vista como menos racional, sendo mais flexível e superficial, no sentido de que os seus produtos culturais não desenvolvem um sentido mais profundo.

A Pós-Modernidade surge como sucessora da Modernidade e em oposição à tese da Macdonaldização, motivada por interesses materiais. É que enquanto a esta tese surge associada às primeiras formas de capitalismo, frio e calculista, autores como Jameson associam a Pós-Modernidade ao capitalismo tardio. Este autor apresenta uma imagem da Pós-Modernidade na qual as pessoas são incapazes de compreender o sistema capitalista multinacional ou a cultura emergente, bem como o mercado de comodidade em que vivem.

No mundo Macdonaldizado a expressão sincera dos afectos e das emoções foram eliminadas e esquecidas, o que se verifica nos vários sectores da sociedade. Sectores como a educação, o trabalho, a saúde, o turismo, o lazer, a viagem, a política, a família, são hoje afectados por esta realidade. As cadeias de "*fast-food*" de que é exemplo a Macdonald's, assumem-se como as catedrais modernas de consumo, onde os indivíduos praticam a sua religião de consumo.

O sucesso da Macdonald's deve-se ao facto de oferecer aos trabalhadores, consumidores e gerentes, eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle. Para além disso a sua prática é suportada por grandes e poderosíssimas campanhas de marketing, que seduzem e atraem o consumidor até aos restaurantes. A comida é publicitada como fresca e nutritiva; os empregados são apresentados como jovens e ambiciosos; os gerentes simpáticos e disponíveis. À experiência alimentar junta-se o elemento diversão.

George Ritzer e Allan Liska, apresentam como exemplo do processo da Macdonaldização o sucesso turístico da Disneyworld, a qual baseia a sua gestão, tanto de empregados, como de visitantes, numa lógica racional presente no modelo de gestão científica, aplicando os princípios da teoria da racionalização de Weber, no domínio do Turismo.

Nas suas pesquisas, Weber demonstra que o mundo ocidental moderno produziu um tipo de racionalidade distinta, a denominada "racionalidade formal". Este tipo de racionalidade significa que a procura por parte das pessoas dos meios óptimos para alcançar um determinado fim, é moldada por regras, regulamentos e estruturas sociais.

Weber, define burocracia como a estrutura mais eficiente para lidar com um número elevado de tarefas. Em segundo lugar, enfatiza a calculabilidade, quantificando tudo quanto possível, dando pouca ou nenhuma importância à qualidade do desempenho da tarefa. Em terceiro lugar e devido às regras da burocracia, regista-se o elemento da previsibilidade. Por fim, a burocracia enfatiza o controle sobre as pessoas. Como? Através da substituição da tecnologia humana pela tecnologia não humana. As tecnologias não humanas têm um funcionamento quase automático que se traduz numa esforço para substituir o julgamento humano pelas directrizes das regras, regulamentos e estruturas, isto é, pela burocracia, entendida pelo autor como a "jaula de ferro da racionalidade", em que é negada a humanidade ao indivíduo.

O autor anteviu uma sociedade onde os indivíduos estariam aprisionados a um conjunto de estruturas racionais. Os receios de Weber quanto à racionalização da sociedade contemporânea está presente nas actividades recreativas, em que surge a actividade turística. A recreação pode ser pensada como uma forma de escape das rotinas diárias. Contudo, até as formas de escape se têm tornado racionalizadas, de que é exemplo claro, as férias, em que existem pacotes turísticos que facilitam e racionalizam o processo. O mesmo será dizer que as pessoas podem ver e visitar vários locais de

modo eficiente, de forma rígida e controlada, como acontece com os espaços da Disneyworld e da Macdonald's.

O pacote turístico está orientado tanto para a previsibilidade como para eficiência, no sentido de que quem compra um pacote turístico quer uma viagem que não ofereça surpresa. De forma a atender a este requisito, os operadores turísticos transformaram a viagem num produto altamente previsível, o que significa um contacto mínimo com as pessoas, cultura e instituições do país visitado. Para os turistas existe um grande conforto em saber exactamente o que eles vão fazer diariamente ou de hora a hora. O pacote turístico protege os turistas da imprevisibilidade das viagens.

O modelo implantado pela Disneyworld, exemplo máximo da racionalidade moderna, tornou-se num guia de orientação para um conjunto de actividades turísticas a nível mundial. Por outro lado, verifica-se que o indivíduo habituado a um estilo de vida macdonaldizado busca novas comodidades na sua experiência turística, razão pela qual alguns autores introduzem o conceito de "pós-turismo", entendido como uma forma de definir novas formas de turismo.

A ideia de proximidade entre comodificação, consumo e turismo, permitem analisar o fenómeno turístico sob a perspectiva pós-moderna de alguns autores, como acontece com Braudillard e Featherstone.

O turismo enquanto comodidade sofreu vários processos de exploração que emergem de acordo com as leis do mercado, sendo publicitado, mercantilizado e, vendido como qualquer outra comodidade. Para além destes aspectos, outras questões se colocam e que se prendem com a compreensão da relação entre estruturas e símbolos no mundo contemporâneo do turismo. Emerge assim o conceito de autenticidade e a sua importância no contexto do fenómeno turístico. Para explicar isto, o autor pós-moderno, Braudillard considera que vivemos num mundo simulado, o que é bem visível e verdadeiro quando se fala da experiência turística. As pessoas esperam uma experiência simulada quando viajam, sendo muitas vezes por elas desejada tal experiência na medida em que o autêntico é imprevisível.

Neste contexto, o turista tornou-se num símbolo da sociedade contemporânea. Para Bauman, o turista surge como uma figura social representativa da vida pós-moderna. Move-se com um objectivo, que é o de uma nova e diferente experiência. Ele procura a novidade, o estranho, o bizarro. Contudo, o elemento estranho já não o assusta na medida em que já foi domesticado. O choque e a surpresa, já se encontram na oferta dos pacotes turísticos, pelo que o elemento segurança, indispensável à experiência

turística, está presente. Este aspecto, obriga a uma obediência da esfera turística aos desejos e vontades do turista, agradavelmente flexível, feito e refeito com um único objectivo: excitar, agradar e entreter. Por outras palavras, o mesmo é dizer que o turista acaba por comprar o direito de não ser aborrecido, a liberdade de poder usufruir do espaço de lazer.

No sentido de estabelecer a diferença entre o turista moderno e o turista pós-moderno, Bauman, define vários tipos de turistas característicos da época moderna e da sociedade contemporânea.

Identifica três tipos de turistas próprios da sociedade moderna, designadamente: o *dandy*, representado como um observador da esfera pública das cidades europeias do século XIX; "o aventureiro", caracterizado por ser um estranho nos locais de visita, de contacto superficial com outros estranhos, contactando-os e conhecendo-os episodicamente, sem passado e sem consequências, e o "peregrino", cujas deslocções geográficas constantes do seu local de residência por um determinado período de tempo o caracterizam.

Para cada um destes turistas foram estabelecidas metáforas que representam a condição pós-moderna do turista, ou melhor, o pós-turista: o "paparazzi", enquanto figura social situada entre a extrema privacidade e a extrema publicidade. Este tipo de turista pós-moderno representa a contemplação invisível, a observação a partir de qualquer ponto, transformando as relações privadas em objecto do conhecimento público; o turista "sexual", que busca o prazer emocional e sexual com mulheres, na maior parte das vezes, de outra etnia num local distinto e exótico. Desta forma ele foge das sanções sociais a que estaria sujeito na sua própria cultura. O turismo sexual enquadra-se no imaginário masculino, sendo um suporte de ordem simbólica masculina. Finalmente, o turista "au pair", que normalmente é uma mulher, peregrina num cenário de linguagem estranha, que vive as ambivalências da sua situação.

Posto isto, facilmente se verifica que o turismo é hoje avaliado em termos de recompensa, enriquecimento, aventura, experiência educativa, transformando-se em componentes culturais. O turismo transformou-se assim, na indústria própria do estilo de vida pós-moderno e da economia pós-capitalista, enquanto fonte de busca e sentido, na medida em que o indivíduo procura, no seu papel de turista, aceder à transcendência através do contacto com o outro e do abandono do quotidiano.

É a partir deste ponto que o turismo deve ser entendido como uma perseguição egocêntrica, envolvendo uma fascinação auto-indulgente e auto-ilusória, através do

simulacro: aproximações e analogias do real, na medida em que oferecem um ambiente controlado, seguro, e um conjunto de experiências previsíveis. Assim se resume a característica predominante do mercado turístico que os novos parâmetros sociais e culturais vierem desenvolver.

O Sistema Turístico na Encruzilhada da Pós-Modernidade

Agregando Imaginários num "Mundo Faz de Conta"

Com o fenómeno da industrialização tudo se revolucionou. Num contexto onde o comando maquinal toma conta da actividade e vivência humana, profundas foram as suas implicações no mundo dos imaginários, ou melhor, nos imaginários do Turismo.

Se a Modernidade se manifestou com a industrialização, com a Pós-Modernidade, uma nova industrialização emergiu, o Pós-Industrialismo, entendido como um novo estágio do Capitalismo, onde a relação entre os produtos industriais e os meios de comunicação, aí incluídas a publicidade e a propaganda, abriram o caminho para o consumo excessivo. Paralelamente, a disputa consumidora da pós-modernidade veio interferir no mundo dos imaginários, no qual se encontra o Turismo.

De acordo com Gastal (2001) "*hoje, no momento pós-moderno em que vivemos, turismo e imaginário são inseparáveis*" (Gastal, 2001:1). A autora explica como ao imaginário do percurso se vem juntando o imaginário do lugar. Antigamente havia o medo dos deuses, das bruxas, dos espíritos, em que histórias como o Capuchinho Vermelho, que deveria chegar a casa da sua avó sem passar pela floresta; a Branca de Neve, que para fugir da bruxa má vai viver na floresta com os Sete Anões, a marcar as fábulas dos imaginários. Depois, cruzar os mares e os ventos para conquistar África e as Américas, enfrentar baleias, dragões, sereias, ultrapassar diversos perigos, assinalam os tormentos dos navegadores. Significa que, ao longo dos tempos, desde os primeiros deslocamentos humanos o imaginário sempre acompanhou o homem.

Como escreve Gastal (2001), "*ainda hoje o cinema nos consagra com imaginários ligados às viagens, mostrando o destino sempre dramático daqueles personagens que desafiam os roteiros convencionais e se arriscam em locais normalmente não frequentados por turistas*" (Gastal, 2001:1). Se antigamente o imaginário do homem era povoado por viagens no mundo terrestre, hoje com a

evolução galopante da capacidade de criação do homem, com a criação da máquina e o desenvolvimento da técnica, novos desafios levam o homem a outros planetas, a outras galáxias, uma viagem à Lua, a Marte...

A autora aborda também a questão dos imaginários sob o ponto de vista das tecnologias. Atendendo à base económica dos primeiros tempos, era a agricultura o sustento do homem. Produzia-se para consumo próprio e o excedente, trocava-se ou vendia-se. A informação corria lentamente, a uma velocidade que dependia dos viajantes e dos comerciantes. O grande palco de encontro eram as igrejas e os mercados. Vivia-se uma cultura de necessidade.

Com o emergir de uma nova era, novos padrões sócio-culturais se vão fazendo sentir. A base económica sustentada na agricultura cede o lugar à indústria, à produção em série e em grandes quantidades. A informação corre a um ritmo acelerado e também ela se massifica. Já não são as conversas de feiras, de igreja, são os jornais, o rádio, a televisão, as revistas, acompanhados de um parceiro desenfreado: a publicidade. Já não se compra por necessidade, mas para satisfazer desejos, desejos que já nem sequer têm em conta a cultura, os valores básicos sociais. São desejos puramente materiais: ter dinheiro, ter um carro, uma casa grande e não é suficiente uma casa, é preciso uma casa grande. O mesmo acontece com o vestuário. Uma peça de roupa para vestir ao Domingo já não é suficiente. O nosso guarda-roupa tem que estar cheio para acompanhar a moda. Enfim, tudo mudou.

Também os desejos sociais e afectivos sofreram transformações. Emerge a necessidade de amigos, de apoio, de estabelecer relações de convívio. Mas, hoje isso não chega, todos querem ser bonitos, elegantes, jovens, pois nos novos tempos ser "velho" é estar saturado, é ser chato e inadequado.

No mundo contemporâneo, as necessidades assumem a forma de desejos, desejos que antes estavam vinculados à premência biológica da sobrevivência (Gastal, 2001) e que hoje envolvem também o social e o cultural. Para além destas necessidades, o homem sempre foi movido pela imaginação, pelas emoções. É o plano do simbólico que desde sempre esteve presente na cultura humana, e aos poucos produzir e consumir imaginários passou a fazer parte das necessidades básicas humanas.

Vive-se a era do consumo na sociedade contemporânea, um consumo desmedido em que não se consome para satisfação das necessidades básicas, mas por "prazer", para saciar "desejos" supérfluos.

Os produtos pós-modernos não vendem apenas a si mesmos. Agregam imaginários e isto porque os novos limites necessitam dos dois: do produto e do imaginário, como muito bem incitam os *mass media*. Esta íntima relação entre o capital industrial e os *mass media* é designado por Jameson (1996) como o capitalismo high-tech. Para estes novos desafios, para o aparecimento destas novas necessidades muito contribuiu a propaganda, que cada vez mais retracta a união absoluta entre o produto e o imaginário. Esta indissociabilidade entre produtos e imaginários significa que para além dos produtos consumimos imaginários. Por esta razão, Gastal (2001) vê a Pós-Modernidade como o mundo dos imaginários, por sua vez, cada vez mais associado ao quotidiano do homem.

Se nos primórdios da vivência humana o homem buscava a explicação para o que o rodeava no imaginário, hoje isso também acontece, mas como uma fuga para explicar a necessidade de consumo e não para satisfazer necessidades básicas, mas porque é moda ou porque todos o fazem.

No imaginário pós-moderno, inserido num mundo tumultuado, o homem procura aproveitar e gozar todos os momentos de lazer, de férias, e ainda, agitação, estímulos culturais e sociais, como afirma Gastal (2001).

Nesta linha de pensamento, entre os produtos que melhor atendem a estas necessidades e desejos, salientam-se os produtos turísticos. O Turismo emerge desta maneira associado ao mundo dos imaginários, que se vão renovando de acordo com as transformações sociais. A cada nova temporada surgem novos imaginários.

Gastal (2001) dá o exemplo da Disneylândia enquanto empreendimento turístico, que é acima de tudo um imaginário, um imaginário fundamentalmente para as crianças. Aqui tudo é possível cometer, seja bom, mau, com excessos ou não, tudo é perdoado. Cria-se um ambiente turístico onde o produto toma conta do coração das pessoas, dos seus desejos e das suas necessidades. Por detrás do produto está sempre um imaginário sustentado nas necessidades humanas. Com tal, o imaginário é parte integrante do produto, pelo que sempre que se concebe um determinado produto nele deve estar incorporado o imaginário, pois a sua finalidade é garantir a satisfação dos indivíduos.

O mundo contemporâneo traduz nos seus produtos uma época de significantes e não de significados. É a época em que a *"autenticidade é a leitura de texto que precisa ter coerência única e exclusivamente no interior do próprio texto que constrói"* (Gastal,

2001: 5). Esta é a realidade do Turismo no imaginário da Pós-Modernidade. É o "Mundo do Faz de Conta", assim apelidado pela autora Marcela Candioto (2001).

No mundo imaginário do Turismo – como ele é concebido na era pós-moderna – ganham importância elementos irreais, como a fantasia e imaginários, como o lúdico.

O "Mundo do Faz de Conta" veio redefinir alguns valores do indivíduo, modificando o seu estilo de vida, o seu quotidiano, interferindo nos seus hábitos de consumo, particularmente, de lazer e de turismo. É a sociedade pós-industrial ou sociedade da informação que vem incutir no homem contemporâneo uma nova maneira de "ser", de "estar" e de "olhar" – é a característica do imediatismo.

Para satisfazer as suas necessidades, os seus desejos, o homem contemporâneo tem seguido caminhos diversos, procurando artificios e meios variados para escapar ao quotidiano monótono e enfadonho da sociedade pós-industrial.

Efectivamente, na sociedade contemporânea a actividade turística tem vindo a adquirir uma postura inigualável face a outras actividades económico-sociais. Para além de ser uma das actividades que mais prazer oferece aos indivíduos, ela tem vindo a diversificar-se na sua atractividade, para assim poder dar uma resposta adequada às necessidades sentidas. Contudo, e porque a sociedade pós-industrial assim o proporcionou, alguns dos elementos considerados mais atractivos dos espaços turísticos deixaram de o ser (Candioto, 2001), adquirindo uma forma comum e desinteressada.

De acordo com esta autora, o "Mundo do Faz de Conta" constitui-se na ferramenta para superar esta situação. O lúdico e a fantasia representam hoje como elementos atractivos dos espaços turísticos artificialmente produzidos. Assim como Gastal (2001) se refere ao Walt Disney World como um mundo de imaginários do turismo, também a autora Candioto (2001) partilha esta ideia. Acrescenta ainda que "*o irreal, o imaginário, e a fantasia na dita pós-modernidade deixam de satisfazer apenas desejos infantis. Na Era Tecnológica, o adulto também se rende aos prazeres pueris, intensificando assim a sua condição lúdica, inclusivista e imediatista*" (Candioto, 2001: 22).

Com a velocidade a que ocorrem as transformações, é exigido ao homem pós-moderno um maior e melhor desempenho de produção, o que o obriga a refugiar-se cada vez mais em momentos e espaços de lazer, de diversão e de entretenimento.

Com as imposições da sociedade pós-industrial já não é somente a criança que se diverte, que por legitimidade o faz para reconhecer o mundo que a rodeia. Também o homem, enquanto adulto, "*vê no entretenimento e nas actividades lúdicas, uma*

expressão de liberdade e de compensação para as suas frustrações" (Candioto, 2001: 23). Parece que esta foi a forma que o homem encontrou para se distanciar da frustração e do stress do dia-a-dia.

De acordo com Candioto (2001), Wickens trata a questão hedonística do turismo, estabelecendo relações com as suas fantasias. Demonstra como a fantasia adulta permanece em torno de questões sexuais, afectivas e financeiras. Não é por acaso que o ir jantar fora numa bela noite de Verão, numa esplanada, é entendido como uma dos maiores prazeres do turista. Este é só um exemplo. Assim se explica a satisfação do adulto em relativamente aos atractivos turísticos.

Com a Pós-Modernidade, o Turismo assume-se cada vez mais como um motor que movimenta milhares de euros em todos os cantos do mundo e defronta-se com um novo desafio, como refere Candioto (2001): como disponibilizar o produto turístico para a maior captação da demanda? Ou melhor, o que efectivamente agrada a essa demanda?

A verdade é que o turismo alcança a esfera social e psicológica do turista e que com a sua vertente lúdica interfere na motivação do indivíduo. Desta forma não só movimenta quantidades exuberantes de euros, como se emiscui no for psicológico do homem, o que vem admitir mais uma vez a sua dimensão lúdica e de fantasia.

Após esta breve abordagem, é possível verificar que nos dias que correm, a prática do turismo fundamenta a sua importância e movimentação, no encontro das necessidades dos turistas. Isto é, desenvolve-se cada vez mais o princípio de que as práticas de lazer devem ser no sentido de ir ao encontro das necessidades do consumidor, pelo que é preciso ter sempre em atenção que tais necessidades se modificam mediante os processos pelos quais atravessa a sociedade (Candioto, 2001).

O consumidor turístico contemporâneo vê as suas necessidades revestidas de simbolismo, recheadas de sonhos, as quais podem ser facilmente concretizadas na sociedade pós-industrial. Por outras palavras, é possível detectar previamente as expectativas e necessidades dos indivíduos para lhes fazer corresponder os espaços turísticos adequados.

De facto, a sedução dos bens de consumo da sociedade contemporânea ou pós-moderna, reside na forma "espectacular" e "deslumbrante" como estes se apresentam e dirigem aos consumidores, aos turistas. Desse grupo de bens de consumo extraordinários fazem parte, obviamente, o lazer e o turismo.

Neste cenário o que importa é a acessibilidade imediata, assim como a ênfase no espectacular.

Para além da característica da espectacularização, Candioto (2001) salienta ainda, aquando da sua análise do consumo de lazer no mundo pós-industrial, o recurso à utilização de elementos lúdicos pueris, que segundo a autora se transformam em produto consumível nas actividades de lazer através da simulação.

Como é possível constatar, a questão do consumo de lazer na pós-modernidade adquire novos contornos. Tal como já foi referido, o homem e os seus hábitos de consumo são influenciados pelas mudanças, a todos os níveis, que acompanham a sociedade, o que obriga necessariamente as organizações e as empresas a alterar os processos de produção e de comercialização dos seus produtos. Particularmente no turismo, estas mudanças são muito significativas, porque justamente a demanda turística reflecte mais as transformações da sociedade do que outras demandas.

A Pós-Modernidade vem destacar a condição subjectiva, contrariamente à Modernidade, onde a objectividade era o princípio de tudo. É a objectividade própria da Era da Industrialização.

Não é por acaso que para alguns autores, o consumo de lazer e a necessidade de sonhar estão claramente relacionados com as transformações que ocorrem na sociedade.

Para Trigo (1993), a Pós-Modernidade retrata um momento que a sociedade atravessa, momento esse em que as relações sociais reflectem características que se vão repercutir também nas actividades de lazer e turismo, na medida em que também estas são relações sociais (Trigo, 1993 *in* Candioto, 2001).

Com o avanço tecnológico e a sociedade da informação os referenciais da época moderna – o indivíduo como único, capaz e auto-suficiente – deixam de o ser e entram em decadência, possibilitando uma maior aproximação entre culturas e povos diferentes.

No fundo, as relações sociais passam a ser tidas como relações de consumo, onde elementos ou situações que antes poderiam ser desprezadas, hoje são deveras uma necessidade. São as mudanças de valores da sociedade a interferir nos hábitos de consumo e necessidades da espécie humana.

O homem contemporâneo não procura o amanhã, pelo contrário, busca o presente, deseja satisfazer as suas ansiedades e desejos no momento actual, no “agora”, aproveitando tudo da melhor forma possível e vivendo tudo ao mesmo tempo sem atender ao futuro ou como se este nem se quer existisse.

O consumidor turístico, tal como ele é hoje, nascido na sociedade pós-industrial, tem à sua disposição toda uma diversidade de espaços turísticos que melhor podem satisfazer a suas necessidades relativamente às práticas de lazer.

De acordo com Augé (1996), citado por Candioto (2001) a propósito das necessidades turísticas, *“talvez o que tenha mudado sejam justamente as maneiras de viajar, de olhar ou de se encontrar, de consumir (...) o que confirma a hipótese segundo a qual a relação global dos seres humanos com o real modifica-se sob o efeito das representações associadas ao desenvolvimento das tecnologias, da planetarização de certos problemas e da aceleração da história”* (Augé, 1996 in Candioto, 2001: 27). Fala-se inclusive de um novo consumidor turístico, o “pós-turista”, cujas considerações anteriores permitem concluir.

Trata-se efectivamente de um consumidor turístico cuja característica principal reside no facto de as práticas de lazer estarem associadas aos novos modos de consumo da sociedade. É pois neste sentido que Candioto (2001) chama ao mundo contemporâneo o “Mundo do Faz de Conta”, uma designação que demonstra bem como hoje, os espaços turísticos estão cercados e emiscuidos na fantasia, no lúdico, no sonho, e como a busca insaciável do turista contemporâneo acentua o inaudito, o espectacular e o extraordinário, possibilitando o seu distanciamento do quotidiano.

No Capítulo seguinte, dedicado aos procedimentos metodológicos, são apresentadas as perspectivas de análise estratégica, as quais incidem sobre os conceitos de Prospectiva, Estratégia e Planeamento, para um melhor entendimento das lógicas de acção social e de orientação da mudança social que valorizam as dimensões sistémicas das organizações, como acontece com as organizações com fins turísticos. São ainda tecidas algumas considerações sobre as opções metodológicas e os procedimentos que possibilitaram a recolha de informação e, as orientações para o tratamento dessa mesma informação.

Capítulo 2.- Opções Analíticas e Procedimentos Metodológicos

IV.- Perspectivas de Análise Estratégica

Os Enfoques de Michel Godet

A Prospectiva Estratégica, enquanto conceito e metodologia, está orientada para a resolução de problemas e de desafios. Aborda problemas de grande política, estruturais, define a população implicada, as expectativas, as relações entre causas e efeitos, identifica objetivos, agentes, opções, tenta prever consequências, evitar erros de análise, aborda táticas e estratégias. Por outras palavras, a Prospectiva Estratégica requer um conjunto de técnicas sobre a resolução de problemas perante a complexidade, a incerteza, os riscos e o conflito, devidamente caracterizados.

Michel Godet, entre outros “curiosos”, tem sido um dos grandes autores a dedicar-se à investigação da Prospectiva e da Estratégica, aos seus métodos e especificidades.

Prospectiva e Estratégia andam sempre lado a lado, razão pela qual se utiliza a expressão Prospectiva Estratégica, pois como afirma Michel Godet (2000), “*o sentido da antecipação é esclarecer a acção*” (Godet, 2000: 5).

Os conceitos de prospectiva, estratégia e planificação estão na prática intimamente relacionados, mas cada um destes conceitos apresenta uma definição, um conjunto de métodos e de problemas que evidenciam a sua especificidade.

O casamento entre a prospectiva e a estratégia, diz respeito, antes de mais, ao futuro, e deve entender-se na realidade do dia-a-dia e dar lugar a uma verdadeira mobilização de inteligência colectiva através da apropriação (Godet, 2000), por meio dos actores, situados numa determinada estrutura social.

Se por um lado o encontro entre prospectiva e estratégia é inevitável, por outro lado, os géneros e conceitos que ambos utilizam não se confundem. Ackoff (1973) in Godet (2000), define planificação como o “*concebir un futuro deseado así como los medios necesarios para alcanzarlo*”, o que não difere muito da definição dada para prospectiva, onde o desejo e a intencionalidade são fonte de futuro.

Para uma melhor explicitação da diferença entre estratégia e prospectiva, Godet (2000) recorreu à explicação de Hamuel e Prahalad (1995), tendo por base as empresas que têm mais sucesso e as empresas com menos sucesso, ou seja, “*La conclusión se*

imponía: alguns equipos de dirección demostraron un mayor nivel de clarividencia que otros. Algunos llegaron a imaginarse productos, servicios, y sectores enteros de actividad que no existían hasta entonces y se empeñaron en acelerar su nacimiento. De una manera manifiesta, podríamos decir que perdieron poco tiempo en preocuparse sobre el posicionamiento de su empresa con respecto al entorno competitivo existente puesto que su tarea era, precisamente, crear uno nuevo. Otras empresas – las rezagadas – se preocuparon más de la conservación del pasado que de la conquista del futuro” (Hamel e Prahalad, 1995 in Godet, 2000: 7). Significa isto que a estratégia se refere à clarividência e inovação e a prospectiva à pré-atividade e pro-atividade.

Uma organização pode planificar (tomar o futuro em consideração) sem comprometer-se com uma planificação (um processo formal). Na realidade, mais do que a própria planificação o que se põe em causa é a maneira como esta se aplica. Quando se fala em planificação estratégica há que ter sempre em conta dois aspectos fundamentais, isto é, a cultura e a identidade das organizações afectadas, isto porque as organizações, para além da questão da racionalidade, implicam toda uma panóplia de emoções e de comportamentos.

Para autores clássicos como Lucien Poirier (1987) e Igor Ansoff (1965), a estratégia reflecte a acção de uma organização sobre o meio e reflexão sobre essa mesma acção, isto é, a estratégia prospectiva. Duas noções distintas mas inseparáveis.

Godet (2000) considera que para uma organização a prospectiva não é um acto filantrópico, mas uma reflexão que pretende iluminar a acção e tudo aquilo que particularmente reveste um carácter estratégico (Godet, 2000). Acrescenta ainda que a antecipação da mudança deve ser colectiva e deve englobar o maior número possível de pessoas. Isto porque as “ferramentas” que se utilizam na prospectiva permitem organizar e estruturar de maneira transparente e eficaz a reflexão colectiva sobre as apostas e as linhas do futuro.

De acordo com Godet (2000), a prospectiva e a estratégia comportam consigo questões fundamentais, sem as quais elas não podem existir, e que por sua vez as distinguem designadamente:

- O tempo da antecipação, ou seja, da prospectiva das possíveis mudanças;
- O tempo da preparação da acção, isto é, a elaboração e a avaliação das opções estratégicas.

Será o mesmo que dizer que a prospectiva e a estratégia assentam em interrogações que se apresentam como essenciais numa visão global, sistémica e

aberta que explica os futuros possíveis. São elas: o que pode ocorrer?; o que se pode fazer?; o que vou fazer?, e como vou fazê-lo?.

Estas questões constituem-se nos elementos indispensáveis que toda a prospectiva estratégica contém:

- as finalidades e objectivos a serem alcançados;
- os meios e os recursos a usar;
- as sequências de acções ou programas a desenvolver e realçar.

A interdependência entre estes elementos é da importância crucial para a especificidade de uma estratégia e, principalmente, para a sua capacidade de identificar vantagens competitivas.

A coerência e a consciência internas entre os elementos – metas/objectivos, meios/recursos, acções/programas – são requisitos necessários para validar qualquer prospectiva estratégica, uma vez que permitem situar e conseqüentemente conferir a identidade, capacidade de mobilizar forças e possibilidade do sucesso. Qualquer prospectiva estratégica é, primeiramente, vontade de agir com a finalidade de modificar em nosso benefício o curso futuro dos acontecimentos. Conseqüentemente, a prospectiva estratégica implica projectos, relações de força e desafios.

Advoga-se cada vez mais por um pensamento estratégico antecipador, que lide com o desconhecido, que se adiante aos acontecimentos em vez de esperar por eles no sentido de se evitar custos desproporcionais, quando os problemas adquirem custos sociais e económicos incontroláveis. É neste sentido que a estratégia, em conjunto com a prospectiva se assumem como ferramentas úteis e indispensáveis.

Em suma, recorrendo à ideia que Napoleão Bonaparte tinha de Estratégia, pode-se dizer que se trata de uma arte eminentemente operativa e que na sua essência procura a racionalidade nas grandes decisões.

O Pensamento Estratégico e Sistémico de Crozier e Friedberg

Michel Crozier e Ehrard Friedberg, partindo das mesmas interrogações sobre a lógica da acção social e a orientação da mudança social, tendem a valorizar as dimensões sistémicas das organizações. Crozier, interessa-se pelo trabalho ao nível das organizações desde meados do século XX. A sua preocupação central é a mudança organizacional e nas suas obras encontra-se quer uma teoria da mudança social, quer uma teoria do funcionamento individual dos actores. A mudança social é entendida como a alteração do sistema de acção e dos seus mecanismos de regulação, considerando-se que todo o sistema está em mudança permanente e é capaz de absorver essas mudanças (Guerra, 2000). Os mecanismos de poder possibilitam essas mudanças, mas também elas advêm da capacidade de aprender a fazer normas colectivas, novos modelos relacionais, novos códigos de conduta e de raciocínio, o que permite a mudança no sentido orientado. Quer dizer que o actor está confrontado com um sistema de acção que lhe é imposto mas que lhe deixa também margens de manobra.

Pressupõe que as regras das organizações são accionadas pelos actores e, que se existem, é porque elas correspondem a relações de interesses e de poder no seio das organizações. Isto significa que a questão do poder estará sempre no centro da análise sociológica das organizações e que as regras sendo construídas pelos actores, estes poderão alterá-las em função de outros interesses ou racionalidades negociadas.

É a partir destes pressupostos que Crozier constrói o que apelida de "análise estratégica", procurando a mudança das organizações através de um contracto assumido entre os actores, as suas necessidades e as suas aspirações. Em 1977, Crozier propõe uma análise estratégica de análise social no seu livro *O Actor e o Sistema*, onde explica que esta análise passaria pelo aumento e pela consciencialização da capacidade negocial dos sujeitos (Guerra, 2000), cujos compromissos interactivos gerariam uma sociedade mais adequada aos interesses colectivos.

Assim, como sintetiza Isabel Guerra (2000), a Teoria da Acção de Crozier, pode ser resumida tendo por base os seguintes postulados:

- Uma concepção de "sistema de acção concreto" baseada na análise sistémica e que implica o reconhecimento da coerência dos elementos de um sistema e o facto de que a alteração de um dos elementos vai alterar todo o sistema;

- Assenta na interdependência e hierarquização dos elementos mas recusa a prevalência do económico ou dos valores sobre as outras dimensões do sistema;
- Defende ainda a homogeneidade do campo social, na medida em que os comportamentos e valores humanos co-existem com outros elementos naturais que os podem influenciar.

O autor, reconhece porém, que entre a lógica dos actores e a dos sistemas existe descontinuidade. É que o actor não existe fora do sistema que lhe define a liberdade e a racionalidade que pode usar na sua acção e o sistema não existe senão pelo actor, o único ente que lhe pode dar vida e lhe pode mudar o sentido (Guerra, 2000). Nesta justaposição nascem os constrangimentos da acção organizada.

Deste modo, a análise estratégica consistirá em fazer compreender aos actores as suas possibilidades reais de intervenção através de uma melhor compreensão das lógicas de funcionamento do sistema, dos objectivos e necessidades, que este pode ou não satisfazer. Com este conhecimento, os actores conhecerão melhor as relações de poder e obterão mais liberdade no sentido de poderem individual e colectivamente, dar novas orientações às suas acções e regras de acção colectiva.

Como afirma Friedberg (1995), *"considerar uma organização enquanto sistema de actores como o produto emergente e por isso irredutivelmente contingente das interacções que os seus membros mantêm uns com os outros e com actores colocados no seu "meio" tem consequências profundas sobre a maneira de conceber a sua mudança ou prever uma intervenção que vise uma tal mudança"* (Friedberg, 1995: 325), o que mostra a importância das características, das estruturas de poder, das capacidades e das regras de jogo dos actores de um sistema.

Uma estratégia de mudança tem pois de inventar e articular todo um conjunto de acções orientadoras que tenham em conta características específicas dos jogos e dos sistemas de actores cuja estruturação se trata de transformar, pois como explica Friedberg (1995), a estratégia ao apoiar-se nas oportunidades particulares oferecidas por esses jogos e pelo sistema de actores, pode ajudar razoavelmente os actores respectivos a aplicarem os novos comportamentos cuja adopção e aprendizagem condicionam em definitivo o êxito da mudança desejada.

Crozier, na sua obra *O Actor e o Sistema*, vê o actor a controlar uma zona pertinente de incerteza e defende que a compreensão dos sistemas exigem a

combinação de um raciocínio estratégico, *"que parte do ponto de vista do actor para descobrir os constrangimentos que poderão explicar algumas irracionalidades aparentes, e de um raciocínio organizacional que obriga o actor a "situar a dimensão contingente da ordem construída"* (Guerra, 2000: 30).

Uma estratégia de mudança implica pois o desenvolvimento de diferentes níveis de negociação, sempre pressupondo que cada um aceita participar no processo, desde que seja possível afirmar a sua identidade, sendo-lhe reconhecido o direito e a possibilidade de negociar ou de participar numa escolha. Neste sentido, Guerra (2000) define este processo como um aprendizagem colectiva de regras e de regras novas, através das quais se dá sentido à acção.

Assim, salientam-se como aspectos mais interessantes na análise estratégica de Crozier e de Friedberg, o apelo constante à comunicação e à mudança dos contextos e constrangimentos que libertem o sistema e que o possam conduzir para o interesse da maioria. Acresce ainda a ideia de que *"a mudança, constitui sempre, deste modo, uma aposta nas possibilidades de evolução e de aprendizagem deste sistema de actores, uma aposta sem nenhuma garantia de êxito"* (Friedberg, 1995: 332).

As Lógicas de Planeamento e Avaliação de Isabel Guerra

Controlar a mudança social foi sempre um dos grandes objectivos de teóricos sociais e políticos, contudo, tal tem sido difícil dada a complexidade e diversidade dos fenómenos de mudança que têm ocorrido ao longo dos tempos. Como considera Isabel Guerra (2000), um dos grandes nomes da investigação em planeamento e acção estratégica, primeiramente, devem ser conhecidos os sistemas sociais e as suas dinâmicas e só depois disso se tenta provocar e/ou controlar a mudança. Deste modo, aparecem sempre associadas as noções de mudança social, de sistema e de planeamento.

Com o passar dos tempos, a ideia de evolução, de progresso e de mudança foram adquirindo novos significados, ajustados ao contexto e pensamento próprios. O pensamento do século XX evidencia não a questão da evolução, mas a mudança, enquanto ruptura, enquanto procura de um novo equilíbrio, face a uma mutação não finalizada que cada vez mais se pretende controlar ou mesmo dirigir (Guerra: 2000).

Com a aceitação da diversidade dos modelos de transformação da sociedade, assume-se uma nova postura perante a mudança, em que o pensamento evolucionista

é ultrapassado para dar lugar a mudanças reconhecidas como incertezas, carregadas de imprevisibilidade. É pois neste contexto em que a incerteza reina, que a preocupação com a ideia de antecipar para controlar o futuro adquire uma importância capital e as análises projectivas passam a prospectivas.

Com o desejo de intervir nessa mudança, os cientistas sociais identificam as dinâmicas do sistema e os sentidos da acção e prevêem a condução da acção para objectivos colectivamente assumidos e contratualizados (Guerra, 2000). Espreita então a relação entre mudança social, sistemas e planeamento e o entendimento das dinâmicas dos sistemas de acção constitui-se no cerne do trabalho sociológico.

Onde entra então o Planeamento? O que entender por Planeamento?

Sinteticamente falando, o Planeamento evidencia uma forma de encarar o funcionamento, a organização e a evolução de um universo de acção e dos seus componentes, socorrendo-se para tal da teoria geral dos sistemas. Inicialmente ensaiado na Ex- União Soviética, o processo de planeamento é hoje praticado por todos os países e em várias áreas da realidade social. Centrado numa primeira fase, na esfera económica, e mais tarde influenciando a programação da construção de infra-estruturas urbanas e sociais de suporte ao processo de industrialização, como salienta Isabel Guerra (2000), a crítica ao planeamento sectorial veio dar origem a um novo planeamento, um planeamento integrado que abarcasse as várias dimensões da realidade social, isto é, a dimensão económica, mas também a dimensão cultural, social, ambiental, etc. A suceder o planeamento integrado, surge posteriormente o planeamento estratégico, depois a gestão estratégica e, finalmente, o planeamento de hoje, ou seja, o planeamento estratégico criativo e participativo, como o designa Guerra (2000: 110).

O planeamento tradicional, na segunda metade do século XX, começa a ser contestado e a noção de estratégia assume uma posição de destaque, na medida em que se começa a dar uma nova atenção aos processos e à flexibilização necessária aos percursos da mudança.

Como salienta a autora, a tentativa de planeamento nas sociedades modernas tem a sua origem na necessidade de gestão de conflitos e de tensões, próprios do sistema social, assim como na necessidade de introduzir formas de coerência nos vários subsistemas, reforçando a sua coesão. Mas, para além destes objectivos, o planeamento surge ainda relacionado com os processos de racionalização e/ou optimização dos recursos.

Falar de planeamento é falar de todo um esforço de regulação a médio prazo de um sistema social, segundo o qual se procura controlar e modificar de uma forma deliberada o futuro. Planear é programar o futuro desejado. Recorrendo ao pensamento de Mintzberg (1994), o planeamento é descrito como: “planear é pensar o futuro”, “planear é agir sobre o futuro”, pensando-o, mas em simultâneo, criando-o e concebendo os meios para o alcançar. Mas este planeamento não deve apenas centrar-se no futuro ou no que é preciso no futuro, mas acima de tudo, que diga que acções podem levar a esse futuro. Concebe-se portanto, o planeamento, como um “processo”. Por outro lado, planear é também “decidir”, é “escolher”, é optar por acções bem definidas que permitam alcançar os objectivos pretendidos.

Enquanto processo, o planeamento constitui-se num plano integrado de decisões, na medida em que *“O planeamento é necessário, quando o futuro exige um conjunto de decisões interdependentes; quer dizer, um sistema de decisões. A principal complexidade do planeamento vem do carácter inter-relacional das decisões, mais do que das decisões em si”* (Mintzberg, 1994: 27).

Mas para além de um processo estratégico que trata das inter-relações entre as decisões numa organização, para que se possa compreender o verdadeiro sentido do planeamento, é necessário recorrer ao conceito de “formalização”, como explica Guerra (2000). O planeamento é um procedimento formalizado que tem por finalidade produzir um resultado articulado sob a forma de um sistema integrado de decisões, o que significa que *“o planeamento é uma operação que consiste em enfrentar sistematicamente o fenómeno ao qual ele se dirige, sendo assim um esforço disciplinado de racionalização dos processos pelos quais as decisões são tomadas e integradas em organizações”* (Guerra, 2000: 112).

Em poucas palavras, o planeamento traduz-se num processo assente nas dinâmicas sociais, que pretende racionalizar o funcionamento e os comportamentos do sistema de acção, direccionando-o no sentido do que é mais desejado.

Depois desta breve enunciação sobre o percurso e significado do processo de planeamento, é importante procurar conceber o planeamento no âmbito da emergência de um novo contexto social, de um novo olhar sobre a “sociedade civil”, onde a democracia e a cidadania se assumem como pressupostos básicos da sociedade.

Trata-se portanto, de procurar reforçar os mecanismos democráticos e de encontrar novos campos de exercício da democracia (Guerra, 2000) na luta contra a desigualdade de oportunidades. Emerge neste contexto a crença na capacidade dos

indivíduos, enquanto actores de instituições, de organizações, de se reinventarem e de serem capazes de inventar novos campos de exercício da democracia, tal como considera a autora. Ao invés de uma democracia representativa, anseia-se por uma democracia participativa, por uma cidadania entendida como *“um conjunto de direitos e de obrigações que envolvem todos os membros virtuais de uma comunidade política, sem olhar a género, idade, etnicidade, níveis de educação, religião ou qualquer outro critério que possa ser utilizado para restringir uma pertença responsável e excluir cidadãos do exercício sem barreiras de direitos políticos e deveres cívicos”* (Guerra, 2000: 95). Neste regime, cada indivíduo tem a sua cultura, a sua liberdade e luta contra a lógica dominadora dos sistemas.

Os sujeitos são reconhecidos pela sua capacidade de envolvimento e de decisão, enquanto actores com histórias, interesses e recursos próprios. A sua estratégia torna-se o centro dos fenómenos de desenvolvimento, dando origem a sistemas de relações interactivas e não unicamente económicas, culturais, ou sociais. Trata-se de um conjunto de relações de poder e de redes, de jogos de interesses, onde como escreve Crozier (1977) *“cada actor dispõe de uma certa margem de liberdade e de negociação e portanto dispõe também de poder sobre os outros actores”* (Crozier, 1977: 91).

V.- Opções Metodológicas

Em defesa do Estudo de Caso

Perante a natureza do estudo em questão, exploratório e descritivo, um dos aspectos fundamentais a ter sempre em consideração é que *“para cada investigação, os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade, em função dos seus objectivos próprios, do seu modelo de análise e das suas hipóteses”* (Quivy, 1995: 231).

A verdade é que não existe um método ideal, mas um método que se adegue o mais possível à natureza da investigação e dos objectivos que se pretende alcançar. Contudo, esta adequação torna-se insuficiente se da parte do investigador não houver uma capacidade de discernimento e de compreensão clara e objectiva das várias situações com que se deparará ao longo do percurso da investigação, procurando afastar-se ao máximo das evidências comuns.

Para além de todos estes cuidados, o investigador deve estar ciente de que os dados com os quais vai trabalhar não se encontram em estado bruto e que a sua existência só é possível *“através do esforço teórico que os constrói enquanto representações idealizadas de objectos reais”* (Quivy, 1995: 231).

Na verdade, a opção metodológica prevista para abordar esta problemática e orientar o trabalho empírico, centra-se num estudo de caso, na medida em que o que pretendo é efectuar uma abordagem, tanto em amplitude como em profundidade, das políticas e das práticas do turismo de Alqueva.

A opção pela estratégia de pesquisa correspondente a um estudo de caso, justifica-se no quadro dos objectivos da investigação na medida em que possibilita obter uma maior intensidade e profundidade na análise e consequentemente uma melhor compreensão do fenómeno turístico.

A grande vantagem do estudo de caso reside no facto de *“permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar os diversos processos interactivos em curso”* (Bell 1997: 23). Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social, cujo principal objectivo é conhecer em profundidade o “como” e os “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularista, como assim lhe chama Pedro da Ponte (1992), ou seja, que se debruça

deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e próprio.

Definido muitas vezes como um método das Ciências Sociais, pode ser, no entanto, e mais a propósito, denominado de estratégia possível no *design* de investigação (Silva, 2002) pelo que é normalmente entendido como uma ferramenta de investigação.

Yin (1989) afirma que *“o Estudo de Caso (...) investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenómeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”* (Yin, 1989: 23). Apresenta-se como um tipo de pesquisa que tem sempre uma forte dimensão descritiva, dado que o investigador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-la a conhecer tal como ela lhe surge.

Um estudo de caso é uma investigação de natureza empírica, baseando-se fortemente no trabalho de campo. Estuda uma determinada entidade no seu contexto real, tirando toda o partido possível de fontes múltiplas de evidência como entrevistas, observações, documentos e artefactos (Yin, 1989).

Enquanto método, o Estudo de Caso é adequado para responder às questões “como” e “porquê” que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

No entanto, um estudo de caso não tem de ser meramente descritivo, como já foi salientado. Pode ter igualmente um profundo alcance analítico, ao interrogar a situação. Pode ainda confrontar a situação com outras situações já conhecidas e com as teorias existentes. Pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futuras investigações. Trata-se de uma estratégia há qual se recorre quando não se tem controlo sobre os acontecimentos, sobre o vai ou pode acontecer e não é portanto possível ou desejável manipular as potenciais causas do comportamento dos participantes (Yin, 1989).

Falar de “estudo de caso” é sem dúvida falar de uma investigação de natureza empírica, assente no trabalho de campo e tira todo o partido possível de fontes múltiplas de evidência como documentos, dados arquivados, entrevistas, observações directas, observações participantes e artefactos físicos. Pode ser usado independentemente do tipo de pesquisa utilizada, quantitativa ou qualitativa.

Como metodologia orientadora dos trabalhos de investigação, os estudos de caso podem ser essencialmente exploratórios, servindo para obter informação preliminar

acerca do respectivo objecto de interesse (Pedro da Ponte, 1992). Podem ainda ser fundamentalmente descritivos, tendo como propósito essencial descrever o caso em estudo. E finalmente, podem ser analíticos, procurando problematizar e, quiçá, explicar a natureza do objecto (caso), construir ou desenvolver uma nova teoria ou confrontá-la com teoria já existente (Yin, 1989).

Tal como todos os procedimentos metodológicos, o Estudo de Caso também é alvo de críticas, apresentando como mais frequentes as seguintes: falta de rigor; influência do investigador – falsas evidências, visões deturpadas; fornece pouquíssima base para generalizações; são muito extensos e levam muito tempo a serem concluídos (Silva, 2002).

Em síntese, os estudos de caso não se usam quando se quer conhecer propriedades gerais de toda uma população. Pelo contrário, usam-se para compreender a especificidade de uma situação ou fenómeno, para estudar os processos e as dinâmicas da prática. O seu objectivo fundamental é proporcionar uma melhor compreensão de um caso específico.

Pretendo, assim, abordar o objecto de estudo numa perspectiva predominantemente de natureza qualitativa, situação julgo poder conduzir-me a uma vivência com adequada profundidade da problemática em foco.

Porém, ao defender aqui a utilização de técnicas de recolha de informação de natureza predominantemente qualitativa, e muito particularmente o estudo de caso de Yin (1989), não pretendo desvalorizar quer as técnicas quantitativas, quer outras fontes de informação, isto porque como se sabe, numa investigação a selecção e a utilização das técnicas não é arbitrária nem é feita por acaso, mas sim sempre de acordo com o tema em questão, o tema que se pretende estudar. É o tema de investigação, a natureza do problema colocado e os objectivos de estudo que determinam a escolha do método de estudo de caso, assim como a lógica das técnicas e não o contrário.

Em jeito de conclusão, posso referir que a adopção do perfil de um estudo de caso, se justifica essencialmente pela natureza da informação que se pretende recolher e analisar, constituindo-se numa estratégia metodológica de análise que permite a minimização da perda de informação.

Procedimentos para a Recolha de Informação

Tal como referi acima, a colheita de informação foi feita com base na técnica da entrevista semi-estruturada. Considero que esta técnica é uma das mais adequadas para este tipo de estudo, porque permite aos actores expressarem os seus pontos de vista, tendo em conta a sua prática e as suas ideias relativamente à problemática do turismo de Alqueva.

A importância da escolha da entrevista semi-estruturada como técnica privilegiada da recolha de informação deve-se ao facto de duas das suas grandes vantagens ser a sua adaptabilidade, bem como porque o investigador poderá colocar as perguntas pela ordem que entender e não necessariamente de acordo com a formulação prevista. Explica-se porque qualquer *"entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer"* (Bell, 1997: 118).

A entrevista semi-estruturada permite ainda o facto de as respostas poderem ser desenvolvidas e clarificadas, o que já não acontece nos questionários. Como não poderia deixar de ser a sua linguagem deve ser de tal modo que possa ser compreensível por todos os entrevistados e pode não ser tão importante precisar o uso de certos termos como acontece nos questionários. Constitui-se assim, numa técnica de análise intensiva cuja principal característica é a *"não intervenção do observador nos grupos, nas situações, nos processos sociais em análise"* (Almeida e Pinto, 1982: 100).

Contudo, também esta técnica de recolha de informação, tal como todas as outras, apresenta problemas e desvantagens, entre as quais estão: entrevistar um número relativamente pequeno de pessoas, tratar-se de uma técnica altamente subjectiva, para além de a sua flexibilidade *"poder levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador"* (Quivy, 1995: 193). Por estas razões, Moser e Kalton (1971) descreveram a entrevista como *"uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado que tem o objectivo de extrair determinada informação do entrevistado"* (Moser e Kalton, 1971 in Bell 1997: 120).

As principais razões que me levaram a escolher a entrevista semi-estruturada como técnica privilegiada de recolha de informação, apesar das limitações e críticas que pode apresentar, prendem-se fundamentalmente, com o facto de se tratar de uma técnica sistemática, oral e imediata pela relação face a face com o informante, onde predominam várias características igualmente flexíveis, o que permite que o próprio

entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objecto perspectivado.

Ao constituir-se numa técnica de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para o melhor conhecimento da realidade em estudo, as entrevistas foram aplicadas a informantes privilegiados, entre os quais, autarcas e empresários locais, permitindo uma flexibilidade e liberdade de resposta aos entrevistados.

As entrevistas foram orientadas por um guião de entrevista composto por tópicos de interesse para a investigação que orientou o desenvolvimento da mesma e cuja concepção teve em atenção uma adequada articulação com os objectivos do estudo. Com este procedimento, o entrevistador apesar de fazer as perguntas principais no desenrolar da pesquisa é livre de alterar a sequência das mesmas, assim como introduzir novas questões em busca de mais informação. Significa que este tipo de procedimento permite ao entrevistador adaptar este instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e de receptividade do entrevistado.

Esta técnica foi aplicada a um total de 12 entrevistados, entre os quais um Técnico da Região de Turismo de Évora, os Presidentes das Câmaras Municipais da zona do Regolfo de Alqueva, respectivamente, das autarquias de Reguengos de Monsaraz, de Portel, de Moura, de Mourão e do Alandroal, a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, cujas opiniões e conhecimentos foram imprescindíveis para a concretização desta pesquisa, como se pode comprovar. Por outro lado, foram entrevistados também agentes sócio-económicos de cada um dos concelhos, entre os quais estão representados restaurantes e casas de alojamento de cada um dos concelhos do Regolfo de Alqueva.

O guião de entrevista elaborado para proceder à recolha de informação, tendo em atenção os objectivos a alcançar, consistiu nas mesmas perguntas para todos os entrevistados, com excepção das perguntas a . II); d. II); e. II); f. II); b. III) e a. IV), as quais foram aplicadas apenas aos informantes-chave das Autarquias, à EDIA, à Região de Turismo de Évora, considerando que a este nível seria mais rica a informação pretendida.

A cada uma das entrevistas realizadas foram atribuídos números, no sentido de facilitar a sua identificação aquando da análise da informação recolhida, nomeadamente, no capítulo correspondente ao tratamento e descrição dos dados obtidos, como é possível verificar no quadro nº 1, abaixo apresentado.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um guião, tal como já foi referido, tendo-se procedido à gravação das mesmas para uma maior facilidade de análise e de interpretação das respostas e informações chave prestadas pelos entrevistados.

Para a elaboração do guião da entrevista fiz corresponder a cada grupo de questões uma dimensão de estudo e um objectivo, permitindo-me assim, uma melhor organização das questões que considero importante abordar com os entrevistados e os objectivos previamente definidos para a concretização deste estudo, como se pode verificar nos quadros das páginas seguintes.

Quadro nº 1 - Identificação das Entrevistas Efectuadas

Entidade/ Pessoa Entrevistada	Número da Entrevista
Câmara Municipal do Alandroal – Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal	1
Câmara Municipal de Portel – Sr. Presidente da Câmara Municipal	2
Câmara Municipal de Moura - Sr. Presidente da Câmara Municipal	3
Câmara Municipal de Mourão – Sr. Presidente da Câmara Municipal	4
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz – Sr. Presidente da Câmara Municipal	5
Região de Turismo de Évora – Técnica da Região de Turismo de Évora	6
“Restaurante da Maria” – concelho de Alandroal	7
“Hospedaria O Castelo” – concelho de Portel	8
“Hotel da Moura” – concelho de Moura	9
“Restaurante Guadiana” – concelho de Mourão	10
“Restaurante Alcaide” – concelho de Reguengos de Monsaraz	11
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva	12

Quadro nº 2 - Guião de Entrevista para Autarcas e Região de Turismo de Évora

Dimensões da Entrevista	Objectivos	Questões
I. Caracterização da instituição	* Identificação da instituição e do entrevistado	a) Instituição b) Inquirido c) Função que desempenha na instituição d) Sexo (M/F)
II. Potencialidades e debilidades do Turismo de Alqueva	* Analisar, estrategicamente, as perspectivas (potencialidades e debilidades) <i>ex-ante</i> de desenvolvimento do(s) Sistema(s) Turístico(s) nos concelhos do Regolfo de Alqueva	a. II) Quais os impactos do fenómeno turístico na zona do Regolfo de Alqueva, especificamente, nos concelhos do Alandroal, Portel, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz? b. II) Quais as potencialidades que os concelhos do Regolfo de Alqueva apresentam para o desenvolvimento do Turismo? c. II) Quais as debilidades que os concelhos do Regolfo de Alqueva apresentam para o desenvolvimento do Turismo? d. II) Como tem sido o planeamento da actividade turística nesta zona? e. II) Qual tem sido o grau de envolvimento dos actores em matéria de planeamento turístico? f. II) O que pensa do planeamento turístico elaborado pela CEDRU? E da sua avaliação? Que implicações poderá ter?
III. Constrangimentos organizacionais e esquemas de decisão	* Identificar os prováveis constrangimentos organizacionais que, eventualmente modelam os esquemas de decisão e de acção estratégica na implementação das políticas e práticas turísticas no Regolfo de Alqueva	a. III) Sendo actores locais, que tipo de medidas ou acções se poderiam dinamizar nesta zona, para promoção e desenvolvimento do sector turístico nos próximos cinco anos? b. III) Quais as estratégias a adoptar para a implementação de práticas turísticas sustentáveis no espaço em causa?
IV. Modelos organizacionais de promoção e desenvolvimento turístico	* Compreender sociologicamente a inscrição espacial dos novos modelos organizacionais de promoção e desenvolvimento turístico	a. IV) Tendo por base desenvolvimento local e o planeamento do Turismo, como considera a sua importância para a promoção turística do Regolfo de Alqueva? b. IV) Quer dar mais algumas sugestões para a promoção e desenvolvimento do Turismo?
V. Duração da entrevista e observações		

Fonte: Guião de Entrevista elaborado pela autora (2001).

Quadro nº 3 - Guião de Entrevista para Agentes Sócio-Económicos Locais

Dimensões da Entrevista	Objectivos	Questões
I. Caracterização da instituição	* Identificação da instituição e do entrevistado	a) Instituição b) Inquirido c) Função que desempenha na instituição d) Sexo (M/F)
II. Potencialidades e debilidades do Turismo de Alqueva	* Analisar, estrategicamente, as perspectivas (potencialidades e debilidades) <i>ex-ante</i> de desenvolvimento do(s) Sistema(s) Turístico(s) nos concelhos do Regolfo de Alqueva	a. II) Quais as potencialidades que os concelhos do Regolfo de Alqueva apresentam para o desenvolvimento do Turismo? b. II) Quais as debilidades que os concelhos do Regolfo de Alqueva apresentam para o desenvolvimento do Turismo?
III. Constrangimentos organizacionais e esquemas de decisão	* Identificar os prováveis constrangimentos organizacionais que, eventualmente modelam os esquemas de decisão e de acção estratégica na implementação das políticas e práticas turísticas no Regolfo de Alqueva	a. III) Sendo actores locais, que tipo de medidas ou acções se poderiam dinamizar nesta zona, para promoção e desenvolvimento do sector turístico nos próximos cinco anos? b. III) Quais as estratégias a adoptar para a implementação de práticas turísticas sustentáveis no espaço em causa?
IV. Modelos organizacionais de promoção e de desenvolvimento turístico	* Compreender sociologicamente a inscrição espacial dos novos modelos organizacionais de promoção e de desenvolvimento turístico	a. IV) Quer dar mais algumas sugestões para a promoção e desenvolvimento do Turismo?
V. Duração da entrevista e observações		

Fonte: Guião de Entrevista elaborado pela autora (2001).

Orientações para o Tratamento da Informação

Para a análise e tratamento da informação recolhida através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos actores locais, autarcas, empresários, entre outros, enquanto elementos representativos das dimensões do estudo, recorri ao método de análise estrutural de conteúdo.

A análise de conteúdo incide sobre uma diversidade de documentos, desde obras literárias, jornais, actas de reuniões, relatórios de entrevistas pouco directivas, etc. A escolha dos termos a utilizar pelo entrevistado, o modo com constrói o seu discurso e o desenvolve, tornam-se fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir o conhecimento. Trata-se de informação que pode incidir sobre o próprio entrevistado ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido (Quivy, 1995).

Para uma interpretação que não tome como referência os valores e representações do investigador, o método de análise de conteúdo implica a utilização de processos técnicos relativamente precisos, como é o caso do cálculo das frequências relativas. Só assim será possível elaborar uma interpretação ausente de valores.

Como salienta Quivy (1995), ao contrário da Linguística, a análise de conteúdo em ciências sociais não tem como objectivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal, mas sim *"tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade"* (Quivy, 1995: 227) e, para além disso, *"melhor do que qualquer outro método de trabalho, (...) permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são conciliáveis"* (Quivy, 1995: 227).

De acordo com este autor, os diferentes métodos de análise de conteúdo agrupam-se em duas categorias: os métodos quantitativos e os métodos qualitativos. Os primeiros são mais extensivos, isto é, aplicam-se a um grande número de informações sumárias e têm por base a frequência de certas características de conteúdo, enquanto que os segundos, incidem sobre a análise de um pequeno número de informações, partindo da ausência ou da presença de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do discurso estão articulados uns com os outros.

Ainda no âmbito dos diferentes tipos de análise de conteúdo, é possível identificar três grandes categorias de métodos, conforme a análise incida

preferencialmente sobre os elementos do discurso, a sua forma ou sobre as relações entre os seus elementos constitutivos. São eles: as análises temáticas, que incidem sobre as representações sociais ou os juízos dos entrevistados; as análises formais, que se debruçam sobre as formas e encadeamento do discurso, e as análises estruturais, as quais se centram sobre a maneira como os elementos da mensagem estão dispostos (Quivy, 1995), tentando revelar aspectos implícitos e subjacentes na mensagem.

Mas quais são os objectivos para os quais o método da análise de conteúdo é particularmente adequado?

De acordo com Quivy (1995), pode ser nomeadamente utilizado para:

- *"A análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação;*
- *O exame da lógica de funcionamento das organizações, graças aos documentos que elas produzem;*
- *O estudo das produções culturais e artísticas;*
- *A análise dos processos de difusão e de socialização;*
- *A análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, das componentes de uma situação problemática, das interpretações de um acontecimento, das reacções latentes a uma decisão, do impacto de uma medida;*
- *A reconstituição de realidades passadas não materiais: mentalidades, sensibilidades, ..." Quivy (1995: 230).*

Tendo por base este vasto campo de situações em que pode ser aplicado o método em questão, não seria aceitável se não fossem mencionados as suas vantagens, apesar de, tal como todos os métodos, apresentarem também alguns limites e problemas.

Para além de serem métodos adequados ao estudo do que está implícito, do que não é visível, obrigam o investigador a manter uma grande distância em relação a interpretações espontânea ao mesmo tempo que permitem um controle posterior do trabalho de investigação, e sendo construídos metódica e sistematicamente, permitem um estudo aprofundado da realidade em estudo.

Quivy (1995) refere-se à análise de conteúdo como sendo um método simplista e ao mesmo tempo muito laborioso, na medida em que é necessário ter a certeza de que se adequa aos objectivos da investigação e de que se dispõe de tempo e de meios para ser bem sucedido.

Perante o tipo de estudo em questão e a complexidade do fenómeno em análise, a interpretação da informação recolhida foi feita com base na análise estrutural de conteúdo.

A Análise Estrutural de Conteúdo constitui-se num método cujo principal objectivo *"é compreender e descrever a lógica própria do cultural e a sua relação com as práticas quotidianas dos actores sociais"* (Garrido, s.d.: 1), pelo que é normalmente definido a partir do seu enfoque sócioantropológico na análise das lógicas culturais.

Tal como o próprio nome indica, a sua origem encontra-se na tradição estruturalista, especificamente na Linguística Estrutural. A Sociologia do Conhecimento é o marco sobre o qual assenta, assim como a concepção binária da realidade e, nesse sentido, orienta-se por três grandes pressupostos:

- a realidade é uma construção social;
- o conhecimento é uma construção social;
- estas construções têm por base as disjunções binárias;

Passando um pouco por tais pressupostos, antes de fazer referência aos procedimentos utilizados neste método, importa salientar que para a Sociologia do Conhecimento a realidade e a sua apreensão, isto é, o conhecimento, são sempre construções sociais. O conhecimento é sempre histórico e tem sempre subjacente um tempo e um espaço específicos. Na apreensão da realidade está sempre presente a condição humana dos sujeitos sócio-históricos e, como afirma Garrido (s.d.), como consequência, a apreensão e posterior organização que fazemos da realidade como um todo é produto social.

Ao conhecermos, ao darmos sentido às coisas, fazemo-lo por meio das operações binárias. Como explica o autor, somos capazes de conhecer a realidade na medida em que se apresenta de maneira amorfa e indistinta, sendo susceptível de ser analisada e sintetizada, ou por outras palavras, de ser descomposta em partes e de ser apreendida como um todo.

Num primeiro momento realizamos operações de distinção na medida em que conhecemos uma determinada realidade a partir do que a diferencia de outra realidade (A#B). Numa segunda fase, por oposição, realizamos operações de associação. Depois de reconhecidas as diferenças, que tornam cada realidade em algo particular, procuram-se as semelhanças entre as várias realidades (A#B; A=C=D). Desta forma produzem-se complexas cadeias de oposição e de associação que vão configurando o nosso mundo e marcando as futuras percepções. Trata-se de um conhecimento que se encontra

sempre sujeito, como já se referiu, a um determinado espaço e um determinado tempo, marcado por uma história, do qual resulta um produto social. É neste sentido que se fala de construção social do conhecimento.

Há que destacar que os princípios de distinção e de oposição anteriormente mencionados, não são meramente subjectivos (Garrido, s.d.) e por isso têm que ser considerados como intersubjectivos e compreendidos dentro de um contexto sócio-cultural específico, o que significa que o acto de conhecer está invariavelmente atravessado pelos aspectos sócio-culturais de cada sujeito, para além de múltiplos outros factores (Garrido, s.d.). Assim, podemos caracterizar, segundo este autor, o acto de conhecer, como um complexo "bio-socio-antropo-pessoal", no qual cada sujeito vê a realidade social de maneira única.

A dimensão cultural é uma dimensão que trespassa a todas as esferas da vida social. De acordo com Garrido (s.d.) em cada uma das suas práticas quotidianas, cada indivíduo tem as suas formas de conhecer e de interpretar a realidade, de acordo com os seu grupo social e com o seu modelo cultural específico. São portanto, as estruturas de pensamento que, enquanto princípios organizadores vão configurando o mundo de cada sujeito, definindo a situação social em que se encontra e orientando subjectivamente as suas condutas (Garrido, s.d.).

São estes esquemas de pensamento que constituem o objectivo principal da análise estrutural de conteúdo, o que quer dizer que enquanto princípios organizadores culturais sujeitos a condições de produção e de reprodução específicas (Garrido, s.d.) eles não podem ser considerados de modo algum como "totalidades universais históricas".

A análise estrutural de conteúdo procura assim, reconstruir a estrutura simbólica subjacente aos diferentes discursos sociais, procurando identificar as particularidades de cada um deles. Por outras palavras e, citando Silva et al (2001), o propósito da análise de conteúdo é *"alcançar uma descrição aprofundada da estrutura semântica e de sentido das actividades dos mesmos sobre a realidade social e a problemática do fenómeno em causa"* (Silva et al, 2001: 101).

Capítulo 3.- O Regolfo de Alqueva no Cenário Turístico Alentejano

VI.- Caracterização do Regolfo de Alqueva

Aspectos Sócio-económicos, Demográficos e Geográficos

A afirmação da Região do Alentejo enquanto destino turístico, tem apresentado uma evolução crescente, sobretudo desde meados dos anos oitenta. De facto, este território mostra-se como um mosaico de destinos locais pouco articulados entre si, operando no pano de fundo de uma vasta gama de potencialidades que têm que ser aproveitadas.

Com a Barragem do Alqueva, o alcance das actividades turísticas na base económica do Alentejo tenderá para aumentar, pelo que importa valorizar os potenciais existentes e fazer do turismo e dos lazeres uma das âncoras de uma nova base económica, na perspectiva do relançamento das dinâmicas de desenvolvimento regional e local neste território. A multiplicação de projectos e de investimentos no sector do turismo nos anos recentes, como acontece com a construção da Barragem de Alqueva, indicia uma fase de grande crescimento da oferta e da procura turística que importa aproveitar a favor do desenvolvimento integrado da região alentejana.

O tecido regional da oferta de alojamento hoteleiro evidencia fortes contrastes entre diferentes áreas do território, surgindo com maior destaque os concelhos do Alentejo Litoral.

O Alentejo Litoral é um destino turístico crescente, pelo que a realização de alguns novos projectos de investimento (complexos turísticos e de lazer, multifuncionais e qualificados), abre perspectivas de grande significado na base económica, tanto ao nível sectorial do turismo como ao nível regional.

No entanto, tem-se vindo a verificar uma afirmação crescente do Alentejo Central, quer através do designado turismo em Espaço Rural, quer, através da cidade de Évora a que não é alheio o grande valor cultural que possui, alvo de reconhecimento pela UNESCO, enquanto Património da Humanidade. Destaca-se ainda o concelho de Estremoz, onde a dinâmica dos negócios e a riqueza da cultura e do património constituem traços principais de atracção/captação de turistas, bem como os concelhos de Sousel, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Redondo.

O Alto Alentejo evidencia uma qualidade geral assinalável mas em simultâneo uma ainda incipiente oferta quantitativa. Contudo, um conjunto significativo de

acções de valorização do Norte Alentejano neste sector tem vindo a contribuir para a dinamização da oferta hoteleira nesta sub-região, associado a produtos como o turismo cultural, o turismo termal, o turismo de negócios, o turismo de natureza e o turismo de itinerância, surgindo com grande destaque a Serra de S. Mamede, as albufeiras e a Coudelaria de Alter.

O Baixo Alentejo detém uma baixa taxa de oferta de alojamento hoteleiro da Região, tendo principal destaque nesta sub-região o concelho de Beja pela sua maior capacidade de atracção, mercê da sua localização geográfica e ainda os concelhos de Ferreira do Alentejo, Castro Verde e Moura, possuidores de alguma oferta turística, bem como Serpa e Alvito.

Com a concretização do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, abrem-se novas oportunidades de aproveitamento turístico do espelho de água, que certamente induzirão um apreciável desenvolvimento turístico da região envolvente.

Para um melhor conhecimento e entendimento da realidade específica em estudo, apresenta-se de seguida uma breve caracterização demográfica e sócio-económica dos Concelhos do Regolfo de Alqueva, atendendo que são concelhos que apesar de maioritariamente caracterizados por uma população idosa e por um baixo nível de crescimento natural, bem como por uma forte tendência migratória, são concelhos detentores de uma riqueza invejável, quer a nível de património histórico, cultural, arqueológico, quer a nível ambiental, quer ainda ao nível da hospitalidade e estima tão própria do povo alentejano, factores determinantes para o desenvolvimento turístico da região alentejana.

Caracterização Demográfica e Sócio-económica dos Concelhos do Regolfo de Alqueva

O Regolfo de Alqueva, é constituído por cinco concelhos, quatro dos quais pertencentes à NUT do Alentejo Central, designadamente, Alandroal, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, e o concelho de Moura, que pertence ao Baixo Alentejo. Com uma população total residente em 2001 de 44 761 habitantes, os concelhos em questão, ocupam uma área total de 2846,2 Km². De acordo com os Censos de 2001, a densidade da população que caracteriza a zona do Regolfo de Alqueva é de 15,7 h/Km².

Quadro n° 4 – População Residente nos Concelhos do Regolfo de Alqueva em 2001

NUTS	Concelhos	Área Total		População Residente					Freguesias	Área Média Freg.	Densid. Populacional
		Km ²	Total			Homens		N°			
			1991	2001	1991	2001					
			2001	1991	2001	1991	2001		2001		
Alentejo		27,029,0	843,442	534,368	265,836	248,370	294	91,9	19,8		
Alentejo Litoral		5,303,2	98,519	99,567	49,080	44,590	39	136,0	18,8		
Alto Alentejo		5,953,0	128,687	126,481	62,392	57,100	81	73,5	21,2		
Alentejo Central		7,228,1	173,216	173,403	83,974	80,120	91	79,4	24,0		
Baixo Alentejo		8,544,6	143,02	134,914	70,390	63,560	83	102,9	15,8		
Regolfo de Alqueva		2,846,2	47098	44761	22993	21380	30	471,2	18,7		
Alandroal		544,1	7,347	6,610	3,611	3,200	6	90,7	12,1		
Mourão		277,7	3,273	3,196	1,623	1,540	3	92,6	11,5		
Portel		600,2	7,525	7,054	3,667	3,330	8	75,0	11,8		
Reguengos de Monsaraz		465,5	11,401	11,359	5,536	5,510	5	93,1	24,4		
Moura		958,7	17,549	16,542	8,556	7,800	8	119,8	17,3		

Fonte: INE (2001), *Censos Provisórios 2001 e Anuário Estatístico da Região Alentejo (2000)*, Évora:

INE-DRA.

Por ordem decrescente de população residente em cada um dos concelhos do Regolfo, verifica-se que os concelhos com maior número de habitantes são os de Moura, com 16 542 habitantes e Reguengos de Monsaraz, com 11 359 habitantes, respectivamente. De seguida surge o concelho de Portel, com 7 054 habitantes, sendo os concelhos de Alandroal (6 610 habitantes) e de Mourão (3 196 habitantes) os que têm menos população residente.

Em consequência da redução da população provocada pelos movimentos migratórios, pelo constante êxodo da população rural para os meios urbanos, assim

como pela baixa taxa de natalidade, estes concelhos, tal como a generalidade dos concelhos da região do Alentejo, caracterizam-se por uma população muito envelhecida.

Quadro n° 5 – População Residente nas Freguesias dos Concelhos do Regolfo de Alqueva em 2001

CONCELHO	FREGUESIA	EM 1991	EM 2001	% VAR
Alandroal		7347	6610	-11,35
	Alandroal (Nª Senhora da Conceição)	2015	1946	-3,55
	Juromenha (Nª Sebnhora do Loreto)	173	149	-16,11
	Santiago Maior	2784	2558	-8,84
	Capelins (Santo António)	872	682	-27,86
	Terena (São Pedro)	1009	863	-16,92
	São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	494	412	-19,9
Mourão		3273	3196	-2,41
	Granja	905	737	-22,8
	Luz	394	369	-6,7
	Mourão	1974	2090	5,55
Portel		7305	7061	-3,35
	Alqueva	520	449	-15,81
	Amieira	505	457	-10,5
	Monte do Trigo	1318	1246	-5,78
	Oriola	578	494	-17,00
	Portel	2797	2745	-1,89
	Santana	689	636	-8,33
	São Bartolomeu do Outeiro	688	570	-20,7
	Vera Cruz	430	457	5,91
Reguengos de Monsaraz		11401	11399	-0,37
	Campo	928	839	-10,61
	Corval	1720	1570	-9,55
	Monsaraz	1184	977	-21,19
	Reguengos de Monsaraz	6614	7069	6,44
	Campinho	955	904	-5,64
Moura		17549	16542	-6,09
	Amareleja	3237	2755	-17,5
	Póvoa de São Miguel	1218	1094	-11,33
	Safara	1287	1169	-10,09
	Moura (Santo Agostinho)	3997	4445	10,06
	Santo Aleixo da Restauração	1086	839	-29,44
	Santo Amador	717	455	-57,58
	Moura (São João Baptista)	4646	4742	2,02
	Sobral da Adiça	1361	1043	-30,49

Fonte: INE (2001), *Censos Provisórios 2001*, Évora: INE-DRA

Como é possível verificar no quadro anterior, correspondente à População Residente nas Freguesias dos Concelhos do Regolfo de Alqueva em 2001, é o decréscimo da população que marca os concelhos do Regolfo de Alqueva de 1991 para 2001. Contudo, há que salientar que o concelho de Reguengos de Monsaraz foi o que menos população perdeu, pois teve uma variação anual apenas de 0,37%. Por sua vez, o concelho de Alandroal, foi o que se destacou mais negativamente, com uma variação de 11,15%, de 1991 para 2001.

Se se tiver em atenção a estrutura da população nas freguesias dos concelhos em questão, constata-se que as freguesias que mais população perderam, fazem parte do concelho de Moura, especificamente, as freguesias de Santo Amador (-57, 58%), Sobral da Adiça (-30,49%) e, Santo Aleixo da Restauração, com -29,44%.

Tendo por base estes dados estatísticos, é fácil perceber que a população alentejana, nomeadamente, a população dos concelhos do Regolfo de Alqueva, apresentam um cenário caracterizado por uma perda de população constante, o que evidencia cada vez mais a desertificação humana, assim como o sub-desenvolvimento do Alentejo.



Concelho do Alandroal

O Alandroal, Concelho vasto, tendo uma área aproximadamente de 547,56Km², é constituído por 12 aldeias: Rosário, Mina do Bugalho, Ferreira de Capelins, Monte Juntos, Cabeça de Carneiro, Aldeia da Venda, Casas Novas de Mares, Aldeia das Pias, Aldeia dos Marmelos, Hortinhas, Orvalhos e Faleiros, e por três vilas, Juromenha, Terena e Alandroal, sendo esta última sede de concelho.

Figura nº 1 – Localização Geográfica do Concelho de Alandroal



Fonte: <http://www.alentejodigital.pt/alandroal/loc1.htm>

Em termos agrícolas, o território do Alandroal apresenta, regularmente distribuídas, algumas áreas de elevado potencial, todas relacionadas com geologias diferentes e onde se localiza a maioria dos principais povoados actuais: os granitos de S. Tiago Maior, os calcários do Alandroal, os solos barrentos de Terena, Rosário e

Juromenha. Nestas áreas, a paisagem é mais suave e mais humanizada, oferecendo um precioso contributo para a diversidade e para a riqueza do conjunto.

Concelho de Mourão

O Concelho de Mourão situa-se na região do Alentejo denominada Margem Esquerda (do Rio Guadiana) e inclui três freguesias: Mourão, Granja e Luz. O Concelho tem uma população total de 3273 habitantes (Mourão 1974; Granja 905; luz 394). Situa-se a 56 Km para sudoeste da Cidade de Évora e a 202 Km de Lisboa e tem uma área total de 288,72 Km².

A área abrangente do Concelho de Mourão é influenciada por outros Concelhos vizinhos tais como: Moura, Reguengos de Monsaraz, Barrancos e também transfronteiriços, como é o caso da Estremadura Espanhola (Vila Nueva del Fresno).

Figura nº 2 – Localização Geográfica do Concelho de Mourão



Fonte: <http://www.alentejodigital.pt/mourao>

Concelho de Moura

O concelho de Moura ocupa uma área de 942,12 Km² da margem esquerda do Guadiana, zona que constitui, do ponto de vista geográfico e cultural, uma verdadeira sub-região do Alentejo, devido às suas características muito marcadas, às quais não é alheia a proximidade de Espanha.

Os seus 17.549 habitantes estão distribuídos por 8 freguesias. Duas delas na cidade de Moura (S. João Baptista e Santo Agostinho), com uma população de 8643 habitantes (censo de 1991), e outras seis (Amareleja, Safara, Sobral d'Adiça, Póvoa de S. Miguel, Santo Aleixo da Restauração e Santo Amador), importantes povoados agrícolas.

Figura nº 3 - Localização Geográfica do Concelho de Moura



Fonte: <http://www.alentejodigital.pt/moura/>

A geografia do concelho de Moura é marcada por duas zonas de relevo e aptidões agrícolas bem diferenciadas:

- os barros vermelhos, ocupando a peneplanície a Sul e a Oeste, onde predominam o cultivo da oliveira e do trigo - a produção de azeite;
- Para Leste, as terras de cultivo dão progressivamente lugar a um terreno acidentado e xistoso coberto por azinheiras e estevas.

Em termos de caracterização económica, a sua base é fortemente tributária do sector primário, em torno do qual se organiza o grosso da produção industrial e do comércio da região. A maior parte das empresas do concelho concentram-se nas actividades ligadas à agricultura, à silvicultura e à caça. O comércio por grosso e a retalho têm um peso também muito elevado.

As indústrias que actualmente contribuem para a dinamização da actividade económica do concelho encontram-se essencialmente ligadas à transformação de produtos agrícolas, com destaque para a produção de azeite e azeitona de conserva.

O concelho de Moura encontra-se inscrito, não só na área demarcada de produção e certificação do Azeite de Moura, mas também do Queijo Serpa, do Porco de Raça Alentejana, da Carnalentejana (bovinos de raça alentejana), da carne de mertolenga e do Mel do Alentejo. É ainda produzido vinho com créditos firmados, das Regiões Demarcadas de Moura e Granja/Amareleja.

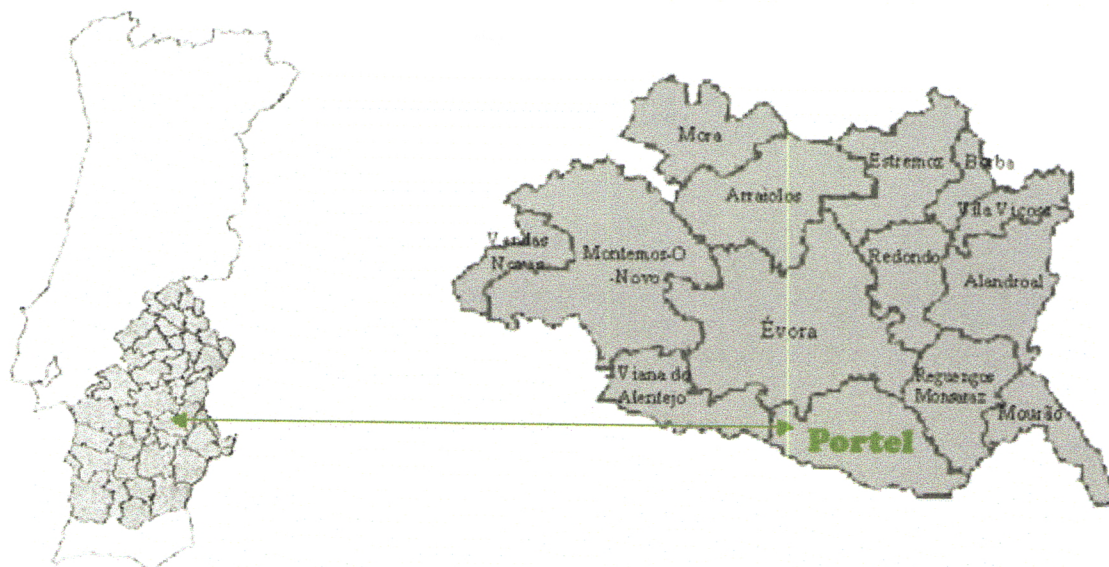
Concelho de Portel

Freguesia e sede de concelho, Portel está limitado a Norte pelo concelho de Évora, a nordeste pelo de Reguengos de Monsaraz, a sudeste pelo da Vidigueira e a noroeste pelo de Viana do Alentejo.

O concelho de Portel ocupa uma área de 15490,56 hectares, cuja população é de 7 054 habitantes (2001). Em termos de actividade económica, o concelho de Portel dedica-se muito ao comércio e aos serviços, bem como à agricultura, à pecuária, à construção civil e à indústria de panificação, enchidos e queijos.

Outra das actividades principais deste concelho, centra-se no artesanato, nomeadamente com trabalhos em pele e couro, cestaria, cortiça e pau, ferro forjado e pintura de azulejos.

Figura nº 4 – Localização Geográfica do Concelho de Portel



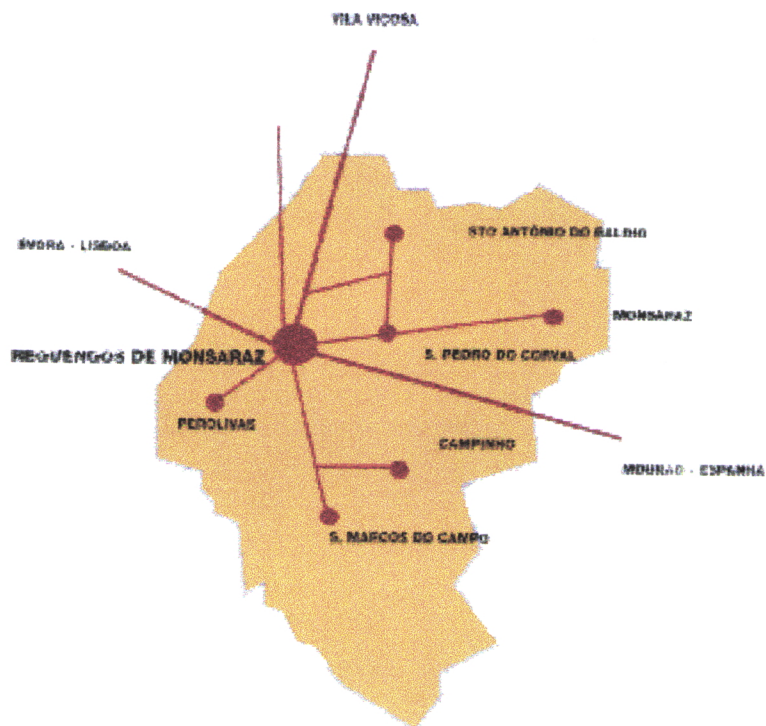
Fonte: <http://www.alentejodigital.pt/portel/>

Concelho de Reguengos de Monsaraz

No Sul de Portugal, o Concelho de Reguengos de Monsaraz pertence ao Distrito de Évora. É confinado a Norte pelos Concelhos de Redondo e Alandroal, a Este pelo concelho de Mourão, a Sul pelos concelhos de Moura e Portel e a Oeste pelos concelhos de Évora e parte do de Portel. O seu limite a Sudeste é constituído em vasta extensão pelo Rio Guadiana.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz abrange uma área de 474 km² e possui 11.401 habitantes, que se distribuem por cinco freguesias: Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz.

Figura nº 5 – Localização Geográfica do Concelho de Reguengos de Monsaraz



Fonte: <http://www.alentejodigital.pt/jfreguengos/historial.htm>

A população activa distribui-se pelos três sectores de actividade, tendo nos últimos anos o sector primário sofrido uma forte quebra em favor do sector terciário que subiu significativamente. O sector secundário continua a ser aquele que ocupa menor percentagem de população activa no concelho.

Com uma base industrial de características tradicionais, as principais indústrias encontram-se ligadas à actividade agrícola na transformação dos seus produtos: a vitivinicultura e a olivicultura são as principais indústrias de transformação, sendo a primeira fundamental para a economia do concelho. Ainda outras pequenas unidades ligadas à actividade agrícola, a fundição de metais, panificação, mobiliário em madeira e cantaria em mármore, completam o panorama do desenvolvimento industrial do concelho. Os serviços revelam-se como o ramo que maior especialização adquiriu no concelho. O movimento de restaurantes, cafés, pensões, unidades de turismo de habitação, juntamente com a concentração de serviços de Administração, Saúde, Educação, Comunicação, Banca e Seguros, têm contribuído para a descolagem deste ramo.

Caracterização Turística dos Concelhos do Regolfo de Alqueva

Concelho de Alandroal

O sector turístico emerge como um importante pilar para a economia e desenvolvimento do concelho de Alandroal. A sua riqueza a nível do património histórico, cultural e natural tem vindo a mostrar-se cada vez mais determinante para o desenvolvimento do fenómeno turístico do concelho.

Como atrações turísticas há que salientar os Castelos de Alandroal, Terena e a Fortaleza de Juromenha, capela de N. Sr.^a da Boa Nova, em Terena. As Igrejas e as Ermitas no Alandroal, a Fonte na Praça da República e o rio Guadiana, com acesso mais fácil em Juromenha e Montejustos.

Os numerosos vestígios megalíticos, em especial as rotas do Endóvelico, são também pontos de referência. Faz fronteira com os concelhos de Vila Viçosa (a Norte), Elvas (a Nordeste), Redondo (a Oeste), Reguengos de Monsaraz e Mourão (ambos a Sul). A Este é totalmente lineado pelo rio Guadiana.

A paisagem física do Concelho do Alandroal tem como principal referência estrutural, o rio Guadiana, que constitui, por sua vez, a coluna vertebral do concelho, onde curiosamente se concentram alguns dos mais importantes sítios arqueológicos da região.

No fundamental, as condições históricas e o povo trabalhador criaram a magnífica gastronomia do Alandroal e do Alentejo. Pão, Açordas, Gaspachos, Migas Ensopados, Assados, Sopas da panela, Cozidos, Caldetas de peixe do rio, Peixe do rio frito, Calduchos e tantos temperos e ervas aromáticas colhidas nos hortelhos, nos ribeiros e nas planícies alentejanas, constituem um universo de cultura, sabores e aromas. Para dar a conhecer tais sabores e aromas, o concelho possui alguns restaurantes, tais como, Restaurante "A Maria", Restaurante "A Chaminé", "Arco Íris", etc.

Concelho de Mourão

Do ponto de vista turístico, o concelho tem capacidade para responder a dois níveis diferentes de solicitações.

- Turismo ligado à passagem

A margem esquerda será atravessada pelo trajecto de passagem nas ligações de Espanha a Lisboa. Este trajecto induz ao aparecimento de unidades turísticas de apoio aos turistas de passagem, com vista a uma refeição ou a uma pernoita o que permite descobrir alguma das riquezas naturais, artesanais e patrimónios do concelho. O concelho tem um posto que faz fronteira com Espanha, registando-se cerca de 70 000 entradas anuais, ligando S. Leonardo a Vila Nueva Del Fresno.

- Turismo ligado aos Recursos Endógenos

Actualmente o principal recurso turístico é o cinegético e o cultural. Com a Albufeira de Alqueva vai gerar-se um grande fluxo de visitantes pelo interesse que irá despertar.

Mourão tem alguma oferta de alojamento e algum, de excelente qualidade (turismo de habitação). Possui um parque de campismo de grande agrado dos turistas e também de alguns habitantes do concelho e concelhos vizinhos.

Possui vários restaurantes e de boa qualidade, o que permite aos visitantes e turistas apreciar os pratos regionais bem característicos desta região. Tem algum património monumental importante como é o caso do castelo do qual se desfrutam excelentes paisagens, o castelo da Lousa, as Igrejas Matriz e de S. Francisco, os Portais Manuelinos e Maneiristas e as chaminés cilíndricas dominando toda a paisagem da vila de Mourão. Este aproveitamento Turístico pode ser enriquecido se se interligar com os objectos culturais, profundamente ricos e que se manifestem através dos Grupos Corais, Bandas e Grupos Musicais, sem esquecer a típica gastronomia do Concelho. Aos recursos patrimoniais e culturais acrescentam-se os vastos recursos naturais, nomeadamente a Albufeira e o Rio Guadiana que possuem condições óptimas para a prática da pesca.

O vasto património cinegético onde podemos incluir a caça (perdiz, codorniz, coelho, lebre, entre outros) permite ao turistas fixar-se no concelho na época venatória o que contribui sem dúvida para o desenvolvimento económico e social.

Em síntese, Mourão está em desenvolvimento. Está a criar infra-estruturas que permitem a vinda de turistas, o que se deve também a uma maior informação sobre o turismo e os seus benefícios e também os incentivos que são dados aos habitantes do concelho para realmente apostar no desenvolvimento da economia local.

Concelho de Moura

Em termos de locais de interesse a visitar, há que fazer referência aos seguintes:

- **Jardim Dr. Santiago** - Quando hoje tanto se fala em espaços verdes, onde ocupar as horas de lazer e ócio das populações, Moura orgulha-se de possuir vários e belos Jardins. Um dos mais apraláveis é o Jardim Dr. Santiago, que erigido sobre uma das muralhas da cidade, oferece ao visitante uma panorâmica maravilhosa dos campos circundantes, onde sobressai o conhecido e encantador Vale de Brenhas.

- **As Termas** - O Estabelecimento Termal, situado à entrada do Jardim Dr. Santiago, na forma como hoje existe, data do ano de 1899, embora já muito antes se deslocassem inúmeras pessoas a Moura, com problemas de saúde, em busca de cura nas suas águas. O facto demonstra, desde logo, as propriedades medicinais das águas, aconselhadas, em especial, no tratamento de reumatismo.

- **Moinhos da Barca** - Os moinhos de submersão da barca, situados a escassos 4 Km de Moura, na Margem Esquerda do Rio Guadiana, são alvo de muita procura como zona de lazer, pelos amantes da natureza, devido à sua localização e beleza envolvente.

Para além destes pontos de referência turística, o concelho de Moura possui uma riqueza de monumentos inigualável:

- **Igreja de São João Baptista** - Monumento Nacional - Igreja manuelina construída nos princípios do séc. XVI. Possui um notável portal de colunas retorcidas rematado por conopial. No seu interior, de três naves e quatro tramos, podem ser apreciados os azulejos sevilhanos da capela-mor e o púlpito em mármore. Na torre sineira encontra-se o varandim construído por João de Morais no séc. XVII. A igreja sofreu importantes obras de restauro em 1940.

- **Castelo de Moura** - Obra de D. Dinis, edificada sobre a antiga fortificação da época islâmica, da qual resta uma torre em taipa. Foi reconstruído por D. Manuel (1510). No recinto do castelo situam-se as ruínas do convento de Nossa Senhora da Assunção, antiga matriz da vila, obra iniciada em 1562.

- **Igreja do Carmo** - A actual construção da época renascentista, mantém ainda ténues vestígios da anterior igreja, que terá pertencido ao chamado "gótico alentejano". A igreja, de três naves e seis tramos, constitui um verdadeiro museu de arte sacra do concelho, contendo retábulos, talhas e estatutária de inegável valor. A capela-mor foi reconstruída em 1725, mantendo ainda o tecto as pinturas a fresco da época.

- **Igreja de Santo Aleixo** - Monumento Nacional - A documentação medieval refere o povoado como San Guileixímo. A igreja, antigamente de três naves, foi destruída pelos espanhóis em 1641 e 1704. Possui actualmente uma única nave, que data da reconstrução de 1734.

Confinando com o concelho de Barrancos e com a fronteira espanhola, a herdade da Contenda constitui, com os seus 5000 hectares, um verdadeiro parque natural, onde se mantém a maior reserva de veados existente em Portugal. As potencialidades cinegéticas do concelho constituem, aliás, uma das suas maiores riquezas, ainda por explorar do ponto de vista turístico.

O concelho de Moura possui, como não poderia deixar de ser, uma boa gastronomia regional, que se encontra em qualquer restaurante do concelho: Restaurante "O Sobreira", Restaurante "A Rampa", Restaurante "O Mónaco", Restaurante "Guadiana", Restaurante "O Arco", Restaurante "O Pér gula", Restaurante "O Emigrante", Restaurante "O Mónaco", Restaurante "O Madeiras", etc.

Concelho de Portel

No âmbito do turismo, Portel apresenta um património cultural e edificado muito rico. É o caso do Castelo de Portel e Igrejas de Nossa Senhora da Alagoa, S. Paulo, Espírito Santo, Misericórdia, S. Pedro e Santo António da Praça, assim como o Convento de São Francisco dos Capuchos da Piedade e o Museu da Aldeia. Outros locais de interesse turístico, são o Miradouro de "S. Pedro" e a Serra de Portel.

Possui vários restaurantes (em que se destacam "O Tarro", "Costa do Sol", "O Sonho", "A Fonte", Restaurante "Batalha", Restaurante "O Sonho", Restaurante "1º de Janeiro", Restaurante "Solar de Portel", Restaurante "Adega do Refúgio", Restaurante "São Pedro", Restaurante "Oásis", etc.) e de boa qualidade, o que permite aos visitantes e turistas apreciar os pratos regionais bem característicos desta região: o Ensopado de borrego, Migas com carne de porco e rábanos, o Gaspacho, a Açorda de alho, a Sopa da panela, Caldeiradas de tordos, bolo podre, bolo de amêndoa, bolos folhados, etc.

Concelho de Reguengos de Monsaraz

O sector turístico constitui neste momento também um importante pilar para a economia e desenvolvimento do concelho. A sua riqueza ao nível do património histórico, cultural tem vindo a ser cada vez mais determinante para o desenvolvimento do turismo.

No que diz respeito ao artesanato, entre as principais actividades encontra-se a tecelagem. Também constitui um sector importante a cerâmica de S. Pedro do Corval. A tradição da cerâmica nesta zona remonta aos tempos pré-históricos, dada a existência de depósitos de argilas adequadas, o que motivou desde sempre esta actividade. Ainda hoje se fabricam peças de formas arcaicas e tradicionais, existindo em paralelo modelos inovadores a níveis formais e decorativos. Existem ainda outras manifestações artesanais, como os trabalhos em cobre, os chocalhos, as peles e os buinhos.

O concelho de Reguengos de Monsaraz, como é próprio do Alentejo, possui uma variada riqueza ao nível “dos comes e beberes”, com os sabores típicos alentejanos, os quais estão bem presentes nos restaurantes do concelho, como sejam, alguns deles: Restaurante “A Galeria do Esporão”, Restaurante “A Ladeira”, Restaurante “Casa do Forno”, Restaurante “D. Bernardo”, Restaurante “Horta da Moura”, Restaurante “O Aloandro”, Restaurante “O Gato”, Restaurante “O Alcaide”, Restaurante “Estalagem de Monsaraz”, Restaurante “Santiago”, Restaurante “A Grelha”, etc.

Em termos de eventos culturais e turísticos, a cultura e o património, a tradição local e o sentir das populações são o motor de inúmeras acções que acontecem por todo o concelho: Monsaraz Museu Aberto, anima o centro histórico e o património construído; a Festa Ibérica da Olaria e do Barro reconhece e promove o papel e o potencial desempenhado pela olaria e pelo artesanato; o Festival de Gastronomia , divulga e promove a qualidade dos vinhos e da cozinha, da hotelaria e da restauração; as exposições, que ocorrem praticamente durante todo o ano; as feiras e as festas tradicionais de Santo António, mantêm viva a alma e a memória da identidade cultural destas gentes que convidam o visitante ao convívio fraterno em Terras de Reguengos de Monsaraz.

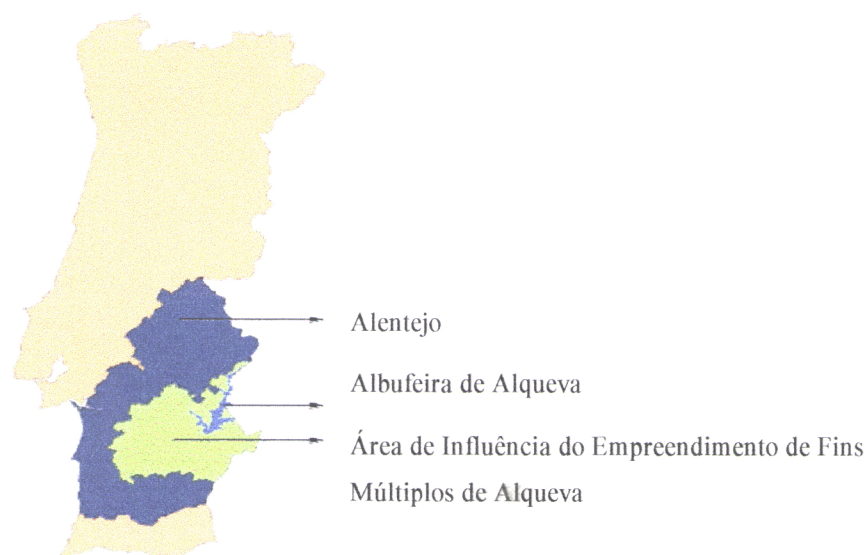
Barragem de Alqueva: Aspectos Positivos e Aspectos Negativos

As tendências estruturais e as trajectórias recentes que marcam a região do Alentejo, especificamente com a construção da Barragem de Alqueva, determinam a sua convergência real com o país e a Europa, tendo presente as especificidades regionais e maximizando as potencialidades e dinâmicas positivas existentes. A conciliação entre a necessidade de um ritmo elevado de crescimento da competitividade e o desenvolvimento e sustentação dum nível de coesão social e do território cada vez maiores, apresenta-se como o grande desafio.

A posição geográfica do Alentejo no âmbito da posição geoeconómica do país e um correcto e sustentável aproveitamento dos seus recursos naturais, bem como a existência de um conjunto de infra-estruturas básicas que importa ampliar e consolidar de forma articulada, constituem-se como factores estruturantes e potenciais, como é o caso da Barragem de Alqueva.

Constituído por cinco concelhos, quatro dos quais pertencentes ao NUT do Alentejo Central, designadamente, Alandroal, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, e o concelho de Moura, que pertence ao Baixo Alentejo, o Regolfo de Alqueva vem constituir-se num empreendimento vital para o desenvolvimento do Alentejo, enquanto reserva estratégica de água, destinado a abastecer regularmente, de água as populações, a indústria e a agricultura.

Mapa nº 1 - Área da Albufeira de Alqueva



Fonte: EDIA

A Barragem de Alqueva constitui em si mesmo um factor com relevância no processo de inovação e progresso do território alentejano. Segundo a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A. (EDIA), o espelho de água da Albufeira de Alqueva, terá uma extensão de 83 Km e uma área total de 250 Km², abrangendo directamente os concelhos de Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Alandroal e Moura, com uma capacidade total de 4 150 milhões de m³, sendo de 3 150 milhões de m³ o seu volume utilizável em exploração normal.

As características desta albufeira, que abrange os vales dos rios Guadiana e Degebe e das ribeiras de Alcarrache, Zebro e Lucefecit, funcionam como potenciais efectivos de desenvolvimento turístico, designadamente pela proximidade de aldeias e vilas alentejanas que poderão articular a sua base económica à utilização produtiva da água de Alqueva e às actividades de turismo, lazer e recreio de fruição do amplo espelho de água e das suas margens.

Figura nº 6 - Área de Influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva



Fonte: EDIA

Constitui-se num sistema de rega composto por uma vasta rede de canais e de condutas, com cerca de 5 mil Km, suportado por 17 barragens intermédias e 18 estações elevatórias e comporta uma atitude estratégica na utilização dos recursos e no

aproveitamento das potencialidades existentes na Região, visando atingir os seguintes objectivos estruturantes:

- Constituição de uma reserva estratégica de água que permita atender às necessidades actuais e futuras da região tendo presente a irregularidade do rio Guadiana e os períodos de seca que no Alentejo podem ascender aos três anos consecutivos;

- Garantia de abastecimento regular de água às populações, indústrias e agricultura e reforço dos actuais reservatórios distribuídos pelo território;

- Alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no sul do País disponibilizando uma área de rega com cerca de 110 mil hectares distribuídos pelo Alentejo Central e Baixo Alentejo, incluindo a margem esquerda do Guadiana;

- Reforço da capacidade instalada para produção de energia hidroeléctrica através da instalação, em Alqueva, de uma central hidroeléctrica equipada com dois grupos reversíveis turbina/bomba de 120 MW cada;

- Criação de potencialidades turísticas a partir do surgimento de uma albufeira que se estende por 83 quilómetros, com um espelho de água com 250 Km² e com margens a ultrapassarem os mil km de extensão;

- Combate à desertificação física e às alterações climáticas com a introdução de um coberto vegetal que permita a fixação dos solos, combatendo a erosão;

- Intervenção organizada nos domínios do ambiente e do património potenciando e melhorando áreas importantes e interessantes do ponto de vista ambiental e patrimonial;

- Dinamização do mercado de emprego regional desde a construção de todo o Empreendimento até à sua plena exploração.

Numa óptica interna à região do Alentejo e à generalidade das suas empresas e actividades económicas, pode afirmar-se que as potencialidades tradicionais existentes têm vindo progressivamente a serem exploradas e consolidadas.

O turismo é objectivamente um sector onde essas dinâmicas se têm acentuado e onde a orla costeira, o património, o ambiente, a paisagem, a ruralidade e a gastronomia se têm vindo a constituir como domínios de referência na estratégia de desenvolvimento

regional de todo o Alentejo e, muito especificamente, nos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

É o que se passa também relativamente a outros domínios com especial realce para as rochas ornamentais, particularmente o mármore, a cortiça e os produtos agro-alimentares tradicionais regionais, que têm vindo progressivamente a afirmar-se pela sua qualidade e especificidade. Sublinhe-se ainda o esforço de revitalização de determinados "saber-fazer" regionais, hoje corporizados em micro ou pequenas empresas.

Não podem no entanto deixar de ser consideradas como claras oportunidades de desenvolvimento para a região, num quadro de redefinição do seu modelo de desenvolvimento económico e social, as acções de natureza estruturante que, num quadro de avaliação dos seus impactes na economia regional e da sua "formatação" actual, devem ser entendidas como decisivas para a consolidação do modelo de desenvolvimento do Alentejo no quadro das opções estratégicas do país.

Com efeito o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, constitui-se numa evidente oportunidade para a reconversão, diversificação e afirmação da base produtiva do Alentejo, e particularmente, dos concelhos da zona do Regolfo de Alqueva.

A actividade turística promovida pela Barragem de Alqueva vem oferecer aos concelhos envolventes, um conjunto de vantagens e/ou "pontos fortes", apesar dos "pontos fracos" que possa acarretar, que são muito menos visíveis, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 6 - Pontos Fortes e Pontos Fracos da Barragem de Alqueva

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e atracção de investimentos; - Desafio às populações no âmbito da formação e requalificação dos activos; - Diversificação da oferta turística: Turismo Cultural; Turismo de Natureza; Turismo de Aventura; - Desenvolvimento da animação turística através do elemento água (um dos défices do turismo do Alentejo); - Desenvolvimento Rural das freguesias através das Aldeias d'Água; - Afirmção de produtos turísticos complementares, susceptíveis de atenuar a sazonalidade (património cultural, natural, praias, termas, - Combate à desertificação física e às alterações climáticas; - Dinamização do mercado de emprego regional; - Crescente interesse por actividades de lazer e contacto com a natureza; - Maior reconhecimento da importância do meio rural; - É uma actividade não poluente; - Oferece a possibilidade de benefício a populações rurais isoladas, contribuindo para a sua fixação e atenuando problemas de desertificação humana; - Dá oportunidade para recuperação do património construído; - Contribui para a manutenção da identidade cultural; - Atenua os problemas da actividade agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do coberto vegetal autóctone e sistemas tradicionais sustentáveis associados;

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Alqueva: potenciador de um desenvolvimento turístico sustentado nos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

O Alentejo detém características de especificidade susceptíveis de aproveitamento no contexto de um processo de desenvolvimento turístico sustentado que vá ao encontro das tendências actuais da procura, dada a existência de recursos turísticos com forte identidade e dado o facto de existir uma imagem de qualidade conhecida no exterior.

A afirmação das actividades turísticas na base económica do Alentejo, particularmente, nos concelhos do Regolfo de Alqueva, exigem a definição objectiva de uma estratégia de intervenção. Emergem, neste sentido, todo um conjunto de orientações estratégicas de desenvolvimento integrado do turismo neste território, designadamente para aproveitar os potenciais de desenvolvimento que dispõe.

O desenvolvimento das actividades turísticas e de lazer não deverá, contudo, torná-las a base da vitalidade económica do Alentejo. O seu papel dinamizador deve coordenar-se numa óptica de complementaridades múltiplas entre sectores, produtos e espaços, por forma a conseguir tecidos produtivos diversificados, dotados de capacidades de inovação mas sustentáveis pelos seus actores e recursos, a médio e longo prazo.

A actividade turística deverá encontrar, através de uma adequada geometria variável, as modelações económicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais que melhor valorizem os recursos disponíveis, gerem sinergias no desenvolvimento local/regional e potenciem os factores de competitividade na relação com os mercados turísticos.

A construção da Barragem de Alqueva, que dará origem a uma albufeira com 250 Km² (o maior lago artificial da Europa), irá ter um impacto determinante no desenvolvimento do Alentejo, nomeadamente, nos concelhos da zona envolvente da Barragem, abrindo também novas oportunidades de aproveitamento turístico, devidamente enquadradas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente de Alqueva (PROZEA).

Figura nº 7 - Barragem de Alqueva



Fonte:

Este é o grande desafio com que se defronta o Alentejo: proceder ao aproveitamento das especificidades deste território, designadamente nos âmbitos da qualidade ambiental, da protecção da natureza, da originalidade das paisagens, da riqueza dos patrimónios (particularmente o construído), da excepcionalidade das artes e ofícios tradicionais, da peculiaridade da gastronomia alentejana, do carácter original e exótico das tradições populares, da beleza própria da imagem de conjunto do Alentejo (onde se jogam influências mediterrâneas e atlânticas) e da extensão de áreas rurais dotadas de condições de fértil desenvolvimento dos turismos rurais, dos turismos activos/desportivos, dos turismos de repouso e dos circuitos turísticos.

Assim, o Turismo poderá pois contribuir para a diversificação das actividades em áreas rurais, como é o caso dos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, atenuando o processo de desertificação humana, promovendo a recuperação do património reconstruído, permitindo a diversificação dos rendimentos dos agricultores e dinamizando a economia regional.

VII.- Um Olhar Sobre o Planeamento Estratégico de Alqueva

Tem sido evidente e expressivo o desempenho económico da actividade do fenómeno turístico na actualidade e muito particularmente no Alentejo. Constitui-se num motor de interações entre actividades e sectores, daí resultando vários efeitos que se repercutem nos processos de desenvolvimento local e regional. Emerge assim, o turismo, como fenómeno gerador de crescimento quer ao nível dos fluxos de turistas, quer ao nível do aumento das receitas e do emprego, o que denota a sua importância como uma das principais cadeias de actividades face ao desenvolvimento da economia.

De facto, o turismo tem vindo a constituir-se num dos grandes pólos das dinâmicas do desenvolvimento, contudo, isso não quer dizer que ele seja o único factor de desenvolvimento e que não acarrete consigo algumas consequências um pouco mais nefastas, que se podem manifestar mais ao nível da cultura e tradições sócio-culturais.

A actividade turística está associada a uma panóplia de factores, entre os quais assumem um papel extremamente expressivo, os recursos turísticos enquanto detentores de um forte potencial turístico, como acontece no Alentejo, e mais especificamente, nos concelhos do Regolfo de Alqueva.

As exigências de qualidade, de diversidade e de custos são cada vez maiores num mundo permanentemente competitivo, o que implica que as actividades turísticas sejam também cada vez mais exigentes face aos equipamentos e serviços específicos. São necessárias infra-estruturas e equipamentos que por sua vez vêm mobilizar *“incidências na melhoria das acessibilidades, no acréscimo e qualificação dos equipamentos sociais e culturais, contribuindo na elevação média global do nível de vida das populações”* (Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, CEDRU: 1).

Para o desenvolvimento de um cenário turístico sustentável promovido pela Barragem de Alqueva, e para evitar o planeamento desordenado da actividade turística, sem comprometer em muitos aspectos as localidades onde esta se pode incrementar, foram organizados e definidos instrumentos de intervenção e de planeamento estratégico da zona do Regolfo de Alqueva, tais como o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva (PROZEA) e o Plano de Ordenamento das albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP).

A elaboração do PROZEA, abrangendo os concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, deveu-se ao facto de da construção da barragem de Alqueva e da constituição da respectiva albufeira resultarem

profundas transformações na região alentejana, de um modo geral, e mais directamente na zona envolvente, derivadas da submersão de uma vasta área. Tais transformações passam inevitavelmente pela alteração das condições micro-climáticas e, portanto, do que é natural, pela destruição de valores e de recursos existentes e pelo desenvolvimento de outros, pelo desenvolvimento de potencialidades sócio-económicas e pela melhoria da qualidade de vida que a disponibilidade de água e do plano de água proporcionarão a esta região.

Dadas todas estas transformações, este Plano vem constituir-se como um instrumento imperioso na definição das linhas orientadoras de uma actuação preventiva e estratégica, no sentido de se garantir e salvaguardar a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território, bem como promover um desenvolvimento económico e social equilibrado.

São três os objectivos fundamentais do PROZEA, e passam essencialmente por:

- delimitar uma estratégia de ocupação da zona envolvente da albufeira de Alqueva;
- garantir a diversificação e compatibilização de usos e actividades, definindo padrões de ocupação;
- contribuir para a criação de uma solução integrada na envolvente de novas estruturas e reorganizar as infra-estruturas e acessibilidades.

Para além destes três objectivos que norteiam a actuação do PROZEA, o modelo de organização do território que constitui a base do Plano, procura responder equilibradamente aos seguintes princípios:

- garantir a sustentabilidade ecológica da zona, tirando o maior rendimento dos recursos existentes e gerados pela construção da albufeira;
- promover o desenvolvimento das actividades económicas e do emprego, dentro de critérios de utilização racional do espaço, organização das infra-estruturas e conservação dos valores paisagísticos;
- consolidar a identidade sub-regional construída em torno do aproveitamento equilibrado de uma infra-estrutura comum a cinco dos seis concelhos em causa (a Albufeira do Alqueva), garantindo uma repartição equitativa dos benefícios;
- reforçar as redes de equipamentos e infra-estruturas considerados básicos quer para o bem-estar da população residente, quer para o apoio a novas actividades económicas;

- assegurar a integração da sub-região nos planos e programas de âmbito regional e nacional.

Trata-se de uma abordagem claramente assente no conceito de desenvolvimento sustentável ao determinar as capacidades de suporte dos vários sistemas, no sentido de serem asseguradas as necessidades do presente sem por em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Não é por acaso que o grande desafio deste Plano consiste em propor soluções que, por um lado, promovam o desenvolvimento económico e social dos municípios que abrange, sem alterar o seu valor ecológico. Por outro lado, que permitam tirar o maior benefício possível do novo empreendimento e, simultaneamente, reduzir eventuais efeitos negativos.

As duas questões centrais do PROZEA enunciadas anteriormente, integram a crescente discussão em torno das novas propostas de desenvolvimento e de planeamento da nova realidade, em que ressalta a preocupação com a preservação/conservação local e a difusão de práticas mais «ecológicas» ou «sustentáveis».

Em articulação com o PROZEA, foi elaborado o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP), cuja principal finalidade é estabelecer os usos e o regime de gestão do plano de água e da zona de protecção. A área de intervenção do POAAP integra o plano de água das albufeiras de Alqueva e Pedrógão e uma faixa de protecção terrestre de 500 m definida a partir da cota do nível de pleno armazenamento, abrangendo os concelhos de Alandroal, Elvas, Évora, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Vidigueira e Vila Viçosa.

A elaboração deste Plano, de carácter essencialmente preventivo, deveu-se à grande dimensão do projecto e às profundas transformações a ocorrer no território, face ao plano de água que se estenderá ao longo de cerca de 100 Km do Rio Guadiana, submergindo cerca de 250 Km². Assente numa perspectiva integrada, o POAAP tem por objectivo estabelecer as regras de utilização do plano de água e da zona de protecção, definindo os usos e o regime de gestão que salvaguarde a qualidade da água; garantir a defesa, valorização e reposição de valores naturais e regulem a ocorrência e o desenvolvimento das actividades humanas, das quais se salienta, o recreio, o lazer e o turismo.

Como principais objectivos deste Plano, salientam-se os seguintes:

- compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e/ou a serem criados com a protecção e valorização ambiental e as finalidades principais das albufeiras;

- definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial a água;

- definir os usos, o regime de gestão do solo e as medidas e acções que permitam gerir a área objecto de plano, numa perspectiva dinâmica e interligada, no sentido de se adaptar às exigências que se colocam na transformação de um território que passará a ter condicionantes decorrentes da existência das albufeiras;

- identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, incluindo as ilhas, quase-ilhas e penínsulas resultantes do enchimento da albufeira, e as áreas mais aptas para actividades recreativas, prevendo as compatibilidades entre as diversas utilizações;

- aplicar as disposições legais e regulamentos vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;

- planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente das albufeiras;

- garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional, nomeadamente com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente de Alqueva (PROZEA), o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore (PROZOM) e ainda com o Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva (PEDIZA);

- garantir a articulação com o Plano de Gestão Ambiental do Alqueva e com o estudo integrado de impacte ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e considerar os resultados dos estudos realizados no âmbito do Plano de Minimização de Impactes no Património Natural e do Plano de Minimização de Impactes no Património Cultural;

- garantir a articulação com os objectivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana.

Para além destes dois instrumentos de promoção e de gestão estratégica do desenvolvimento turístico de Alqueva, atendendo às características e aspectos predominantes nos concelhos envolventes, existem outros dois elementos essenciais, designadamente, GESTALQUEVA e CITALQUEVA .

No intuito de promover e assegurar a gestão de actividades na área da albufeira foi constituída a GESTALQUEVA, empresa detida em 51 por cento pela Empresa de

Desenvolvimento da Infra-Estrutura do Alqueva (EDIA) e em 49 por cento pelas câmaras municipais do Regolfo da Barragem.

Esta empresa, visa garantir o aproveitamento das potencialidades de Alqueva e Pedrógão, que inclui não só o turismo mas também a exploração do negócio ambiental - exploração de estações de tratamento de águas residuais e de estações de tratamento de água e monitorização da qualidade da água. Os sectores que manifestaram interesse em investir no Alqueva são a indústria, a energia e o turismo. Existem propostas para a instalação de unidades de transformação de produtos agrícolas (agroindústria), para a construção de uma central fotovoltaica, para a produção de bioetanol combustível, para a instalação de unidades hoteleiras, ancoradouros, e restauração.

A própria EDIA está interessada em estabelecer parcerias (protocolos de colaboração ou convénios de intenção de desenvolvimento de projectos) e mesmo participar nalguns dos negócios. No caso do biocombustível, por exemplo, a EDIA estabeleceu já um acordo com o consórcio PROBIOL, em que participam as empresas Sondotécnica, Deloitte & Touche e Diverpin com vista à instalação de um projecto de produção de bioetanol combustível. Com este acordo foram desencadeados estudos técnicos, económicos e estratégicos com vista à viabilização da unidade. Na área da energia, a EDIA vai elaborar um estudo para avaliar a potencialidade da energia eólica na região.

Com o Alqueva as populações da região vão passar, de uma forma mais ou menos brusca, de populações que centram a sua vivência em torno do sequeiro, para populações ribeirinhas. Para facilitar esta transformação a EDIA elaborou o programa Água, que irá ser implementado pela Gestalqueva.

Está a ser elaborado, pela ParqueExpo, um estudo para definir os valores fundamentais de cada aldeia, através da identificação de um factor diferenciador que dê um carácter de identidade própria a cada uma.

CITALQUEVA é uma entidade sem fins lucrativos de direito privado, a qual apresenta uma área de intervenção do empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Esta associação pretende assumir uma postura de interlocutor credenciado para o desenvolvimento da actividade turística na ZIEFMA (Zona de Intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva). Identifica-se como um agente representante dos vários interesses, públicos ou privados, que nesta área geográfica e no sector do turismo condicionam o empreendedor turístico, de modo a que com a rapidez desejável sejam realizadas as respectivas iniciativas.

- A promoção, apoio, realização e acompanhamento de acções e/ou projectos de natureza turística para um aproveitamento concentrado das oportunidades dessa actividade, associadas ao EFMA.
- A harmonização das estratégias dos diversos agentes actuantes neste território que intervêm directa ou indirectamente na actividade turística.
- A constituição de uma plataforma de debate e troca de ideias e apoio a decisões com vista à promoção do turismo como actividade económica sustentável na zona do EFMA, ao nível de oferta e divulgação de produtos

Para se criar um cenário de sustentabilidade turisticamente desenvolvido baseado num planeamento igualmente sustentável, é necessário ter em conta todo um conjunto de factores que se apresentam como vitais e complexos para o processo de desenvolvimento, o qual se deve revelar do seguinte modo, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo (2000: 2), elaborado pela CEDRU:

- Estratégica e politicamente concertado, no sentido de garantir a participação dos agentes locais, públicos ou privados, no processo de desenvolvimento turístico;
- Ambiental e paisagisticamente aceitável, resguardando sempre o normal funcionamento dos sistemas naturais, assim como a sua imagem natural, ausente da desconstrução humana;
- Culturalmente valorizador, no sentido de respeitar as identidades próprias das comunidades receptoras, bem como os seus elementos patrimoniais que se fazem distinguir enquanto espaço turístico local;
- Socialmente progressista, procurando oferecer e garantir mais emprego e rendimento às populações locais e também possibilitar a elevação geral do estatuto socioprofissional dos activos afectos aos vários campos dos serviços relacionados com o turismo e o lazer;
- Economicamente competitivo e autoregulado, promovendo um ambiente empresarial aberto à inovação e ao risco, sempre atento às mudanças que invadem o ciclo da procura turística;
- Territorialmente ordenado, aproveitando os recursos disponíveis e evitando desperdícios no que respeita a estruturas de apoio e ao seu funcionamento ou operacionalidade;

- Imageticamente atractivo, tendo por base uma imagem fácil mas simultaneamente fidedigna dos reais potenciais de cada espaço turístico local e/ou regional;

Recursos do Mercado Turístico

“O Alentejo apresenta-se como um mosaico multifacetado de recursos singulares, de excepção e de autenticidade, um destino turístico multiatractivo onde se revela o património e a cultura, o mar, a natureza e a paisagem” (Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo CEDRU, 2000: 13). Esta é a identidade turística do Alentejo, caracterizada por um conjunto articulado de factores e de recursos turísticos que se assumem cada vez mais, como fortes potenciais de desenvolvimento local e aos quais se tem vindo a associar todo um conjunto de equipamentos e de serviços turísticos.

Como acontece na generalidade da região alentejana, facilmente se identifica nos concelhos do Regolfo de Alqueva, uma panóplia de recursos turísticos, de “saberes-fazer” e de “viveres”. É o caso do ambiente e das paisagens, tão únicas e singulares, da riqueza do património construído, da singularidade da cultura e das tradições locais, com capacidade para *“atrair pessoas exteriores ao local (...), de motivar a sua deslocação e estada, bem como a realização de actividades de lazer e recreio e a fruição selectiva do espaço visitado”* (Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, CEDRU, 2000: 65).

De acordo com o estudo elaborado pela (2000), quando se fala em recursos turísticos, é importante ter em conta três atributos indispensáveis na sua avaliação. São eles:

- A sua diferenciação tipológica;
- O seu potencial de atractividade turística;
- O nível da sua fruição turística.

Para além disto, é de igual modo relevante considerar que existem quatro categorias de recursos turísticos a partir da região em que se encontram, como é o caso da sua origem física ou humana, da sua condição material ou imaterial, assim como do seu carácter estático ou animado, segundo o Plano elaborado pela CEDRU (2000):

- a) Ambiente e Paisagens;
- b) Património Construído;
- c) Cultura e Tradições;
- d) Eventos com relevância turística.

Esta tipologia dos recursos turísticos, vem mostrar o quanto é importante observar em relação a cada um dos recursos turísticos, aspectos como a sua raridade, tipicismo e excelência (CEDRU, 2000: 65). Por outro lado, há que avaliar os seus efeitos na economia local e regional, para o que é necessário agrupá-los em três níveis diferentes: fortes, razoáveis e fracos.

É pois com base nestas tipologias que devem ser estudados e avaliados os recursos turísticos de cada região e, neste caso, do Alentejo, enquanto “senhor” de características únicas no campo do ambiente e da estruturação paisagística.

Ambiente e Paisagens

Uma região simplesmente única, o Alentejo denota a sua riqueza e beleza através de vários elementos que lhe são inerentes. Apresenta um clima marcado por temperaturas altas durante o Verão, beneficiando do facto de apresentar anualmente mais de 3 mil horas de sol (CEDRU, 2000). Quanto às estações da Primavera e do Outono, salienta-se o bom conforto climático, particularmente no litoral. Por outro lado, caracteriza-se por um ar que oferece muita tranquilidade e serenidade a quem o escolhe para visitar.

Em termos de áreas naturais protegidas é caracterizado por um grande espaço ecológico, entre os quais se destacam o Vale do Guadiana, o Rio Guadiana-Juromenha, a Serra de São Mamede, o percurso Moura-Mourão-Barrancos, etc. São áreas naturais protegidas onde abundam os valores da avifauna, as charnecas, os montados, os prados, os olivais, etc., proporcionando uma paisagem turística propícia para actividades de lazer e de recreio.

Nesta paisagem maravilhosa, encontram-se ainda os rios e os lagoas. O Rio Guadiana, o Tejo, o Sado e o Mira, que se constituem em espaços de água caracteristicamente paisagísticos, onde é possível disfrutar do prazer de actividades desportivas e de lazer. Neste cenário de água, destaca-se agora o maior espelho de

água que o Alentejo jamais viu: Alqueva, que vai atrair muitos visitantes não só pela sua imensidão, mas também pela prática de desportos náuticos vários, como sejam a vela, o remo, a pesca, a natação, etc. Significa isto que, a construção da Barragem de Alqueva virá proporcionar a todos um extenso espelho de água, onde novos equipamentos e novas infra-estruturas de apoio e de lazer proporcionarão um novo ânimo para o desenvolvimento do Alentejo, em geral, e para o desenvolvimento do turismo, em particular.

Salientam-se ainda as praias marítimas e fluviais, presentes no litoral alentejano, que funciona como um grande atractivo turístico e, que por isso mesmo, tem gerado uma grande procura e suscitado o interesse de muitos investidores.

Destacam-se igualmente as águas termais e minerais que possui o Alentejo, como é o caso de duas estâncias, a de Cabeço de Vide e a da Fadagosa de Nisa e também a existência de recursos minero-medicinais em Moura, um dos concelhos da Zona do Regolfo de Alqueva.

Outros recursos referem-se aos recursos cinegéticos, em que se destaca o Alentejo pela sua apreciável vastidão de espécies de fauna natural, assim como algumas espécies exóticas, proporcionando uma grande actividade de caça, na qual se destacam várias espécies, como é o caso da lebre, do coelho, a raposa, a perdiz, o pombo, a codorniz, a rola, o pato, o faisão, o javali, o veado, etc.

Como é salientado no Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, elaborado pela CEDRU (2000), *“A evolução recente das condições e formas de exploração agrícola e do desenvolvimento rural do Alentejo interior, combinadas com a condição ambiental-paisagística desta Região têm constituído um factor de oportunidade para a instalação e exploração de espaços de regime cinegético”* (CEDRU, 2000: 69), o que se tem vindo a constituir numa vertente interessante da actividade turística.

Os territórios de excelência da actividade cinegética, encontram-se sobretudo na área de Évora, em Montemor-o-Novo, em Arraiolos e também no concelho de Portel, um dos cinco concelhos da zona do Regolfo de Alqueva, o que se constitui num forte pólo de atracção turística.

Para além dos recursos cinegéticos, no Alentejo encontram-se ainda os recursos piscatórios, dada a existência de algumas praias litorais e de albufeiras, como é o caso do Maranhão, Santa Clara e o Cabeção, onde se regista uma procura acentuada para a prática de pesca desportiva, por vezes mesmo até em competição.

A par das albufeiras, surgem as formações florestais e as serras. É o caso de São Mamede, de Ossa, de Estremoz-Borba, a Serra do Caldeirão, que se apresentam como *"uma unidade de grande valor cénico de inegável interesse na construção da imagem turística deste território"* (CEDRU, 2000: 70).

Trata-se de facto de um mosaico de paisagens e de ambiente que emerge como um grande potencial centro de atractividade turística, sobre o qual é necessário desenvolver uma estratégia, que mantendo a sua identidade, valorize esta região enquanto destino turístico, de lazer e de bem-estar.

Património Construído

A diversidade patrimonial e arquitectónica marcam também o Alentejo, nomeadamente, no que diz respeito a elementos edificados, a igrejas, a conventos, castelos, fortalezas, palácios, casas senhoriais, pelourinhos, estátuas, pontes, barragens, moinhos, etc. Não é por acaso que Évora é reconhecido como Património Mundial pela UNESCO. Tudo isto se constitui num conjunto de elementos de valorização e atracção turística. Para além de outros concelhos, os concelhos do Regolfo de Alqueva (Alandroal, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz) são detentores de um património construído muito importante. Há que fazer também referência às aldeias possuidoras de tipicidade, às quais se associam por vezes montes alentejanos com arquitectura desta região.

Outros focos de atractividade expressiva prendem-se com os sítios arqueológicos, que atravessam vários períodos, como o megalítico, o romano e o árabe. Entre o Cromeleque dos Almendres (Évora), os Menires do Outeiro e da Bulhõa, de Castelo de Vide, o Vale das Antas no Crato, entre outras, encontramos em Reguengos de Monsaraz, o Cromeleque do Xerez.

Proporcionando visitas, têm vindo a afirmar-se no Alentejo, os museus, tornando-se numa rede interessante de espaços que permitem realizar visitas específicas ou em circuito. Simultaneamente, os sítios musealizados, têm vindo a constituir-se num grande potencial de atractividade, enquanto forma de expressão cultural e histórica da região alentejana.

Cultura e Tradições

Tal como já foi referido, a região do Alentejo é detentora de uma grande cultura e de um forte conjunto de tradições, que a fazem distinguir das demais. Possui uma gastronomia inigualável e única, detentora de um carácter próprio que a torna atractiva: são os doces e os pratos característicos do Alentejo, como é o caso das migas, os ensopados de borrego, as açordas, as sopas, as coentradas e os pratos de peixe. Para acompanhar estão os famosos vinhos do Alentejo, um grande motivo da procura turística, *“revelado pelo enoturismo e pelo desenvolvimento recente da Rota do Vinho associando vários espaços e proporcionando várias actividades aos turistas (visitas a adegas, provas de vinhos regionais, etc.)”* (CEDRU, 2000: 73). Entre as várias áreas do Alentejo com este interesse da enologia estão os concelhos de Reguengos de Monsaraz, Estremoz, Borba, Évora, Marvão, Vidigueira, Moura, Mourão, etc.

Porque um bom vinho e um bom prato gastronómico necessitam de ser apresentados em bons produtos artesanais e tradicionais, tem que se fazer referência ao artesanato e aos produtos tradicionais certificados do Alentejo. É o caso dos barristas de Nisa, dos bordados de Castelo de Vide e de Sines, e ainda outros, tais como, as tapeçarias de Reguengos de Monsaraz, as tecelagens de Arraiolos, os artefactos de cortiça e de madeira Estremoz, Évora Grândola, os trabalhos em pedra, do Alandroal, etc.

Para além de todos estes aspectos, não podia deixar de fazer referência aos eventos e à animação que caracteriza o Alentejo, pois a *“cultura tradicional do Alentejo é pejada de manifestações com grande relevo na atractividade turística, nomeadamente nos campos das manifestações populares, da religiosidade, dos cantares, das feiras tradicionais, entre outros”* (CEDRU, 2000: 75).

Mercado Turístico

Sobre o Mercado Turístico do Alentejo importa referir que este se tem vindo a assumir, sobretudo desde os anos 90, como um espaço emergente no mapa nacional do turismo, em que se tem vindo a registar uma apreciável dinâmica de expansão e de diversificação das actividades relacionadas com o lazer e o turismo (CEDRU, 2000).

Simultaneamente, a oferta de equipamentos e de serviços turísticos do Alentejo tem vindo a registar uma expressiva vitalidade de crescimento, quer seja ao nível da hotelaria, quer seja ao nível de outros segmentos de oferta, como é o caso do Turismo em Espaço Rural e até Parques de Campismo, como é possível verificar nos quadros seguintes.

De facto, nos últimos anos, o fenómeno turístico tem vindo a sofrer profundas transformações, quer quantitativas, quer qualitativas. A evolução da oferta de alojamento turístico no Alentejo tem sido positiva, destacando-se a década de 90, visto que entre 1992 e 2000, se observou um acréscimo de 36,0 % na capacidade global de alojamento hoteleiro do Alentejo (CEDRU, 2000).

Segundo o INE (2001), a capacidade de oferta de alojamento do Alentejo é de 105 estabelecimentos e de 3452 quartos, apresentando como tal, uma capacidade de alojamento na ordem dos 7439.

Quadro 7 - Estabelecimentos, Quartos e Capacidade de Alojamento em 31.07.2000

NUTS/CONCELHOS	Pensões			Outros Estabelecimentos		
	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento	Total	Quartos	Capacidade de Alojamento
	Nº					
Portugal	862	19 539	40 721	441	31 197	83 803
Alentejo	60	1 283	2 749	28	1 162	2 650
Alentejo Litoral	21	566	1 182	12	727	1 753
Alto Alentejo	13	191	392	6	147	320
Alentejo Central	17	342	766	5
Baixo Alentejo	9	184	409	5

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

De acordo com o Quadro nº 7, a capacidade de alojamento é superior no Alentejo Litoral (2935) e no Alentejo Central, (2158), seguindo-se depois o Alto Alentejo (1490) e o Baixo Alentejo (856).

Quadro nº 8 - Estabelecimentos, Quartos e Capacidade de Alojamento em 31.07.2000

NUTS/CONCELHOS	Total			Hotéis		
	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de Alojamento
	Nº					
Portugal	1 786	97 709	222 958	483	46 973	98 434
Alentejo	105	3 452	7 439	17	1 007	2 040
Alentejo Litoral	33	1 293	2 935	-	-	-
Alto Alentejo	27	729	1 490	8	391	778
Alentejo Central	29	1 027	2 158	7
Baixo Alentejo	16	403	856	2

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA

Como é possível verificar Quadro nº 9, o Alentejo regista 503 130 hóspedes entrados, sendo o mais elevado número registado no Alentejo Central, com exactamente 223 503 hóspedes, seguindo-se o Alto Alentejo, e depois o Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

A procura turística do Alentejo gerou 845 150 dormidas na hotelaria em 2000, sendo no Alentejo Central que se verifica um maior número (309 748) e o mais baixo número de dormidas no Baixo Alentejo (95 087).

Importa referir também que nos fluxos internacionais de turistas, captados pelo Alentejo, destacam-se os mercados espanhol (42 333) e alemão (36 773). O Alentejo Central destaca-se com o maior número de procura turística alemã, com exactamente, 22 031 turistas alemães. Também no Baixo Alentejo, a procura turística é predominantemente alemã, ou seja, 2 447 turistas alemães. Por sua vez, 9 768 turistas espanhóis têm preferência pelo Alto Alentejo e 16 911, pelo Alentejo Litoral.

Quadro nº 9 - Dormidas e Hóspedes Entrados nos Estabelecimentos Hoteleiros em 2000

NUTS/CONCELHOS	Total		Hotéis		Pensões		Outros Estabelecimentos	
	Dormidas	Hóspedes Entrados	Dormidas	Hóspedes Entrados	Dormidas	Hóspedes Entrados	Dormidas	Hóspedes Entrados
	Nº							
Portugal	33 795 123	9 515 615	16 754 813	5 857 045	3 250 713	1 453 265	13 789 597	2 205 305
Alentejo	845 150	503 130	318 011	214 359	196 090	125 538	331 049	163 233
Alentejo Litoral	264 605	98 918	-	-	71 299	30 064	193 306	68 854
Alto Alentejo	175 710	121 537	97 534	65 207	30 356	25 325	47 820	31 005
Alentejo Central	309 748	223 503	73 890	56 534
Baixo Alentejo	95 087	59 172	20 545	13 615

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

Quadro nº 10 - Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual, em 2000

NUTS/CONCELHOS	Total Geral	União Europeia (15)								EUA
		Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Nº										
Portugal	33 795 123	30 394 411	9 693 160	5 010 959	1 842 852	1 001 519	796 561	1 814 267	7 152 425	827 053
Alentejo	845 150	783 279	605 140	36 773	42 333	24 768	21 108	14 487	19 787	24 267
Alentejo Litoral	264 605	257 091	215 679	7 024	16 911	3 858	1 540	3 921	4 672	2 621
Alto Alentejo	175 710	167 507	136 486	5 271	9 768	3 067	2 710	1 915	4 018	3 265
Alentejo Central	309 748	267 991	175 370	22 031	12 720	16 544	15 996	7 480	8 701	17 173
Baixo Alentejo	95 087	90 690	77 605	2 447	2 934	1 299	862	1 171	2 396	1 208

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

Quadro nº 11 - Hóspedes Entrados em Estabelecimentos Hoteleiros, segundo o País de Residência Habitual, em 2000

NUTS/CONCELHOS	Total Geral	União Europeia (15)								EUA
		Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Nº										
Portugal	9 515 615	8 444 312	4 397 065	803 557	751 351	369 312	325 078	264 943	1 008 002	324 855
Alentejo	503 130	459 713	344 192	25 300	22 857	17 333	17 375	9 498	10 790	16 238
Alentejo Litoral	98 918	94 770	79 081	3 571	4 151	1 515	930	1 849	1 906	1 403
Alto Alentejo	121 537	115 260	93 532	4 422	6 640	2 414	1 837	1 506	2 162	2 429
Alentejo Central	223 503	193 819	125 272	15 277	9 917	12 333	13 957	5 159	5 250	11 403
Baixo Alentejo	59 172	55 864	46 307	2 030	2 149	1 071	651	984	1 472	1 003

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

A actividade turística tem conhecido no Alentejo uma crescente afirmação e importância para a dinamização da economia, gerando sobretudo a criação de riqueza e emprego, bem como despoletando sinergias na base económica regional e local. Tal, pode constatar-se no Quadro nº 12, indicado abaixo, correspondente às receitas nos estabelecimentos hoteleiros em 2000. O Alentejo obteve receitas no valor de 38 225 euros. O Alentejo Central e o Alto Alentejo foram os que mais receitas obtiveram em 2000, ou seja, 16 366 euros e 9 145 euros. Já o Baixo Alentejo, foi o que menos receitas conseguiu obter (4 083).

Quadro nº 12 - Receitas nos Estabelecimentos Hoteleiros em 2000

NUTS/CONCELHOS	Receitas Totais				Receitas de Aposento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos
	10 ³ Euros							
Portugal	1 367 823	916 953	90 261	360 609	918 309	593 083	71 300	253 926
Alentejo	38 225	13 219	6 261	18 744	26 239	8 563	4 998	12 678
Alentejo Litoral	8 630	-	1 687	6 943	7 217	-	1 530	5 687
Alto Alentejo	9 145	4 053	1 674	3 418	5 114	2 274	944	1 896
Alentejo Central	16 366	...	2 322	...	10 903	...	1 957	...
Baixo Alentejo	4 083	...	578	...	3 005	...	567	...

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

Quadro nº 13 - Indicadores de Hotelaria em 2000

NUTS/CONCELHOS	Estada Média				Taxa de Ocupação-Cama (líquida)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos
	Nº de dias				%			
Portugal	3.6	2.9	2.2	6.3	42.1	47.2	22.9	45.2
Alentejo	1.7	1.5	1.6	2.0	32.0	44.6	20.0	35.1
Alentejo Litoral	2.7	-	2.4	2.8	25.4	-	17.4	30.6
Alto Alentejo	1.4	1.5	1.2	1.5	35.5	38.6	21.1	48.9
Alentejo Central	1.4	...	1.3	...	39.3	...	26.3	...
Baixo Alentejo	1.6	...	1.5	...	30.2	...	13.8	...

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

Quadro nº 14 - Indicadores Gerais do Alojamento e Restauração - Empresas com Sede na Região e no País em 1999

CAE/REGIÃO	Empresas	Pessoal ao Serviço	Custos e Perdas				Proveitos e Ganhos		Aumentos de Imobilizado Corpóreo	VAB pm
			Total	dos quais:			Total	dos quais:		
				CMVMC	FSE	Custos com Pessoal				
Nº		10 ³ Euros								
Secção H - Alojamento e Restauração										
Portugal	59 664	261 113	8 033 597	3 705 375	1 786 878	1 744 344	8 251 384	7 986 508	232 197	2 565 617
Região Alentejo	3 961	10 536	331 236	190 527	58 153	46 715	342 884	320 710	- 50 930	73 172
551 - Estabelecimentos hoteleiros										
Portugal	3 207	42 637	1 564 458	236 803	512 447	438 090	1 631 553	1 498 855	112 404	777 268
Região Alentejo	189	1 550	43 362	4 824	10 377	12 657	43 597	26 990	- 62 393	11 954
552 - Parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração										
Portugal	565	1 842	46 669	6 588	17 424	11 785	47 590	43 954	9 744	20 684
Região Alentejo	59	200	4 960	1 132	1 366	1 360	4 812	4 421	390	2 150
553 - Restaurantes										
Portugal	20 827	122 363	3 850 850	1 872 291	864 353	855 002	3 927 841	3 840 394	- 54 274	1 144 464
Região Alentejo	1 027	4 135	125 208	72 106	26 184	17 250	131 122	128 528	4 720	30 963
554 - Estabelecimentos de bebidas										
Portugal	34 639	82 142	2 215 834	1 419 897	336 779	323 542	2 276 808	2 241 106	148 028	485 386
Região Alentejo	2 670	4 611	156 604	111 929	20 017	15 205	162 332	159 772	6 189	27 851
555 - Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio (catering)										
Portugal	426	12 129	355 786	169 797	55 875	115 924	367 592	362 199	16 295	137 814
Região Alentejo	16	40	1 102	536	209	243	1 021	999	163	254

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2001, Évora: INE-DRA.

Como é possível observar em termos de estrutura da oferta turística, o Alentejo tem registado uma grande capacidade de crescimento e expansão, com ritmos que poderão tender a aumentar nos próximos dez anos, segundo a Direcção Geral de Turismo. Isto se alguns projectos de média e grande dimensão tiveram a esperada realização o e inerente sucesso de mercado.

Em resultado da localização do empreendimento turístico de Alqueva, espera-se uma estruturação multipolar do tecido turístico regional, tornando os concelhos do Regolfo de Alqueva como grandes pólos de atracção turística, detentores de uma

dinâmica de crescimento, qualificação, inovação e capacidade competitiva. Se é verdade que municípios de Alandroal, Portel, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz apresentam uma fraca capacidade de oferta de alojamento, ou não dispõem mesmo, o que revela uma certa fragilidade no desenvolvimento turístico regional, também é verdade que se encontram numa fase de expansão e que em simultâneo mostram um potencial por explorar, precisamente o que se pretende com a construção do empreendimento de Alqueva.

Importa ainda referir que, em termos de alojamento relacionado com o turismo em espaço rural (TER), entre os concelhos com maior capacidade de alojamento nestes estabelecimentos estão os de Alandroal, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, quatro dos concelhos que fazem parte da zona do Regolfo de Alqueva. Isto porque se trata de municípios que não dispõem de unidades hoteleiras ou similares, o que lhes concede um importante papel estratégico ao nível da oferta deste segmento de alojamento (CEDRU, 2000).

Relativamente aos Parques de Campismo e ao Caravanismo, em 2000, estavam em operação no Alentejo, 23 Parques de Campismo, com capacidade global para 20 294 campistas. Com a Barragem de Alqueva, os cinco concelhos da zona envolvente poderão passar a dispor de uma oferta de produtos turísticos, associados à fruição de espelhos de água, proporcionados pelas albufeiras. Projecta-se de igual modo, a estruturação de Campos de Golfe, visto em todo o Alentejo só existirem 2 Campos de Golfe com 18 buracos: um em Tróia e outro em Marvão (CEDRU, 2000), apesar de estarem já previstos mais 13 campo de golfe, alguns dos quais em Mourão e Reguengos de Monsaraz.

Porque a expansão e a qualificação da oferta de serviços de restauração e similares emerge como um factor determinante para o desenvolvimento do turismo local e regional, é de todo importante referir a distribuição intra-regional dos restaurantes locais e regionais, no sentido de que esta se sustem numa procura local e regional associada à população residente, aos seus hábito, aos seus usos e costumes.

Depois de uma leitura atenta sobre todos estes factores e elementos turísticos no Alentejo, facilmente se depreendem as razões que invocam a deslocação dos turistas ao Alentejo, designadamente, a fruição das paisagens, a procura de tempo e de locais para repouso, a visita a museus e monumentos e, como não poderia deixar de ser, a fruição da gastronomia regional.

Investimento, Promoção e Marketing Turístico

Os projectos e investimentos no sector do turismo, quer públicos, quer privados, quer os já concretizados nos anos 90, os que se encontram previstos para realizar a curto/médio prazo e os que estão em curso, como é o caso da Barragem de Alqueva, permitem antever um crescimento sustentado da procura em vários segmentos de mercado. A Barragem de Alqueva, um projecto de grandes dimensões e de grandes objectivos, constitui-se num projecto no âmbito do Turismo, que representa um volume de investimento muito significativo, e que não deixará de proporcionar milhares de postos de trabalho, directos ou indirectos, tanto na fase de construção/implementação, como na fase posterior de operação turística. Espera-se que com a sua realização se altere o padrão de especialização da base económica regional do Alentejo, potenciando um desenvolvimento sustentado, com expressivas repercussões na dinâmica de muitos concelhos e particularmente, do Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, que poderão e deverão revalorizar-se enquanto espaços de atracção para lazer, trabalhar e residir.

Para que se possa apostar em novos produtos turísticos que valorizem os recursos naturais e culturais existentes no Alentejo e possibilitem a requalificação de infra-estruturas e equipamentos que de alguma forma possam contribuir para o desenvolvimento turístico da região, emerge cada vez mais a necessidade de serem elaborados e financiados projectos públicos de relevância para o turismo.

É necessário suportar investimentos que se reflectam directamente na actividade turística, e não só a nível da área do turismo cultural e rural, como também ao nível do turismo urbano. Por outro lado, e para que isso possa acontecer, têm que ser criados incentivos para o investimento, para que possa ser suscitado aos possíveis investidores regionais, nacionais e estrangeiros a possibilidade de investirem em actividades turísticas e nos vários sectores em que estas se desdobram. É nesse sentido que os autores Ramos e Silva (2001), propõem no âmbito dos investimentos o seguinte:

- *“apoiar a recuperação e modernização da oferta turística;*
- *apoiar a criação de novas infra-estruturas turísticas, particularmente as ligadas às áreas estratégicas;*
- *estimular as iniciativas públicas e privadas visando o estabelecimento de equipamentos colectivos de utilização supramunicipal “ (Ramos e Silva, 2001: 163).*

A par da dimensão dos investimentos no turismo e mais propriamente nos sectores que o constituem, ressalta a ausência de uma estratégia integrada de promoção e de marketing turístico regional, que promova não só a região em si, mas também os seus produtos, o que surge como uma das grandes debilidades do Alentejo, em geral, e dos concelhos do Regolfo de Alqueva, em particular. Urge assim, a necessidade de serem lançados programas de promoção turística que estejam em conformidade com a estratégia de mercado, e que tenham como objectivos principais:

- *“reforçar a competitividade no sector turístico;*
- *atenuar a sazonalidade da procura, privilegiando a conquista de mais e novos segmentos de mercado, entre os quais os jovens, a terceira idade, etc.;*
- *promover novas formas de turismo (social, eco-turismo, cultural, cinegético, et.) e alternativas de destino”* (Ramos e Silva, 2001: 163).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, elaborado pela CEDRU (2000), o esquema de comunicação turística do Alentejo resume-se ao esquema clássico de um processo de comunicação, com as suas componentes, ou seja, um emissor, uma mensagem, um receptor, e por fim um “feedback”.

Como principais emissores de comunicação turística relativa à zona do Alentejo, foram identificadas seis tipologias diferentes, designadamente, as Regiões de Turismo, as que mais se destacam, as Câmaras Municipais, ICEP, Associações de Municípios e Associações Empresariais, outras Associações e Empresas Privadas.

Como receptores de comunicação identificaram cinco tipologias, especificamente, o visitante, o visitante potencial, “Trade” Turístico (agentes de viagens), a imprensa turística e o investidor potencial.

Quanto aos meios de comunicação, foram identificados oito, exactamente: publicações de baixo custo unitário; publicações de alto custo unitário; vídeo; CD; CD ROM; feiras turísticas; viagens de promoção e “Fam trips” (recepção).

Porque não pode haver comunicação sem mensagem (objecto da comunicação), verificou-se que esta incide sobre o Alentejo como um todo, as Regiões de Turismo, as localidades, atracções turísticas individuais, atracções turísticas combinadas (rotas) e sobre produtos (golfe, desportos náuticos, etc.).

Sugere-se então que, conforme foi anteriormente explicitado, para os concelhos do Regolfo de Alqueva seja criado e desenvolvido um processo de promoção turístico local assente nestes elementos, no sentido de promover um destino turístico. Deve

haver da parte das Autarquias, das Empresas Locais, das Associações de Municípios, toda a vontade de, numa primeira fase, informar sobre as potencialidades e características culturais, sociais e tradicionais de cada concelho; numa segunda fase, fazer compreender o que é que o destino oferece aos eventuais visitantes e como motivá-los; numa terceira fase, argumentar quais são as vantagens em relação a outros destinos e ao mesmo tempo procurar criar uma sólida imagem do concelho, para finalmente, induzir a acção, ou seja, a visita, fazendo algumas recomendações.

A primeira fase apresenta-se como a fase mais importante, pois deve ser nessa altura que deve ser dado a conhecer ao potencial visitante as áreas de interesse de cada concelho. Essas áreas devem abordar os seguintes temas (Ramos e Silva, 2001):

- património histórico / arqueologia
- património cultural
- gastronomia / vinho
- artesanato
- mar / costa / climatologia favorável
- paisagens
- desportos (náuticos, caça, pesca, golfe, actividades equestres)
- fauna avícola
- desfrute da natureza / parques naturais
- congressos e incentivos
- festas populares
- ambiente nocturno
- oferta de alojamento
- rotas temáticas

Sabendo que o Regolfo de Alqueva se assume como um novo ponto de atracção turística e que certamente aumentará a procura e afluência de visitantes e turistas aos concelhos envolventes, é necessário potenciar a imagem de Alqueva e dos concelhos da zona envolvente.

Tendo por base os temas apresentados anteriormente, é preciso saber criar desde logo todo um conjunto de meios de divulgação da realidade local e ao mesmo tempo saber valorizar as potencialidades e a diversidade de oferta turística que o Regolfo de Alqueva oferece. Só assim será possível associar o Regolfo de Alqueva e os concelhos

que o envolvem a uma imagem distinta e apelativa, enquanto destino turístico recheado de eventos culturais, religiosos e artísticos, de actividades naturais e desportivas, de atracção paisagística e gastronómica, de práticas eco-turísticas, etc. Enfim, de um conjunto de aspectos, de actividades e de diversidades que tornam Alqueva um pólo de atracção turística diversificada ao longo de todo o ano e assim, uma marca forte para o desenvolvimento do Alentejo.

Recursos Humanos e Qualificação no Sector Turístico

O espaço geográfico alentejano sofre, como se sabe, de uma redução dos efectivos populacionais, resultante, sobretudo dos movimentos migratórios, que contribuem para uma fraca ocupação humana do território e conseqüentemente para o aumento dos vazios demográficos nos espaços rurais, originando uma estrutura territorial muito débil. A par desta situação, o Alentejo, confronta-se com a redução do grupo etário mais dinâmico e empreendedor, ou seja, os jovens, assim como com o envelhecimento claro da população rural.

Este cenário retracta bem a escassez e debilidade do tecido demográfico alentejano, o que se traduz numa grande ausência de recursos humanos, que por sua vez *"se apresenta como um forte estrangulamento à prossecução de um desenvolvimento integrado e sustentado e simultaneamente à adopção de iniciativas e acções que visem melhorar a condição e qualidade de vida das populações"* (Ramos e Silva, 2001: 123).

O progressivo envelhecimento da população e a forte diminuição dos jovens na estrutura etária regional e dos concelhos do Regolfo de Alqueva, em particular, tem assumido repercussões bastante gravosas no mercado de trabalho de alguns sectores, inclusivamente, no sector turístico. Mesmo sendo o Turismo um campo apetecível para os mais jovens, os argumentos e estratégias capazes de colmatar ou extinguir as debilidades e estrangulamentos que marcam a região neste sector, não têm sido suficientes. Este resultado deve-se em grande parte à escassa ou mesmo inexistente formação profissional no âmbito do turismo.

Nesta perspectiva, assumem especial significado todo um conjunto de acções estratégicas que assumem uma posição de relevância na inserção da região alentejana em geral, e dos cinco concelhos do Regolfo de Alqueva, de um modo específico, na rede urbana e que passam essencialmente por:

- concretização de acções que permitam a valorização do potencial endógeno inerente a cada um dos concelhos em questão;
- concretização de acções de ordenamento que mantenham as povoações na sua região;
- concretização de acções que procurem desenvolver as potencialidades atractivas de cada concelho, nomeadamente, nos diferentes segmentos do mercado turístico.

É neste sentido que a construção da Barragem de Alqueva se vem assumir num ponto estratégico e nuclear para o desenvolvimento sustentado dos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz. Isto porque, como se sabe, a implantação de um novo instrumento de política/planeamento regional, em espaços geográficos geralmente desfavorecidos, como acontece com os concelhos do Regolfo de Alqueva, deverá ter em linha de conta as realidades específicas e características que mais identificam e marcam as suas populações assim como assumir a previsão futura sobre a evolução populacional.

Por outro lado, é preciso ter em atenção que se a celeridade das migrações alentejanas, nos anos 60 e 70, eram feitas à custa da população mais jovem e com baixos níveis de qualificação/formação, hoje a população activa que sai, detém os mais altos níveis de qualificação, ou melhor, uma formação superior, realidade que se deve em grande parte à Universidade de Évora e aos Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre.

No âmbito da actividade turística, e apesar de apenas recentemente se ter despelotado na região alentejana, são relevantes os números de profissionais que se dedicam ao sector turístico, nomeadamente, ligados aos serviços de apoio a esse sector. Quer dizer que a actividade turística, em nítida expansão, se pode constituir num pólo de emprego local, e assim, tornar-se a grande hipótese e "tábua de salvação" da região dos concelhos rurais alentejanos.

Com o Empreendimento de Alqueva estão reunidas grandes condições para se apostar na criação de emprego no campo do turismo, um dos pilares indispensáveis para o desenvolvimento sustentável dos concelhos que circundam Alqueva, e claro, do Alentejo.

A par do problema do emprego, surge a enorme preocupação dos níveis de conhecimento e formação continua dos trabalhadores, visto que se torna

imprescindível na consecução de um serviço de qualidade, qualquer que seja o sector de actividade económica.

De facto, os recursos humanos assumem cada vez mais uma importância fulcral na economia de todos os tempos, o que se destaca ainda mais em actividades como o turismo, em que os empregados/trabalhadores se ocupam de diversos grupos de pessoas e do seu bem-estar. É o factor humano que funciona como elemento chave do funcionamento das empresas, e muito mais nas empresas que pertencem ao sector do turismo, pois é este o "factor" que as diferencia umas das outras.

Emerge assim, a necessidade de uma correcta formação e actualização dos conhecimentos dos trabalhadores, na medida em que os serviços turísticos se caracterizam predominantemente pela atenção prestada ao cliente, *"em que um excesso de automatização e mecanização pode criar uma má e negativa imagem de qualidade"* (Ramos e Silva, 2001: 131). Neste sentido, a gestão e formação dos recursos humanos assume cada vez mais uma extrema importância nas políticas de desenvolvimento turístico, enquanto linha de orientação estratégica dos concelhos mais desfavorecidos, como acontece com os cinco concelhos do Regolfo de Alqueva.

Tendo em conta tudo o que se tem vindo a referir, importa ir de encontro à principais necessidades sentidas no sector turístico dos concelhos do Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, tendo em conta não só as estruturas locais e regionais, mas também as aspirações dos jovens que pretendem trabalhar neste sector, tendo em vista um processo de desenvolvimento adequado e sustentado. Como tal é necessário apostar na massa jovem junto do Alqueva, promovendo acções de formação direccionadas para os serviços turísticos, designadamente:

- Animação turística
- Turismo e Ambiente
- Turismo de Natureza
- Turismo Cultural
- Vinhos e Provas
- Produtos Regionais e Artesanato
- Gastronomia
- Desportos Náuticos
- Caça
- Pesca

Capítulo 4. - Discussão dos Resultados – Em Busca de Novos Caminhos

VIII. A Barragem de Alqueva no desenvolvimento turístico: impactos, potencialidades e debilidades

Na tentativa de analisar o fenómeno turístico no contexto do Regolfo de Alqueva, particularmente, nos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Alandroal, Moura, Mourão e Portel e tendo em vista os objectivos deste trabalho, foram realizadas entrevistas, cujos resultados permitem verificar as opiniões dos entrevistados acerca desta problemática. Assim, mediante a análise de conteúdo da informação recolhida, é possível tecer algumas considerações que permitem ilustrar a importância da Barragem de Alqueva no desenvolvimento turístico do Alentejo, e bem assim, da sua importância para o desenvolvimento dos concelhos em questão.

Perante a complexidade do fenómeno em análise, e para que a interpretação da informação recolhida seja completa e elucidativa, o mais possível, a sua análise foi feita ainda com base na análise estrutural de conteúdo, enquanto método cujo principal objectivo é compreender e descrever a lógica própria do cultural e a sua relação com as práticas quotidianas dos actores sociais, a partir de operações binárias, decompostas mas apreendidas como um todo.

Desta forma, relativamente aos impactos, às potencialidades e debilidades do Turismo de Alqueva, face ao desenvolvimento do sector turístico nos concelhos envolventes, as opiniões dos entrevistados não variaram muito.

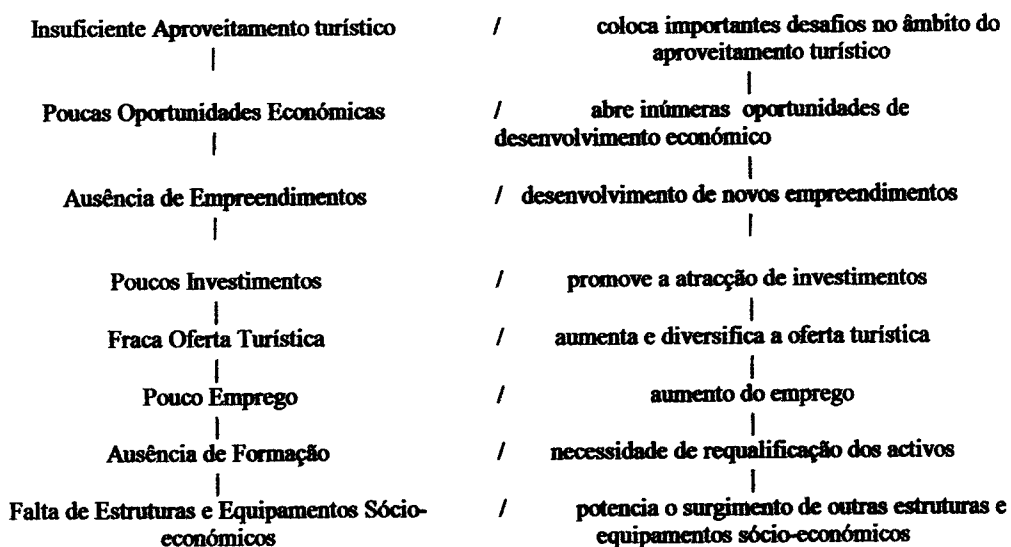
Em termos de impactos, a Entrevista 3, realça o desencadear de *"impactos vários no desenvolvimento turístico da área de influência de Alqueva, particularmente nos espaços do Regolfo, onde a proximidade ao espelho de água gerará novas actividades para lazer, recreio e turismo"*. Por outro lado, refere ainda que as actividades relacionadas com o turismo e o lazer *"irão desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de uma nova base económica neste território"*, designadamente: *"pela modernização das actividades existentes; captação de novas actividades e funções, novos investidores e profissionais"* e *"maior dinâmica que irão incutir em diversos sectores (na construção civil e nas obras públicas, no comércio local, nos serviços às empresas e nos transportes e acessibilidades)"* (Entrevista 3). Quer dizer que segundo este entrevistado, os impactos do fenómeno em questão são

fundamentalmente, positivos, não fazendo a mínima referência a aspectos negativos ou menos bons.

O Entrevistado 2, refere que *"Há diversos tipos de impactos: positivos e negativos"*. Como impactos negativos salienta a fase de construção da Barragem, em que há aspectos menos bons que têm maior relevância, como é o caso da *"degradação das estradas, das acessibilidades das povoações quando passam os equipamentos pesados"*, aquando da construção da Barragem. Considera esta fase como a *"menos simpática da obra"* (Entrevista 2). Contudo, refere que há uma grande expectativa (positiva) e uma grande esperança de Alqueva vir a alterar alguma coisa em Concelhos do interior do Alentejo.

O fenómeno turístico de Alqueva, segundo o Entrevistado 1, *"desde que acautelada a natureza e dimensão dos empreendimentos, terá impactos positivos no desenvolvimento do concelho"*, contudo, faz questão de salientar que *"o futuro das populações não poderá estar comprometido apenas com a actividade turística"* (Entrevista 1). Acrescenta ainda, que apesar da grande expectativa em relação aos efeitos de Alqueva, é preciso que todos os actores locais estejam bem cientes de que o Turismo não será a *"tábua de salvação"* dos vários problemas que afectam a região do Alentejo.

Esquema n° 1 – Impactos do Turismo de Alqueva



Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

De referir que, como potencialidades apresentadas pelos entrevistados, estas referem-se, de forma específica ao respectivo concelho, ou seja, cada um dos autarcas e agentes sócio-económicos entrevistados respondeu em relação ao seu concelho, designadamente. Neste sentido, de um modo geral, consideram todos os entrevistados que a localização privilegiada dos concelhos em questão em relação ao Empreendimento de Alqueva coloca importantes desafios ao nível do seu aproveitamento turístico e abre inúmeras oportunidades na área do desenvolvimento económico.

Um dos principais aspectos de maior relevância a considerar com a Barragem de Alqueva prende-se com o facto de vir a *“Possibilitar o aparecimento de novas classes empresariais”* (Entrevistado 12), o que implicará o desenvolvimento de grandes apostas estratégicas nos serviços do turismo e seus afins.

De acordo com o Entrevistado 6, *“os impactos turísticos passam por mudar tudo o que já existe”*. *“Trata-se de um fenómeno urbanístico que veio dar origem a novos empreendimentos”* e que em simultâneo *“vai desenvolver e potenciar o desenvolvimento turístico de zonas embrionárias que tinham pouca oferta”*, na medida em que *“promove a atracção de investimentos”* (Entrevista 6). Por outro lado, vai aumentar e *“diversificar a oferta turística: Turismo Cultural; Turismo de Natureza; Turismo de Aventura”*, possibilitando aos turistas escolher entre um maior leque de actividades turísticas. A esta diversidade acresce outra actividade a ser potencializada, designadamente, a actividade piscatória, como salienta o Entrevistado 10.

Todos os entrevistados consideram ser de grande importância a riqueza patrimonial destes concelhos. Não é por acaso que os *“achados arqueológicos”* e o *“património construído, histórico e cultural”* são apontados como um dos mais relevantes atractivos turísticos pelos Entrevistados 7 e 9.

Como salienta também o Entrevistado 3, *“o património constitui um factor de grande significado para a valorização e reconhecimento cultural da região (...) indispensável para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento”*. De igual modo, o Entrevistado 2, refere que as principais potencialidades assentam nos *“valores, quer sejam eles em termos ambientais, arquitectónicos, culturais, quer em termos de artesanato e dos (...) produtos de qualidade”* dos concelhos do Regolfo. Trata-se de concelhos cuja imagem está associada à qualidade, pois *“quando falamos do Alentejo falamos de bons enchidos, de bom porco preto, de bom mel, de boa lenha. Se*

conseguirmos preservar todos estes valores é uma grande potencialidade" (Entrevista 2).

Todos os informantes-chave destacaram a boa gastronomia dos respectivos concelhos, tida como um dos mais poderosos "bens" da vivência alentejana, nomeadamente, os proprietários de restaurantes.

Na Entrevista 3, é realçado o valor gastronómico do concelho de Moura, assim como os seus produtos tradicionais, tais como: *"Produção e Certificação do Azeite de Moura, mas também do Queijo de Serpa, do Porco de raça Alentejana, da Carnalentejana (bovinos de raça alentejana), da Carne de Mertolenga e do Mel do Alentejo"*. A par desta questão, é de referir, segundo o entrevistado anterior, a hospitalidade dos mourenses, em específico, e dos alentejanos em geral.

Em relação ao concelho de Moura, é feita ainda uma grande referência ao facto de dispor de condições para a exploração termal, o que funciona como uma forte atractividade turística para quem procura o Alentejo. *"Outra atractividade para os turistas é o facto de existirem serviços de água, praias fluviais, ancoradouro"*, como afirma o Entrevistado 2. Outra das grandes potencialidades mencionadas referem-se, segundo o Entrevistado 4, à existência da fauna e da flora, cuja riqueza é tão peculiar.

Por outro lado, ambos os entrevistados realçam a importância do elemento água, elemento este que vai desenvolver a animação turística, um grande défice do turismo do Alentejo. Esta animação turística, passa, segundo o Entrevistado 5, pela prática de desportos náuticos e pela criação de campos de golfe, enquanto formas de atracção de turistas.

Refira-se a Entrevista 6, a qual enfatiza o desenvolvimento rural de algumas freguesias destes concelhos, através das chamadas Aldeias d'Água, alargando a diversidade de oferta turística no Alentejo.

De facto, com a Barragem de Alqueva, vai sem dúvida alguma, aumentar a diversidade, assim como dar-se o desenvolvimento de novos produtos turísticos. Conforme afirma o Entrevistado 1, *"a diversidade pode gerar novas potencialidades se aproveitadas as sinergias existentes, as quais poderão ser fundamentais para um desenvolvimento sustentado que garanta o futuro de qualidade que se pretende para esta região:*

✓ *Turismo Cultural - aproveitando os valores expressos no artesanato, no património histórico, arquitectónico (Castelos de Alandroal, Terena e Juromenha) e os sítios arqueológicos, onde o Templo ao Deus Endovélico assume particular relevo;*

✓ *Turismo de Natureza e Lazer - ligado à fruição do ambiente rural no seu estado puro, com nichos de potencial para os desportos de caça, pesca, de aventura, ou outros ligados à fruição do lençol de água" (Entrevista 1).*

Outro dos grandes impactos mencionado pelos entrevistados prende-se com a necessidade de criar condições que passam, sobretudo, pela criação de postos de trabalho, nomeadamente, as Entrevistas 2, 4 e 6, que consideram que a Barragem de Alqueva *"vai possibilitar o aumento do emprego ao nível da energia, do regadio, estações elevatórias, canais, etc."*, o que implica portanto, o recurso a mão-de-obra e vai *"criar postos de trabalho nas mais diversas áreas"*, sobretudo de turismo.

Por outro lado, no âmbito da questão anterior, consideram importante a formação adequada de pessoas na área do turismo para que se possa receber cada vez melhor os turistas, quer ao nível do atendimento nas unidades de alojamento, quer ao nível dos guias turísticos que acompanhem os visitantes aos pontos mais importantes da região com importância histórica. Acresce ainda a necessidade de *"requalificação dos activos"* existentes na região, segundo a Entrevistada 6, no sentido de serem satisfeitas as necessidades dos que procuram novos saberes, novas culturas e novos contactos.

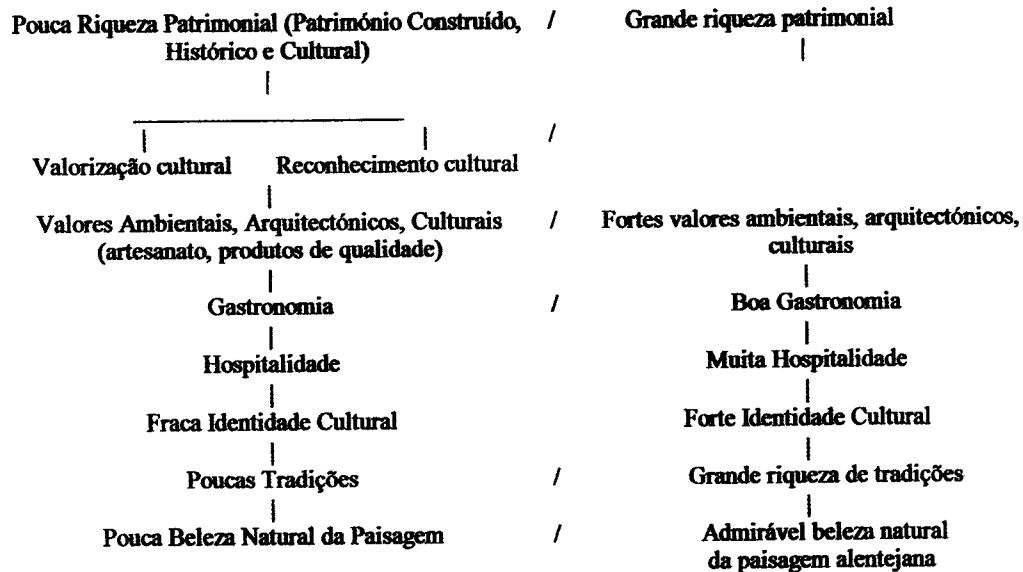
A análise da Entrevista 5, evidencia um aspecto muito importante no âmbito da permanência dos turistas na região. Trata-se da criação de equipamentos e de instalações para que as pessoas (turistas) permaneçam naquele espaço não apenas temporariamente, mas para que tenham vontade de voltar várias vezes e até, de poder ficar ali a residir. Significa isto, que, para o desenvolvimento turístico dos concelhos do Regolfo de Alqueva, não deve ser descurada, e muito pelo contrário, deve ser considerada como uma mais valia, a questão da oferta de alojamento e de equipamentos socio-económicos para os turistas, no sentido de potenciar o surgimento de outras estruturas e actividades relacionadas com a actividade turística que garantam o bem-estar dos que vêm de fora e de igual modo, dos que residem na região.

É que para a fixação da população, é necessária a existência de condições que passam, sobretudo, quer pela criação de postos de trabalho, visto ser a principal causa de abandono da população em busca de melhores condições e qualidade de vida, quer pela criação de equipamentos e de alojamentos.

Paralelamente a esta questão, emerge o problema da divulgação e promoção das modalidades turísticas existentes nos concelhos do Regolfo de Alqueva. Aproveitando a afirmação do Entrevistado 2, *"a informação é fundamental. É importante transmitir para fora qual é o nosso potencial"*. É necessário desenvolver-se, segundo o

Entrevistado 4, uma *“estratégia de promoção da informação turística dos concelhos do Regolfo de Alqueva”*.

Esquema nº 2 – Potencialidades dos Concelhos do Regolfo de Alqueva



Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Em termos de debilidades que os concelhos do Regolfo apresentam, a análise das entrevistas evidencia uma conformidade nas respostas, verificando-se que todas elas salientam que os principais pontos fracos destes concelhos, se situam aos níveis económico e social, designadamente:

- *“a base económica é fortemente tributária do sector primário”*;
- na generalidade, *“as empresas do concelho são de pequena dimensão e, muitas vezes, de gestão familiar”*;
- *“a população é envelhecida”*, o que significa que existe um peso excessivo da população inactiva sobre a população activa e, por outro lado, a existência de um número alargado de pessoas com necessidades de apoio pessoal e social;
- *“mais de metade da população residente são mulheres, sendo neste grupo que se verifica valores mais elevados em termos de taxa de desemprego”*;
- *“baixo nível de habilitações escolares e ausência de qualificação profissional”*
(Entrevista 3).

Para além destas debilidades, o Entrevistado 1, refere também:

- a) *“infra-estruturas de acolhimento, sendo a falta de alojamento a carência mais significativa;*
- b) *estruturas de saúde e das redes tecnológicas (energia, comunicações e transportes);*
- c) *as telecomunicações são claramente deficitárias”.*

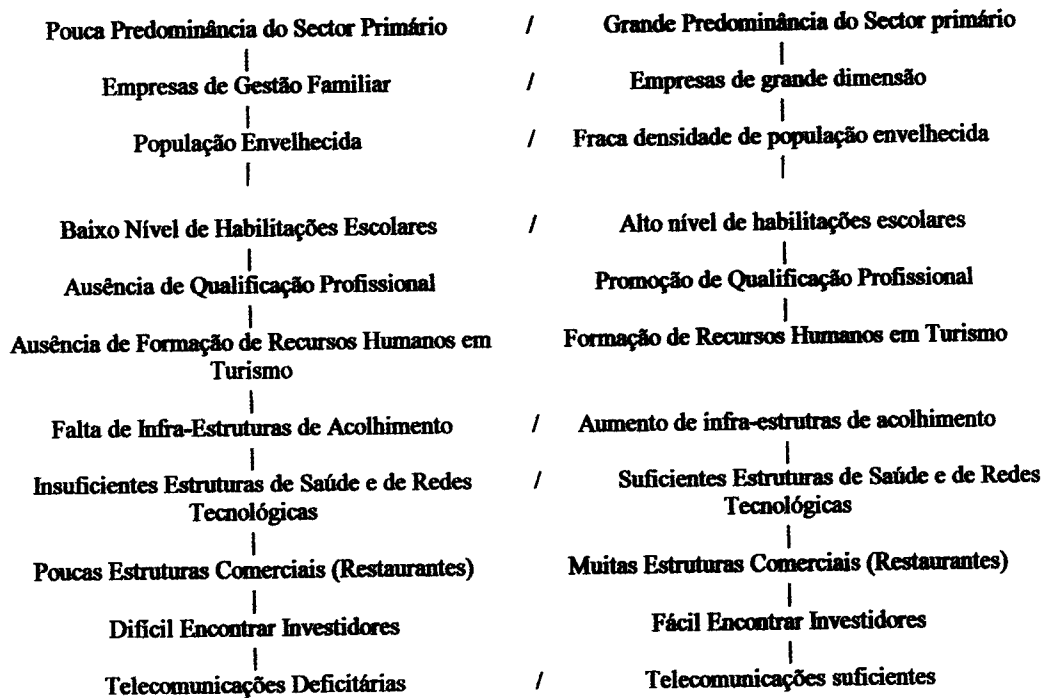
O Entrevistado 1, refere ainda que o tecido económico do Alentejo, de um modo geral, *“é extremamente fraco e débil”*. Por outro lado, acrescenta que é *“difícil encontrar dentro da própria região investidores, o que significa que vamos estar dependentes de quem procura o Alentejo para investir”* (Entrevista 1), ideia esta partilhada também pelo Entrevistado 5, que considera que *“há pouco contacto com os investidores interessados nesta zona”*.

Da parte da EDIA foi salientado um aspecto muito importante, que se prende com as *“Redes de Comunicação”*(Entrevistado 12), o que quer dizer que para uma boa divulgação e dinamização da imagem de Alqueva, no contexto do Alentejo, emerge a necessidade de serem desenvolvidos adequados meios de comunicação.

Tendo por base a entrevista realizada aos Entrevistados 4 e 6, foi possível constatar mais uma vez a inadequabilidade das estruturas sócio-económicas ao fenómeno turístico, na medida em que *“não há uma adequada formação profissional em Turismo”* (Entrevista 4), ou melhor, verifica-se uma *“ausência de formação de recursos humanos em turismo”* (Entrevistado 6).

Acreditando que a existência de estruturas comerciais, como é o caso dos restaurantes, de roteiros que integrem a vertente gastronómica, vinhos e artesanato, funcionam como grandes impulsionadores do fenómeno turístico, o Entrevistado 6 aponta como ponto fraco a acentuar ao nível do Alentejo, e particularmente, dos concelhos do Regolfo de Alqueva, uma incipiente estrutura comercial, nomeadamente, no que diz respeito a restaurantes.

Esquema n° 3 – Debilidades dos Concelhos do Regolfo de Alqueva



Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Tendo por base esta interpretação das informações obtidas nas entrevistas, foi possível resumir as principais debilidades e potencialidades dos concelhos do Regolfo de Alqueva no quadro seguinte:

Quadro nº 15 - Potencialidades e Debilidades dos Concelhos do Regolfo de Alqueva

Pontos Fortes/Potencialidades	Pontos Fracos/Debilidades
<p>Caracterizam-se pela:</p> <ul style="list-style-type: none">- A hospitalidade;- A riqueza patrimonial. O património constitui um factor de grande significado para a valorização e reconhecimento cultural da região e que é indispensável para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento;- Produção e certificação de produtos (Azeite de Moura, mas também do Queijo Serpa, do Porco de raça Alentejana, da Carnalentejana (bovinos de raça alentejana), da Carne de Mertolenga e do Mel do Alentejo) de excelente qualidade e muito competitivos;- Dispõem de condições para a exploração termal.- Valores, quer sejam eles em termos ambientais, arquitectónicos, culturais, quer em termos de artesanato;- A imagem do Alentejo está associada à qualidade;- Elevados padrões de qualidade ambiental;- Forte identidade cultural;- Elevada ligação da população ao território, associada a uma grande riqueza de tradições;	<p>Situam-se ao nível económico e social:</p> <ul style="list-style-type: none">- A base económica é fortemente tributária do sector primário;- A maior parte das empresas dos concelhos são de pequena dimensão e, muitas vezes, de gestão familiar;- A população é envelhecida, o que significa que existe um peso excessivo da população inactiva sobre a população activa e, por outro lado, a existência de um número alargado de pessoas com necessidades de apoio pessoa e social;- Mais de metade da população residente são mulheres, sendo neste grupo que se verifica valores mais elevados em termos de taxa de desemprego;- Baixo nível de habilitações escolares e ausência de qualificação profissional;- Insuficiência de estruturas sócio-económicas adaptadas ao fenómeno turístico: não há formação profissional,- Estrutura comercial incipiente (falta de restaurantes);- Ausência de formação de recursos humanos em turismo;- Acessibilidade rodoviária deficiente;- Poucas oportunidades de emprego, associada a uma fraca diversidade de actividades económicas;- Acentuada dicotomia urbano-rural, com o despovoamento e abandono de algumas áreas rurais;- Fraco espírito empreendedor, sobretudo no que respeita a empresas ligadas ao turismo;

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Para além disto, importa salientar que a região do Alentejo, e em particular, os concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, dispõem de condições favoráveis a um correcto aproveitamento turístico, as quais se podem sintetizar do seguinte modo:

Quadro nº 16 - Condições Favoráveis a um Correcto Aproveitamento Turístico
<ul style="list-style-type: none">- Proximidade de importantes núcleos urbanos espanhóis, como seja, Badajoz, Sevilha, Huelva, etc., assim como a existência de um bom relacionamento institucional e contactos concretos tendo em vista o desenvolvimento de actividades de cooperação no âmbito da actividade turística;- Potencialidades regionais adequadas às grandes tendências actuais da procura;- Elevada autenticidade do património cultural e natural,- Possibilidade de aproveitamento de aldeias tradicionais;- Potencialidades termais;- Possibilidade de criação de circuitos alicerçados no património histórico, cultural, etnográfico e paisagístico de grande autenticidade e diversidade;- Potencialidades para o desenvolvimento do turismo cinegético;- Possibilidade de atenuação da sazonalidade, dada a existência de complementaridade e diversidade de produtos turísticos: balnear, cinegético, histórico/cultural, desportivo, etnográfico, rural, termal, de natureza, turismo de aldeia, etc.;- Condições particularmente favoráveis ao incremento do turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e turismo de natureza, atendendo aos elevados padrões de qualidade ambiental e aos valores paisagísticos e etnográficos;

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Deste modo, é importante afirmar ainda, que a Barragem de Alqueva virá contribuir para a diversificação de um turismo de cariz cultural e rural. Se se souber resistir às tentações do lucro fácil e da adulteração, o turismo de Alqueva poderá perspectivar-se uma actividade compensadora a médio/longo prazo, ainda que o seu sucesso e perenidade estejam fortemente dependentes da capacidade para conseguir manter a autenticidade sócio-cultural da região.

Contudo, e apesar de serem claras e abundantes as vantagens e potencialidades que a Barragem de Alqueva vem oferecer aos concelhos do Regolfo, em particular, e ao Alentejo, em geral, há que ter sempre em atenção que a excessiva valorização da componente turística não pode ser encarada como uma espécie de "passaporte para o desenvolvimento". Esta eventualidade, na sua dimensão social, pode vir a potenciar

um cenário de agressão às tradições, hábito e cultura das populações de acolhimento e num factor de descaracterização das entidades locais, se não forem devidamente acautelados os seus efeitos e dimensão.

IX. O Planeamento da Actividade Turística na Zona do Regolfo de Alqueva

Para saber do Planeamento da Actividade Turística na zona do Regolfo de Alqueva, foi perguntado aos entrevistados o que pensam do planeamento turístico elaborado para esta região. No âmbito desta questão, não parece ter havido grande concordância entre os vários entrevistados. Se para uns este Planeamento tem sido razoável, para outros já não é bem assim.

O Entrevistado 3, assim como o Entrevistado 6, consideram que o Planeamento Turístico nesta zona *"tem sido razoável"*, tendo em conta que existem os seguintes Planos:

- Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente à Albufeira de Alqueva (PROZEA);
- Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão (POAAP);
- Programas Operativos do Regolfo (POR).

Aquando da informação recolhida junto do Entrevistado 6, foi possível constatar que os Planos anteriormente mencionados *"foram contestados por muitos precisamente pelas restrições que impõem"* (Entrevistado 6), nomeadamente, pelos autarcas das Câmaras Municipais dos concelhos da envolvente da Barragem. Estas contestações prendem-se sobretudo com o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão (POAAP), na medida em que ao estabelecer os usos e o regime de gestão do plano de água estabelece também uma zona de protecção, ou seja, ao integrar na sua área de intervenção o plano de água das albufeiras de Alqueva e Pedrogão, integra também uma faixa de protecção terrestre de 500m (definida a partir da cota do nível de pleno armazenamento, abrangendo os concelhos de Alandroal, Elvas, Évora, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Vidigueira e Vila Viçosa).

O POAAP, vem regular a construção turística nesta zona de protecção terrestre equivalente a 500m, constituída por espaços rurais que se destinam, segundo o artigo 9.º da Resolução do Conselho de Ministros nº 95/2002, à conservação ecológica e a

protecção complementar, com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos e para a instalação de actividades recreativas. Posto isto, parece bem claro ser este o principal motivo com o qual não concordam os autarcas dos concelhos envolventes, ou em duas palavras apenas, a construção de empreendimentos com fins turísticos, ao constituírem-se em operações materiais, de edificação ou de utilização do solo e das edificações nele implementadas para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água.

É pois neste sentido que os Entrevistados 1 e 5, consideram, por sua vez, que o Planeamento para esta região tem sido alvo de muitas opiniões e de muitas críticas, sobretudo o que respeita à Região de Turismo de Évora, como salienta o Entrevistado 5. Contudo, o Entrevistado 2 refere que *“estamos num nível de Planeamento muito melhor do que se não tivéssemos Planeamento, apesar de não estarmos totalmente de acordo com os Planos que foram publicados”* (Entrevista 2). A própria Entrevistada 6 afirma que *“As Câmaras Municipais também foram ouvidas, embora tenham votado contra o Plano devido às suas restrições”* (Entrevista 6).

Também o Entrevistado 1, refere que em termos de Planeamento, *“não tem existido um entrosamento e complementaridade entre os planos e investimentos das autarquias com a estrutura regional do turismo”*, quando este deveria constituir-se num processo onde autarquias e agentes locais deveriam trabalhar em cooperação mútua com as Regiões de Turismo do Alentejo. Só assim será possível atender às necessidades locais e responder com sustentabilidade aos problemas que persistem. Existe, segundo o Entrevistado 1, um desfasamento significativo entre as necessidades da região e os investimentos das estruturas de promoção turística.

No âmbito desta questão, verificou-se que de entre os Entrevistados, designadamente, o 3 e 4, se mostraram conscientes do Plano elaborado pela CEDRU, identificando precisamente em que consiste, designadamente:

- *“Pretende identificar as potencialidades do aproveitamento turístico geradas;*
- *Caracterizar os diversos elementos que compõem o produto turístico;*
- *Avaliar o potencial de mercado da zona envolvente da Albufeira de Alqueva e outras zonas de intervenção”* (Entrevista 4), acrescentando que *“os resultados deste estudo constituirão subsídios para um Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona do EFMA em articulação com o desenvolvimento sustentado do Alentejo “* (Entrevista 3).

Compreender sociologicamente a inscrição espacial dos novos modelos organizacionais de promoção e de desenvolvimento turístico constitui-se no terceiro objectivo específico deste estudo e nesse sentido, os entrevistados foram questionados quanto à importância do desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regolfo de Alqueva.

Após a análise das informações obtidas, foi possível constatar que para todos os informantes entrevistados os processos de planeamento e de desenvolvimento são complementares e fundamentais para um desenvolvimento sustentável e equilibrado da região. São dois instrumentos fundamentais que se constituem na *"base da promoção turística"*, porque, como refere o Entrevistado 6, *"o que se quer é que o Regolfo de Alqueva não seja mais uma costa litoral, densamente povoada por um fenómeno turístico desordenado e caótico"*. Faz questão de frisar ainda que *"o que se quer é apostar no Turismo de qualidade de contacto estreito com a natureza e com o respeito por essa mesma natureza"* (Entrevista 6), as bandeiras privilegiadas do fenómeno turístico.

Planeamento e Desenvolvimento devem ser encarados como processos inseparáveis e indispensáveis um ao outro. Planear é pensar agora aquilo que pode ser o futuro, um futuro sustentado em pilares que garantam um desenvolvimento equilibrado e igualmente sustentável, em todos os aspectos e vertentes da vida social.

Porque o sector turístico se assume cada vez mais como um dos potenciais vectores de desenvolvimento local, regional e nacional, ele emerge como uma das grandes actividades que necessita de ser planeada, pensando estrategicamente o seu futuro e a sua crescente relevância na afirmação do desenvolvimento local. Como tal, o seu planeamento assume uma importância capital, como salienta o Entrevistado 3, ao contribuir para:

- a) *"afirmar e orientar uma expansão sustentada das actividades turísticas e de lazer na área de influência do EFMA;*
- b) *desencadear sinergias e potenciar complementaridades aos níveis sectorial e territorial;*
- c) *permitir agarrar as capacidades de inovação das actividades turísticas, potenciando a realização de acções com garantia de êxito, articulando transversalmente as que detêm um carácter estruturante;*
- d) *valorizar os diversos espaços considerados estratégicos pelas condições que oferecem;*

para uma "boa" e eficaz dinamização do sector turístico, atendendo sempre às cadeias de oferta e de procura dos turistas que procuram o Alentejo para descansar e passear.

X. Práticas Turísticas Sustentáveis no Regolfo de Alqueva

Tendo por base o segundo objectivo deste estudo, dirigido para a análise dos constrangimentos organizacionais e esquemas de decisão, os informantes entrevistados foram confrontados com duas questões pertinentes direccionadas para o desenvolvimento do sector turístico nos próximos cinco anos e para a adopção de estratégias a implementar em termos de práticas turísticas sustentáveis.

Conforme salienta o Entrevistado 1, *"As estratégias a adoptar terão que ter em conta a integração desta actividade (turística) num projecto de desenvolvimento sustentado, assente na qualificação dos recursos humanos e materiais que permitam a revitalização de algumas actividades tradicionais e a instalação de outras capazes de dinamizar o tecido social, sem pôr em causa o equilíbrio ambiental existente"* (Entrevista 1).

Segundo o Entrevistado 12, as estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis na zona do Regolfo de Alqueva passam essencialmente por:

- *"Atrair capitais;*
- *Fomentar a formação de nível intermédio e superior, e formação complementar de trabalho;*
- *Atrair quadros dinâmicos, que consigam sustentar actividades que sejam mais exigentes ao nível de mão-de-obra;*
- *Apostar na formação profissional;*
- *Melhorar os equipamentos;*
- *Diminuir a burocracia;*
- *Investir no Marketing nacional e internacional;*
- *Diversificar actividades;*
- *Valorizar o Património natural e cultural e o elemento água;*
- *Organizar eventos desportivos e culturais ligados ao Alqueva"* (Entrevista 12).

Alqueva, surge como factor estratégico decisivo na melhoria do débil tecido social e económico da região. Rentabilizar o uso do solo, através de práticas agrícolas

adequadas e ambientalmente sustentáveis, fomentar um associativismo de formato empresarial dinâmico, estimular o investimento e amortecer os seus impactes na estrutura financeira das explorações, favorecer ganhos de valor acrescentado com a transformação dos produtos, enquadrar o esforço promocional e organizar os mais eficientes circuitos de comercialização e distribuição, são algumas das acções a empreender para um adequado e eficaz aproveitamento dos recursos financeiros a afectar às infra-estruturas de captação, transporte e distribuição de água.

Por outro lado, a necessidade de atrair e mobilizar volumes significativos de investimento privado apresenta-se não só como linha estratégica fundamental para o desenvolvimento da região, mas também como forma de maximizar o aproveitamento de financiamento público nacional.

Deste modo, as principais medidas de dinamização, promoção e desenvolvimento do sector turístico num futuro próximo devem incidir, como consideram a generalidade dos Entrevistados, sobre a potenciação da imagem de Alqueva para uma maior dinamização de investimentos turísticos de qualidade conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro nº 17 - Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer um eficaz processo de informação turística, transmitindo para o exterior o potencial turístico local• Transmitir a visibilidade da imagem de Alqueva aos potenciais investidores• Dinamizar investimentos turísticos de qualidade• Dinamizar a água como pólo de atracção turística, promovendo projectos de animação turística• Estar atentos à especulação imobiliária, defendendo a presença moderada de equipamentos turísticos em redor da grande albufeira, procurando não deixar, à partida, margem de manobra às actividades especulativas• Criar zonas de habitação a custos controlados destinados aos residentes locais• Apoiar os investidores turísticos

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Como estratégias a adoptar para a implementação de práticas turísticas sustentáveis no espaço em causa, os informantes entrevistados referiram estas devem incidir preferencialmente sobre o aproveitamento das especificidades turísticas de cada espaço.

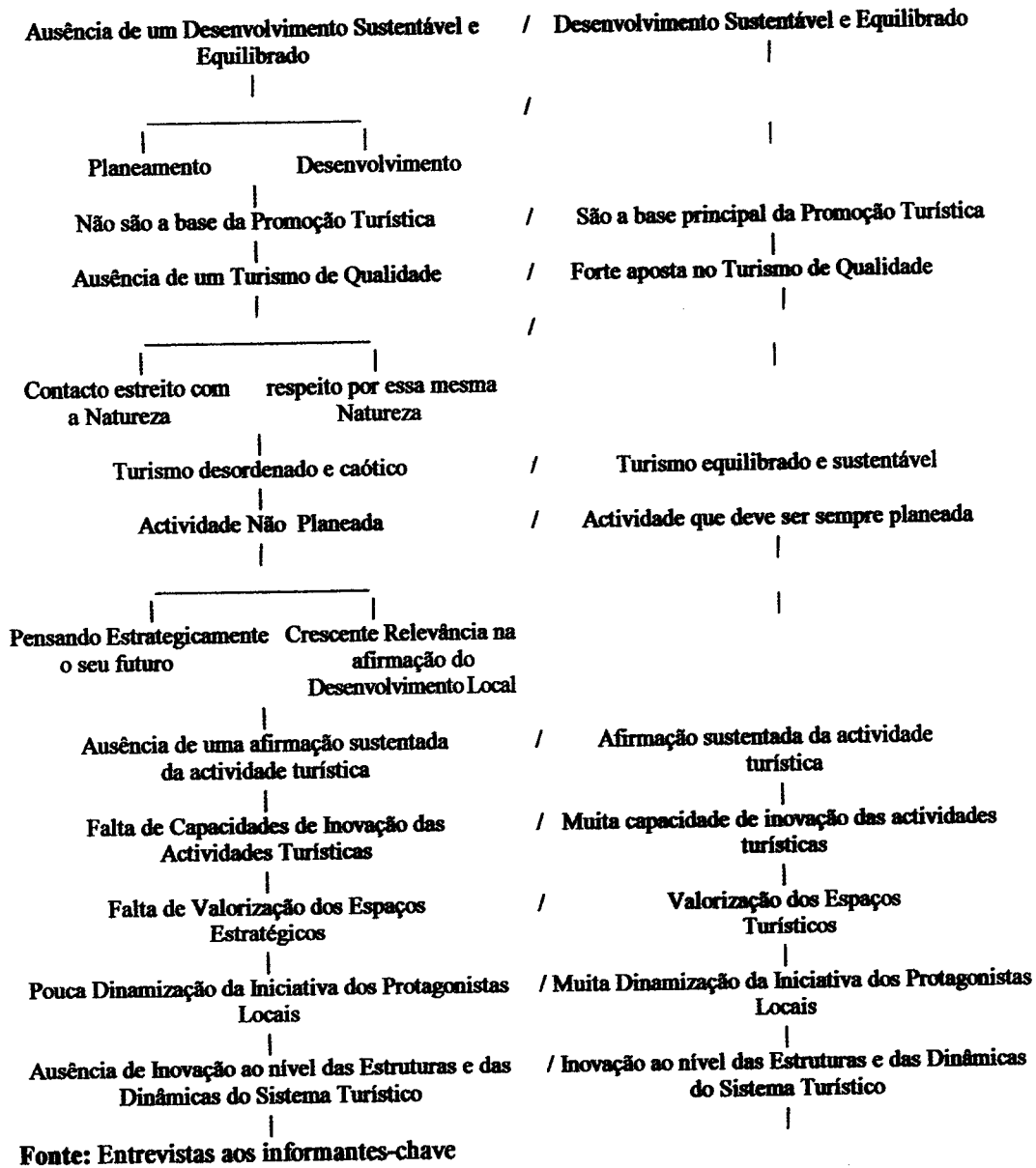
Quadro nº 18 - Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis

- Promover o aproveitamento das especificidades deste território, designadamente nos âmbitos:
 - a) da qualidade ambiental;
 - b) da protecção da natureza;
 - c) da originalidade das paisagens;
 - d) da riqueza dos patrimónios (particularmente o construído);
 - e) a excepcionalidade das artes e ofícios tradicionais;
 - f) a peculiaridade da gastronomia alentejana;
 - g) o carácter original e exótico das tradições populares;
 - h) a beleza própria da imagem de conjunto do Alentejo interior e a extensão de áreas rurais dotadas de condições de fértil desenvolvimento dos turismos rurais, dos turismos activos/desportivos, dos turismos de repouso e dos circuitos turísticos.
- Divulgar a informação turística
- Promover o acompanhamento directo dos processos e dos investimentos turísticos
- Criar estruturas de apoio
- Promover eventos culturais (Feiras e Exposições)
- Desenvolver o turismo em espaço rural e turismo equestre
- Apostar no artesanato local, turismo de aldeia e animação turística
- Promover a dinâmica local.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Em poucas palavras, há que referir que a *“capacidade de atracção e sustentabilidade da actividade turística na região do Regolfo de Alqueva, terá que assentar numa gestão integrada, que promova a qualidade e a diversidade dos serviços, sem perder de vista o desenvolvimento global da região”*, como salienta o Entrevistado 1. Esta deve constituir-se na ideia básica de qualquer procedimento estratégico para a promoção e desenvolvimento dos concelhos do Regolfo de Alqueva.

Esquema nº 5 - Novos Modelos de Promoção e de Desenvolvimento Turístico



Uma Síntese da Análise Estratégica do Regolho de Alqueva e dos Concelhos envolventes

Ao longo do estudo, foram tomando forma e consciência algumas ideias fundamentais, que foi possível referir de forma metódica e organizada. Sabendo que Alqueva pode constituir-se na âncora para a resolução de muitos problemas concelhios e na mola impulsionadora do desenvolvimento sustentado (turístico e não só) do Alentejo, considera-se que será importante apresentar em jeito de síntese de alguns aspectos essenciais, alguns quadros de ameaças/debilidades e de oportunidades/potencialidades da Barragem de Alqueva face aos concelhos envolventes, atendendo à realidade económica e social, em geral, e à realidade turística, em particular, dos cinco concelhos: Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

Os quadros que aparecem de seguida reflectem as várias dimensões do sistema turístico, designadamente, os recursos humanos, recursos patrimoniais e turísticos, infra-estruturas, envolvente económica e empresarial, equipamentos e serviços turísticos e imagem e visibilidade turística, sem as quais o turismo de Alqueva não poderia acontecer. Para um melhor entendimento e percepção das influências do Empreendimento de Alqueva face aos concelhos envolventes, considere-se que seria importante mostrar as duas realidades, isto é, o «antes» e o «depois» da Barragem de Alqueva.

Quadro n° 19 – Dimensão do Sistema Turístico: Recursos Humanos	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none"> • Limitações acentuadas no efectivo dos recursos humanos dos concelhos em estudo, devido ao envelhecimento demográfico, o que se constitui num estrangulamento de mão-de-obra mobilizável para o turismo; • Insuficiente qualificação dos recursos humanos mobilizáveis para o turismo, em geral, e para o Turismo de Alqueva, em particular; • Fraco mercado de trabalho directamente afecto ao sector turístico, o que se constitui num obstáculo à mobilidade profissional e ao desenvolvimento do sector; • Insuficientes políticas de incentivo à fixação de mão-de-obra qualificada nos concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de algumas iniciativas entre instituições públicas e entidades privadas no sentido de potenciar uma maior formação profissional na mão-de-obra jovem do Alentejo, destacando-se as Regiões de Turismo, Associações de Desenvolvimento Local, Centros de Emprego e Autarquias Locais; • A actividade turística promovida por Alqueva vai permitir às populações locais auferir remunerações mais elevadas em relação aos outros sectores de actividade económica, apesar da característica da sazonalidade; • Perante um empreendimento de tanta grandeza, as exigências por parte dos turistas face à qualidade da prestação de serviços são cada vez maiores, o que exige um maior investimento na formação profissional dos recursos humanos afectos ao turismo.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Quadro n° 20 - Dimensão do Sistema Turístico: Recursos Patrimoniais e Turísticos	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida qualidade das águas superficiais em alguns espaços, dificultando o aproveitamento de vários espelhos de água para as práticas turísticas e de lazer; • Fraco controlo ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> • Com a Barragem de Alqueva criar-se-ão condições climáticas mais favoráveis e mais propícias ao desenvolvimento de práticas de agricultura; • Aumentará a procura turística regular, face ao importante valor ambiental e paisagístico que proporcionará; • Recursos paisagísticos agradáveis e muito atractivos; • Existência de importantes recursos para a prática do turismo multiactivo; • Com o aumento fabuloso dos espelhos de água, aumenta o potencial natural para as práticas turísticas e de lazer; • Promoção dos artesanato, da gastronomia e dos vinhos dos concelhos alentejanos; • Alargamento das zonas de caça turística junto dos espelhos de água.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Quadro nº 21 - Dimensão do Sistema Turístico: Infra-Estruturas	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida densidade e desequilíbrios espaciais na cobertura de telecomunicações e fraco domínio das tecnologias da informação; • Fraca rendibilidade económica e funcional das grandes infra-estruturas, contribuindo para a fraca sustentabilidade da água nos concelhos do Alentejo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A construção da Barragem de Alqueva constitui-se assim numa infra-estrutura acrescida para o aproveitamento turístico e desenvolvimento local dos concelhos do Regolfo de Alqueva e também para os restantes concelhos do Alentejo, tendo em conta os espelhos de água que existirão.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Quadro nº 22 - Dimensão do Sistema Turístico: Envoltente Económica e Empresarial	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none"> • Fraca dimensão empresarial em termos de alojamento e de restauração; • Fraca capacidade económica dos concelhos; • Débil tecido empresarial, predominantemente marcado pelas pequenas empresas e com uma diminuta propensão para a cooperação empresarial e a inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com a Barragem de Alqueva vai aumentar a importância da actividade turística no tecido económico dos cinco concelhos em questão; • Vai permitir o melhoramento do desempenho económico a nível concelhio, incentivando à aposta na cooperação empresarial e na inovação.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Quadro nº 23 - Dimensão do Sistema Turístico: Equipamentos e Serviços Turísticos	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none"> • Pouca oferta de determinados segmentos de alojamento hoteleiro e de turismo em espaço rural; • Fraco desenvolvimento de actividades que marcam o imaginário dos turistas sobre os espaços concelhios, nomeadamente, equestre, desportos de aventura e todo-o-terreno; • Fraco desenvolvimento do produto golfe, uma grande actividade potenciadora da actividade turística. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exige uma maior aposta na qualificação da oferta de alojamento hoteleiro; • Exige um maior empreendimento ao nível da formação e qualificação dos recursos humanos do sector turístico; • Incentiva o aparecimento e desenvolvimento de empresas ligadas a actividades turísticas relacionadas com a prática de desportos náuticos e desportos radicais e de aventura.

Fonte: Entrevistas aos informantes-chave

Quadro nº 24 - Dimensão do Sistema Turístico: Imagem e Visibilidade Turística	
Sem a Barragem de Alqueva	Com a Barragem de Alqueva
<ul style="list-style-type: none">• Insuficiente informação turística sobretudo, em termos de interpretação de alguns dos factores de atractividade turística dos concelhos alentejanos;• Existência de algumas deficiências ao nível da rede sinalética de apoio à actividade turística;• Dificuldades de concertação entre os vários emissores de comunicação turística na visibilidade dos concelhos;• Deficiente estruturação das estratégias de marketing, levadas a cabo pelos diversos actores turísticos;• Ausência de uma estratégia de comunicação entre todos os emissores do Alentejo;• Fraco desenvolvimento das tecnologias da informação, sobretudo da INTERNET, na divulgação turística.	<ul style="list-style-type: none">• A participação em eventos e feiras nacionais e internacionais permitirão que a Barragem de Alqueva se torne a grande marca do Alentejo, e muito particularmente, dos concelhos que a rodeiam;• A Barragem de Alqueva funcionará como um logotipo ao qual está associado tudo o que os concelhos de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz possuem de melhor;• Levará as empresas a proceder a uma maior divulgação dos concelhos envolventes com base na marca "Alqueva: o espelho de água", sobretudo por meio da Internet;

Fonte: Entrevistas aos informantes chave

Capítulo 5. - Considerações Finais e Recomendações

A construção da Barragem de Alqueva, que dará origem a uma albufeira com 250 Km² – o maior lago artificial da Europa, irá ter um impacto determinante no desenvolvimento do Alentejo, nomeadamente, nos concelhos da zona envolvente da Barragem. Para além dos vários impactos a nível económico e social, aquele que mais se fará sentir passa predominantemente pela criação de novas oportunidades de aproveitamento turístico, que se constitui numa estratégia a desenvolver na potenciação do desenvolvimento económico e social da região. Significa isto que a Barragem de Alqueva constitui em si mesmo um factor determinante no processo de inovação e progresso do território alentejano, e muito particularmente, dos concelhos da zona envolvente, designadamente, Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

A proximidade dos concelhos da Zona Envolvente de Alqueva, funciona como um forte potencial para o seu desenvolvimento turístico e económico. Com este empreendimento, os concelhos em questão, passarão a ter a possibilidade de articular a sua base económica com a utilização produtiva da água de Alqueva e, as actividades de turismo, lazer e recreio à fruição da grande amplitude do espelho de água e as suas margens.

Consolidando as potencialidades tradicionais dos concelhos envolventes, tais como, o património, o ambiente, a paisagem, a gastronomia e a ruralidade, com as potencialidades que a Barragem de Alqueva proporcionará, o fenómeno turístico constitui-se num sector estratégico no cenário de desenvolvimento da região. As características próprias e específicas das quais os concelhos envolventes são detentores, destacam-se como sendo susceptíveis de aproveitamento no contexto de um processo de desenvolvimento turístico sustentado, capaz de ir ao encontro das tendências actuais da procura turística, uma vez que dispõem de recursos, com grandes capacidades turísticas e com uma forte identidade e imagem de qualidade conhecida no exterior.

Por outras palavras, verifica-se na zona em estudo, a existência de um vasto conjunto de realidades e de potencialidades turísticas de relevante interesse. Aspectos como a sua localização geográfica e fácil acessibilidade, a agradabilidade natural das paisagens, a riqueza do património construído de grande valor cultural e histórico a par da variedade de elementos arqueológicos, a existência de infra-estruturas de alojamento e de restauração, a arquitectura popular típica do Alentejo e a qualidade

gastronómica, ao que acresce a beleza do património etnográfico, traduzem-se em aspectos que potenciam e permitem o desenvolvimento local e, bem assim, o desenvolvimento da actividade turística. Posto isto, pode-se dizer que o sector turístico, nesta zona, tem todos os alicerces para se consolidar com sustentabilidade, quer dizer, promover o turismo sem descuidar os aspectos sócio-culturais da região e em simultâneo, pensar no bem-estar das gerações futuras.

Contudo, é de referir que se verificam nos concelhos da zona envolvente, algumas debilidades ou pontos fracos, que passam pela ausência de serviços e de equipamentos complementares do turismo, muito particularmente, no que respeita a actividades de animação turística, recreativas e dos produtos e serviços relativos à mobilidade dos turistas; insuficiente aposta na formação profissional, sobretudo, no âmbito da formação em turismo; ausência de um sistema de informação aos turistas e um aspecto muito importante, um debilitado e carente recurso a estratégias de planeamento turístico.

Apesar destes constrangimentos político-organizacionais, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, constitui-se numa evidente oportunidade para a reconversão, diversificação e afirmação da base produtiva do Alentejo e muito particularmente, dos concelhos da zona envolvente.

O Turismo de Alqueva, traduz-se num fenómeno social que se insere num contexto de uma emergente renovação de práticas e de políticas de desenvolvimento e de planeamento turístico. Fala-se de um contexto onde a globalização impera, onde a velocidade e o imediatismo dominam todas as esferas da vida social, em que se busca a construção de uma nova noção de desenvolvimento, que abarque todos os aspectos da vida do homem e que concomitantemente, seja capaz de olhar o presente e de pensar o futuro.

A nova realidade turística anseia por um desenvolvimento sustentável que se constitua numa prática igualmente sustentável, isto é, uma prática bem sucedida que tenha como pressuposto base o uso adequado dos recursos ambientais, de tal modo e em ritmos tais que os recursos existentes sejam capazes de se recuperar, que a prática resulte em benefícios sociais com equidade e seja economicamente viável, resultando numa melhor qualidade de vida e atendendo às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.

Neste quadro de redefinição do modelo de desenvolvimento económico e social, a actividade turística surge quase como uma actividade decisiva na consolidação de

um novo cenário, onde se identificam novas estratégias, políticas e práticas que actuam no sentido de um desenvolvimento equilibrado, equitativo e sustentado.

Por outro lado, é inegável a importância económica que o fenómeno turístico tem vindo a assumir nos nossos dias, nomeadamente, em zonas rurais mais desfavorecidas, como é o caso do Alentejo, de um modo geral e dos concelhos do Regolfo de Alqueva, em particular. Traduz-se num sector que tem crescido nos últimos anos de uma forma vertiginosa, gerando inúmeros empregos directos e indirectos e funcionando como fonte de divisas para os núcleos turísticos receptores.

A actividade turística que o fenómeno de Alqueva vem promover no Alentejo, fundamentalmente, junto dos concelhos de Alandroal, Portel, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz, é tida como uma grande expectativa por parte das populações locais, quer ao nível da atracção de turistas, quer ao nível do desenvolvimento económico da região em causa. Tal expectativa passa essencialmente pela criação de postos de trabalho, pela fixação dos jovens na região, pelo aumento da capacidade de investimentos, pelo desenvolvimento de novas actividades turísticas, pela crescente consciencialização para a preservação da natureza, etc. Contudo, e apesar dos diversos benefícios económicos que acarreta, tem também algumas consequências negativas que passam sobretudo pelo meio ambiente e pelo bem-estar social, nomeadamente, a poluição e destruição da natureza, a massificação turística, a invasão de uma identidade tão singular, dos seus costumes, hábitos, valores e tradições.

O crescimento da actividade turística depende e muito, da natureza, que juntamente com a cultura e o património histórico, se traduzem nas matérias-primas mais relevantes da indústria turística, elementos estes que distinguem fortemente o turismo no Alentejo.

Neste sentido, emerge cada vez mais a necessidade premente de se proceder de uma forma pensada, acautelada e sustentável quando estão em causa a identidade, a cultura, os valores e as tradições de povos tão simples, mas ao mesmo tempo tão peculiares e que de um momento para o outro se vêm "invadidos" por um empreendimento de tamanha grandeza: a Barragem de Alqueva. Caso contrário podem ser muito nefastos os impactos nas localidades onde se instale e se desenvolva o fenómeno turístico, decorrentes da sua indevida e mal planeada apropriação dos bens naturais, históricos e culturais dos povos.

A ausência de preocupações e de reflexões do sector terciário da economia, do qual o turismo faz parte, em relação às questões de carácter sócio-ambiental, fez com

que o modelo de desenvolvimento sustentável, já tão debatido e difundido, fosse trazido ao palco das discussões sobre planeamento e desenvolvimento turístico. É urgentemente necessário que o turismo, e neste caso, o Turismo de Alqueva, seja desenvolvido de uma forma o mais ambientalmente responsável e socialmente justa.

Tal como já anteriormente foi referido, a questão do planeamento da actividade turística, enquanto instrumento indispensável a um correcto aproveitamento turístico, surge como um dos aspectos a salientar. Apesar de existirem vários Planos de desenvolvimento e de ordenamento do território para a zona em questão, é de referir que se verificou um certo distanciamento e discordância face às decisões finais entre a Região de Turismo de Évora e as Autarquias que fazem parte da zona envolvente de Alqueva, nomeadamente no que concerne à área de protecção – 500m – enquanto zona prescrita para construção de empreendimentos, definida no POAAP.

Neste sentido, deve-se ter consciência de que o planeamento, enquanto processo global, deve ser o resultado das várias partes e interesses envolvidos. Só assim será possível evitar um planeamento caótico e desordenado da actividade turística, o que pode comprometer em muitos aspectos as localidades onde é praticado, de diversas formas, causando, entre outros, alguns impactos negativos, como é o caso da poluição atmosférica, aquática, sonora, visual, destruição de espécies animais e vegetais nativas, comprometimento no abastecimento de água, energia eléctrica e outros recursos, esgotamento da capacidade de carga dos atractivos naturais, etc.

Foi pois neste sentido que foram organizados e definidos instrumentos de intervenção e de planeamento estratégico da zona do Regolfo de Alqueva, tais como o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva (PROZEA) e o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP), que se vêm constituir em instrumentos imperiosos na definição das linhas orientadoras de uma actuação preventiva e estratégica, no sentido de se garantir e salvaguardar a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território, bem como promover um desenvolvimento económico e social equilibrado da região alentejana, e muito particularmente, dos concelhos que constituem a zona envolvente.

Trata-se de abordagens claramente assentes no conceito de desenvolvimento sustentável ao determinar as capacidades de suporte dos vários sistemas, no sentido de serem asseguradas as necessidades do presente sem por em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Integram simultaneamente, a crescente discussão em torno das novas propostas de desenvolvimento e de

planeamento da nova realidade, em que ressalta a preocupação com a preservação/conservação local e a difusão de práticas mais «ecológicas» ou «sustentáveis».

Apesar de todos os objectivos do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), é de referir que de acordo com a análise da informação recolhida, os autarcas e empresários locais entrevistados, se mostraram insatisfeitos e, de certa forma, contra determinadas decisões, nomeadamente, no que diz respeito à utilização dos 500m, definida como zona de protecção.

No fundo, trata-se de um provável constrangimento face à decisão e à acção estratégica na implementação de políticas e de práticas turísticas no espaço em causa. Se o que se pretende é trabalhar para a promoção de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, então porquê proceder à construção de empreendimentos turísticos nesta zona definida como zona de protecção, quando o que deveria acontecer seria promover práticas turísticas que possibilitem o disfrutar da paisagem natural, através da criação de parques naturais, de merendas, etc., sem por em causa a singularidade da "cultura e da natureza" daquele espaço, já que a maior parte vai ficar submersa.

Outro aspecto muito importante, visivelmente realçado aquando da recolha de informação, e que emerge como essencial na elaboração de qualquer plano de intervenção estratégica, traduz-se no princípio da parceria e da cooperação. Funcionam como duas regras base que devem ser estabelecidas entre diferentes níveis, organizações e interesses, enquanto elementos essenciais de acção em prol da sustentabilidade. A grande tendência é para as várias organizações e organismos locais e regionais deixarem de realizar os seus próprios programas de trabalho de uma forma isolada, passando a ter-se em grande conta os interesses mais amplos do público, ou seja, das populações locais, o que vem fortalecer a ideia de que muitos problemas só podem ser resolvidos através de uma acção coordenada, envolvendo todos os agentes e organismos possíveis.

Atendendo a este prisma, que pugna pelo envolvimento na tomada de decisão e na gestão das organizações e das pessoas, rapidamente se conclui que todas as intervenções a realizar a favor da sustentabilidade, devem antes de mais partir do envolvimento do «que é» e de «quem é» local, pelo que as opções estratégicas a tomar junto de Alqueva devem antes de mais partir do seio da população local.

Denota-se a par desta questão, directamente relacionada com o planeamento da actividade turística na zona do Regolfo de Alqueva, a ausência do estabelecimento de contactos próximos e frequentes entre as Autarquias e agentes locais e a estrutura

regional de Turismo do Alentejo, o que não se enquadra na lógica da sustentabilidade e que poderá funcionar como um provável constrangimento que modela os esquemas de decisão e de acção estratégica na implementação de políticas e de práticas turísticas sustentáveis na zona do Regolfo de Alqueva.

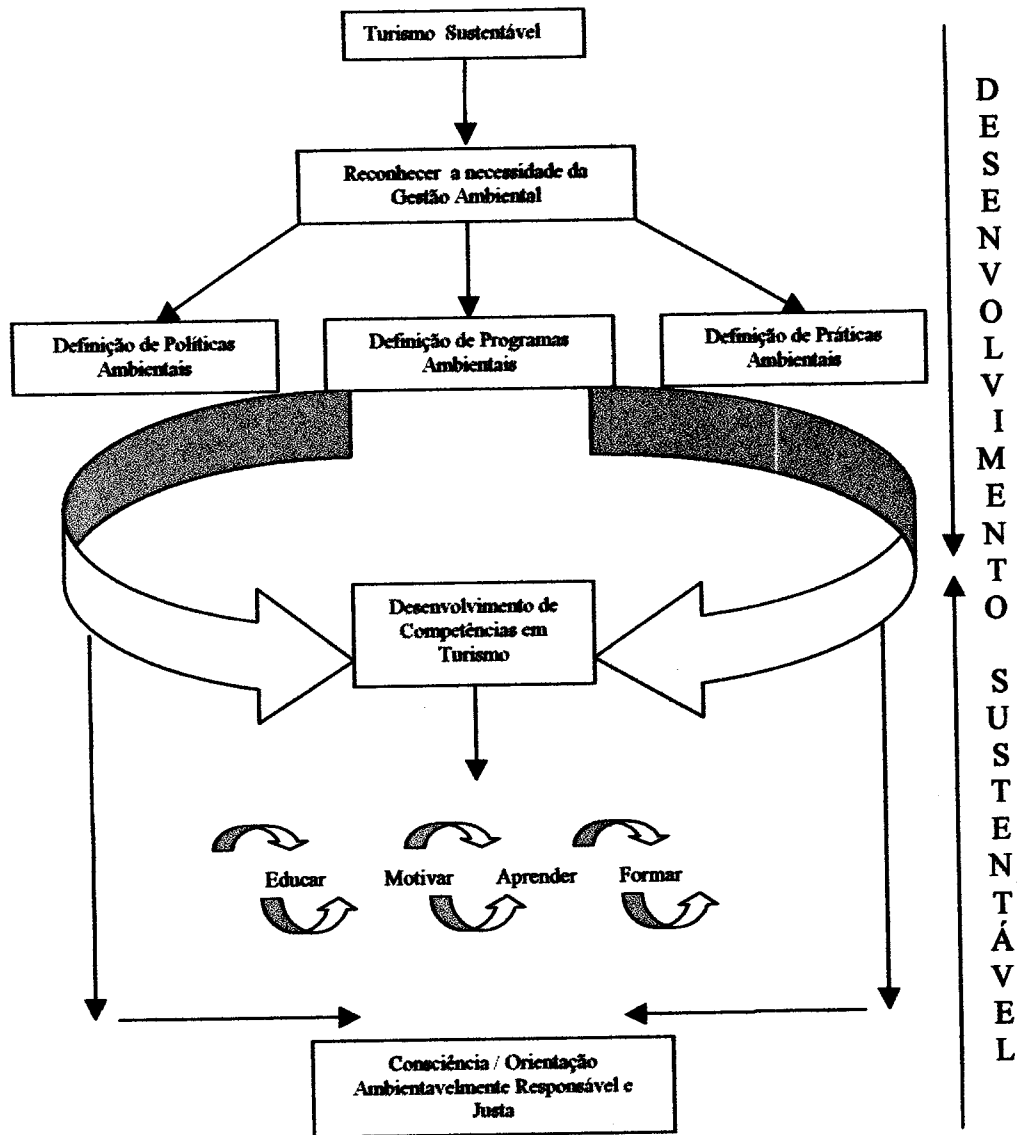
Nesta nova conjuntura, as discussões actuais sobre o processo de desenvolvimento postulam uma série de questões que reforçam os aspectos endógenos em detrimento dos aspectos exógenos, fazendo emergir cada vez mais a preocupação com o ambiental e o local/regional, tanto em termos geográficos como sociais. O espacial é reintroduzido nas reflexões integrando complexos políticos, económicos e sociais e culturais. Exemplo deste processo na actualidade, é a questão da crescente actividade turística envolvendo regiões com fortes características rurais/tradicionais/locais, como acontece com a região do Alentejo, e claro, com os concelhos da zona envolvente, assim como, a crescente circulação de discursos e práticas ecológicas.

É necessário haver um redireccionamento da actividade turística no sentido de ser planeada e executada de forma ambientalmente compatível, caso contrário, dentro de pouco tempo, a capacidade de carga dos atractivos naturais do Alentejo estará esgotada.

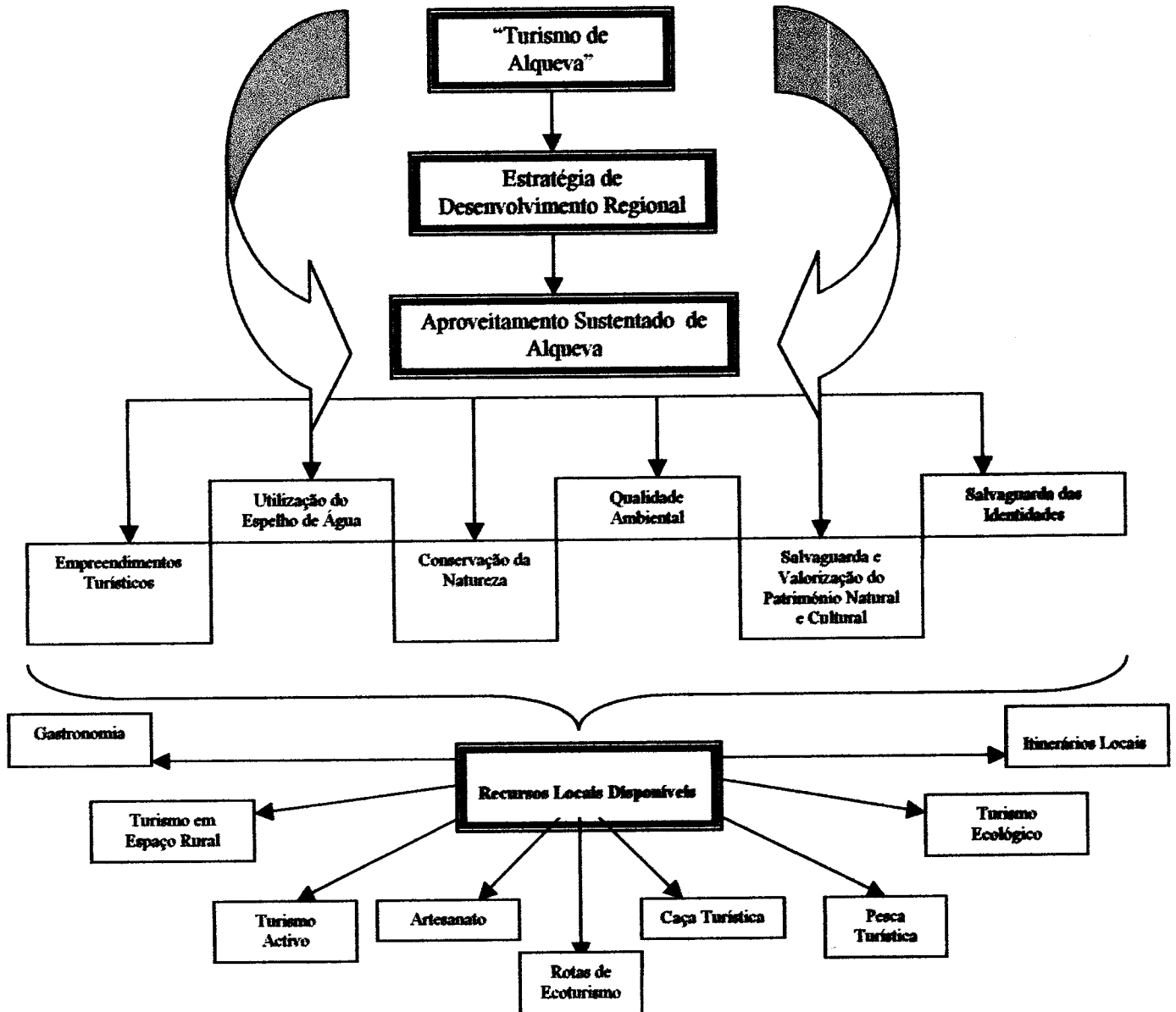
Para um sustentável desenvolvimento do turismo de Alqueva é preciso que tenha na sua base pilares eco-sustentáveis, de forma que este possibilite conciliar os interesses da actividade turística com a urgente necessidade de poupar e preservar os recursos naturais, para que as gerações actuais e também vindouras, tenham uma qualidade de vida, pelo menos, semelhante à que actualmente dispomos, ou melhor.

Não quer dizer com isto que o turismo provoque impactos negativos de ordem sociocultural, económica e ambiental, e que por isso se deve parar imediatamente de fomentá-lo, o que seria um grande absurdo. Os impactos negativos sempre existirão, mesmo que se planeie a actividade tendo sempre em consideração os princípios que regem o crescimento sustentável. O que está ao alcance de ser feito é procurar minimizar tais impactos, procurando envolver e sensibilizar todos os agentes envolvidos no processo, como sejam, os turistas, residentes, empreendedores e autoridades públicas locais. A soma do que cada um vier a fazer, parcialmente e localmente - em nível de cada empresa ou cada município/ região - é que permitirá que o turismo de Alqueva avance em termos de sustentabilidade, como se propõe nos esquemas seguintes.

Esquema n° 6 – O Sistema Turístico no Novo Paradigma: a Sustentabilidade



Esquema nº 7 – Alqueva: Destino Turístico



Postas estas conclusões, podem enunciar-se alguns aspectos que considero importantes e imprescindíveis para o sucesso e sustentabilidade do Turismo de Alqueva, os quais se apresentam em jeito de recomendações. Tais aspectos, passam essencialmente, por dinâmicas estratégicas que possibilitem um desenvolvimento turístico sustentável nos concelhos envolventes; pela adopção de boas práticas para a preservação e a valorização local e, pela dinamização de políticas e práticas turísticas igualmente sustentáveis.

XI.- Dinâmicas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico da Envolvente de Alqueva

Para a promoção de um desenvolvimento turístico equilibrado assente na sustentabilidade local e regional dos concelhos a montante da Barragem de Alqueva, é necessário optar-se por opções estratégicas onde a estrutura do «território turístico» a longo prazo e as mudanças estruturais estejam sempre presentes, assim como todas as variáveis da envolvente genérica e da envolvente regional e sectorial do território e dos concelhos que envolvem Alqueva.

Nesse sentido, apresenta-se de seguida uma matriz de avaliação das especificidades de cada concelho da zona envolvente de Alqueva, em que se verifica que a diversidade de atractivos turísticos se constitui na especificidade mais forte e com mais incidência em ambos os concelhos, ao passo que em termos da especificidade relativa ao campo da promoção e marketing da actividade turística, nomeadamente as acções levadas a cabo pelas Regiões de Turismo e pelas Empresas Locais, se constata uma incidência razoável, pelo que se salienta a necessidade de uma maior intervenção destas entidades no domínio da promoção turística.

Quadro nº 25 - Avaliação das especificidades de cada concelho da Zona Envolvente de Alqueva

Especificidades a potenciar	Alandroal	Moura	Mourão	Portel	Reguengos de Monsaraz
❖ Diversidade de Atractivos Turísticos	***	***	***	***	***
❖ Identificação de uma dinâmica crescente de investimentos no sector do turismo	**	**	**	**	***
❖ Disponibilidade de alojamento turístico, com uma tipologia diferenciada	**	**	**	**	**
❖ Razoável oferta de serviços de restauração e similares (gastronomia tradicionalmente alentejana)	**	**	**	**	***
❖ Meios de animação recreativa, cultural e desportiva	**	**	**	**	**
❖ Disponibilidade de uma rede mínima de infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade turística	**	**	**	**	**
❖ Potencial de desenvolvimento de diversos produtos turísticos, com a oferta de novos turismos	**	**	**	**	***
❖ Benefícios decorrentes da experiência já desenvolvida no campo do marketing e promoção do turismo (Regiões de Turismo e Empresas)	*	*	*	*	*

Legenda: Nível de Incidência

*** Muito forte

** Forte

* Razoável

Os pontos fortes anteriormente referidos ao nível de cada concelho da zona envolvente do Regolfo de Alqueva, atendendo às especificidades de cada concelho, constituem-se em potenciais alavancas de desenvolvimento turístico, oportunidades de afirmação de novos produtos e de novos espaços turísticos, como é possível observar no quadro seguinte. As oportunidades a potenciar, atendendo às características de cada concelhos e às especificidades que possuem em termos turísticos, passam essencialmente pelo crescimento do segmento de *short-breaks*, assim como pelo crescimento de circuitos urbanos, culturais e temáticos.

Quadro nº 26 - Oportunidades a potenciar nos Concelhos da Zona Envolvente de Alqueva

Oportunidades a potenciar	Alandroal	Moura	Mourão	Portel	Reguengos de Monsaraz
❖ Proximidade de grandes mercados emissores	**	**	**	**	**
❖ Crescimento do segmento <i>short-breaks</i>	***	***	***	***	***
❖ Crescimento do segmento golfe	**	**	**	**	**
❖ Crescimento da procura de actividades de ar livre	**	**	**	**	**
❖ Crescimento de circuitos urbanos e culturais e temáticos	***	***	***	***	***
❖ Crescimento do segmento natureza e paisagem	**	**	**	**	**
❖ Crescimento do Turismo em espaço rural	**	**	**	**	**
❖ Melhoria das acessibilidades e transportes	**	**	**	**	**

Legenda: Nível de Incidência

- *** Muito forte
- ** Forte
- * Razoável

É preciso ter ainda em conta que para o desenvolvimento dos sistema turístico regional três elementos emergem como fundamentais, enquanto factores estratégicos, os quais se traduzem de um modo simples:

- na implantação de empreendimentos turísticos e de lazer;
- no uso do plano de água;
- e, na valorização do património cultural e natural.

As opções estratégicas devem por outro lado respeitar, para um correcto e adequado aproveitamento e desenvolvimento turístico, sem por em causa a identidade cultural e a qualidade ambiental da região, e directamente, dos concelhos envolventes,

determinados aspectos que a complexidade do fenómeno do Empreendimento de Alqueva envolve, que passam:

- pela conservação da natureza;
- pela qualidade ambiental;
- pela salvaguarda da identidade patrimonial e histórico-cultural;
- e, pela distinção, com identidade própria, dos produtos turísticos e da sua qualidade.

Perante estas opções estratégicas é necessário proceder-se a uma avaliação de determinados aspectos considerados relevantes, os quais passam pela adequabilidade do investimento ao público alvo, área geográfica de intervenção, situação sócio-económica, pelo nível da viabilidade dos recursos humanos e técnicos e das actividades programadas, quer ainda pela provável equidade externa (*empowerment*, igualdade de oportunidades, empregabilidade, vantagens e benefícios sociais e aprendizagem ao longo da vida).

Quadro nº 27 - Avaliação Estratégica dos Concelhos da Zona Envoltente do Regolfo de Alqueva

Questões problemáticas						
Características	Indicadores de verificação	Alandroal	Moura	Mourão	Portel	Reguengos de Monsaraz
Adequabilidade	Público-alvo	**	**	**	**	**
	Área geográfica	*	*	*	*	*
	Contexto sócio-económico	*	*	*	*	*
Pertinência	Fundamentos, objectivos e metodologias	**	*	**	**	**
	Mudanças esperadas	**	**	**	**	**
	Práticas de divulgação do turismo local	*	*	*	*	*
Viabilidade	Recursos humanos / técnicos	*	*	*	*	*
	Actividades prospectivas	*	*	*	*	*
	Infra-estruturas de apoio	*	*	*	*	*
Provável eficiência externa	Desenvolvimento de competências dos agentes locais	**	**	**	**	**
Provável eficácia externa	Reforço das parcerias	*	*	*	*	*
	Qualidade das práticas turísticas	*	*	*	*	*
Provável equidade externa	Empowerment	*	*	*	*	*
	Igualdade de oportunidades	*	*	*	*	*
	Empregabilidade	**	**	**	**	**
	Vantagens e benefícios sociais	*	*	*	*	*
	Aprendizagem ao longo da vida	*	*	*	*	*

Legenda:

- **** (muito problemático)
- *** (problemático)
- ** (moderadamente problemático)
- * (não problemático)

XII.- Boas Práticas para a Preservação e a Valorização Local

Valorização dos Produtos Turísticos Estratégicos de Alqueva

Consolidar, fomentar e acelerar o processo de diversificação dos produtos turísticos deve constituir-se numa das grandes apostas para a valorização dos produtos turísticos dos concelhos do Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, tendo por base a potenciação da imagem turística promovida pela Albufeira de Alqueva.

As cadeias de produtos turísticos de que dispõem estes concelhos, e mais ainda com a existência de Alqueva, constituem-se em produtos estruturantes de grande competitividade e alcance estratégico, com grande e imediata capacidade de desenvolvimento e de sustentação local, económica e socialmente.

Desta forma, detêm um posicionamento vital no desenvolvimento do tecido turístico dos concelhos da zona envolvente de Alqueva, os seguintes produtos:

Matriz de Produtos Turísticos a potenciar nos concelhos de Alqueva	Alandroal	Moura	Mourão	Portel	Reguengos de Monsaraz
☀ Turismo de Sol, Mar e Praia	**	**	**	**	**
☀ Turismo em Espaço Rural	***	***	***	***	***
☀ Turismo Cultural Urbano	**	**	**	**	**
☀ Turismo de Natureza e Paisagem	***	***	***	***	***
☀ “Touring” Cultural e de Descoberta (Turismo Histórico e Arqueológico)	**	**	**	**	**
☀ Enoturismo	**	**	**	**	**
☀ Turismo de Golfe	**	**	**	**	**
☀ Turismo de Multiactividades de Ar Livre (Turismo Náutico)	*	*	*	*	*
☀ Turismo Equestre	*	*	*	*	*
☀ Turismo Cinegético	**	**	**	**	**
☀ <i>Short Breaks</i>	*	*	*	*	*
☀ Turismo de Eventos	*	*	*	*	*

Legenda: Nível de Incidência

*** Muito forte

** Forte

* Razoável

Para cada um dos Produtos Turísticos anteriormente referidos, propõem-se as seguintes orientações estratégicas a desenvolver em cada concelho, designadamente:

Orientações para o Turismo de Sol, Praia e Mar

- Qualificar e aumentar a oferta de alojamento
- Difundir a imagem do Sol do Alentejo
- Qualificar e reforçar a oferta de equipamentos e serviços de restauração, desporto, lazer e animação nas praias
- Promover eventos de animação das praias e estâncias balneares
- Valorizar a paisagem natural
- Preservar, promover e valorizar os atributos patrimoniais, ambientais e paisagísticos

Orientações para o Turismo em Espaço Rural

- Qualificar e aumentar a oferta de alojamento em espaço rurais
- Qualificar e reforçar a oferta de equipamentos e serviços de restauração, desporto, lazer e animação
- Desenvolver as práticas rurais e culturais tradicionais
- Aproveitar casas restauradas para alojamento, o que se constitui num factor de diferenciação e de autenticidade
- Promover os elementos singulares que apresentem maior atractividade turística
- Criar condições de preservação, promoção e valorização dos atributos patrimoniais, ambientais e paisagísticos dos espaços rurais
- Desenvolver e promover nacional e internacionalmente o Turismo de Aldeia
- Promover a componente ligada à educação ambiental e rural
- Promover o artesanato
- Promover a gastronomia

Orientações para o Turismo Cultural e Urbano

- Promover a recuperação patrimonial e edificada e dos elementos singulares com maior atractividade turística
- Promover os centros históricos e os locais de grande concentração monumental
- Prosseguir o esforço de requalificação patrimonial

Orientações para o Turismo de Natureza e Paisagem

- Promover a “identidade” da Natureza e da paisagem própria do Alentejo, com base em condições sustentadas e sustentáveis
- Reforçar a oferta de alojamento e serviços de apoio ao turismo de natureza e paisagem
- Promover percursos de interesse paisagístico e natural
- Reforçar a articulação com o turismo rural, turismo equestre e turismo activo
- Valorizar o património florestal, florístico e faunístico das áreas protegidas
- Desenvolver e implementar sistemas de defesa e de protecção ambiental

Orientações para o “Touring” Cultural e de Descoberta

- Promover a revitalização social e económica e a animação cultural
- Reforçar a oferta de eventos e de animação cultural e turística
- Desenvolver redes de circuitos assentes em temáticas características da oferta turística alentejana
- Criar e desenvolver instrumentos de promoção, divulgação e marketing dos produtos turísticos

Orientações para o Enoturismo

- Promover a imagem do enoturismo alentejano
- Desenvolver as Rotas do Vinho do Alentejo
- Conceber e desenvolver acções de divulgação e de promoção do Enoturismo do Alentejo
- Mobilizar os grande produtores vinícolas para acções de divulgação
- Criar o Museu dos Vinhos Alentejanos

Orientações para o Turismo de Golfe

- Promover a afirmação do espaço alentejano como um destino de golfe de grande qualidade
- Potenciar Alqueva como um território de produtos turísticos de golfe
- Apoiar iniciativas de construção de campos de golfe
- Promover a construção de campos de golfe
- Mobilizar os vários promotores de golfe

Orientações para o Turismo de Multiactividades de Ar Livre

- Promover o Alentejo como um espaço competitivo do Turismo Activo
- Visibilizar o sol, o mar e a praia
- Apoiar e dinamizar actividades ao ar livre
- Criar espaços de recreio
- Criar condições de fruição turística e de promoção dos espalhos de água de Alqueva
- Incentivar a animação turística e a actividade piscatória, desportos náuticos, mergulho, mota-de-água, surf, canoagem, remo
- Promover a realização de provas internacionais desportivas
- Articular actividades com o Turismo de Natureza, Cultura, de Sol e Mar, Rural, de Paisagem

Orientações para o Turismo Equestre

- Promover a prática equestre a nível nacional e internacional
- Incentivar a prática equestre nos níveis etários mais jovens
- Divulgar a sua beleza e espontaneidade
- Promover concursos de Turismo Equestre

Orientações para o Turismo Cinegético

- Afirmar o espaço alentejano como um destino atractivo de turismo cinegético
- Promover acções de divulgação do turismo cinegético

Orientações para o Turismo de *Short Breaks*

- Promover as viagens de *Short Breaks* enquanto produto turístico com a sua autonomia e especificidade
- Promover acções que motivem a sua prática
- Desenvolver eventos culturais, desportivos e recreativos que incentivem diferentes públicos-alvo
- Desenvolver articulações com o turismo de Ambiente, de Natureza, Cultural, Rural, Equestre, Gastronómico, Cinegético

Orientações para o Turismo de Eventos

- Promover a realização de eventos culturais, feiras, exposições que divulguem a imagem do Alentejo associando esta região às suas características tão peculiares a à Albufeira de Alqueva.
- Promover a identidade cultural e tradicional

Orientações para o Turismo de Saúde

- Criar condições e infra-estruturas próprias para as necessidades dos turistas locais mas também para os turistas internacionais

Orientações para o Turismo de Negócios e Reuniões

- Promover o contacto entre culturas e tradições, hábitos e modos de sobrevivência apelando para as especificidades sociais e económicas de cada local/região/país

Orientações para o Turismo Gastronómico

- Divulgar e promover a gastronomia peculiar e única da mesa alentejana
- Fazer marketing dos sabores e dos vinhos do espaço Alentejano

XIII.- Repensar as Políticas e Práticas do Turismo no Regolfo de Alqueva

Alqueva, em toda a sua invulgar dimensão e complexa funcionalidade, é um instrumento de estruturação de uma nova realidade económica e social para o Alentejo, mais dinâmica e competitiva, procurando sobretudo promover alterações de longo prazo que sustentem o desenvolvimento.

Falar do Regolfo de Alqueva e da zona envolvente, implica falar de aspectos sócio-espaciais muito singulares que se constituem num dos potenciais pólos de atracção turística regional, nacional e internacional. Neste sentido emerge a necessidade de serem pensados e planeados todo um conjunto de regras e de mecanismos que ao permitirem a sua regulação garantam a sua organização sustentada.

Como acontece em todos os processo de planeamento, o planeamento do turismo do Regolfo de Alqueva tem que ter por base todos os aspectos sociais, económicos, demográficos, assim como as forças e ameaças, potencialidades e debilidades que sustentam cada realidade. Na verdade, o Regolfo de Alqueva prospectiva-se como um instrumento para potenciar os recursos turísticos dos concelhos envolventes, aproveitando a imagem que Alqueva transmitirá na defesa da qualidade das ofertas e dos recursos locais.

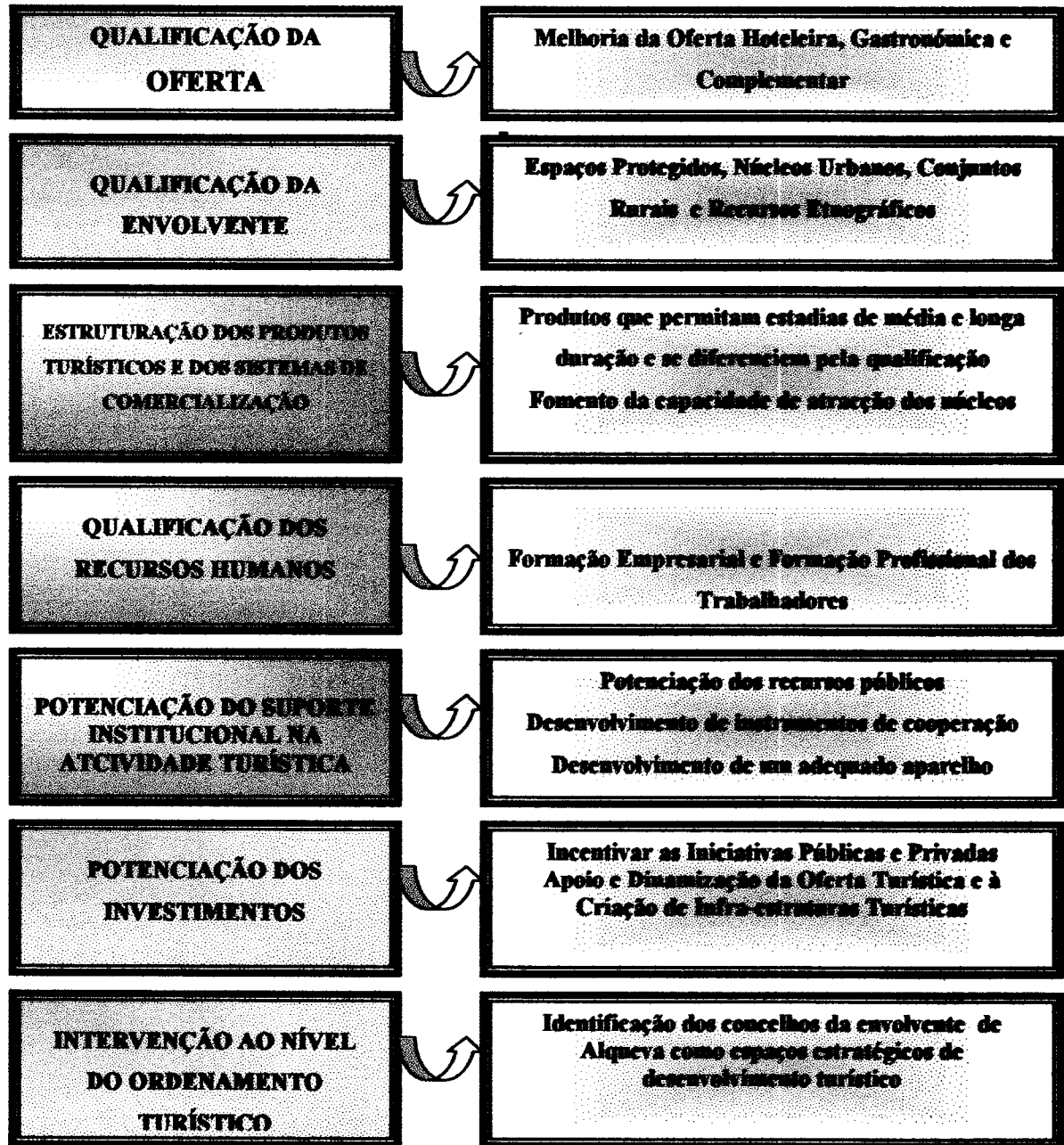
Como tal importa conceptualizar um plano estratégico de desenvolvimento turístico que, para além das empresas de hotelaria e de restauração, de operadores turísticos, exija o envolvimento dos actores e dos promotores locais, ou seja, Regiões de Turismo, Câmaras Municipais e Associações de Desenvolvimento Local. Só assim será possível obter-se um planeamento sustentável que permita salvaguardar o equilíbrio do espaço em causa.

Para além destes pontos de referência, acresce ainda uma outra questão que se prende com formação dos actores/profissionais que mantêm a dinamização do sector turístico, sendo de ressalvar que devem ser desenvolvidos esforços nesse sentido.

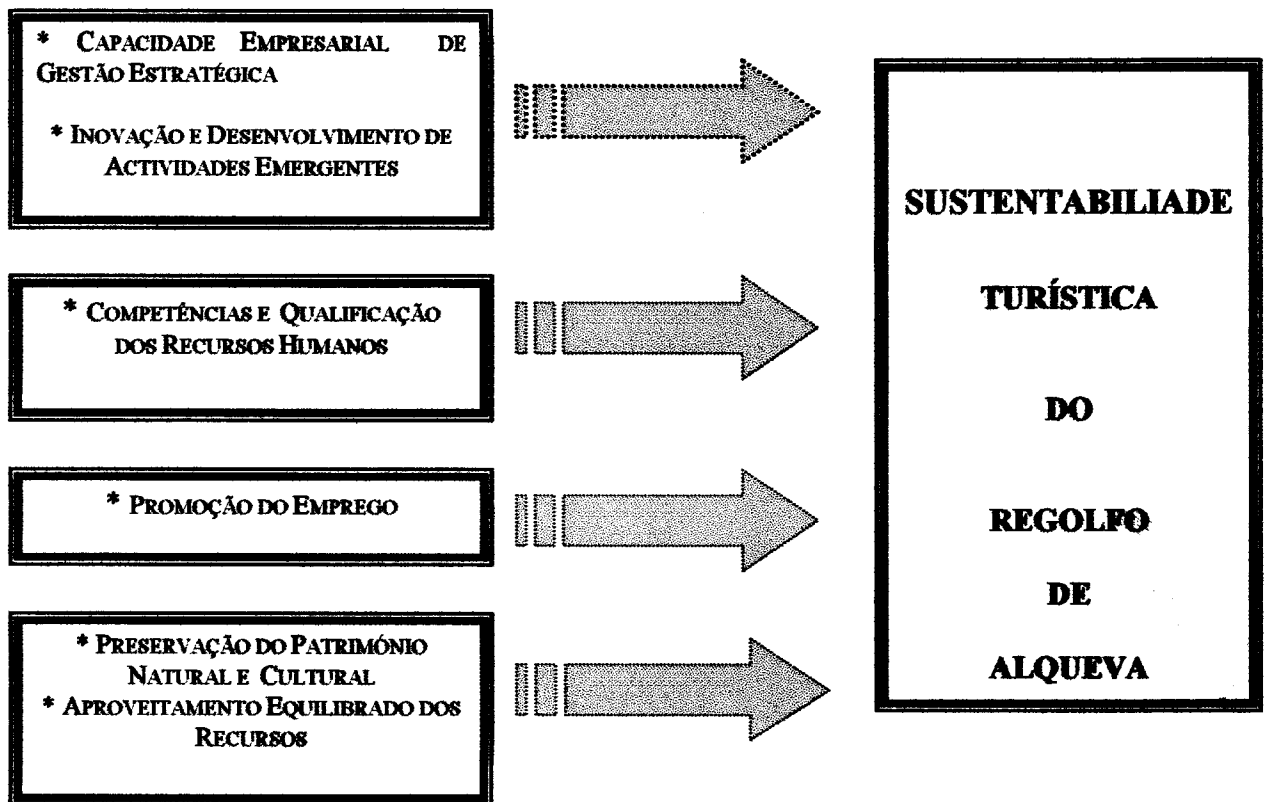
Efectivamente, estabelecer linhas estratégicas de actuação constitui-se no passo principal para a viabilização do sistema turístico do Regolfo de Alqueva e bem assim, dos concelhos envolventes, tendo sempre em atenção os mecanismos de mudança e de regulação das ofertas turísticas.

Propõe-se de seguida dois esquemas de intervenção dirigidos para o desenvolvimento harmonioso, integrado e sustentável do Regolfo e dos concelhos envolventes.

Esquema nº 8 - Implementação de Acções para Promoção do Turismo de Alqueva



Esquema nº 9 - Pilares Estratégicos de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo de Alqueva



6. Referências Bibliográficas

AMARO, Rogério R. (1990). *"Desenvolvimento e injustiça estrutural"*, in *Communio*, nº 5, Set-Out de 1990, pp. 448-459.

AMARO, Rogério R. (1990), *"O 'Puzzle' Territorial dos Anos 90"*, in *Vértice*; 33, pp. 39-48.

ANDERSON, Perry. (1999). *As Origens da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Anuário Estatístico da Região do Alentejo (2001)

BAPTISTA, Mário. (1997). *Turismo – Competitividade Sustentável*, Lisboa: Verbo.

BARDIN, Laurence. (1977). *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

BARRETO, Margarida. (1996). *Planejamento e Organização em Turismo*, Campinas, São Paulo: Papyrus.

BAUMAN, Z. (1998). *O Mal-Estar da Pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BELL, Judit. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

BRADBURY, Malcolm e MCFARLANE, James. (1989). *Modernismo (Guia geral: 1890-1930)*, Companhia das Letras, São Paulo.

BRANCA, Carla Lã. (2000). *Turismo de Aldeia e Desenvolvimento Local. Estudo de Caso no Alentejo*, Évora, Universidade de Évora.

BURRELL, G. e COOPER. (1988). *Modernism, Postmodernism and Organization Analysis: an Introduction*, Organization Studies.

CAPUCHA, L.M.A. (1996). *Fazer Render o Belo – Questões à Volta do Turismo e do Desenvolvimento em Zonas Rurais Recuadas*, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29-46.

CARDOSO, António Maria Ferreira. (2001). *Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Áreas Rurais*, 1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

CROZIER, M. e FRIEDBERG. E. (1977). *L'acteur et le système : les contraintes de l'action collective*, Paris, ED. Seuil.

EAGLETON, T. (1998). *As Ilusões do Pós-Modernismo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar (orig. 1996).

FERREIRA, Edson. (1993). *O Mundo Contemporâneo*, São Paulo, Núcleo.

FRIEDBERG, Erhard (1995). *Importância da Estratégia de Mudança, O poder e a regra – dinâmicas da acção organizada*, Lisboa: Instituto Piaget.

FRIEDMAN, Jonathan. (1999). *Ser no Mundo: Globalização e Localização*, in *Feathrstone (org)*. Cultura Global. 3.ed. Petrópolis: Vozes, p.329-348.

FROEHLICH, José M. et al. (s.d.). *O Turismo Rural e as Transformações do Espaço Agrário*.

FURTADO, Celso. (1971). *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*, Edições Dom Quixote, Lisboa.

GARRIDO, Ana Urmeneta (s.d), *Analisis Estructural de contenido: una aproximacion sociologica al texto*, Comunicação apresentada no Congresso de Sociologia Espanhola.

GASTAL, Susana. (2001). *Turismo na Pós-Modernidade: Agregando Imaginários*.

GIDDENS, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, EDUNESP.

GIDDENS, A. (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Portugal: Celta Editora.

GODET, Michel. (2000). *La Caja de Herramientas de la Prospectiva Estratégica*, 4ª Edição, Gerpa.

GUERRA, Isabel C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, 1ª Edição, Cascais: Principia.

HALL, Stuart. (2000). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 4ª Edição, Rio de Janeiro, DP&A Editora.

HARVEY, David. (1990). *A Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, Edições Loyola, São Paulo.

HELLER, A. & FEHÉR. F. (1989). *Políticas de la Post-Modernidad. Ensayos de Crítica Cultural*, Barcelona, Península.

HELLER, A. & FEHÉR. F. (1998). *A Condição Política Pós-Moderna*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JAMESON, Fredric. (1994). *Espaço e Imagem (Teorias do pós-moderno e outros ensaios)*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

LEÃO, Laura. (1997). *Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*, Edição: ESDIME, Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste.

LEMERT, Charles. (2000). *Pós-Modernismo não é o que você pensa*, Edições Loyola.

LYOTARD, J.F. (1993). *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro, José Olímpio.

MINTZBERG, H. (1994). *Grandeur et décadence de la planification stratégique*, Paris, Dunod.

MUSSE, Ricardo. (2001). *A equação da pós-modernidade*, São Paulo: Folha de São Paulo, 15 de Abril .

OLIVEIRA, Djalma P. Reboucas. (1994). *Planejamento Estratégico*, São Paulo, Atlas.

PEDROZO, Eugénio Avila et al. (s.d.). *O Desenvolvimento Sustentável, a Abordagem Sistémica e as Organizações*.

PEIXOTO, M. G. (1998). *A Condição Política na Pós-Modernidade: a Questão da Democracia*, São Paulo, EDUC/FAPESP.

Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, CEDRU / MUNDIPRAXIS (2000).

PONTE, João Pedro da. (s.d.). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação Matemática*, Universidade de Lisboa.

QUIVY, Raymond et al. (1995). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Grádiva Publicações.

RAMOS, Francisco M. e MARÚJO, Maria Noémi (Coords.) (2001). *Os Caminhos do Desenvolvimento*, Associação de Defesa do Interesses de Monsaraz, Separata do "Porta da Vila".

RAMOS, Francisco Martins e SILVA, Carlos Alberto da. (Coords.), (2001). *Turismo na Zona do Regolfo de Alqueva. Estudo de Caso*. Programa PEDIZA, Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

RAMOS, Francisco Martins. (1996). *Textos Antropológicos*, Monsaraz, ADIM.

REJOWSKI, Mirian. (1996). *Turismo e Pesquisa Científica*, Campinas, São Paulo: Papirus.

RUSCHMAN, Doris. (1997). *Turismo e Planejamento Sustentável*, Campinas, São Paulo: Papirus.

SANTANA, Augustain. (1997). *Antropologia y Turismo? Nuevas Hordas, Viejas Culturas?*, Textos Explicativos, Barcelona: Editorial Ariel.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1996). *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

SILVA, A. Santos; PINTO, J. Madureira. (1990). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, Carlos Alberto da. (2002). *Estudo de Caso Aplicado à Avaliação em Tecnologias da Saúde*, Conferência SINDITE, Lisboa.

SIMÕES, M^a. de Lourdes Netto. (1998). *Turismo Cultural e Sustentabilidade: exemplo da região do sul do estado da Bahia*, Brasil. Revista do Centro de Estudos Portugueses, Ilhéus: Editus, p.119-127.

SIQUEIRA, Holgonsi. (2001). *Intensidade e descontrolo dos fluxos na Pós-Modernidade*, Publicado no Jornal "A Razão", 25 de Outubro.

TEIXEIRA, Alessandra. (s.d.). *Turismo Sustentável: Mito ou Realidade?*

TONELLI, Maria José e ALCADIPANI, Rafael. (s.d.). *Organizações pós-modernas: uma discussão sobre as novas competências requeridas aos gestores e a maquiagem do self*.

URRY, J. (1996). *O olhar do turista*. São Paulo: Nobel.

YIN, Robert K. (1994). *Case Study Research. Design and Methods*, London: Sage Publications.

http://www.adm.ua.pt/legua/EstatisticasINE_3Trimestre.htm

<http://www.ine.pt>

<http://www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp>

<http://www.alentejodigital.pt/jfreguengos/historial.htm>

<http://www.alentejodigital.pt/alandroal/loc1.htm>

<http://www.alentejodigital.pt/moura/>

<http://www.alentejodigital.pt/mourao>

<http://www.alentejodigital.pt/portel/>

http://www.edia.pt/Empresa_de_Desenvolvimento_e_I/EFMA/efma.html

ANEXOS

ANEXO I

Grelhas de Análise das Entrevistas

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DADEMS/ENSÕES

1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva

ENTREVISTA 1

Impactos:

- O fenómeno turístico, desde que acuciada a natureza e dimensão dos empreendimentos, terá (está a ter) impactos positivos no desenvolvimento do Cotoeiro. Temos todavia a noção de que o futuro das populações não poderá estar comprometido apenas com a actividade turística.

Potencialidades:

- Potencialidades serão diversificadas. A diversidade pode gerar novas potencialidades se aproveitadas as sinergias existentes e é esse o objectivo da recém criada Gestaqueva, S.A., envolvendo os Municípios do Regofo e a EDIA.

✓ **Turismo Cultural** ; aproveitando os valores expressos no artesanato, no património histórico , arquitectónico (Castelos de Alandroal, Terena e Juromenha) e os sítios arqueológicos, onde o Templo ao Deus Endovélico assume particular relevo,

✓ **Turismo de Natureza e Lazer**: ligado à fruição do ambiente rural no seu estado puro, com nichos de potencial para os desportos de caça, pesca, de aventura, ou outros ligados à fruição do lençol de água.

Debilidade:

- As debilidades são essencialmente de carácter estrutural. O Conselho é claramente deficitário ao nível das infra-estruturas de acolhimento, sendo a falta de alojamento a carência mais significativa.

- No âmbito das estruturas de saúde e das redes tecnológicas (energia, comunicações e transportes) é também necessário um investimento significativo.

- A rede viária não é, em regra, um problema mas, as telecomunicações são claramente deficitárias face às regiões do litoral (a título de exemplo, só a partir de 2004 a Portugal Telecom prevê a disponibilização da tecnologia ADSL para o Alandroal).

Planeamento da Actividade Turística:

- Não há, inclusivé, entrosamento e complementaridade entre os planos e investimentos das subarquias com a estrutura regional do turismo.

Envolvimento:

- A intervenção da autarquia na área do turismo foi, durante muitos anos, praticamente nula (o posto de informação ao turista tem apenas 5 anos). Alguns (poucos) investidores privados investiram na área do alojamento e da restauração de qualidade, não existindo contudo qualquer organização local para este sector.

2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão

Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:

- A par dos estudos solicitados pela já citada Gestaqueva, S.A., a Câmara Municipal de Alandroal tem em preparação um Plano de Acção Turístico que permita promover e apoiar o desenvolvimento desta actividade.

Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:

- As estratégias a adoptar terão que ter em conta a integração desta actividade num projecto de desenvolvimento sustentado, assente na qualificação dos recursos humanos e materiais que permitam a revitalização de algumas actividades tradicionais e a instalação de outras capazes de dinamizar o tecido social, sem pôr em causa o equilíbrio ambiental existente.

3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento

Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regofo de Alqueva:

- A capacidade de atracção e sustentabilidade da actividade turística na região do Regofo de Alqueva, terá que assentar numa gestão integrada, que promova a qualidade e a diversidade dos serviços, sem perder de vista o desenvolvimento global da região.

Câmara Municipal do Alandroal

Grêlha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

ENTREVISTA 2	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Desporto	3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
<p>Impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há diversos tipos de impactos: positivos e negativos. - Estamos a falar do fenómeno de Alqueva numa perspectiva turística que é condicionada pela fase de construção da Barragem, em que há aspectos negativos que têm maior relevância - Quando se constrói uma obra deste tipo, existem conceitos que são mais prejudicados em termos de degradação das estradas, das acessibilidades das povoações quando passam os equipamentos pesados. Estamos numa fase que é fase menos simpática da obra - Mas há uma expectativa positiva e uma grande esperança de Alqueva vir a alterar alguma em Conceitos do interior do Alentejo - A vertente mediativa da Barragem foi a vertente agrícola - No caso de Portel, não dissociando a vertente agrícola, a expectativa é mais no âmbito florestal, dada a riqueza em montados de sobreiros e de azinheiras e, também em termos patrimoniais e ambientais. - Vai possibilitar o aumento do emprego ao nível da energia, do regadio, estações elevatórias, canais, etc. Portanto, há uma série de mão-de-obra que vai ser necessária - Para isso é preciso haver uma grande concertação entre poder local, poder central e poder privado - Há uma fase necessária de coordenação e uma fase em que os investidores aparecem - Com a colaboração das Autarquias e do Poder Central, das Associações Locais, certamente que estará feito o caminho para o desenvolvimento do nosso Concelho <p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As principais potencialidades são os nossos valores, quer sejam eles em termos ambientais, arquitectónicos, culturais, quer em termos de artesanato e dos nossos produtos de qualidade - Neste momento a imagem do Alentejo está associada à qualidade - Quando falamos do Alentejo falamos de bons enchidos, de bom porco preto, de bom mel, de bos lenha. Se conseguirmos preservar todos estes valores é uma grande potencialidade - Outra atractividade para os turistas é o facto de existirem serviços de água, praias fluviais, ancoradouro, etc. <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecido económico extremamente fraco e débil - É difícil encontrar dentro da própria região investidores, o que significa que vamos estar dependentes de quem procura o Alentejo para investir <p>Planeamento das Actividades Turísticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem sido alvo de muitas opiniões e de muitas críticas - Estamos num nível de Planeamento muito melhor do que se não tivéssemos Planeamento, apesar de não estarmos totalmente de acordo com os Planos que foram publicados <p>Envolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há sempre um défice de participação <p>Planeamento Turístico elaborado pela CEDRU: é um Plano que certamente contribuirá para que tenhamos um Planeamento Turístico o mais adequado possível.</p>	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A informação é fundamental - É importante transmitir para fora qual o nosso potencial - Há que dar uma imagem que permita ao potencial investidor saber ao investir no Concelho de Portel <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A estratégia é muita informação e muito acompanhamento dos processos - Acompanhamento dos investidores - Passa, portanto, por conhecer todas as medidas, os Planos, as regras e tentar encontrar melhores soluções para as necessidades, quer em termos de preservar o que temos ou de satisfazer as necessidades daqueles que vêm procurar o Alentejo. A estratégia é termos estruturas espaciais de acompanhar e apoiar. 	<p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regadio de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estamos a falar de situações complementares e fundamentais para um desenvolvimento equilibrado da nossa região. <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para além da restauração e da Hotelaria, é importante termos condições de estruturas e equipamentos. Há que preservar e qualificar a reserva ecológica. - Há que por todas as capacidades ao serviço dos investimentos. 	
<p>Câmara Municipal de Portel</p>			

Grêta de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/ANÁLISES

1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva

ENTREVISTA 3

Impactos:

- A concretização do Projecto de Alqueva desencadeia impactos vários no desenvolvimento turístico na sua área de influência, particularmente nos espaços do Regoifô, onde a proximidade ao espelho de água gerará novas atracções para lazer, recreio e turismo.
- As actividades relacionadas com o turismo e o lazer irão desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de uma nova base económica neste território:
 - a) pela modernização das actividades existentes;
 - b) criação de novas actividades e funções, novos investidores e profissionais;
 - c) maior dinâmica que irá incutir em diversos sectores (construção civil e nas obras públicas, no comércio local, nos serviços às empresas e nos transportes e acessibilidades).

Potencialidades:

- São muitas as potencialidades do concelho de Moura e a localização privilegiada em relação ao Empreendimento de Alqueva coloca importantes desafios ao nível do seu aproveitamento turístico e abre inúmeras oportunidades na área do desenvolvimento económico.
- A hospitalidade dos mouranês;
- Riqueza patrimonial. O património constitui um factor de grande significado para a valorização e reconhecimento cultural da região e que é indispensável para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento;
- Produção e certificação do Azeite de Moura, mas também do Queijo Serpa, do Porco de raça Alentejana, da Carneleijana (ovinos de raça alentejana), da Carne de Martolenga e do Mel do Alentejo;
- Moura dispõe ainda de condições para a exploração termal, quer na sede do concelho, quer noutras localidades.

Debilidades:

- Situa-se ao nível económico e social:
 - a base económica é fortemente tributária do sector primário;
 - todas as empresas do concelho são de pequena dimensão e, muitas vezes, de gestão familiar;
 - a população é envelhecida, o que significa que existe um peso excessivo da população inactiva sobre a população activa e, por outro lado, a existência de um número alargado de pessoas com necessidades de apoio pessoal e social;
 - mais de metade da população residente são mulheres, sendo neste grupo que se verifica valores mais elevados em termos de taxa de desemprego;
 - baixo nível de habilitações escolares e ausência de qualificação profissional.

Planeamento da Actividade Turística:

- O planeamento da actividade turística nesta zona tem sido resolvido:
 - Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente à Albufeira de Alqueva (PROZEA)
 - Plano de Ordenamento da Albufeira (POA)
 - Programas Operativos do Regoifô (P. O. R)

Câmara Municipal de Moura

2. Constrangimentos Organizativos e Equilíbrio do Sector Turístico

Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:

- Estar atentos à especulação imobiliária, defendendo a presença moderada de equipamentos turísticos em redor da grande albufeira, procurando não deixar, à partida, margem de manobra às actividades especulativas.
- A Câmara Municipal de Moura pretende criar zonas de habitação a custos controlados destinados aos residentes no concelho.

3. Modelos Organizativos de Promoção e Desenvolvimento

Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regoifô de Alqueva:

(Anexo seguinte)

Grêba de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES	
1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Equilíbrios de Decisão
<p>ENTREVISTA 3</p> <p>Envolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação nos órgãos sociais do CITALQUEVA - Centro de Iniciativas Turísticas de Alqueva, plataforma de concertação de estratégias e iniciativas turísticas na zona. - Em conjunto com outros parceiros regionais, afirmar uma expansão sustentada das actividades turísticas e de lazer na área de influência do EFMA, desencadear sinergias e potenciar complementaridades aos níveis sectorial e territorial. <p>Para promover uma estruturação turística do destino "Alqueva" que valorize a qualidade e inovação dos serviços e produtos oferecidos e o aproveitamento adequado dos recursos valorizáveis, no respeito pelo meio ambiente deste território e pela identidade cultural dos alentejanos.</p> <p>Planeamento Turístico elaborado pela CEDRU:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pretende identificar as potencialidades do aproveitamento turístico geradas; - Caracterizar os diversos elementos que compõem o produto turístico; - Avaliar o potencial de mercado da zona envolvente da Albufeira de Alqueva e outras zonas de intervenção; - Os resultados deste estudo constituirão subsídios para um Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona do EFMA em articulação com o desenvolvimento sustentado do Alentejo. 	<p>3. Modelos Organizacionais de Protecção e de Desenvolvimento</p> <p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regofo de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O planeamento do turismo é fundamental para: <ol style="list-style-type: none"> a) afirmar e orientar uma expansão sustentada das actividades turísticas e de lazer na área de influência do EFMA; b) desencadear sinergias e potenciar complementaridades aos níveis sectorial e territorial; c) permitir agarrar as capacidades de inovação das actividades turísticas, potenciando a realização de acções com garantia de êxito, articulando transversalmente as que detêm um carácter estruturante; d) a valorização específica de diversos espaços considerados estratégicos pelas condições que oferecem; e) o desenvolvimento de uma malha de produtos turísticos fundamentais; f) a inovação ao nível das estruturas e das dinâmicas dos sistemas turísticos; g) a iniciativa dos protagonistas principais. <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento das especificidades deste território, designadamente nos âmbitos: <ol style="list-style-type: none"> a) da qualidade ambiental; b) da protecção da natureza; c) da originalidade das paisagens; d) da riqueza dos patrimónios (particularmente o construído); e) a excepcionalidade das artes e ofícios tradicionais; f) a peculiaridade da gastronomia alentejana; g) o carácter original e exótico das tradições populares; h) a beleza própria da imagem de conjunto do Alentejo interior e a extensão de áreas rurais dotadas de condições de fértil desenvolvimento dos turismos rurais, dos turismos activos/deportivos, dos turismos de repouso e dos circuitos turísticos.

Continuação

Câmara Municipal de Moura

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

ENTREVISTA 4	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão	3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
<p>Impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho; - Atração de investidores; - Aumento do número de turistas <p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Património construído, histórico e cultural - Gastronomia - Caça - Fauna - Flora - Boa qualidade de vida - Artesanato - Produtos de Qualidade <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escassez de alojamento - Tecido económico fraco e débil - Falta de investidores - População envelhecida - Baixo nível de habilitações escolares e ausência de qualificação profissional (falta de recursos humanos em turismo) <p>Planeamento da Actividade Turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O planeamento da actividade turística nesta zona tem sido razoável: <ul style="list-style-type: none"> - Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente à Albufeira de Alqueva (PROZEA) - Plano de Ordenamento da Albufeira (POA) <p>Evolvidimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação nos órgãos sociais do CITALQUEVA - Centro de Iniciativas Turísticas de Alqueva, plataformas de concertação de estratégias e iniciativas turísticas na zona. - Estabelecimento de parcerias regionais, para a promoção de actividades turísticas e de lazer na área de influência do EFMA, desencadear sinergias e potenciar complementaridades aos níveis sectorial e territorial. <p>Planeamento Turístico elaborado pela CEDRU:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pretende identificar as potencialidades do aproveitamento turístico geradas; - Caracterizar os diversos elementos que compõem o produto turístico; - Avaliar o potencial de mercado da zona envolvente da Albufeira de Alqueva e outras zonas de intervenção. 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de Promoção da informação turística (transmitir para fora qual é o nosso potencial) - Promoção de investimentos turísticos <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A estratégia é muita informação e muito acompanhamento dos processos - Acompanhamento dos investidores - Aproveitamento das especificidades deste território, designadamente nos âmbitos: <ul style="list-style-type: none"> a) da qualidade ambiental; b) da protecção da natureza; c) dos patrimónios (particularmente o construído); d) dos ofícios tradicionais; d) da gastronomia alentejana; f) das tradições populares; g) desenvolvimento dos turismo rural, turismo activo/desportivo, dos turismo de repouso e dos circuitos turísticos. 	<p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regolito de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - São situações complementares e fundamentais para um desenvolvimento equilibrado do Alentejo. <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Restauração e da Hotelaria; - Condições de estruturas e equipamentos; - Preservar e qualificar a reserva ecológica; - Disponibilizar capacidades ao serviço dos investimentos; - Promover o desenvolvimento de uma malha de produtos turísticos fundamentais; - Promover a iniciativa dos protagonistas principais. 	

Câmara Municipal de Mourão

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão	3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
ENTREVISTA 5	<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem muitas potencialidades - Há investidores com algum peso e grande capacidade financeira - Há uma procura e apetência das pessoas para a água - Criação de campos de golfe - Criação de equipamentos, instalações para que as pessoas permaneçam e não regressem de onde vieram - Prática de desportos náuticos - Vai explodir o Turismo Rural e as Aldeias d'Água <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há pouco contacto com os investidores interessados nesta zona <p>Planeamento da Actividade Turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - É feito com base na resposta à procura das pessoas - Em termos de Planeamento aponto algumas críticas à Região de Turismo de Évora - Criação da CITALQUEVA e GESTALQUEVA - Não conhece o Planeamento Turístico elaborado pela CEDRU 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os investidores <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz realiza eventos culturais de 2 em 2 anos. É o caso do Museu Aberto que apelou para a consciencialização de um grande lago quer vai envolver Alqueva - Em termos de desenvolvimento turístico do Concelho, está também a EXPOREG, onde são dinamizadas exposições de actividades económicas do Concelho. A EXPOREG 2002, vai ter como ponto principal de referência um grande pavilhão, com fabricantes e/ou vendedores de barcos para fazer uma grande feira e exposição náutica. 	<p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Rego de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Turismo será uma das principais áreas de desenvolvimento - O Concelho de Reguengos vai ser sem dúvida nenhuma aquele que mais se vai desenvolver.
Câmara Municipal Reguengos de Monsaraz			

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES	
1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão
<p>ENTREVISTA 6</p> <p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trata-se de um fenómeno urbanístico com o surgimento de novos empreendimentos; - Vai chamar a atenção para os valores patrimoniais, históricos e culturais dos concelhos do Regoifo - Vai desenvolver e potenciar o desenvolvimento turístico de zonas embrionárias que tinham pouca oferta - Promove a atracção de investimentos - Coloca-se o desafio às populações no âmbito da formação. A par da formação inicial há que haver a requalificação dos activos - Os impactos turísticos passam por mudar tudo o que já existe - Vai diversificar a oferta turística: Turismo Cultural; Turismo de Natureza; Turismo de Aventura - O elemento água vai desenvolver a animação turística, sendo este um dos défices do turismo do Alentejo - Desenvolvimento Rural das freguesias através das Aldeias d'Água <p>Debilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há estruturas sócio-económicas que não estão adaptadas ao fenómeno turístico: não há formação profissional - A população é envelhecida - Estrutura comercial incipiente (falta de restaurantes) - Ausência de formação de recursos humanos em turismo <p>Planeamento da Actividade Turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passou por 2 instrumentos de Planeamento: o POAP e o PROSEA - O grau de envolvimento dos actores em matéria de planeamento turístico, ao nível das Regiões de Turismo, passou apenas pela discussão pública. 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dinamização de investimentos turísticos de qualidade - Dinamizar a água como pólo de atracção turística <p style="text-align: center;">}</p> <p>Promover projectos de animação turística</p> <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento turístico em espaço rural e de turismo equestre - Apoiar no artesanato, animação turística e turismo de aldeia - Promover a dinamização local.
<p>Região de Turismo de Évora</p>	<p>3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento</p> <p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regoifo de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "É a base da promoção turística, porque o que se quer é que o Regoifo de Alqueva não seja mais uma costa litoral, densamente povoada por um fenómeno turístico desordenado e caótico. Portanto, o que se quer é apostar no Turismo de qualidade de contacto estreito com a natureza e com o respeito por essa mesma natureza. Não ser essas as bandeiras". <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A promoção do Turismo de Alqueva terá que ser feita tendo por base um Plano Integrado que não passe apenas pela promoção local, mas do Alentejo. Deverá ser uma estratégia global. - A promoção passa pelo Turismo de Natureza.

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/TEMAS	
1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão
<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Boa gastronomia; - Achados arqueológicos. - Sotsegado do Alentejo (fuga dos grandes centros) - Há algum turismo rural; - A beleza natural do Gusdiana; - A paisagem; <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poucos alojamentos de qualidade, principalmente de Turismo Rural e de Habitação; - Estradas em mau estado (o que acaba por afastar o turismo); - Os restaurantes têm pessoal pouco qualificado, sem formação em hotelaria; 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do Turismo Rural e de Habitação; - Desenvolvimento de desportos náuticos; - Construção de parques e jardins de bem-estar; <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver parcerias locais de promoção do fenómeno turístico;
<p>ENTREVISTA 7</p> <p align="center">Concelho do Alandroal "Restaurante da Maria"</p>	<p>3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento</p> <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Restauração; - Hotelaria; - Estruturas e equipamentos; - Preservar e qualificar a reserva ecológica; - Promover e facilitar os investimentos;

Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

ENTREVISTA #	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo da Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão	3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hotelaria / Restauração; Desportos Aquáticos; <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há pouco contacto com os investidores interessados nesta zona; - Falta de infra-estruturas tanto turísticas como desportivas; 	<p>Médidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os investidores; <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as infra-estruturas existentes e implementar novas; - Incentivar empresários do exterior a investirem nesta zona; - Disponibilidades de verbas para aqueles que queiram investir nesta zona. 	<p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as actuais infra-estruturas e disponibilizar verbas; 	
<p>Concelho de Portel "Hospedaria o Castelo"</p>			

Gridha de Análise da Entrevista		
OBJETIVOS/DIMENSÕES		
ENTREVISTA 2	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão
3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento		
<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Património construído, histórico e cultural - Gastronomia - Caça - Fauna - Flora - Artesanato - Produtos de Qualidade - Desenvolvimento de desportos náuticos (vela, windsurf, motos de água) - Passeios a cavalo <p>Debilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maus acessos - Escassez de alojamento - Tecido económico fraco e débil - Falta de investidores 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e promover um plano de divulgação/publicidade sobre a região e as suas potencialidades; <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver cursos de formação profissional na área do turismo (exp. Línguas); 	<p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Facilitar investimentos; - Promover os produtos turísticos; - Promover a iniciativa dos protagonistas principais (apoios do Estado e apoios comunitários);
<p>Concelho de Moura "Hotel da Moura"</p>		

Grilha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

ENTREVISTA 10	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão	3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Principalmente, pesca; <p>Debilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Más condições das estradas; - Há estruturas sócio-económicas que não estão adaptadas ao fenómeno turístico; - não há formação profissional; <p>Concelho de Mourão "Restaurante Guedhams"</p>	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os monumentos existentes (para atrair mais turistas); <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acentuar as parcerias entre as Câmaras Municipais da região, a região de Turismo e os empresários locais; 	<p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os restaurantes, aumentar a sua capacidade e as condições de conforto; 	

Greilha de Análise da Entrevista

OBJETIVOS/DIMENSÕES		3. Modelos Organizacionais de Promoção e de Desenvolvimento
ENTREVISTA 11	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Construções Organizacionais e Esquemas de Decisão
<p>Concelho de Reguengos de Monsaraz "Restaurante Alcaide"</p>	<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento de investimentos: a) na hotelaria; b) na restauração; <p>Debilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questões ambientais; - Vinda de massas para esta zona; - Falta de profissionais na área da restauração; - Pouca formação profissional; 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deverá haver uma maior contacto entre as entidades governamentais e os agentes económicos da região, no sentido de averiguar sobre os problemas existentes ao nível do turismo. <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a formação profissional na área do turismo.
		<p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar formação profissional; - Desenvolver boas condições para o comércio local; - Captar o turismo de elite; - Estabelecimento de parcerias;



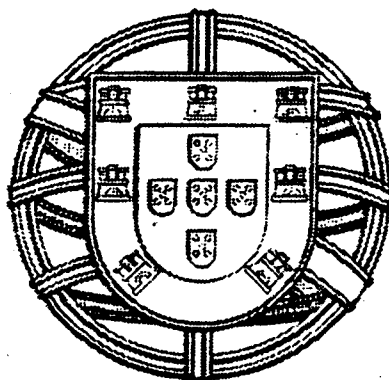
Grelha de Análise da Entrevista

OBJECTIVOS/DIMENSÕES

ENTREVISTA 12	1. Potencialidades e Debilidades do Turismo de Alqueva	2. Constrangimentos Organizacionais e Esquemas de Decisão	3. Modelos Organizacionais de Promoção e do Desenvolvimento
<p>Potencialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar o aparecimento de novas classes empresariais (através de investimentos no Alentejo, mais concretamente na zona do regolfo de Alqueva); - O plano de água em si; - Valores Culturais; Paisagísticos; Clima; Gastronomia; Artesanato local; Vinhos; Enchidos e Queijos. Tudo isto serão potencialidades atractivas para o turismo. <p>Debilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há pouco contacto com os investidores interessados nesta zona; - Insuficientes Infra-Estruturas; - Equipamentos colectivos existem mas há que apostar na sua melhoria; - Redes de Comunicação; - Formação Profissional. <p>Planeamento da Actividade Turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente à Albufeira de Alqueva (PROZEA); - Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrogão (POAAP); - Programas Operativos do Regolfo (POR); - Criação da CITALQUEVA e GESTALQUEVA; 	<p>Medidas de Dinamização, Promoção e Desenvolvimento do Sector Turístico nos próximos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar e desenvolver medidas de investimentos; - Captivar pessoas e capital; - Captivar empresários; - Fixar actividades; - Promover apoios institucionais e uma boa articulação e absorção correctamente eficaz dos sistemas de incentivos. <p>Estratégias a adoptar para implementação de práticas turísticas sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atrair capitais; - Fomentar a formação de nível intermédio e superior, e formação complementar de trabalho; - Atrair quadros dinâmicos, que consigam sustentar actividades que sejam mais exigentes, ao nível de mão-de-obra; - Apostar na formação profissional; - Melhorar os equipamentos; - Diminuir a burocracia; - Investir no Marketing nacional e internacional; - Diverificar actividades; - Valorizar o Património natural e cultural; o elemento água; - Organizar eventos desportivos e culturais ligados ao Alqueva. 	<p>Importância do Desenvolvimento Local e do Planeamento do Turismo para a promoção turística do Regolfo de Alqueva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Turismo constitui-se numa importante área de desenvolvimento, que como tal, deve assentar num planeamento que garanta um equilíbrio sustentável da região. 	

ANEXO II

**Resolução do Conselho de Ministros
nº 70/2002 - PROZEA**



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2002:
Define montantes para o tarifário a vigorar no âmbito do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, relativamente ao abastecimento de água para uso agrícola ... 3390

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002:
Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva 3390

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2002:
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Lamego, na área destinada à construção da ETAR da cidade de Lamego, até à entrada em vigor da revisão do Plano Director Municipal 3416

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2002:
Ratifica a suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Guimarães, Lousada e Felgueiras na área das freguesias que constituem o município de Vizela, bem como as medidas preventivas estabelecidas para a mesma área 3417

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2002:
Ratifica as medidas preventivas para as áreas a sujeitar aos futuros planos de urbanização da Meia Praia e da vila da Luz, no município de Lagos, actualmente em elaboração 3420

Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2002:
Ratifica as medidas preventivas para a área a sujeitar ao futuro plano de pormenor de Leiria-Norte, no município de Leiria, actualmente em elaboração 3421

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Decreto Regulamentar n.º 30/2002:
Aplica às carreiras de inspecção das direcções regionais de agricultura, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (DRA), no âmbito da fiscalização e do controlo da qualidade alimentar, o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril 3425

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2002

Considerando o interesse nacional reconhecido ao projecto do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (EFMA);

Considerando o imperativo de fomento e desenvolvimento do regadio agrícola em toda a área de influência do EFMA;

Considerando, ainda, que a definição, num horizonte de médio prazo, dos montantes para o tarifário aplicável ao abastecimento de água para fins agrícolas constitui um factor imprescindível na formulação das expectativas dos empresários agricultores e na fundamentação das suas decisões de investimento no contexto do EFMA:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — No contexto do regime tarifário aplicável ao abastecimento de água para uso agrícola no âmbito do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (EFMA), são fixados os seguintes montantes, aplicáveis ao abastecimento de água para uso agrícola à saída da rede secundária de rega, isto é, à entrada das explorações agrícolas integrantes dos perímetros de rega definidos no âmbito do mesmo empreendimento:

- a) 11\$/m³ (€ 0,054 868/m³), a vigorar durante o ano 2002;
- b) 16\$50/m³ (€ 0,082 302/m³), a vigorar durante os anos 2008 e seguintes.

2 — O montante estabelecido na alínea a) do n.º 1 será anualmente ajustado até atingir o montante de referência estabelecido na alínea b) do mesmo número.

3 — Os montantes estabelecidos nos números anteriores estão definidos a preços médios do ano 2001, devendo, para efeitos da presente resolução, ser actualizados em função da variação média anual, registada no ano anterior, do índice de preços no consumidor (sem despesas com habitação) no continente de Portugal, definido e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

4 — Os montantes referidos no n.º 1 incluem o tarifário a fixar nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 335/2001, de 24 de Dezembro, designadamente a taxa de utilização prevista na alínea a) do respectivo n.º 2, fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro, bem como as taxas de beneficiação, de conservação e de exploração fixadas nos termos do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril.

Presidência do Conselho de Ministros, 3 de Setembro de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/94, de 4 de Outubro, determinou a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA), abrangendo os municípios de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, na sequência da decisão de relançamento do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

A decisão de elaboração do PROZEA foi tomada tendo presente que a construção da barragem do Alqueva e a constituição da respectiva albufeira acarretariam significativas transformações no território, quer de carácter físico, inerentes à submersão de uma vasta área e à alteração das condições microclimáticas decorrentes da formação da massa de água, quer de carácter natural e patrimonial, pela destruição de recursos e valores existentes e potencial surgimento de novos, quer de carácter socioeconómico, pelas potencialidades de desenvolvimento de actividades económicas e de melhoria da qualidade de vida que a disponibilidade de água, e do plano de água enquanto tal, representa.

Efectivamente, a consideração das significativas alterações pendentes sobre o território do Leste Alentejano, decorrentes da execução do empreendimento, motivou a decisão de elaboração do PROZEA, fundamentada na necessidade imperiosa de definir as linhas orientadoras de uma actuação preventiva e estratégica, orientadora do planeamento municipal e das intervenções sectoriais da Administração, que numa perspectiva supramunicipal salvaguardasse a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território, estabelecendo a estrutura da rede urbana e de infra-estruturas e garantindo a compatibilização e diversificação de usos e actividades, e ponderasse as necessidades e interesses de diversos âmbitos e naturezas, tendo em vista a promoção do desenvolvimento económico e social equilibrado.

Simultaneamente, e em articulação com o PROZEA, foi elaborado o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, que, nos termos da legislação específica aplicável, estabelecerá os usos e o regime de gestão do plano de água e da zona de protecção.

Atento o parecer final da comissão consultiva, ponderados os resultados da discussão pública e concluída a versão final do PROZEA, encontram-se reunidas as condições para a sua aprovação, acto que se considera de especial urgência, atendendo ao horizonte temporal próximo para conclusão das obras da barragem e início do enchimento e cujo eventual adiamento comprometeria profundamente o propósito de actuação preventiva que determinou a elaboração do Plano.

A entrada em vigor do PROZEA determina a necessidade de alteração ou revisão dos planos municipais de ordenamento do território em vigor na sua área de intervenção, no quadro do estabelecido, respectivamente, nos artigos 94.º e 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, no sentido de estes se adaptarem à reconfiguração do território e às opções estratégicas, orientações e determinações emanadas do Plano Regional.

Não obstante este comando genérico, identificam-se, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, as disposições dos planos municipais de ordenamento do território consideradas incompatíveis com o PROZEA, determinando-se nestes casos o dever de os municípios alterarem os respectivos planos municipais no prazo de 90 dias, ao abrigo do procedimento de regime simplificado, como resulta do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º deste mesmo diploma, destinada a eliminar as disposições desconformes.

O procedimento de elaboração do PROZEA foi encetado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio, na redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 367/90, de 26 de Novembro, 249/94, de 12 de Outubro, e 309/95, de 20 de Novembro, tendo, no entanto, o seu conteúdo

sido adaptado por forma a adequar-se ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, ao abrigo do qual será aprovado.

Considerando o disposto no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA), cujas opções estratégicas, normas orientadoras e modelo territorial se publicam em anexo à presente resolução, dela fazendo parte integrante.

2 — Determinar que são incompatíveis com o PROZEA as seguintes disposições constantes de plano municipal de ordenamento do território:

- a) As que admitam a possibilidade de instalação de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos, quer sejam disposições genéricas aplicáveis a uma classe ou categoria de solo rural, quer sejam disposições relativas a áreas expressamente identificadas e destinadas a fins turísticos, com excepção das que se conformem, em termos de localização territorial e critérios, com as normas orientadoras para as áreas de localização preferencial de empreendimentos turísticos identificadas no PROZEA. Excepcionam-se as disposições que se refiram a projectos enquadráveis nas modalidades de turismo em espaço rural, no respeito pela legislação específica do sector, e desde que não colidam com as normas aplicáveis às áreas integradas ou sujeitas ao estabelecido no sistema de protecção e valorização ambiental;
- b) As que admitam ocupação, uso e transformação do solo não consentâneos com as indicações do PROZEA para as áreas integradas no sistema de protecção e valorização ambiental ou para as áreas por remissão sujeitas ao estabelecido para este sistema.

Presidência do Conselho de Ministros, 7 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ZONA ENVOLVENTE DA ALBUFEIRA DO ALQUEVA

Nota prévia

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA) foi iniciado por decisão de Conselho de Ministros (Resolução n.º 97/94, de 15 de Setembro) ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio, sendo finalizado no âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e em conformidade o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A área de intervenção do PROZEA é constituída por seis concelhos envolventes da albufeira: Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel, Moura, Mourão e Barrancos. Nesta sub-região o concelho de Alandroal está também incluído na área de intervenção do Plano Regional de Ordenamento da Zona dos Mármorez (PROZOM).

São objectivos fundamentais do PROZEA, conforme especificado na referida resolução do Conselho de Ministros, os seguintes:

- Delimitar uma estratégia de ocupação da zona envolvente da albufeira do Alqueva;
- Garantir a diversificação e compatibilização de usos e actividades, definindo padrões de ocupação;

- Contribuir para a criação de uma solução integrada na envolvente de novas estruturas e reorganizar as infra-estruturas e acessibilidades.

Reflectindo as áreas de intervenções mais sensíveis ou com maior impacto em termos da estratégia de ordenamento a propor, a metodologia adoptada conferiu particular desenvolvimento ao estudo dos sistemas agrícolas na sua articulação com a avaliação dos valores paisagísticos. Foi também especialmente desenvolvida a avaliação da estrutura ecológica, no sentido de determinar as capacidades de suporte dos sistemas essenciais e garantir a manutenção dos processos ecológicos.

Esta abordagem baseia-se num conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, aquele que, tirando o melhor benefício dos recursos existentes e potenciais, assegure as necessidades do presente sem pôr em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Uma das características mais específicas desta abordagem ao PROZEA consiste na importância central que foi dado ao conceito de paisagem. Numa perspectiva de conjunto, a paisagem é expressão das componentes físicas e biológicas do território e traduz a intervenção humana sobre essas componentes. A paisagem é, portanto, uma imagem que reflecte as interações entre o homem e o ambiente, pelas quais passam todas as decisões de desenvolvimento.

O principal desafio do PROZEA consiste em propor soluções adequadas para duas questões centrais:

- Promover o desenvolvimento económico e social desta sub-região, sem alterar o seu valor ecológico;
- Tirar o maior benefício possível do novo empreendimento e, simultaneamente, reduzir os seus efeitos negativos.

A organização espacial dos ecossistemas, de modo a retirar deles o maior rendimento em cada momento e garantir a permanência desse rendimento através dos tempos, é determinante para assegurar a sustentabilidade de utilização dos sistemas num quadro de bem-estar humano. As relações entre ordenamento de actividades, protecção do ambiente e conservação da natureza determinam a importância dos aspectos espaciais, isto é, da forma e organização dos sistemas ecológicos.

O modelo de organização do território, que constitui a base do Plano (conforme o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 380/99), traduz-se numa proposta de estruturação do território, delineada de forma a responder equilibradamente aos seguintes princípios:

- Garantir a sustentabilidade ecológica da zona, tirando o maior rendimento dos recursos existentes e gerados pela construção da albufeira;
- Promover o desenvolvimento das actividades económicas e do emprego, dentro de critérios de utilização racional do espaço, organização das infra-estruturas e conservação dos valores paisagísticos;
- Consolidar a identidade sub-regional construída em torno do aproveitamento equilibrado de uma infra-estrutura comum a cinco dos seis concelhos em causa (a albufeira do Alqueva), garantindo uma repartição equitativa dos benefícios;
- Reforçar as redes de equipamentos e infra-estruturas considerados básicos quer para o bem-estar da população residente, quer para o apoio a novas actividades económicas;
- Assegurar a integração da sub-região nos planos e programas de âmbito regional e nacional.

A eficácia do PROZEA depende de um conjunto de objectivos operacionais que estão na origem das propostas de intervenção que se apresentam neste relatório. Estes objectivos resultam de uma operacionalização dos princípios de desenvolvimento e são constituídos por dois tipos de objectivos com finalidades específicas:

a) Objectivos de natureza sectorial

Definem-se no âmbito das várias intervenções sectoriais, designadamente:

- Delimitação de áreas sensíveis do ponto de vista ecológico e orientações no sentido da sua salvaguarda;
- Delimitação das zonas agrícolas a fomentar com fins de exploração económica e definição de orientações, tendo em vista o desenvolvimento de uma agricultura sustentável como um dos sectores produtivos sub-regionais;
- Definição das medidas de valorização e aproveitamento dos recursos paisagísticos e de manutenção do mundo rural;
- Definição da hierarquia da rede viária de acessibilidade regional e sub-regional;
- Propostas de equipamentos sociais e de apoio às actividades produtivas no quadro de um sistema urbano reforçado;

Definição de áreas prioritárias de localização das actividades industriais e de apoio logístico (armazenagem, parques de mercadorias, etc.), sem prejuízo da localização em espaço rural de indústrias específicas ligadas ao aproveitamento de recursos naturais, desde que devidamente integrada em termos ambientais;

Definição das actividades turísticas adequadas ao modelo de desenvolvimento da sub-região, indicação e caracterização das áreas com mais recursos a utilizar e orientações quanto à natureza e localização de investimentos de apoio a estas actividades.

b) Objectivos de natureza transversal

Definem-se em termos globais; podendo implicar intervenções em vários domínios:

Definição de uma estrutura geral de organização do território que permita a orientação de localização das diversas actividades e investimentos que surgirem na sub-região nos próximos anos;

Articulação, ao nível sub-regional, dos diversos planos directores municipais e fornecimento de orientações para a sua revisão individual, de acordo com o modelo de organização territorial estabelecido no PROZEA;

Definição de princípios de enquadramento das propostas do Plano de Ordenamento da Albufeira do Alqueva, que definirá as regras de utilização do solo numa faixa de 500 m junto ao plano de água;

Definição dos sectores e áreas de actividade com maior potencial de criação de emprego e valorização de recursos endógenos, no sentido de orientar futuros programas de formação profissional e de apoio ao investimento produtivo.

De acordo com o estipulado nos artigos 53.º e 54.º do Decreto-Lei n.º 380/99, este relatório apresenta:

Opções estratégicas, traduzindo objectivos e princípios de desenvolvimento para a região;

O modelo de organização territorial;

As normas orientadoras do uso do território;

O programa de execução das intervenções propostas.

1 — Opções estratégicas

1.1 — Capacidade de suporte e intervenção

A sub-região constituída pelos seis concelhos que integram o PROZEA contém actualmente cerca de 42 milhares de habitantes, segundo estatísticas recentes do Instituto Nacional de Estatística, continuando a apresentar tendências de evolução negativas. Este padrão demográfico traduz uma fraca capacidade de fixação da população residente, situação que está directamente relacionada com o fraco dinamismo económico da sub-região.

Em contrapartida, o valor ecológico desta sub-região pode ser classificado como médio no que respeita aos ecossistemas estepários e de montado. Este valor decorre da reduzida fragmentação e da existência de amplas áreas com baixos níveis de perturbação. Os usos agrícolas complementam este valor ecológico ao constituírem importantes biótopos de alimentação.

As unidades paisagísticas são determinadas pelos recursos naturais e sistemas agrícolas que se desenvolveram ao longo dos tempos. A predominância do uso agrícola do território, por vezes em situações de extrema marginalidade produtiva face aos recursos naturais em presença, e a importância da agricultura como actividade económica quase exclusiva têm como consequência a ruralidade da paisagem que se considera um valor a proteger.

Estas condições traduzem situações de maior ou menor equilíbrio entre o meio físico, os sistemas de produção, as tecnologias e o homem. A intervenção proposta deverá corrigir os desequilíbrios existentes e evitar que o processo de desenvolvimento provoque outras disfunções.

A situação actual da sub-região não causa grandes preocupações sobre a sua capacidade de suporte, dado o baixo nível de utilização dos recursos que, de momento, se verifica. As densidades populacionais são baixas, a ocupação urbana é concentrada e a principal actividade económica mantém as condições de ruralidade da zona.

Futuras alterações desta situação, resultantes quer do aproveitamento turístico da albufeira, quer da indução de novas actividades económicas, se não acauteladas, poderão provocar rupturas em áreas específicas de maior sensibilidade ecológica.

A avaliação da capacidade de suporte de cada área deverá ser considerada em função das propostas de uso e ocupação do território, ponderando, em cada situação, as vocações e os condicionamentos existentes.

Há que ter em conta que a sub-região é apenas parte de um sistema mais vasto que abrange pelo menos parte da bacia hidrográfica do Guadiana. Neste sentido, a sub-região pode ser afectada por processos que ocorram fora do seu domínio de intervenção e controlo. De entre esses factores, destaque-se como especialmente relevante o nível de qualidade/quantidade de água da albufeira, que poderá afectar, de forma central, toda a estrutura ecológica em que se baseia o modelo de desenvolvimento da região, em geral, e da sub-região, em particular.

A importância destes factores potencialmente perturbadores do equilíbrio e sustentabilidade da área leva à consideração da necessidade de existência de formas efectivas de participação das entidades com competência na sub-região (câmaras municipais, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA), Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva (EDIA), Direcção Regional de Agricultura e do Ordenamento do Território — Alentejo e Instituto da Água (INAG) nos processos de intervenção ao nível da bacia hidrográfica.

1.2 — Sustentabilidade ecológica

Na 1.ª fase de elaboração do PROZEA, como síntese da avaliação dos recursos naturais, apresentou-se a carta das estruturas de maior importância e sensibilidade, quer pelo seu valor real, quer potencial e ainda funcional, no sentido de constituir o documento síntese para a orientação dos usos futuros do solo na região, sob o ponto de vista da protecção e valorização dos recursos biogenéticos.

Os valores de formação de ecótipos e de conservação da natureza das unidades ecológicas definidas constam do quadro n.º 4.6 (p. 45) do relatório da 1.ª fase — relatório de síntese e anexos. Deste quadro e das correspondentes cartas ressalta o valor médio da região em termos ecológicos. Numa escala de 1 a 5, mesmo após a forte perturbação da implantação da albufeira, o valor médio de conservação da natureza oscila entre 3 e 4, não se registando manchas sistematicamente com valores inferiores a 3. Este facto decorre da presença de duas matrizes potenciais de elevado valor conservacionista, intercaladas por mosaicos de solos calcários e solos de *rarias*, que asseguram um aumento muito considerável da biodiversidade.

Importa realçar a importância que os corredores serrano e estepário a sul do eixo da barragem passam a assumir como eixos residuais de passagem para a fauna característica das formações estepárias e de montado. As primeiras são claramente as mais afectadas já que, se considerarmos as figuras 2.5 e 2.6 do referido relatório da 1.ª fase, são principalmente os eixos de continuidade este-oeste dessas formações que são afectados pelo enchimento da albufeira.

A carta de síntese do estudo ambiental (figura 4.5 «Macroestrutura estável»), incluída no referido relatório, sintetiza toda a informação atrás coligida, assim como informação complementar, nomeadamente as zonas de ocorrência de espécies ou fitocenoses particulares como as registadas na figura 2.12 do citado documento.

Em conclusão, o eixo Portel-Barrancos-serra de Ficalho apresenta um valor de conservação prioritário. As formações da zona do Alandroal-Lucefecit assumem uma importância que, se bem que não tão elevada (até pelo seu isolamento decorrente da albufeira), constituem biótopos de elevado valor biocénótico actual e potencial e eixos de acesso à albufeira de elevada importância. O mesmo se deve dizer para o eixo do Degebe, principal articulação entre o planalto eborense e a albufeira, com elementos residuais de habitats ripícolas da maior importância no contexto regional.

A gestão do território da região em estudo terá de atender a estes valores estruturais e funcionais, apoiando as formações de montado, quer de produção, quer de vocação mais conservacionista (a zona central das grandes manchas, por exemplo, ser objecto de uma utilização menos intensiva, permitindo o estabelecimento de espécies de interior mais sensíveis). Da mesma forma, há que preservar os habitats higrofilicos, correspondentes às manchas de solos hidromórficos. No mesmo sentido, a criação em todos os planos de água existentes ou a criar na região de uma zona de carácter mais natural e preservada de perturbações crónicas ou sazonais contribuirá igualmente para o restabelecimento ou reforço de um grande conjunto de espécies cuja principal limitação à sua expansão e estabelecimento é a água.

A preservação da estepe cerealífera, particularmente nos solos de produtividade intermédia, onde não se justifica o montado, a olivicultura ou a vinha, por eventuais restrições que condicionem as produtividades e qualidade desejáveis, poderá ser objecto de medidas agro-ambientais que preservem o seu valor ecológico actual, nomeadamente como habitat para um grande número de espécies de avifauna quer cinegética (perdiz), quer de elevado valor de conservação (abertarda e sisão).

Neste sentido, a proposta de ordenamento contempla a zona de protecção especial (ZPE) Mourão-Moura-Barrancos, definida ao abrigo da Directiva Aves da União Europeia, bem como os dois sítios da Lista Nacional (no Guadiana-Juromenha e Moura-Barrancos). Estas áreas apresentam habitats diversos, incluindo a estepe cerea-

lífera, os montados e as galerias ríplicas que suportam uma avifauna relativamente abundante. A vulnerabilidade destas zonas está relacionada com a eventual reconversão de terrenos de agricultura cerealífera extensiva em áreas florestadas, e com a expansão de pomares e intensificação de agricultura por meio de regadio.

Em termos de protecção e valorização ambiental, importa sobretudo salientar a necessidade de respeitar as condicionantes estruturais do território, não forçando estruturas de uso, quer de produção, quer

de conservação, que contradigam o potencial específico, estrutural e funcional de cada habitat.

Estas propostas estão expressas na carta de potencialidades biogénicas (EP 21), que corresponde a um cruzamento das unidades ecológicas com as propostas de uso agro-florestal. São identificados oito tipos de áreas que integram o sistema de protecção e valorização ambiental do PROZEA. No quadro seguinte descrevem-se os critérios de gestão que se consideram mais adequados para cada tipo de área:

QUADRO N.º 1

Sistema de protecção ambiental e conservação da natureza

Tipo de área	Critérios de gestão
Zona da albufeira e restantes planos de água e cursos de água permanentes.	A zona da albufeira, particularmente na zona de marnel, pode, conjuntamente com os restantes planos e cursos de água permanentes, constituir um habitat privilegiado de reprodução, repouso e alimentação para muita avifauna, nomeadamente algumas espécies alvo. Este potencial implica, contudo, que no primeiro caso se potenciem nas extremidades dos regolhos da albufeira alguns diques que origem planos de água de nível constante susceptíveis de permanecerem viáveis como tal, mesmo em situações de muito acentuado abaixamento do plano de água. Da mesma forma, a elaboração de um plano de ordenamento da zona marginal da albufeira terá de salvaguardar as zonas preferenciais de acesso das diferentes espécies à água (v. linhas de continuidade do estudo da situação de referência). Relativamente às restantes albufeiras da zona do plano deverá ser realizada uma intervenção semelhante no sentido de salvaguardar a possibilidade permanente de acesso das espécies selvagens ao plano de água. Todas as zonas de vegetação hidrófila (junco, caniço, etc.) adjacentes a esses planos e linhas de água deverão ser preservados e mesmo, caso possível, aumentados como zonas de nidificação e repouso de inúmeras aves residentes e migratórias. As linhas de água permanente devem ver a sua vegetação ríplica e, quando possível, do leito de cheia preservada e restaurada, de forma a manterem e aumentarem as suas funções como estruturas de continuidade funcional e de ligação entre manchas separadas no interior de matrizes de natureza diferente, além de constituírem estruturas fundamentais de combate à erosão fluvial.
Zonas com potencial para a vinha e o olival	Estas zonas correspondem a zonas de solos e morfologia com potencial para a vinha e o olival. Constituindo culturas que introduzem uma significativa alteração no coberto natural e perturbações ligadas às lavras e ao uso de agroquímicos, constituem, simultaneamente, um dos mais importantes recursos económicos da região. Biologicamente constituem um habitat de alimento e parcialmente de refúgio/reprodução que não pode ser negligenciado. A manutenção de pequenas manchas de vegetação natural em afloramentos rochosos ou em degraus ou descontinuidades de declive que impeçam a utilização de máquinas agrícolas deve ser incentivada de modo a constituírem zonas de reprodução/abrigo e <i>stepping stones</i> entre habitats de matos e arbóreos de natureza semelhante.
Zonas de valor biológico intermédio com vocação de uso mista.	Estas são zonas em que, não ocorrendo nenhum vasto biótopo de particular extensão ou significado e cuja função de continuidade estrutural será posta em causa pela albufeira, a cultura arvenses, o montado ou a cultura de vinha, oliveira ou mesmo pomaricultura se podem processar dentro das manchas para tal vocacionadas e estando sempre sujeitas às mesmas restrições e orientações de uso das zonas de vinha e olival.
Habitats de matos e montado	Estas zonas encontram-se encravadas nas manchas de vinhedo e de estepe cerealífera, ocupando solos esqueléticos com afloramentos rochosos. Constituem habitats de apoio do maior valor, sendo susceptíveis de um uso extensivo que inclui a caça (ligeira e grossa), a exploração de cortiça, a criação de porco de montanha, a produção/exploração de plantas aromáticas, etc., mas sempre preservando a sua natureza e não aumentando a sua fragmentação e afastamento.
Zonas de elevado valor ambiental	Estas zonas constituem as zonas com maior significado biogénico, quer em termos de habitats estepários, quer de habitats de matos e montado. A sua vocação é para um uso extensivo, que inclui a caça (ligeira e grossa), a exploração de cortiça, a criação de porco de montanha e a produção/exploração de plantas aromáticas, mas onde a preservação das espécies alvo correspondentes aos habitats em causa tem de ser prioritária, o que implica a promoção de manchas o mais próximo possível do natural em todas as zonas de solos de elevado declive, com afloramentos rochosos e baixa produtividade agrícola potencial, no sentido de prevenção da erosão e da protecção de habitats não perturbados com a maior dimensão possível.
Manchas de solos hidromórficos	Trata-se de solos com um comportamento hídrico particular, revelando uma disponibilidade localizada do recurso água, o qual assume particular significado não só para grande número de espécies da herpetofauna e espécies florísticas endémicas ou raras. São, contudo, muito susceptíveis a usos agrícolas intensivos, não devendo portanto ser vocacionadas para tal e, em caso algum, ser prevista ou realizada a sua drenagem.
Manchas de solos calcários ou de natureza calcária (sem representação cartográfica à escala do Plano).	Estas manchas assumem um valor especial, dado o seu carácter químico particular no meio que as cerca, permitindo o estabelecimento de pequenas populações que (caso a acessibilidade a manchas de carácter semelhante não seja impeditiva da troca genética) podem constituir metapopulações viáveis de muitas espécies objectivo em termos de conservação da natureza. Acessoriamente, assumem funções complementares com os meios confinantes ao, por dispoem de nutrientes nelas ausentes, possuem uma vegetação susceptível de manter quer populações mais significativas de certas espécies, quer mesmo espécies que, de outra forma, não teriam condições de ocorrência. Por esse motivo a agricultura neles desenvolvida deve assegurar, tal como nas manchas de olival e vinha e nas grandes extensões cerealíferas, a manutenção de pequenas manchas de vegetação natural em afloramentos rochosos ou em degraus ou descontinuidades de declive que impeçam a utilização de máquinas agrícolas deve ser incentivada de modo a constituírem zonas de reprodução/abrigo e <i>stepping stones</i> entre habitats de matos e arbóreos de natureza semelhante.

Tipo de área	Critérios de gestão
Zonas de potencial estépico ou misto	Estas são as zonas que, pela sua pedologia e morfologia, apresentam um potencial para formações vegetais de natureza estépica (cerealicultura) ou mista (montado aberto) mais ou menos intensivos. Constituem zonas de transição para as zonas de maior valor biogénético, complementando-as com habitats de toda a natureza. São de excluir intervenções de uso que perturbem essas funções em extensões muito significativas ou que fragmentem ou interrompam a continuidade estrutural dessas áreas.

1.3 — As potencialidades agrícolas e a ocupação do solo

1.3.1 — Considerações prévias

Com vista a fundamentar recomendações sobre o uso do solo na zona do PROZEA, reúne-se no presente capítulo alguma informação que permite enquadrar, para a região em estudo, as potencialidades dos solos em presença e a respectiva utilização por grandes agregados.

Trata-se de uma informação macro-regional a partir da qual se procuram fundamentar as grandes orientações gerais sobre o uso do solo, concretizadas na perspectiva da manutenção dos sistemas agrícolas mais produtivos e do equilíbrio dos agro-sistemas de protecção, com menor viabilidade económica, mas fundamentais para a sustentabilidade do mundo rural na zona do PROZEA.

Como se referiu mais detalhadamente nos estudos da 1.ª fase, os sistemas de agricultura que se desenvolvem na zona são basicamente os seguintes:

Sistemas arbóreo-arbustivos especializados, de vinha ou olival, recorrendo, por via de regra, a tecnologias avançadas com elevadas incorporações de capital mecânico e agroquímico. Correspondem-lhe sistemas de produção que garantem elevados níveis de emprego no estádio da produção primária e da sua transformação, sendo, no entanto, altamente competitivos, quer em termos de custos como em termos de diferenciação e especificidade da produção obtida. Ocupam cerca de 16% da área abrangida pelo estudo;

Sistemas arbóreos de olival tradicional, correspondendo em geral a plantações alinhadas, em zonas de terras dobradas ou com declive pouco acentuado. Trata-se de plantações antigas, em alguns casos decadentes, cuja explorabilidade económica é bastante diferenciada na zona do PROZEA. O seu aproveitamento corresponde a modelos de produção extensivos ou medianamente intensivos, constituindo sempre componente determinante da paisagem agrária da região;

Sistemas extensivos de culturas arvenses, em rotações contínuas de cereais com oleaginosas, proteaginosas ou leguminosas. Constituem sistemas que ocupam os melhores solos em modelos produtivos que integram as actividades pecuárias de bovinos e ovinos, cuja evolução tem sido determinada pelas diversas políticas cerealíferas dos últimos anos. São sistemas que assumem alguma importância na ocupação da área do PROZEA (cerca de 5%) cuja sustentabilidade económica é condicionada pelos determinismos da política agrícola comum (PAC), podendo, no entanto, ser recuperados e manter a sua viabilidade económica no quadro de modelos de produção economicistas. Constituem um elemento fundamental no equilíbrio da paisagem e na manutenção dos recursos faunísticos da região;

Sistemas extensivos de culturas arvenses, em rotações descontínuas de cereais, com pousios mais ou menos longos. Ocupando ainda cerca de 20% das áreas de intervenção, constituem suporte de sistemas mistos de produção vegetal e animal, mas ainda mais que os anteriores, têm sido profundamente afectados pela evolução da PAC; transformam-se gradualmente em zonas de aproveitamento com pastagens mais ou menos extensivas e degradadas;

Sistemas de montado de azinho (denso ou ralo), ocupando cerca de 40% da área do PROZEA, em situação de maior ou menor extensificação ou abandono. A evolução destes sistemas encontra-se associada à redução da economicidade dos sistemas de culturas arvenses, que na década de 60 ainda se desenvolviam no sob-coberto do montado e aos problemas que no mesmo período afectaram o porco de montanha. A sua manutenção, como unidades relevantes da paisagem agrária, pode ser assegurada no âmbito de medidas agroambientais financiadas pela PAC, através do relançamento da exploração da suinicultura extensiva e valorização da respectiva produção, bem como da implementação de sistemas agrícolas de conservação;

Sistemas de montado de sobre, extremos ou consociados com azinho, que ocupam cerca de 12% da área do PROZEA. A orientação produtiva predominante destes sistemas, com base

na exploração de cortiça, tem permitido a sua manutenção em boas condições, sendo igualmente suporte para o pastoreio de ovinos e suínos;

Sistemas de mato, em zonas de declive mais acentuado, ocupando cerca de 4% da área em estudo. São constituídos por matos herbáceos e arbóreo-arbustivos com grande interesse para o equilíbrio faunístico da região e na protecção contra a erosão das zonas mais declivosas.

1.3.2 — As potencialidades dos solos — Unidades de aproveitamento

Tomando por base a análise das potencialidades dos solos elaborada na 1.ª fase, procedeu-se à aferição da respectiva potencialidade de aproveitamento.

A análise foi efectuada ao nível de cada um dos concelhos da zona, sendo os solos agregados em quatro unidades ou zonas de potencialidade em função dos seguintes parâmetros:

Profundidade;
Declive;
Operabilidade;
Disponibilidades hídricas;
Drenagem;
Capacidade de troca;
Capacidade de retenção.

Consideraram-se quatro unidades de aproveitamento com as seguintes características fundamentais:

Unidade I — Solos com potencialidade agrícola intensiva (PAI)

Inclui solos com elevada aptidão para culturas de sequeiro, arvenses ou arbóreo-arbustivas, de textura argilosa e franco-argilosa, por vezes com drenagem interna regular ou deficiente, encharcando com frequência no período Outono-Inverno.

Embora sendo solos com razoável profundidade, o horizonte argílico encontra-se por vezes próximo da superfície, o que condiciona a sua operabilidade.

Do ponto de vista cultural, são solos com boa potencialidade produtiva em sequeiro ou com rega gota a gota.

Na situação actual constituem as manchas de agricultura mais intensivas da zona do PROZEA, na qual se potenciam, em termos de culturas arvenses de sequeiro, maiores ganhos de produtividade; nas áreas sem restrições de drenagem constituem as zonas de desenvolvimento dos sistemas mais intensivos de vinha e olival.

Unidade II — Solos com potencialidade agrícola mediana (PAM)

Integra os solos argilosos ou franco-argilosos, mais delgados que os anteriores e com características físicas semelhantes, ocorrendo, em geral, em situações de declive mais acentuado. Do ponto de vista cultural, são solos que apresentam uma potencialidade produtiva marginal para sistemas arvenses de sequeiro e para sistemas arbóreo-arbustivos.

Unidade III — Solos com potencialidades para sistemas pratenses ou para a silvo-pastorícia (PSV)

É constituída por solos de textura grosseira, com perfil cultural pouco evoluído e por vezes com espessura efectiva reduzida. Apresentam-se frequentemente em situações de declive acentuado, com riscos e evidentes efeitos de erosão. O horizonte consolidado ou a rocha-mãe encontra-se próximo da superfície, ocorrendo por vezes blocos de afloramentos rochosos consolidados ou fragmentados, então agrupados nos típicos «cadabulhos» da região.

Em termos de aproveitamento cultural potencial, são solos relativamente pobres ou degradados, com manifestos sinais de erosão e com grandes restrições no seu aproveitamento. São terras com reduzida aptidão natural ou potencial, outrora sobreexploradas em sistemas cerealíferos que aceleraram a sua destruição, que devem ser aproveitados através de sistemas de silvo-pastorícia, florestais ou de uso múltiplo.

unidade IV — Solos com potencialidade florestal (FF)

É constituída por solos diversos com textura arenosa ou franca, em situação de declive acentuado (solos litólicos), com frequentes afloramentos rochosos. São solos sem aptidão natural ou potencial para produções de sementeira e que devem ser aproveitados em sistemas florestais ou de uso múltiplo.

Actualmente constituem suporte de sistemas florestais mais ou menos esparsos de pastagens degradadas ou de terras de mato, situação mais frequente nos declives acentuados dos vales encaixados.

os concelhos de Moura e Reguengos de Monsaraz concentram as áreas com mais elevada potencialidade agrícola, com respectivamente 43% e 40% das áreas respectivas de solos das unidades I e II.

As situações mais desfavoráveis em termos de intensificação cultural correspondem aos concelhos de Barrancos e Alandroal, com 98% e 78% das respectivas áreas ocupadas por solos com potencialidade florestal e silvo-pastoril.

Os concelhos de Reguengos e Moura apresentam áreas com potencialidade agrícola respectivamente de 40% e 43% das áreas totais.

QUADRO N.º 2

Potencialidade cultural dos solos na zona do PROZEA

(Valores em hectares)

Concelhos	Área total	Potencialidade agrícola intensiva	Potencialidade agrícola mediana	Potencialidade para silvo-pastorícia	Potencialidade florestal	Áreas sociais
Alandroal	54 480	3 258	8 328	10 055	32 372	479
Mourão	27 770	3 184	4 387	7 181	12 505	551
Barrancos	16 870	80	50	2 626	13 705	414
Reguengos	46 560	7 352	11 646	8 191	18 794	579
Portel	60 340	4 656	10 745	11 487	32 957	494
Moura	95 250	19 055	21 854	9 723	43 408	1 210
<i>Total</i>	300 270	37 585	57 010	49 263	153 741	3 727

QUADRO N.º 3

Representatividade das diversas unidades potenciais

(Valores em percentagem da área do concelho)

Concelhos	Área total (hectares)	PAI	PAM I A	PSP	FF
Alandroal	54 480	6	15	18	60
Mourão	27 770	11	16	26	45
Barrancos	16 870	16	24	16	82
Reguengos	46 560	16	24	18	40
Portel	60 340	8	18	19	55
Moura	95 250	20	23	10	46

1.3.3 — A utilização actual do solo

No que respeita aos sistemas mais significativos, a utilização actual do solo na zona do PROZEA é resumida no quadro n.º 4.

QUADRO N.º 4

Ocupação actual do solo

(Hectares)

Concelhos	Área total	CA	Sistemas culturais arbóreo-arbustivos		SF	
			Vi	OI	Sb	Az
Alandroal	54 480	20 620	28	2 947	3 212	27 669
Mourão	27 770	12 746	66	2 471	100	12 400
Barrancos	16 870	5 450	-	577	578	10 265
Reguengos	46 560	21 700	1 381	8 243	653	14 589
Portel	60 340	10 000	40	4 648	27 385	20 534
Moura	95 250	29 635	843	18 855	5 807	40 110

Vi — vinha extreme e consociada com olival.

OI — olival denso e disperso.

Az — azinho denso e disperso.

Sb — sobre denso e disperso.

A comparação da informação contida nos quadros n.ºs 2 e 3, com a fornecida pelo quadro n.º 4, confirma a ideia já anteriormente avançada de que é nos concelhos com potencialidades agrológicas mais elevadas que se desenvolvem os sistemas agrícolas mais intensivos.

Da análise conjugada da informação sobre os solos com a da repartição espacial dos sistemas agrícolas retiram-se as seguintes informações:

Subzona de Moura

Os sistemas especializados e intensivos de olival e vinha estão, em geral, instalados nos solos com potencialidade cultural mais elevada, traduzindo assim uma ajustada afectação dos recursos.

Nesta zona, o sistema de montado de azinho ocupa cerca de 6000 ha de solos com mediana potencialidade agrícola, área esta que pode constituir uma reserva para a expansão do olival ou para outro tipo de aproveitamentos.

Subzona de Barrancos

Nesta região, em que predominam solos com reduzida potencialidade cultural, os sistemas agrícolas são muito extensivos, representando apesar de tudo um correcto ajustamento entre exigências dos sistemas e disponibilidades dos recursos agrológicos.

Subzona do Alandroal

Os sistemas mais frequentes no concelho do Alandroal apresentam orientação cultural extensiva, que se ajusta às características dos solos em presença, embora existindo em exploração nesta zona o aproveitamento hidroagrícola do Lucefecit.

Constituem excepção cerca de 1000 ha ocupados com vinha e olival, estando os restantes solos, com potencialidade agrícola intensiva e mediana, alocados a sistemas arvenses mais ou menos intensivos.

Os sistemas de montado de sobre e azinho ocupam sempre solos com reduzida potencialidade produtiva.

Subzona de Reguengos

Na subzona de Reguengos os sistemas mais intensivos de vinha, olival e culturas arvenses estão instalados nas áreas com recursos agrológicos mais elevados. Os sistemas de montado de azinho e sobre ocupam os solos de menor potencialidade produtiva.

Não se identificam áreas disponíveis com potencialidade para a instalação de sistemas agrícolas.

Subzona de Portel

No concelho de Portel os melhores solos estão ocupados com os sistemas mais intensivos com excepção de cerca de 3500 ha de solos com mediana potencialidade produtiva que se encontram ocupados com montado de azinho.

Subzona de Mourão

Os melhores solos do concelho de Mourão encontram-se ocupados com sistemas agrícolas intensivos de olival ou de culturas arvenses.

Em conclusão, o balanço da informação recolhida através da comparação dos solos com a respectiva ocupação permite concluir que apenas cerca de 9500 ha constituem áreas correspondentes a uma subutilização dos recursos agrológicos, sendo, portanto, áreas potencialmente disponibilizáveis para outros tipos de aproveitamentos.

A sua distribuição geográfica é a seguinte:

Subzona de Moura — 6000 ha;

Subzona de Portel — 3500 ha.

1.3.4 — Proposta de utilização futura do solo agrícola

Na área do PROZEA encontra-se instalado um conjunto de sistemas agrícolas, que conferem identidade à paisagem e que interessa preservar. São sistemas que traduzem, na situação actual, uma adequada adaptação entre as exigências dos sistemas como um todo e as disponibilidades do meio físico.

Constituindo as disponibilidades ecológicas do meio um dado estável, os sistemas ocorrentes representam modelos de agricultura sustentável, nos quais a conservação e protecção dos solos e das paisagens agrícolas devem representar objectivos determinantes. Não se prevendo no curto/medio prazo alterações relevantes do clima por influência da construção da barragem, os objectivos agrícolas devem centrar-se na conservação dos sistemas existentes, mais do que na sua intensificação, salvo para os casos de concretização das áreas de regadio, nomeadamente nos concelhos de Moura e Portel.

A valorização das economias rurais baseadas numa agricultura sustentável passa também pelo desenvolvimento da agricultura biológica e pela aplicação de sistemas agrícolas de conservação. Estes sistemas servem simultaneamente os objectivos económicos e ambientais, permitindo o aproveitamento racional dos solos em áreas demarcadas como habitats de especial valor.

Para efeitos de ordenamento do território, o PROZEA preconiza um adequado ordenamento agrário, enquadrando os modelos de agricultura em duas tipologias distintas:

A — Zonas de agricultura com objectivos económicos, envolvendo os sistemas de vinha e olival e os objectivos económicos sistemas intensivos de culturas arvenses de sequeiro;

B — Zonas de agricultura de base territorial, explorando a vocação social, ambiental e de ordenamento do território, englobando as restantes áreas, nomeadamente os montados de sobre e azinho, os sistemas de olival pouco ou medianamente intensivo e os sistemas de pastagens degradadas e de matos.

Esta classificação não é exclusiva, na medida em que o montado de sobre representa um valor económico elevado, enquanto corresponde a um uso extensivo do solo. Por outro lado, futuros sistemas agrícolas biológicos e de conservação poderão desenvolver-se em áreas actualmente utilizadas para agricultura de base territorial ou poderão substituir algumas áreas de agricultura intensiva.

A evolução destes dois tipos de modelos agrícolas está, contudo, condicionada pelas orientações da reforma da PAC, bem como pela evolução tecnológica e social que permita um maior desenvolvimento da agricultura como componente fundamental da interligação dos sistemas de conservação ambiental, produtivos e sociais.

A — Zonas de agricultura com objectivos económicos

O modelo de agricultura com objectivos económicos é actualmente limitado pelas quotas atribuídas para a vinha e para o olival, admitindo-se, apesar de tudo, a sua extensão às áreas ocupadas pelos sistemas arvenses. Este alargamento será sempre mais significativo em relação ao olival, com perspectivas mais favoráveis de flexibilização das quotas.

Os sistemas arvenses, mesmo os mais intensivos, devem ser reconvertidos. As orientações da política agrícola comum, com a redução prevista das ajudas directas ao rendimento, determinarão a sua inviabilidade económica, numa economia aberta de mercado.

Estes sistemas podem evoluir para a produção de trigo-duro, caso a respectiva quota venha a ter aumentos substanciais. Em alternativa, pode dar-se a substituição de algumas áreas de agricultura cerealífera por olivais intensivos (regiões de Moura e de Reguengos) ou vinhais, em dimensões que não alterem o macordenamento da paisagem agrícola.

Uma alternativa mais interessante será a sua evolução para sistemas agrícolas de conservação que permitam conjugar objectivos económicos e de valorização territorial com os objectivos de conservação da natureza, numa perspectiva de desenvolvimento de uma agricultura sustentável como base da economia rural.

Em termos de paisagem agrária a expectativa será no sentido de reforço das paisagens de olival, em menor escala da vinha e da redução da paisagem cerealífera intensiva, que tenderá gradualmente para a extensificação, integrando-se num modelo de agricultura sustentável.

B — Zonas de agricultura de base territorial

O cenário da agricultura territorial será o modelo mais representativo e que se irá consolidar na área de intervenção do PROZEA. Trata-se de uma situação com grande impacto na economia rural da zona e com reflexos na conservação da paisagem.

O modelo de agricultura territorial deve ser reforçado no âmbito das políticas de apoio ao desenvolvimento rural, respeitadoras do ambiente, da paisagem e do ordenamento do território, que maximizem os efeitos das actuais medidas de política agri-ambiental.

Este modelo, em que o equilíbrio entre o homem-agricultor e o ambiente físico deve ser respeitado, pode ser diversificado, desenvolvendo a agricultura biológica, o aproveitamento e a valorização dos produtos tradicionais de especificidade regional, a criação de actividades lúdicas respeitadoras das paisagens, a criação de novas actividades rurais, o desenvolvimento de áreas de educação e formação ambiental, de protecção da natureza e de desenvolvimento cinegético.

1.3.5 — Modelo de ordenamento da paisagem agrícola

Em termos de macordenamento, os dois tipos de modelos de ocupação do solo referidos constituem elementos integradores da paisagem agrícola, que devem ser preservados no âmbito de sistemas agrícolas sustentáveis.

A valência económica dos modelos de vinha, olival e cerealicultura intensiva assegura esta sustentabilidade, tornando-se, contudo, necessário estabelecer o quadro de normas técnicas que assegurem o seu equilíbrio nas vertentes económicas e ambientais.

A valência territorial (ordenamento e ocupação) dos sistemas de montado de sobre, de montado de azinho, de pastagens e de matos deve ser valorizada através de definição do normativo enquadrador da respectiva exploração e da maximização do recurso aos apoios agro-ambientais e agro-rurais da PAC, transformando os respectivos

espaços em zonas de apoio às políticas de ordenamento agrário e de desenvolvimento rural.

Deste modo, torna-se indispensável definir e desenvolver em relação à área do PROZEA dois tipos de intervenções:

Estabelecer normas técnicas de produção (itinerários técnicos, sistemas de condução, métodos de cultura), que, assegurando a economicidade dos sistemas e ou o seu enquadramento na paisagem rural, correspondam a sistemas agrícolas de conservação;

Fixar o quadro legal e regulamentador que permita consolidar, em termos de ordenamento, a implantação do conjunto dos sistemas da zona de intervenção do PROZEA.

No que respeita aos usos actuais, devem ser consideradas áreas não susceptíveis de outras utilizações as seguintes:

Vinhas intensivas;
Olivais intensivos ou medianamente intensivos;
Montados de sobreiro;
Montados de azinho densos;
Zonas de mato de protecção dos vales enclavados e das zonas de maior declive.

As áreas de montado de sobreiro e azinho, assim como as áreas de pastagem, devem ser preservadas e valorizadas como áreas de suporte à pastorícia tradicional e sem recurso ao consumo de alimentos compostos externos aos sistemas.

Como áreas de potencial ocupação com sistemas alternativos (agrícolas ou com outras orientações), mas sempre adequados e respeitadores do enquadramento da paisagem agrária da região, identificam-se, como referido, cerca de 6000 ha no concelho de Moura e cerca de 3500 ha no concelho de Portel. Estas áreas, integrando solos com mediana potencialidade produtiva, actualmente ocupadas com montado de azinho, podem constituir zonas de expansão do olival e da vinha, para a implementação de sistemas agrícolas de conservação e para a densificação dos montados de sobreiro e azinho.

A reconversão de outros espaços para usos não agrícolas deve ser casuisticamente analisada, tendo presente os seguintes pressupostos:

A valorização económica dos terrenos ocupados com vinha ou olival condiciona a respectiva reconversão para outros usos;
A reconversão de montados de sobreiro ou de montados de azinho densos não pode, por imperativos legais, ser considerada;
A reconversão de montados de azinho pouco densos ou das peneplanícies com cultura arvenses intensiva deve ser ponderada tendo presentes os respectivos impactos sobre a paisagem e sobre o mundo rural (diversificação de actividades, criação de empregos, efeitos sobre a fauna).

Tendo por base estes pressupostos, estabeleceu-se uma matriz de disponibilidade para usos alternativos, com uma classificação de 1 a 3, correspondendo o valor inferior à indisponibilidade para outras utilizações (quadro n.º 5).

QUADRO N.º 5

Coefficientes de «disponibilidade» para utilizações alternativas

Sistemas culturais actuais	Condicionantes	Nível de disponibilidade para outros usos
Vinha e olival	Económica	1
	Equilíbrio da paisagem	
	Produtos de qualidade	
Montado de sobreiro	Económica	1
	Equilíbrio da paisagem	
	Conservação da natureza	
	Legislação	
Montado de azinho denso	Protecção da paisagem	1
	Conservação da natureza	
	Legislação	
	Sistema pecuário	
Montado de azinho esparsos	Protecção da paisagem	2/3
	Conservação da natureza	
	Legislação	
Culturas arvenses intensivas	Potencial zona de expansão para vinha e olival	2
	Equilíbrio do sistema produtivo	
Culturas arvenses extensivas	Equilíbrio da paisagem	3
	Conservação da natureza	
Matos	Protecção do solo	1
	Equilíbrio da paisagem	
	Conservação da natureza	

1.4 — Desenvolvimento turístico

1.4.1 — Enquadramento

No domínio do turismo, de acordo com o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 380/99, o PROZEA visa:

Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais;
Traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no Plano de Desenvolvimento Regional;

Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais.

O âmbito regional define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecendo as directrizes orientadoras do ordenamento municipal.

Na ausência de programa nacional da política de ordenamento do território e de plano sectorial do turismo, entende-se que se deve considerar o enquadramento proporcionado pelas «Linhas de orien-

tação da política de turismo» (Secretaria de Estado do Turismo, Setembro de 1998).

1.4.2 — Cenários de desenvolvimento

Considerando o turismo como uma actividade complementar do impacto do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, pela a criação da grande albufeira, foram apresentados anteriormente cenários de desenvolvimento, com o fim de ilustrar, por contraste, as opções territoriais decorrentes no domínio do turismo.

Está em causa a alteração da capacidade de suporte do território para actividades de lazer, recreio e turismo em função da criação de um espelho de água com 250 km² de superfície, cerca de 1100 km de margens, 85 km de comprimento e cerca de 440 ilhas, sendo 100 com áreas iguais ou superiores a 1 ha. Este factor gera grandes expectativas de desenvolvimento, podendo o turismo representar uma valorização complementar para os concelhos a montante da barragem.

Contudo, a construção de um destino turístico associado ao aproveitamento da albufeira do Alqueva não surgirá provavelmente de forma espontânea, como resultado do livre funcionamento dos mercados, pensando-se que ela coloca grandes exigências de planeamento e de gestão do desenvolvimento, com recurso, designadamente, a uma forte intervenção do sector público.

A intervenção do sector público deverá exercer-se nos seguintes âmbitos:

- Gestão do território e conservação da natureza;
- Rede de infra-estruturas, equipamentos e serviços de suporte;
- Imagem e promoção institucional da área;
- Atracção, enquadramento e apoio financeiro a investimentos privados;
- Sinalização e informação turística;
- Formação de recursos humanos.

Note-se que existem diversas situações no País em que o factor plano de água não gerou por si mesmo uma dinâmica de desenvolvimento turístico. Refiram-se casos como, por exemplo, a albufeira da Aguireira e a albufeira de Castelo do Bode, em que, na primeira, não houve ainda impactos turísticos significativos e, na segunda, houve alguns mas desordenados, desqualificados e sem consistência turística de conjunto, saldando-se sobretudo em fortes pressões imobiliárias na faixa de protecção da albufeira.

As questões básicas para o ordenamento do território têm a ver com os tipos de usos do território, as infra-estruturas, as capacidades de carga e as localizações admissíveis, numa óptica de maximização das condições de acolhimento do território no quadro dos objectivos assumidos pelo PROZEA. O estudo estratégico efectuado identificou os seguintes factores chave:

- Implantação de empreendimentos turísticos e de lazer;
- Usos do plano de água;
- Valorização do património cultural e natural.

O exercício de cenarização consistiu na construção de cenários contrastados que poderiam servir de quadro de referência para a tomada de opções sobre o desenvolvimento do sistema turístico regional. Retiveram-se dois eixos de contraste: a «intensidade turística» e o «aproveitamento da albufeira» e construíram-se quatro cenários:

- «Alqueva estância turística»;
- «Alqueva recreio náutico»;
- «Alqueva paisagem»;
- «Alqueva tradicional».

Nenhum destes cenários tem pretensões de ser o mais provável, nem sequer o melhor, tal como também não faria sentido um cenário de extrapolação ou predição do futuro. O sentido destes cenários é constituírem uma multiplicidade de futuros possíveis que a formulação estratégica trata a partir de questões formalizadas em «se... então», explicitando os pressupostos e as consequências de cada um. Em síntese, as questões chave são:

a) No domínio da oferta:

- Oferta de imobiliário de lazer;
- Oferta de outra animação turística;
- Oferta hoteleira e complementar;

b) No domínio dos condicionamentos de usos da albufeira:

- Permissão de recreio e desportos náuticos;

c) No domínio da política regional e local:

- Valorização do património cultural;
- Valorização do património natural.

As variáveis de cenário retidas permitem raciocinar em termos de dois eixos de contrastação correspondentes às opções críticas nos dois domínios chave seleccionados. Ao primeiro domínio chamaremos «Intensidade turística» e corresponde à intensidade admitida para os usos do território em imobiliária de lazer, equipamentos de animação turística (incluindo o golfe) e estabelecimentos hoteleiros e complementares. Ao segundo domínio chamaremos «Aproveitamento da albufeira» e corresponde às actividades de recreio náutico permitidas.

Temos assim dois eixos de contraste:

- Eixo n.º 1 — Intensidade turística;
- Eixo n.º 2 — Aproveitamento da albufeira.

Intensidade turística	
+	+
«Alqueva paisagem»	«Alqueva estância turística»
Fraca atracção de investimento. Exposição à concorrência. Menor crescimento económico e emprego. Turismo de natureza. Fraca capacidade de captação/fidelização.	Atracção de investidores. Diferenciação face à concorrência. Crescimento económico e emprego. Rentabilização de investimentos. Grande capacidade de captação/fidelização.
Aproveitamento da albufeira —	Aproveitamento da albufeira +
«Alqueva tradicional»	«Alqueva recreio náutico»
Fraca atracção de investimento. Exposição à concorrência. Depressão económica e despojoamento. Turismo de natureza e em espaço rural. Excursionismo.	Fraca atracção de investimento. Destino de recreio de fim-de-semana. Menor crescimento económico e emprego. Turismo desportivo. Campismo e turismo em espaço rural.

Os cenários apresentados são visões do futuro consistentes e plausíveis, estruturadas de forma distinta, sobre as quais temos de proceder à avaliação da adequação à missão e objectivos do PROZEA.

1.4.3 — Opções estratégicas

Na articulação do ordenamento do território com o desenvolvimento turístico há que respeitar como objectivos:

- Qualidade dos produtos turísticos em correspondência com os critérios de satisfação dos clientes potenciais em mercados segmentados;
- Conservação da natureza;
- Qualidade ambiental;
- Salvaguarda do património histórico-cultural e das identidades culturais;
- Identidade e diferenciação da oferta turística.

Há ainda questões de ordem política que se colocam como valores a respeitar, designadamente:

- Crescimento económico com criação de emprego para fixar população;
- Distribuição dos benefícios do desenvolvimento turístico de forma tão equitativa quanto possível pelos municípios;
- Especificidade da posição «marginal» do concelho de Barrancos, relativamente ao plano de água da albufeira.

O conceito de opções estratégicas tem a ver com a estrutura do «território turístico» a longo prazo e com questões essenciais ou mudanças estruturais, tendo em consideração as variáveis da envolvente genérica e da envolvente regional e sectorial do território.

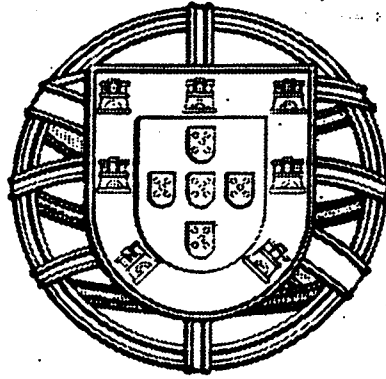
Esta foi a orientação seguida para apresentar opções estratégicas focalizadas nas competências centrais/distintivas modeladoras de um território turístico na zona envolvente do Alqueva, com afirmação autónoma de um produto turístico composto regional e com capacidade de captação e fidelização de mercados.

A estratégia de posicionamento turístico da zona envolvente do Alqueva (ZEA) deverá orientar-se por:

- Aproveitamento do capital de imagem do Alentejo no seu conjunto, o que significa preservar e valorizar as identidades regionais;
- Diferenciação da ZEA nesse conjunto, fazendo realçar elementos que possam ser facilmente identificáveis, o que pode ser sugerido através do «grande lago», da frescura e das possibilidades de recreio, lazer e desporto que proporciona;

ANEXO III

**Resolução do Conselho de Ministros
nº 95/2002 - POAAP**



Esta 1.ª série do Diário
de República é apenas
constituída pela parte B

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002:

Aprova o Plano de Ordenamento das Albufeiras do
Alqueva e Pedrógão (POAAP) 4434

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2002:

Ratifica o Plano de Urbanização de Miranda do Corvo,
no município de Miranda do Corvo 4466

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002

Na sequência da decisão de relançamento do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, foi determinado, na conformidade com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, alterado pela Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro, a elaboração do Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP).

A área de intervenção do POAAP integra o futuro plano de água das albufeiras do Alqueva e Pedrógão e uma faixa de protecção terrestre de 500 m definida a partir da cota do nível de pleno armazenamento, abrangendo os concelhos de Alandroal, Elvas, Évora, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Vidigueira e Vila Viçosa.

A decisão de elaboração do POAAP revestiu-se de um carácter assumidamente preventivo, constituindo-se como o primeiro caso nacional em que a elaboração do plano precedeu a existência real da albufeira. Esta decisão foi tomada tendo presente a grande dimensão do projecto e as profundas transformações a ocorrer no território, em resultado da constituição de um plano de água que se estenderá ao longo de aproximadamente 100 km do rio Guadiana, submergindo cerca de 250 km² do seu vale, nomeadamente transformações em termos físicos, microclimáticos e naturais, pesando significativamente a destruição de recursos e valores e a consequente fragilização de sistemas ecológicos, mas também transformações socioeconómicas decorrentes da disponibilização do recurso de água e do plano de água enquanto tal.

O POAAP visa, assim, numa perspectiva integrada do território, estabelecer as regras de utilização do plano de água e da zona de protecção, definindo os usos e o regime de gestão que salvaguarde a qualidade da água, garanta a defesa, valorização e reposição de valores naturais e regule a ocorrência e o desenvolvimento das actividades humanas, nomeadamente as ligadas ao recreio, lazer e turismo relacionado com a fruição do plano de água, numa perspectiva de diversificação da actividade económica e de melhoria da qualidade de vida das populações.

O POAAP foi elaborado em articulação com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Alqueva (PROZEA), cujos trabalhos decorreram simultaneamente no tempo, havendo sintonia entre a disciplina de uso e regime de gestão do solo a vigorar na sua área de intervenção e os princípios, opções e orientações constantes do plano regional.

Atento o parecer final da comissão consultiva, ponderados os resultados da discussão pública e concluída a versão final do POAAP, encontram-se reunidas as condições para a sua aprovação, acto que se considera de especial urgência, atendendo ao horizonte temporal próximo para conclusão das obras da barragem e início do enchimento e cujo eventual adiamento comprometeria profundamente o propósito de actuação preventiva que determinou a elaboração do Plano.

A entrada em vigor do POAAP determina a necessidade da alteração dos planos municipais de ordenamento do território em vigor na sua área de intervenção que com ele não se conformem na medida em que, como decorre do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre aqueles. A mencionada alteração deverá ocorrer no prazo de 90 dias, seguindo

o procedimento de regime simplificado previsto no artigo 97.º do citado decreto-lei.

O procedimento de elaboração do POAAP foi encetado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, alterado pela Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro, tendo, no entanto, o seu conteúdo sido adaptado por forma a adequar-se ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, ao abrigo do qual será aprovado.

Considerando o disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, cujos Regulamento, planta de síntese e planta de condicionantes se publicam em anexo à presente resolução, dela fazendo parte integrante.

2 — Determinar a necessidade de alteração das disposições dos planos municipais de ordenamento do território desconformes com as disposições do Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, no prazo de 90 dias, ao abrigo do procedimento de regime simplificado previsto no artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 7 de Fevereiro de 2002. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

REGULAMENTO DO PLANO DE ORDENAMENTO DAS ALBUFEIRAS DO ALQUEVA E PEDRÓGÃO (POAAP)

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Natureza jurídica e âmbito

1 — O Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, adiante designado por POAAP, é, nos termos da legislação em vigor, um plano especial de ordenamento do território.

2 — O POAAP tem a natureza de regulamento administrativo, prevalece sobre os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território e com ele devem adequar-se os programas e os projectos a realizar na sua área de intervenção.

— A área de intervenção do POAAP, abrangendo o plano de água e a zona de protecção, insere-se nos concelhos de Alandroal, Elvas, Portel, Reguengos de Monsaraz, Moura, Mourão, Évora, Vidigueira, Vila Viçosa e Serpa.

Artigo 2.º

Objectivo

1 — O POAAP tem por objectivos:

- Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e ou a serem criados com a protecção e valorização ambiental e as finalidades principais das albufeiras;
- Definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- Definir os usos, o regime de gestão do solo e as medidas e acções que permitam gerir a área objecto de plano, numa perspectiva dinâmica e interligada, no sentido de se adaptar às exigências que se colocam na transformação de um território que passará a ter condicionantes decorrentes da existência das albufeiras;
- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, incluindo as ilhas, quase-ilhas e penínsulas resultantes do enchimento da albufeira, e as áreas mais aptas para actividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;

- f) Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente das albufeiras;
- g) Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional, nomeadamente com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Alqueva (PROZEA), o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármorez (PROZOM) e ainda com o Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva (PEDIZA);
- h) Garantir a articulação com o Plano de Gestão Ambiental do Alqueva e com o estudo integrado de impacte ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e considerar os resultados dos estudos realizados no âmbito do Plano de Minimização de Impactes no Património Natural e do Plano de Minimização de Impactes no Património Cultural;
- i) Garantir a articulação com os objectivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana.

Artigo 3.º

Composição

1 — São elementos do POAAP as seguintes peças escritas e desenhadas:

- a) O Regulamento;
- b) A planta de síntese, elaborada à escala de 1:25 000, identificando para o plano de água e zona de protecção o zonamento do solo em função dos usos e do regime de gestão definido;
- c) A planta de condicionantes, elaborada à escala de 1:25 000, assinalando as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública;
- d) O relatório, que fundamenta as principais medidas, indicações e disposições adoptadas;
- e) O plano de execução, contendo disposições indicativas sobre o escalonamento temporal das principais intervenções e a estimativa do custo das acções previstas;
- f) Os estudos de caracterização física, social, económica e urbanística que fundamentam a proposta de plano.

Artigo 4.º

Definições

1 — Para os efeitos do presente Regulamento, são adoptadas as seguintes definições e conceitos:

- a) Área de construção — valor expresso em metros quadrados resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, com exclusão de sótãos não habitáveis, áreas destinadas a estacionamento, áreas técnicas (PT, central térmica, compartimentos de recolha de lixo, etc.), terraços, varandas e alpendres, galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pela edificação;
- b) Área de impermeabilização, também designada por superfície de impermeabilização — valor expresso em metros quadrados resultando do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e das áreas de solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente arruamentos, estacionamento, equipamentos desportivos e logradouros;
- c) Área de implantação — valor expresso em metros quadrados do somatório das áreas resultantes da projecção no plano horizontal de todos os edifícios (residenciais e não residenciais), incluindo anexos, mas excluindo varandas e platibandas;
- d) Área total do terreno — a superfície total do terreno objecto de intervenção, incluindo infra-estruturas, medida em hectares;
- e) Áreas intermíveis — faixas do leito das albufeiras situadas entre o nível pleno de armazenamento (NPA) e o nível do plano de água em determinado momento;
- f) Cais — cais flutuante destinado à acostagem e permanência de embarcações;
- g) Cama turística — capacidade de alojamento proporcionado pelos empreendimentos turísticos;
- h) Cércea ou altura do edifício — dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios, tais como chaminés, casas de máquinas de ascensores ou depósitos de água;
- i) Coeficiente de afectação do solo (CAS) — multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório da área de implantação das construções e a área total da parcela;

- j) Coeficiente de impermeabilização do solo (CIS) — multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre a área de impermeabilização e a área total da parcela;
- k) Coeficiente de ocupação do solo (COS) — multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório das áreas de construção e a área total da parcela;
- l) Construção nova — edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre a qual foi erguida já tenha existido outra construção. Abrange a edificação com a utilização de pré-fabricados;
- m) Domínio hídrico — abrange a albufeira, com seu leito e margens, bem como os cursos de água afluentes com seu leito e margens;
- n) Espécie — conjunto de indivíduos inter-reprodutores com a mesma morfologia hereditária e um ciclo de vida comum, incluindo quaisquer subspecies ou as suas populações geograficamente isoladas;
- o) Espécie exótica — espécie que não é autóctone (indígena) da região em causa; qualquer espécie, da flora ou da fauna, não originária de um determinado território e nunca aí registada como ocorrendo naturalmente e com populações auto-sustentadas durante os tempos históricos;
- p) Ilha — toda a área de terreno, rodeada de água, situada acima da cota de 152 m;
- q) Jangada — infra-estrutura amovível tipo piscina flutuante destinada a proporcionar a fruição do plano de água em condições de segurança;
- r) Leito — terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias ou inundações. O leito da albufeira é limitado pela curva de nível a que corresponde o NPA; o leito dos cursos de água afluentes à albufeira é limitado pela linha que corresponde à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordarem para solo natural, habitualmente enxuto;
- s) Margem — faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas. A margem da albufeira tem uma largura de 30 m, contada a partir do NPA; a margem dos cursos de água afluentes à albufeira, sendo estes correntes não navegáveis nem flutuáveis, tem a largura de 10 m, contada a partir da linha que limita o leito;
- t) NPA — cota máxima a que pode realizar-se o armazenamento de água na albufeira (152 m em Alqueva e 84,5 m no Pedrógão);
- u) Obra de ampliação — obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente;
- v) Obras de alteração — as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea;
- w) Obras de construção — as obras de criação de novas edificações;
- x) Obras de conservação — as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;
- y) Obras de reconstrução — obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos;
- z) Operações de loteamento — as acções que tenham por objecto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados imediata ou subsequentemente à edificação urbana e que resulte da divisão de um ou vários prédios ou do seu emparcelamento ou reparcimento;
- aa) Operações urbanísticas — os actos jurídicos ou as operações materiais de urbanização, de edificação ou de utilização do solo e das edificações nele implantadas para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água;
- bb) Parcela — área de território física ou juridicamente autonomizada não resultante de uma operação de loteamento;
- cc) Plano de água — toda a área passível de ser ocupada pelas albufeiras, ou seja, a área correspondente ao NPA, delimitada pela cota de 152 na albufeira do Alqueva e pela cota de 84,5 na albufeira do Pedrógão;
- dd) Pontão e embarcadouro — plataforma flutuante para acostagem e acesso às embarcações, normalmente incluindo passadiço de ligação à margem;
- ee) Rampa varadouro — infra-estrutura em rampa que permite o acesso das embarcações ao plano de água;
- ff) Recreio balnear — conjunto de actividades de recreação e lazer praticadas em terra ou na água, mas que simultaneamente ou em complemento usufruem de ambos os meios, sem recurso ao uso de embarcações;

- gg) Unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG) — demarca áreas de intervenção a serem tratadas a um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução;
- hh) Zona de protecção da albufeira — faixa terrestre de protecção à albufeira, com uma largura máxima de 500 m, medida na horizontal a partir do NPA;
- ii) Zona reservada — faixa marginal à albufeira, compreendida na zona de protecção, com a largura máxima de 50 m, contada a partir do NPA.

Artigo 5.º

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1 — Na área de intervenção aplicam-se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos regimes jurídicos aplicáveis a:

- a) Domínio hídrico;
- b) Zona reservada das albufeiras;
- c) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- d) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- e) Montado de sobre e azinho;
- f) Perímetro florestal de Mourão;
- g) Zona de protecção especial Mourão-Moura-Barrancos;
- h) Sítio Guadiana-Juromenha (da Lista Nacional de Sítios);
- i) Rodovias (existente e prevista);
- j) Tomada de água dos Alamos;
- k) Infra-estruturas destinadas aos abastecimento público;
- l) Infra-estruturas destinadas ao saneamento público;
- m) Infra-estruturas destinadas ao fornecimento de energia eléctrica;
- n) Património classificado;
- o) Marcos geodésicos;
- p) Minas e pedreiras.

2 — As áreas sujeitas às servidões e restrições mencionadas no número anterior, salvo as relativas às alíneas e), k) e m), encontram-se assinaladas na planta de condicionantes.

CAPÍTULO II

Disposições gerais relativas ao uso e ocupação na área de intervenção

Artigo 6.º

Plano de água

1 — No plano de água das albufeiras são permitidas, nas condições constantes de legislação específica e do disposto no presente Regulamento, as seguintes actividades:

- a) Pesca;
- b) Banhos e natação;
- c) Navegação recreativa a remo e à vela;
- d) Navegação recreativa a motor (a gasolina e eléctrico);
- e) Competições desportivas;
- f) Aprendizagem e treino de esqui aquático.

2 — No plano de água das albufeiras é interdita a prática dos seguintes actos ou actividades:

- a) Aquicultura ou piscicultura;
- b) Pesca com recurso à utilização dos engodos;
- c) Navegação recreativa com mota de água;
- d) Caça até à elaboração do plano de gestão pela Direcção-Geral das Florestas, sujeito a aprovação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quando estejam em causa áreas classificadas.

3 — A prática de banhos e natação está sujeita à classificação da água como balnear nos termos da legislação em vigor.

4 — A instalação de pontões para amarração de embarcações e jangadas flutuantes observará o zonamento estabelecido para o plano de água e só poderá ser autorizada nas zonas para esse fim, assinaladas na planta de síntese, e que são: espaços com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos, espaços com aptidão para actividades recreativas e espaço urbanizável da aldeia da Estrela, conforme os artigos 21.º e 22.º do presente Regulamento e o estabelecido para a UOPG 3.

5 — A realização de competições desportivas fica sujeita à definição, caso a caso, por parte das entidades competentes, das áreas que lhe serão atribuídas.

6 — Em conformidade com o zonamento constante da planta de síntese, o plano de água deve ser demarcado e sinalizado em função da utilização definida no presente Regulamento.

7 — Devem ser demarcados e sinalizados no plano de água corredores perpendiculares à margem, de entrada e saída de embarcações, pela entidade competente.

8 — Nos termos da legislação específica em vigor, poderão ser criadas zonas exclusivamente destinadas à pesca com normas próprias de utilização.

Artigo 7.º

Zona de protecção

1 — Na zona de protecção, nos termos da legislação em vigor e do presente Regulamento são proibidas as seguintes actividades:

- a) Estabelecimento de unidades industriais;
- b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;
- c) O armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos, com excepção dos destinados a consumo na exploração, desde que sob coberto e em piso impermeabilizado; nestes casos é necessário aplicar um sistema de drenagem para captação de águas de lavagens de materiais, sendo o efluente devidamente recolhido e transportado;
- d) O emprego de pesticidas, a não ser os produtos fitofarmacêuticos homologados para as respectivas culturas e desde que aplicados segundo as orientações constantes dos respectivos rótulos;
- e) O emprego de adubos orgânicos e químicos azotados e fosfatados, nos casos de comprovado risco de contaminação da água por nitratos ou fosfatos de origem agrícola, através da sua monitorização, exceptuando-se as aplicações que sigam as recomendações de manuais de boas práticas agrícolas;
- f) Lançamento de excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes;
- g) A descarga, rejeição ou infiltração no terreno de esgotos de qualquer natureza, não devidamente tratados, quando seja viável o seu lançamento a jusante da albufeira ou quando excedam os valores máximos dos teores de fósforo, azoto, carbono, mercúrio e outros metais pesados (como o chumbo e o cádmio) e pesticidas de emissão, legalmente estabelecidos ou fixados pelos serviços competentes. Quando não seja viável o lançamento para jusante ou quando não excedam os valores a fixar pelos serviços competentes, a descarga, rejeição ou infiltração carece de licenciamento pela entidade competente;
- h) Todas as actividades que aumentem de forma significativa a erosão do solo e o transporte sólido para a albufeira;
- i) A instalação de depósitos de resíduos de qualquer natureza;
- j) A descarga de lixo ou entulho de qualquer tipo e a instalação de depósitos de sucata;
- k) A circulação de veículos de qualquer natureza, nomeadamente motociclos e veículos todo-o-terreno, fora dos acessos e trilhos a esse fim destinados, com excepção dos veículos em serviço de fiscalização, manutenção ou socorro e os decorrentes da actividade agrícola e florestal;
- l) A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- m) A instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos sem prévio licenciamento;
- n) A caça nas áreas que integram a zona de protecção especial de Mourão-Moura-Barrancos e o sítio Guadiana-Juromenha.

2 — Todos os restos deverão permanecer nas folhas de cultivo finda a cultura, assim como não deverão ser sujeitos a queimadas, de modo a minimizar a erosão do solo.

3 — As mobilizações do solo para fins agrícolas ou florestais devem ser efectuadas segundo uma orientação coincidente ou muito próxima das curvas de nível.

4 — Deverão ser preservadas todas as orlas de vegetação ribeirinha existentes, de protecção a linhas de água, caracterizadas por vegetação ripícola autóctone ou tradicionalmente adaptada, de acordo com a legislação em vigor, bem como incentivada a sua implantação em situações em que estes ecossistemas não existam ou se encontrem degradados.

5 — Sem prejuízo da obrigatoriedade da gestão activa e de uma correcta exploração, só é permitido o corte ou arranque de espécies arbóreas integrantes da associação climática da região, nomeadamente sobreiros e azinheiras, por razões fitossanitárias e em desbastes com vista à sua melhoria produtiva, nos termos da legislação em vigor.

6 — Não é permitida a aplicação de efluentes da pecuária ou lamas na faixa de protecção (100 m a partir do NPA), e fora desta faixa a utilização destes correctivos deverá ter em conta os respectivos boletins de análise e ser incorporada logo após a sua aplicação, e esta deverá ser feita fora das épocas das chuvas.

7 — Nas zonas adjacentes a unidades industriais localizadas fora da zona de protecção deve ser implementado um sistema de drenagem e retenção do escoamento de água pluvial potencialmente contaminada.

Artigo 8.º**Zona reservada**

1 — Na zona reservada não são permitidas quaisquer construções, com excepção das infra-estruturas de apoio à utilização da albufeira previstas no presente Regulamento.

2 — Na zona reservada é ainda interdita:

- a) A abertura de estradas ou caminhos, com excepção do referido no artigo 37.º do presente Regulamento, e o assentamento de condutas que, por qualquer forma, conduzam efluentes não tratados para a albufeira;
- b) A construção de vedações perpendiculares à margem que possam impedir a livre circulação, excepto no caso das zonas de caça que deverão possuir «passagens canadianas»;
- c) A permanência de gado.

3 — Exceptua-se do disposto no número anterior a construção de caminhos para peões, bicicletas ou cavaleiros, desde que não constituam quaisquer obstáculos à livre passagem das águas e sejam construídos com pavimento permeável e não impliquem a realização de movimentos de terras significativos.

CAPÍTULO III**Zonamento da área de intervenção****SECÇÃO I****Disposições gerais****Artigo 9.º****Zonamento**

A área de intervenção do POAAP divide-se, para os efeitos de fixação de usos e regime de gestão, nas seguintes zonas:

Plano de água

Zona interdita.

Zona restrita:

Zona de navegação restrita;
Zona de navegação sem motor.

Zona livre.

Zona de protecção às pontes.

Zona de protecção

Espaços rurais:

Conservação ecológica;
Protecção complementar:

Com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos;
Com aptidão para a instalação de actividades recreativas.

Espaços de investigação e experimentação científica.

Zona de respeito da barragem.

Espaços sociais:

Urbanos;
Urbanizáveis.

Elementos do património cultural.

Unidades operativas de planeamento e gestão:

UOPG 1 — Juromenha;
UOPG 2 — Luz;
UOPG 3 — Estrela;
UOPG 4 — Amieira;
UOPG 5 — Alqueva.

Rede viária:

Rodovia;
Restabelecimento da rede viária.

SECÇÃO II**Zonamento e actividades no plano de água****Artigo 10.º****Zona interdita**

1 — As zonas interditas correspondem às zonas do plano de água onde, por razões ambientais e de segurança, não são permitidas quaisquer actividades.

2 — Estas zonas integram as seguintes áreas, assinaladas na planta de síntese:

- a) Troço de montante do rio Guadiana;
- b) Alguns troços de outras linhas de água afluentes;
- c) A zona de protecção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira do Alqueva, no plano de água;
- d) A zona de protecção do açude e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira do Pedrógão;
- e) O troço compreendido entre a barragem do Alqueva e o rio Ardila;
- f) Uma faixa envolvente à tomada de água dos Álamos.

3 — Nas zonas interditas é permitida a pesca, se praticada da margem.

4 — As zonas interditas deverão ser devidamente sinalizadas e demarcadas através da colocação de bóias no plano de água pela entidade competente.

Artigo 11.º**Zona restrita**

1 — As zonas restritas consistem em zonas no plano de água, nas quais são impostas restrições à utilização do plano de água.

2 — As zonas restritas compreendem duas categorias de espaço:

- a) Zona de navegação restrita;
- b) Zona de navegação sem motor.

Artigo 12.º**Zona de navegação restrita**

1 — A zona de navegação restrita consiste numa faixa de 50 m ao longo das margens das albufeiras adjacente às zonas livres e restritas, não definida na planta de síntese.

2 — Nesta zona apenas é permitida a circulação de embarcações sem motor.

3 — Exceptuam-se do número anterior as seguintes situações:

- a) O direito de acesso aos pontões licenciados; nestes casos apenas é permitido navegar a velocidade reduzida suficiente apenas para governar a embarcação;
- b) Acções de socorro e vigilância.

Artigo 13.º**Zona de navegação sem motor**

1 — Estas zonas integram as seguintes áreas identificadas na planta de síntese:

- a) Troço de montante da ribeira de Alcarrache;
- b) Troço de montante do rio Degebe;
- c) Rio Ardila.

2 — As zonas de navegação sem motor consistem em zonas no plano de água nas quais, por razões de segurança, apenas são permitidas as seguintes actividades:

- a) A circulação de embarcações sem motor, à excepção das embarcações à vela cuja especificação técnica do calado seja superior a 1 m;
- b) O recreio balnear de acordo com o artigo 15.º do presente Regulamento.

3 — Estas zonas deverão ser devidamente sinalizadas e demarcadas através da colocação de bóias no plano de água pela entidade competente.

Artigo 14.º**Zona livre**

1 — A zona livre compreende o troço de jusante do rio Guadiana, o troço de jusante do rio Degebe e o troço de jusante da ribeira de Alcarrache, delimitados na planta de síntese.

2 — A zona livre é a zona do plano de água onde é permitida a prática de todas as actividades mencionadas no n.º 1 do artigo 6.º do presente Regulamento.

3 — Nesta zona a navegação recreativa rege-se integralmente pelo regulamento constante na legislação em vigor, destacando-se as seguintes normas:

- a) Nas embarcações com motor fora de bordo a dois tempos é obrigatória a utilização de óleos biodegradáveis com índices de degradação nunca inferiores a 66%, obtidos pelo método CEC L-33-T-82;
- b) As embarcações poderão ter potência de propulsão até 110 kW (149,7 cv), comprimento máximo de 7 m e altura até 6,5 m;

- c) Só é permitida a navegação a uma distância > 50 m do limite do plano de água, sendo a aproximação a terra efectuada a velocidade reduzida, o suficiente apenas para governar a embarcação e na perpendicular à margem;
- d) Não ultrapassem as delimitações de protecção das zonas interditas e zonas restritas consideradas.

4 — Nesta zona preconiza-se a utilização de embarcações com motor eléctrico.

5 — Nesta zona pode vir a ser instalada uma pista para o ensino e prática de esqui aquático, cabendo à Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo definir a sua localização, que deverá estar associada a um espaço com aptidão para actividades recreativas e equipada com as infra-estruturas adequadas à prática da aprendizagem e do treino de esqui aquático. Nos termos da legislação em vigor, as embarcações destinadas à prática e ao treino de esqui aquático poderão atingir potências de propulsão até 250 kW (340,2 cv), desde que:

- a) Possuam motor a quatro tempos;
- b) Apenas circulem nas zonas de navegação livre.

6 — É viável a existência e funcionamento comercial de embarcações turísticas, nas condições expressas por lei.

7 — No licenciamento das embarcações turísticas previstas no número anterior, deverão ser preestabelecidos os percursos ao longo da albufeira.

8 — É viável o licenciamento e funcionamento comercial de embarcações para recreio sem motor desde que esta actividade disponha de canal de acesso exclusivo devidamente delimitado por bóias a partir das áreas associadas a equipamentos de utilização pública, designadamente as previstas nos artigos 21.º e 22.º do presente Regulamento.

Artigo 15.º

Zonas de recreio balnear

1 — Nas situações em que o plano de água for classificado como «água balnear», é viável a delimitação no plano de água de zonas de recreio balnear mediante as seguintes condições:

- a) As zonas de recreio balnear serão devidamente sinalizadas e demarcadas no plano de água, podendo ter, no máximo, uma extensão de 75 m, medidos perpendicularmente a terra, contados a partir da margem;
- b) Nas zonas de recreio balnear são interditas quaisquer actividades incompatíveis ou conflituosas com o recreio balnear, designadamente a navegação, a pesca, a descarga de efluentes de qualquer natureza, as captações de água ou quaisquer outras actividades susceptíveis de degradarem a qualidade da água.

2 — As zonas referidas no número anterior devem localizar-se:

- a) Nas zonas com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos a que se refere o artigo 21.º do presente Regulamento;
- b) Nas zonas com aptidão para a instalação de actividades recreativas a que se refere o artigo 22.º do presente Regulamento;
- c) Associadas ao espaço urbanizável da aldeia da Estrela.

3 — É permitida a instalação de jangadas de apoio às actividades recreativas no plano de água em complementaridade com apoios na área envolvente. Estas jangadas destinam-se a propiciar condições de segurança para o recreio balnear.

4 — A instalação de jangadas está sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) Deverá estar associada a iniciativas que permitam a sua utilização pelo público em geral e afecta a zonas de equipamentos e infra-estruturas turísticos e recreativos, a alojamentos ou outros equipamentos turísticos isolados ou a autarquias locais;
- b) As jangadas devem situar-se, por princípio, a uma distância máxima de 20 m da margem mais próxima, e a sua localização não pode constituir perigo para banhistas, para embarcações ou para a prática de quaisquer outras actividades;
- c) As jangadas não poderão ocupar uma área superior a 70 m²;
- d) As jangadas devem constituir estruturas ligeiras, permitindo a sua fácil remoção, e na sua construção devem ser utilizados materiais de boa qualidade e de baixa reflexão solar;
- e) As jangadas deverão manter-se em bom estado de conservação, podendo ser ordenada a sua remoção nos casos em que tal não se verifique;

- f) As jangadas não poderão instalar-se junto a captações, descargas de efluentes e áreas não desmatadas;
- g) As jangadas apenas poderão ser instaladas na zona livre.

5 — A instalação de jangadas está sujeita a autorização da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, nos termos da lei.

Artigo 16.º

Zonas de apoio à navegação

1 — As zonas de apoio à navegação correspondem a áreas onde é permitida a acostagem e a amarração de embarcações, nomeadamente através de pontões e embarcadouros, cais e rampas de apoio, e devem estar associadas a iniciativas que permitam a sua utilização pelo público em geral.

2 — As zonas referidas no número anterior devem localizar-se:

- a) Nas zonas com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos a que se refere o artigo 21.º do presente Regulamento;
- b) Nas zonas com aptidão para a instalação de actividades recreativas a que se refere o artigo 22.º do presente Regulamento;
- c) Associadas à zona urbanizável da aldeia da Estrela, tal como definido na UOPG.

3 — As zonas de acostagem ou de amarração poderão ser constituídas por cais e respectivas rampas varadouro, pontões e embarcadouros ou por estruturas flutuantes, e estão sujeitas a prévio licenciamento da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo.

4 — Os cais e respectivas rampas de apoio e as estruturas flutuantes referidas no número anterior estão sujeitos a utilização de estruturas móveis e flutuantes, com sistemas de adaptação à variação do nível da água, utilizando materiais integráveis no sistema natural.

5 — A instalação de cais, rampas varadouro e pontões e embarcadouros é atribuída por título de utilização, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 17.º

Zonas de protecção às pontes

1 — As áreas com 50 m de largura para cada lado da projecção das pontes sobre o plano de água constituem zona de protecção, a qual deve ser sinalizada no plano de água e nas margens da albufeira.

2 — Nas zonas mencionadas no número anterior são proibidas as actividades recreativas, sendo unicamente permitido o seu atravessamento.

3 — O atravessamento destas áreas deve ser efectuado a velocidades reduzidas.

4 — Estas zonas deverão ser devidamente sinalizadas e demarcadas através da colocação de bóias no plano de água pela entidade competente.

SECÇÃO III

Zona de protecção

Artigo 18.º

Espaços rurais

1 — Os espaços rurais correspondem às áreas na zona de protecção da albufeira com utilização agrícola ou florestal e aos espaços naturais, incluindo as ilhas.

2 — Identificam-se na área de intervenção do POAAP os seguintes espaços rurais, delimitados na planta de síntese:

- a) Conservação ecológica;
- b) Protecção complementar.

3 — Nos espaços de conservação ecológica são interditas novas construções, com excepção das destinadas à instalação e prática de actividades recreativas, nas áreas identificadas na planta de síntese como espaços com aptidão para actividades recreativas, nos termos do estabelecido no artigo 22.º do presente Regulamento.

4 — Nos espaços de protecção complementar são interditas novas construções, com excepção das destinadas a apoio da actividade agrícola, nos termos do artigo 20.º, e das destinadas à instalação de empreendimentos turísticos e de actividades recreativas, nas áreas identificadas na planta de síntese como espaços com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos e espaços com aptidão para actividades recreativas, nos termos do estabelecido, respectivamente, nos artigos 21.º e 22.º do presente Regulamento.

5 — Nas ilhas são interditas quaisquer obras de construção, ampliação ou alteração/conservação de construções existentes.

6 — Nos espaços de conservação ecológica e de protecção complementar, sem prejuízo dos condicionamentos legais, são admitidas intervenções de ampliação e alteração/conservação de construções existentes desde que observem o disposto no presente Regulamento.

7 — As intervenções de ampliação e alteração/conservação de construções existentes deverão integrar-se correctamente na envolvente, nomeadamente pela cor dos materiais de revestimento exterior, bem como o tipo e cor das vedações exteriores, devendo ser privilegiados os materiais tradicionais da região ou aqueles que não constituam um impacto visual negativo ou dissonante, devendo seguir o artigo 35.º do presente Regulamento.

8 — São proibidos todos os movimentos de terra que produzam alterações significativas da morfologia actual do terreno, com impacto visual dissonante/negativo e que contribuam para o aumento da erosão superficial.

9 — Admite-se a prática de actividades de recreio passivo utilizando percursos preexistentes.

10 — Nos espaços rurais é interdita a alteração do actual sistema de exploração para sistemas culturais que impliquem a introdução de culturas agrícolas intensivas e a instalação de povoamentos florestais exóticos.

11 — Excluem-se do número anterior as alterações associadas a acções de florestação e valorização do coberto vegetal que visem a manutenção, a constituição ou o fomento e melhoramento de povoamentos florestais com espécies autóctones e outras associações vegetais autóctones.

Artigo 19.º

Espaços de conservação ecológica

1 — Estes espaços compreendem áreas naturais, agrícolas e florestais que detêm um elevado valor ecológico e um particular interesse conservacionista, incluindo as áreas nucleares para a conservação da natureza.

2 — Nestes espaços, salvaguardadas as condicionantes legais, incluindo a zona reservada, são permitidas obras de alteração/conservação das construções isoladas existentes, bem como a respectiva ampliação até ao limite máximo de 300 m² de área de construção, não sendo, em qualquer caso, permitido aumentar o número de pisos.

Artigo 20.º

Espaços de protecção complementar

1 — Estes espaços compreendem áreas naturais, agrícolas e florestais que possuem importância ecológica própria ou conferida pela proximidade ou continuidade com áreas nucleares para a conservação, detendo grande relevância do ponto de vista da manutenção do contínuo natural.

2 — Nestes espaços, salvaguardadas as condicionantes legais, incluindo a zona reservada, são permitidas obras de alteração/conservação das construções isoladas existentes, bem como a respectiva ampliação até 30% da área de construção, não sendo, em qualquer caso, permitido aumentar o número de pisos.

3 — No caso de as construções referidas no número anterior possuírem área inferior a 300 m², é sempre possível a ampliação da área de construção até esse valor.

4 — Nestes espaços, salvaguardadas as condicionantes legais, incluindo a zona reservada, é permitida a construção de apoios à actividade agrícola com os seguintes condicionamentos:

- Não existir alternativa de localização viável para a construção, a comprovar através de certidão da repartição de finanças, com a descrição dos prédios que o requerente possui na área e respectiva implantação em carta;
- O requerente ser agricultor a tempo integral e a pretensão ser comprovada e justificada tecnicamente pela direcção regional de agricultura;
- Parecer prévio da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no caso de a instalação se localizar em terrenos pertencentes à RAN;
- Área máxima de construção 100 m²/ha, com um máximo de 300 m²;
- Área mínima da parcela, incluída na faixa compreendida entre o NPA e o limite da área de protecção, de 7,50 ha;
- Exclusão dos apoios agrícolas que possam comprovadamente criar problemas de poluição da água;
- Utilização de materiais de revestimento que garantam uma correcta integração paisagística, em conformidade com o disposto no artigo 35.º do presente Regulamento.

5 — Exceptua-se do número anterior a área abrangida pelo projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz, tal como definido na UOPG 2 — Luz.

Artigo 21.º

Espaços com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos

1 — Os espaços com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos, identificados na planta de síntese, são espaços integrados nos espaços de protecção complementar, nos quais se admite a instalação de empreendimentos turísticos, das tipologias seguidamente identificadas, estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como actividades recreativas de apoio e complemento, nos termos do artigo 22.º, salvaguardadas as condicionantes legais, incluindo as decorrentes da zona reservada:

- Estabelecimentos hoteleiros;
- Parques de campismo.

2 — A construção dos novos empreendimentos, estabelecimentos e instalações referidos no número anterior é permitida de acordo com a legislação específica em vigor.

3 — As autorizações ou licenciamentos de empreendimentos, estabelecimentos e instalações referentes aos espaços identificados por TA, TB, TD, TE e TF devem salvaguardar a devida articulação com os empreendimentos a instalar nas áreas de localização preferencial de equipamentos turísticos estruturantes complementadas por espaços com aptidão turística junto ao plano de água, como tal identificados no PROZEA.

4 — As áreas de estacionamento para veículos ligeiros associados aos estabelecimentos hoteleiros observarão os seguintes critérios:

- Um lugar de estacionamento por quarto;
- Um lugar por mesa de restaurante;
- Um lugar por quatro utentes de bar (incluindo esplanadas);
- Um lugar de estacionamento por cada dois campistas.

5 — Identificam-se na área do POAAP os seguintes espaços com aptidão para a localização de empreendimentos turísticos. Os parâmetros e índices de edificabilidade para estes espaços apresentam-se no n.º 5 do presente artigo:

- TA — Ferrarias-Mercador — este espaço foi seleccionado face às suas características de acessibilidade (EN 256/CM 1133/EN 253), proximidade à vila de Mourão e características físicas, nomeadamente a relação visual com Monsaraz. Consiste numa área adjacente ao espaço turístico definido no PROZEA como T4 — Atalaia das Ferrarias-Mercador-Margalha;
- TB — Arraieiras — trata-se de uma área que, para além de reunir as condições físicas que possibilitam a sua apetência para a localização de um empreendimento turístico, se encontra adjacente à estrada nacional que liga Reguengos de Monsaraz a Mourão (EN 256), sendo igualmente servida pela EM 514. Consiste numa área adjacente ao espaço turístico definido no PROZEA como T3 — Arraieiras-Pipas;
- TC — Mourão Sul — este local é favorecido pela proximidade à sede de concelho (a 300 m de Mourão). É o local da antiga estrada municipal Mourão-Luz, onde se considera viável a realocação do Parque de Campismo de Mourão;
- TD — Amieira — localizado em torno da aldeia da Amieira, este espaço encontra-se favorecido pela existência de acessos e pela proximidade ao núcleo urbano. É um espaço onde o PROZEA preconiza o espaço turístico T8 — aldeia da Amieira;
- TE — Estrela — esta área é contígua à aldeia da Estrela, estando os acessos garantidos através do CM 1005 e do caminho municipal que faz a ligação às courelas dos Trincalhos. Consiste numa área adjacente ao espaço turístico do PROZEA identificado por T6 — Estrela;
- TF — núcleo da barragem — espaço localizado junto à barragem do Alqueva, no acesso a Moura (EN 384), onde existem já várias construções. Consiste numa área adjacente ao espaço turístico definido no PROZEA como T12 — núcleo da barragem do Alqueva. Para este local, preconiza-se a implantação de:

Alojamento hoteleiro;
Equipamento de suporte ao recreio náutico;
Centro de acolhimento e interpretação da barragem e região;
Núcleo museológico;

- TG — Pedrogão — este espaço localiza-se na proximidade da aldeia de Pedrogão, sendo adjacente ao acesso viário que faz a ligação entre a Vidigueira e Moura (EM 258). Preconiza-se para esta área a implantação de um parque de campismo, em associação aos espaços com aptidão para a instalação de actividades recreativas R 25 e R 26.

6 — Os parâmetros e índices de edificabilidade aplicáveis a cada uma das áreas apresentadas identificam-se no quadro seguinte:

Espaços	Concelho	Designação	Área total do terreno (hectares)	Número máximo de casas	Campismo e número máximo de campistas	Dimensão mínima da parcela (metros quadrados)	Habitantes/hectare	COS	CAS	CIS	Pisos
TA	Mourão	Ferriães-Mercador	387,85	80	Campismo rural — 50	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TB	Reguengos	Monsaraz-Araiciras	318,34	80	200	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TC	Mourão	Mourão sul	195,91	30	Campismo rural — 50	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TD	Portel	Amieira	269,42	80	Campismo rural — 50	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TE	Moura	Estrela	281,80	80	Campismo rural — 50	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TF	Moura	Núcleo da barragem	61,15	80	80	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2
TG	Vidigueira	Pedrógão	15,84	-	80	75 000	4	0,015	0,015	0,017	2

7 — Os parques de campismo identificados nos espaços TC e TG regem-se pela legislação em vigor, devendo observar o parâmetro máximo de capacidade de um utente por 100 m² (1u/100 m²).

8 — Nos espaços com aptidão para a instalação de empreendimentos turísticos, definidos como TB — Monsaraz-Araiciras, TD — Amieira e TE — Estrela, é viável a criação de parques de campismo rural, tal como definidos pela legislação em vigor, desde que não seja excedido o número máximo de 50 campistas por parque.

9 — Os estabelecimentos de restauração e bebidas regem-se pela legislação em vigor. As áreas de implantação destes estabelecimentos devem seguir as especificadas no quadro apresentado no n.º 6 do presente artigo.

10 — Para apoio e complemento destes espaços, é viável a localização de espaços com aptidão para a instalação de actividades recreativas.

Artigo 22.º

Espaços com aptidão para a instalação de actividades recreativas

1 — Os espaços com aptidão para a instalação de actividades recreativas são espaços integrados nos espaços rurais nos quais se admite a instalação de zonas de recreio e lazer de diferentes tipos, associadas à fruição de valores naturais ou culturais específicos, incluindo o plano de água e elementos do património natural, paisagístico e arquitectónico, numa perspectiva de diversidade e complementaridade de usos e de valorização sustentável da actividade turística.

2 — Foram identificados os seguintes espaços de lazer e recreio:

- a.R1) Senhora da Ajuda;
- b.R2) Juromenha;
- c.R3) Santuário de Santa Catarina;
- d.R4) Monte do Chapim;
- e.R5) Posto Fiscal dos Pardais;
- f.R6) Mocissos;
- g.R7) Posto Fiscal das Beatas;
- h.R8) Alandroal;
- i.R9) Ilha de São Pedro;
- j.R10) Pego do Lobo;
- k.R11) Campinho-Luz;
- l.R12) Monte da Penhasca;
- m.R13) Luz-Campinho;
- n.R14) Pardão do Bugio;
- o.R15) Conjunto arquitectónico da Boavista;
- p.R16) Eixo visual Mourão-Granja;
- q.R17) Granja;
- r.R18) Salamanquinas;
- s.R19) Porto Musgos;
- t.R20) Cid Almeida;
- u.R21) Alqueva;
- v.R22) Barragem poente;
- w.R23) Forte da Insua;
- x.R24) Vidigueira-Moura;
- y.R25) Moura-Vidigueira;
- z.R26) Pedrógão (margem da Vidigueira);
- aa.R27) Pedrógão (margem de Serpa).

3 — Os espaços com aptidão para actividades recreativas poderão comportar as seguintes actividades, nos termos do presente artigo:

- a) Acessos viários e pedonais e áreas de estacionamento automóvel;
- b) Equipamentos complementares — parque de merendas, zona de lazer e miradouros;
- c) Equipamento de apoio tipo bar;
- d) Recuperação das estruturas existentes para outros usos.

4 — O estacionamento automóvel deverá ser de preferência informal e não impermeabilizado.

5 — Os parques de merendas correspondem a espaços de repouso e lazer e serão equipados com bancos, mesas e áreas para foguear destinadas exclusivamente à preparação de alimentos, podendo ser complementados com sanitários e espaços de recreio infantil, estes últimos com uma área máxima equivalente à do parque de merendas e, ainda, um posto de primeiros socorros.

6 — Os equipamentos complementares referidos no n.º 3 devem constituir espaços bem delimitados e devidamente assinalados pela entidade autorizada à sua instalação.

7 — O equipamento de apoio bar, a instalar fora da zona reservada, deverá ter uma estrutura ligeira que se integre correctamente na paisagem, com uma volumetria máxima de um piso e área coberta não superior a 80 m², dispoendo de infra-estruturas mínimas de apoio, tais como acesso e estacionamento, abastecimento de água, instalações sanitárias e recolha de resíduos sólidos, tratamento de águas residuais e encaminhamento de esgotos, tal como definido na legislação em vigor.

8 — A recolha regular de resíduos sólidos terá de ficar assegurada.

9 — Nestas zonas, identificadas com as alíneas h.R8), k.R11), m.R13), q.R17), s.R19), t.R20), u.R21), v.R22), w.R23), x.R24),

y.R25), z.R26) e aa.R27) do n.º 2 do presente artigo mediante a classificação do plano de água como «água balnear», poderá ser permitida a instalação de apoio ao uso recreativo balnear. Estas zonas estão sujeitas à obtenção de um título de utilização, nos termos da legislação em vigor, devendo o titular obrigatoriamente garantir as seguintes infra-estruturas:

- a) Instalações sanitárias e balneários devidamente dimensionados;
- b) Posto de primeiros socorros, posto de vigia, embarcações de socorro e outro material de salvamento a determinar pela entidade licenciadora, ouvido o Instituto de Socorros à Náufragos;
- c) Comunicações de emergência.

10 — Constituem ainda obrigações do titular:

- a) Dispor de pessoal habilitado necessário para prestar serviço de assistência a banhistas durante a época balnear;
- b) Afixar em locais bem visíveis os editais relativos a assuntos de interesse para os utentes da praia, nomeadamente os resultados das análises da qualidade da água;
- c) Comunicar às entidades com competência para o efeito, nomeadamente às câmaras municipais e à Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento — Alentejo, qualquer alteração na qualidade do ambiente ou qualquer infracção ao presente Regulamento;
- d) Manter limpa a área;
- e) Sinalizar na zona terrestre e no plano de água as zonas de apoio à actividade.

11 — Cada espaço com aptidão para a localização de actividades recreativas será objecto de um anteprojecto elaborado por uma equipa técnica qualificada, a qual deverá integrar, no mínimo, um arquitecto ou um arquitecto paisagista, e a aprovar pelas entidades competentes.

12 — A concretização destes espaços fica condicionada à sua aprovação pelas entidades competentes.

Artigo 23.º

Espaços de investigação e experimentação científica

1 — Esta categoria de espaço compreende as ilhas que, devido às suas características biofísicas, apresentam interesse para o desenvolvimento de acções e projectos de investigação e experimentação científica e de educação ambiental, delimitadas na planta de síntese.

2 — Nesta categoria de espaços é interdita a alteração do actual uso do solo, incluindo a introdução de culturas agrícolas intensivas e a instalação de povoamentos vegetais não indígenas.

3 — Excluem-se ao número anterior:

- a) As alterações associadas a acções de florestação e valorização do coberto vegetal que visem a manutenção ou o fomento e melhoramento dos povoamentos florestais e outras associações vegetais autóctones, mediante parecer da entidade competente;
- b) As alterações associadas a projectos e acções de investigação e experimentação científica e de educação ambiental, mediante parecer da entidade competente.

Artigo 24.º

Zona de respeito da barragem

1 — A zona de respeito da barragem é delimitada na planta de síntese do POAAP com uma largura não inferior a 250 m.

2 — Nesta zona é interdita a realização de obras de construção, incluindo a abertura de caminhos, a implantação de linhas de transporte de energia e de condutas de águas, salvo aquelas que decorram com o funcionamento do empreendimento hidráulico.

3 — Nesta zona é viável, na área adjacente à barragem pertencente ao concelho de Portel, a localização de uma área de apoio aos visitantes da barragem, complementada por um miradouro, acessos e estacionamento adequados, mediante parecer da entidade competente.

Artigo 25.º

Espaços sociais

1 — Estes espaços correspondem aos aglomerados urbanos, no seu todo ou em parte, existentes na zona de protecção da albufeira, identificados pelo perímetro constante dos planos municipais de ordenamento do território em vigor.

2 — Identificam-se nestes espaços as seguintes categorias:

- a) Espaços urbanos;
- b) Espaços urbanizáveis.

Artigo 26.º

Espaços urbanos

1 — Os espaços urbanos, tal como identificados nos planos municipais de ordenamento do território, são caracterizados pelo seu nível

de infra-estruturação e concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção habitacional, de serviços e de equipamentos ou à implantação de empreendimentos e projectos de natureza turística, bem como a infra-estruturas viárias, estacionamento e espaços verdes de suporte.

2 — São identificados os espaços urbanos nos aglomerados de Juromenha, Mourão, Luz, Granja, Amieira, Alqueva e Estrela.

3 — Genericamente, são permitidas novas construções, reconstruções e alterações das existentes.

4 — As novas construções, bem como as intervenções de ampliação e alteração/conservação de construções existentes, deverão integrar-se correctamente na envolvente, nomeadamente pela manutenção dos alinhamentos existentes, volumetrias, número máximo de pisos, profundidade máxima de empenas, usos, estacionamento, logradouros, indicadores urbanísticos, cor dos materiais de revestimento exterior, bem como o tipo e a cor das vedações exteriores, devendo ser privilegiados os materiais tradicionais da região ou aqueles que não constituam um impacto visual negativo ou dissonante, obedecendo ao disposto no artigo 35.º do presente Regulamento.

5 — Os parâmetros de edificabilidade a verificar nesta classe de espaço são os constantes dos planos municipais de ordenamento do território.

Artigo 27.º

Espaços urbanizáveis

1 — Os espaços urbanizáveis são caracterizados pela sua continuidade a espaços urbanos e pelo potencial nível de infra-estruturação e possibilidade de implantação de edificações e funções urbanas complementares, podendo vir a adquirir características de espaço urbano.

2 — Os espaços urbanizáveis destinam-se predominantemente a usos habitacionais e de serviços e a equipamentos ou à implantação de empreendimentos e projectos de natureza turística e de lazer, bem como a infra-estruturas viárias, estacionamento e espaços verdes de suporte.

3 — São identificados os espaços urbanizáveis nos aglomerados de Juromenha, Mourão, Estrela, Amieira, Alqueva e Luz.

4 — A ocupação urbana nestes espaços fica dependente da concretização das redes de infra-estruturas básicas de saneamento, drenagem e acessibilidades necessárias.

5 — A construção de novos edifícios ou a alteração/conservação de edifícios existentes fica sujeita aos seguintes parâmetros de edificabilidade:

Aglomerado	Número máximo de pisos	Densidade
Juromenha	Dois pisos	20 fogos/ha.
Mourão	Dois pisos	27 fogos/ha.
Granja	Dois pisos	20 fogos/ha.
Luz	Dois pisos	20 fogos/ha.
Amieira	Dois pisos	20 fogos/ha.
Estrela	Dois pisos	20 fogos/ha.

6 — Os restantes parâmetros urbanísticos serão os estabelecidos nos planos municipais de ordenamento do território, os quais devem definir regras que garantam a correcta integração e conformidade com os espaços urbanos existentes.

7 — Na ocupação destes espaços deverão ser observados o disposto no artigo 8.º do presente Regulamento, que se refere à zona reservada, e os condicionamentos decorrentes da faixa de protecção de 100 m a partir do NPA da albufeira, bem como o disposto artigo 36.º do presente Regulamento.

Artigo 28.º

Elementos de património cultural

1 — Nos elementos de património cultural, assinalados na planta de síntese e listados no anexo I do presente Regulamento são interditos os seguintes actos e actividades:

- a) Escavações e alterações do terreno natural, salvo os necessários à respectiva investigação científica e desde que devidamente autorizada pelas entidades competentes para o efeito;
- b) Obras de construção, qualquer que seja o fim, salvo se se destinarem à valorização e apoio à fruição pública dos elementos de património e desde que salvaguardados esses elementos.

2 — Para o património classificado, observa-se o disposto na legislação em vigor.

3 — Os elementos de património arqueológico assinalados na planta de síntese podem ser objecto de investigação científica, restauro e obras de consolidação e valorização.

4 — As áreas de património arqueológico podem ser associadas a áreas de protecção a definir pelas entidades competentes para o efeito.

5 — As áreas referidas no número anterior podem ser vedadas por forma a ser garantida a sua protecção.

6 — Os imóveis de património arquitectónico e etnográfico assinalados na planta de síntese podem ser objecto de restauro, reconstrução e remodelação.

7 — A alteração dos actuais usos a que se encontram destinados os edifícios referidos no número anterior só deverá ser autorizada pelas entidades competentes para o efeito quando dessa alteração não resulte modificação das características essenciais do imóvel.

8 — A realização de trabalhos ou obras para outras finalidades permitidas pelo POAAP encontra-se sujeita às seguintes classes de condicionantes de património cultural:

- Grau 1 — está interdita a construção de infra-estruturas ou a realização de quaisquer acções intrusivas nas áreas ocupadas pelos elementos com valor elevado. As entidades competentes (Instituto Português de Arqueologia, no caso do património arqueológico) deverão ser consultadas para que seja definido um perímetro de não intrusão ou outra medida preventiva. No caso do património classificado, remete-se para a legislação em vigor a protecção destes espaços;
- Grau 2 — os sítios classificados com o estatuto de importância média condicionam e podem impedir, no todo ou em parte, a realização de actividades ou a construção de infra-estruturas. O condicionamento consistirá na realização prévia de trabalhos de investigação arqueológica, cujos resultados, se demonstrativos do elevado valor científico e patrimonial do sítio em causa, poderão impedir ou obrigar à modificação do projecto de construção, com conservação e musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos descobertos;
- Grau 3 — nos locais cartografados com valor reduzido não são, por princípio, impedidas actividades ou a construção de infra-estruturas. Contudo, o licenciamento de qualquer intervenção «intrusiva» no subsolo de sítios arqueológicos classificados com valor reduzido deverá ser precedido de parecer do Instituto Português de Arqueologia.

Artigo 29.º

Unidades operativas de planeamento e gestão

1 — As UOPG constituem áreas onde estão previstos ou em elaboração instrumentos de planeamento ou projectos. Têm como objectivo planear em detalhe áreas de desenvolvimento global ou homogéneo. Cada UOPG deverá ser objecto, na globalidade ou parcialmente, de plano municipal de ordenamento do território ou, no caso da UOPG 3, de projecto de emparcelamento rural.

2 — Identificam-se na área de intervenção do POAAP as seguintes UOPG, delimitadas na planta de síntese:

- UOPG 1 — Juromenha;
- UOPG 2 — Luz;
- UOPG 3 — Estrela;
- UOPG 4 — Amieira;
- UOPG 5 — Alqueva.

Artigo 30.º

UOPG 1 — Juromenha

1 — Esta UOPG tem como objectivo estruturar o desenvolvimento urbanístico do núcleo urbano de Juromenha.

2 — A estruturação e ocupação urbana desta área deverá ser precedida de plano municipal de ordenamento do território.

3 — Até à aprovação do plano municipal de ordenamento do território referido no presente artigo, vigorará nesta UOPG as disposições constantes no Plano Director Municipal do Alandroal, desde que não contrariem o presente Regulamento.

Artigo 31.º

UOPG 2 — Luz

1 — Esta UOPG abrange a parte da freguesia da Luz, concelho de Mourão, abrangida pelo POAAP.

2 — A criação desta UOPG deriva do facto de a antiga aldeia da Luz ficar submersa, tendo sido necessário relocalizar o espaço da antiga aldeia, bem como as actividades com ela relacionadas.

3 — Tem como objectivo estruturar o desenvolvimento urbanístico do núcleo urbano da nova aldeia da Luz, bem como estruturar a ocupação do solo em torno desta aldeia.

4 — A estruturação e ocupação urbana desta área está definida no Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, e a definição dos usos do solo é definida através do projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz.

5 — Os parâmetros e índices de edificabilidade no espaço urbano serão os constantes no Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz.

6 — Fora do perímetro urbano, vigoram as seguintes disposições:

- A utilização dos solos na área de incidência do projecto de emparcelamento rural (área não urbana da freguesia) rege-se no essencial pelo planeamento do uso do solo definido no âmbito do projecto de emparcelamento;
- Os solos e as culturas nele previstos consideram-se como dominantes, podendo no entanto ser efectuadas outras culturas, desde que respeitem o código das boas práticas agrícolas e as infra-estruturas definidas no âmbito deste projecto;
- Estão previstas construções de apoio à actividade agrícola decorrentes da reposição integral das actuais construções rurais da freguesia que ficarão submersas pela albufeira (por exemplo estabulos, armazéns, telheiros, arrecadações e poçuzas);
- Poderão ocorrer outras utilizações não agrícolas, com as mesmas características, desde que se localizem fora da zona de protecção dos 50 m, se afastem o mais possível da margem da albufeira e se destinem a sistemas de exploração sustentáveis.

7 — O zonamento da área não urbana será o definido com a aprovação do projecto de emparcelamento rural da freguesia da Luz; até à sua aprovação vigoram as disposições do presente Regulamento.

Artigo 32.º

UOPG 3 — Estrela

1 — Esta UOPG tem como objectivo estruturar o desenvolvimento urbanístico do núcleo urbano da Estrela.

2 — A estruturação e ocupação urbana desta área deverá ser precedida de plano municipal de ordenamento do território.

3 — Até à aprovação do plano municipal de ordenamento do território referido no presente artigo, vigorará nesta UOPG as disposições constantes no Plano Director Municipal de Moura, nos itens que não contrariem o presente Regulamento.

Artigo 33.º

UOPG 4 — Amieira

1 — Esta UOPG tem como objectivo ordenar a expansão do aglomerado urbano da Amieira, contemplando a implantação de equipamentos e serviços de carácter turístico, a par de áreas habitacionais.

2 — A estruturação e ocupação urbana desta área deverá ser precedida por plano municipal de ordenamento do território que concretize e pormenorize as orientações de ordenamento constantes no presente Regulamento, nomeadamente no que se refere a usos e ao regime de edificabilidade para espaços urbanos e espaços urbanizáveis.

3 — Até à aprovação do plano municipal de ordenamento do território referido no presente artigo, vigorará nesta UOPG as disposições constantes no presente Regulamento, nomeadamente os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada classe de espaço.

Artigo 34.º

UOPG 5 — Alqueva

1 — Esta UOPG tem como objectivo ordenar a expansão do aglomerado urbano do Alqueva, contemplando a implantação de equipamentos e serviços de carácter turístico, a par de áreas habitacionais.

2 — A estruturação e ocupação urbana desta área deverá ser precedida por plano municipal de ordenamento do território que concretize e pormenorize as orientações de ordenamento constantes no presente Regulamento, nomeadamente no que se refere a usos e ao regime de edificabilidade para espaços urbanos e espaços urbanizáveis.

3 — Até à aprovação do plano municipal de ordenamento do território referido no presente artigo, vigorará nesta UOPG as disposições constantes no presente Regulamento, nomeadamente os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada classe de espaço.

CAPÍTULO IV

Normas de edificabilidade, construção e saneamento básico

Artigo 35.º

Normas de edificabilidade e construção

1 — No licenciamento de qualquer operação urbanística na área do POAAP, nomeadamente em operações de loteamento, obras de construção, alteração/conservação e ou ampliação das construções existentes, deverá ser assegurada a correcta integração urbana, formal e paisagística com a envolvente, que assegure, nomeadamente:

- A adequada implantação do edificado e das infra-estruturas urbanísticas de acessibilidade no território, evitando a construção de muros, taludes e aterros de grande expressão;

- b) O adequado enquadramento volumétrico das construções com a envolvente, não criando situações de assimetria ou de desqualificação da imagem urbana e edificada existente;
- c) O adequado enquadramento paisagístico e vegetal, com recurso a espécies adaptadas à região ou predominantemente autóctones;
- d) A adopção de materiais e revestimentos que, para além da necessária qualidade, resistência e adequação à utilização, assegurem a necessária qualidade formal e integração da construção na envolvente.

2 — Nas novas construções, bem como na alteração e alteração/conservação de construções existentes, e sempre que tal se considere conveniente, preconiza-se a adopção dos seguintes materiais e cores:

- a) As fachadas deverão ser rebocadas e afagadas, preferencialmente pintadas a cal ou tinta plástica, na cor branca, à excepção dos socos, ombreiras, cunhais ou platibandas, onde se preconiza a aplicação de cores tradicionais, nomeadamente ocre, azul ou cinza;
- b) As coberturas, com as inclinações adequadas, deverão ser em telha tradicional de canudo ou do tipo «Lusa», em barro de cor vermelha;
- c) As caixilharias exteriores deverão ser em madeira tratada, pintada ou envernizada, alumínio termolacado ou PVC, sendo preconizadas as seguintes cores: branco, castanho-escuro, vermelho-sangue-de-boi, verde-garrafa, azul ou outra tradicional;
- d) Os muros deverão ser em alvenaria rebocada e pintada na cor branca, com marcação de soco e coroamento, nas cores ocre, azul ou cinza, com altura não superior a 1,2 m, salvo se complementados por sebe, arborização, rede ou outro material semitransparente, com a altura máxima de 0,6 m.

Artigo 36.º

Saneamento básico

A legislação em vigor deverá ser integralmente cumprida, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes requisitos:

- a) A rejeição de águas residuais na água ou no solo carece de licenciamento prévio da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, constituindo esta licença condição imprescindível do licenciamento municipal de obras particulares e por forma a serem cumpridos os requisitos para a descarga nos termos da lei;
- b) Deverá ser assegurada a limpeza regular dos órgãos de tratamento de águas residuais, individuais ou colectivos, bem como o destino final adequado das lamas geradas no tratamento;
- c) A descarga em meios receptores superficiais ou a infiltração no solo de águas residuais de natureza industrial só poderá efectuar-se mediante autorização da entidade competente, em função das exigências que forem estabelecidas por esta, devendo estas unidades dispor de sistema autónomo de recolha e tratamento das águas residuais que produzam, por forma que não sejam comprometidas as utilizações da albufeira e a preservação e conservação do ambiente natural;
- d) As descargas de águas residuais urbanas provenientes de aglomerados com população inferior a 2000 habitantes-equivalentes só poderão ser licenciadas quando se submetam a um tratamento apropriado (tratamento das águas residuais urbanas por qualquer processo e ou por qualquer sistema de eliminação que, após a descarga, permita que as águas receptoras satisfaçam os objectivos de qualidade que se lhes aplicam);
- e) As descargas de águas residuais urbanas provenientes de aglomerados com população superior a 2000 habitantes-equivalentes só poderão ser licenciadas quando se submetam a um tratamento secundário.

Artigo 37.º

Rede viária e estacionamento

1 — A abertura de novas vias de serviço ao tráfego automóvel e a construção de parques de estacionamento, ou a alteração dos existentes, obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) As vias destinadas ao acesso viário, os caminhos de peões e os parques de estacionamento apenas poderão ser implantados fora da zona reservada e terão pavimento permeável;
- b) Exceptuam-se da alínea anterior as vias, os parques de estacionamento e os caminhos de peões destinados ao apoio às actividades náuticas e ao recreio balnear, que poderão ser implantados na zona reservada, mas obrigatoriamente com pavimento permeável;

- c) As vias e os parques de estacionamento referidos na alínea anterior serão delimitados fisicamente, impedindo a utilização de caminhos de acesso alternativos, mesmo por veículos todo-o-terreno;
- d) Os caminhos terão uma largura transversal máxima de 6,5 m, incluindo bermas, com aquedutos simples ou pontões onde for necessário, com um traçado em que as curvas tenham um raio e inclinações adequados que permitam a circulação de veículos de combate a incêndios, veículos de vigilância e ainda máquinas agrícolas;
- e) As escadas e rampas de acesso ao plano de água devem, pela sua dimensão, concepção e material usado na sua execução, integrar-se correctamente na envolvente, evitando agressões à paisagem;
- f) Os aterros e escavações deverão ser reduzidos ao mínimo.

2 — Tendo por base caminhos ou trilhos já existentes, poderão ser estabelecidos percursos, de pequena e grande rota, para passeio a pé, a cavalo ou de bicicleta, os quais serão reconhecidos pelos municípios, em articulação com a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território — Alentejo e com a colaboração das associações desportivas apoiantes dessas modalidades.

CAPÍTULO V

Outras disposições

Artigo 38.º

Publicidade

1 — Na área de intervenção é interdita a publicidade sempre que esta seja considerada lesiva dos valores naturais, paisagísticos e culturais em presença.

2 — Todas as formas de publicidade carecem das autorizações exigidas na legislação em vigor.

Artigo 39.º

Sinalização e informação

Sem prejuízo das obrigações definidas no presente Regulamento para os titulares de infra-estruturas ou equipamentos de uso turístico ou de apoio à fruição do plano de água, deverão as entidades competentes articular-se por forma a estabelecer a sinalização indicativa e informativa necessária à prossecução dos objectivos do POAAP.

Artigo 40.º

Prioridade na utilização da água

As utilizações de água previstas para as infra-estruturas e os equipamentos turísticos previstos no POAAP são consideradas consumo para turismo, pelo que, em situação de escassez e conseqüente conflito de usos, a prioridade de utilização da água deve cumprir com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, ou seja:

- a) Consumo humano;
- b) Agricultura;
- c) Indústria;
- d) Produção de energia;
- e) Turismo;
- f) Outros.

SECÇÃO I

Disposições finais

Artigo 41.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete às câmaras municipais, à Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo e às demais entidades competentes em razão da matéria.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O POAAP entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Artigo 43.º

Revisão

O POAAP deve ser revisto no prazo de três a cinco anos, contado a partir da sua entrada em vigor.

- b) O adequado enquadramento volumétrico das construções com a envolvente, não criando situações de assimetria ou de desqualificação da imagem urbana e edificada existente;
- c) O adequado enquadramento paisagístico e vegetal, com recurso a espécies adaptadas à região ou predominantemente autóctones;
- d) A adopção de materiais e revestimentos que, para além da necessária qualidade, resistência e adequação à utilização, assegurem a necessária qualidade formal e integração da construção na envolvente.

2 — Nas novas construções, bem como na alteração e alteração/conservação de construções existentes, e sempre que tal se considere conveniente, preconiza-se a adopção dos seguintes materiais e cores:

- a) As fachadas deverão ser rebocadas e afagadas, preferencialmente pintadas a cal ou tinta plástica, na cor branca, à excepção dos socos, ombreiras, cunhais ou platibandas, onde se preconiza a aplicação de cores tradicionais, nomeadamente ocre, azul ou cinza;
- b) As coberturas, com as inclinações adequadas, deverão ser em telha tradicional de canudo ou do tipo «Lusa», em barro de cor vermelha;
- c) As caixilharias exteriores deverão ser em madeira tratada, pintada ou envernizada, alumínio termolacado ou PVC, sendo preconizadas as seguintes cores: branco, castanho-escuro, vermelho-sangue-de-boi, verde-garrafa, azul ou outra tradicional;
- d) Os muros deverão ser em alvenaria rebocada e pintada na cor branca, com marcação de soco e coroamento, nas cores ocre, azul ou cinza, com altura não superior a 1,2 m, salvo se complementados por sebe, arborização, rede ou outro material semitransparente, com a altura máxima de 0,6 m.

Artigo 36.º

Saneamento básico

A legislação em vigor deverá ser integralmente cumprida, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes requisitos:

- a) A rejeição de águas residuais na água ou no solo carece de licenciamento prévio da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, constituindo esta licença condição imprescindível do licenciamento municipal de obras particulares e por forma a serem cumpridos os requisitos para a descarga nos termos da lei;
- b) Deverá ser assegurada a limpeza regular dos órgãos de tratamento de águas residuais, individuais ou colectivos, bem como o destino final adequado das lamas geradas no tratamento;
- c) A descarga em meios receptores superficiais ou a infiltração no solo de águas residuais de natureza industrial só poderá efectuar-se mediante autorização da entidade competente, em função das exigências que forem estabelecidas por esta, devendo estas unidades dispor de sistema autónomo de recolha e tratamento das águas residuais que produzam, por forma que não sejam comprometidas as utilizações da albufeira e a preservação e conservação do ambiente natural;
- d) As descargas de águas residuais urbanas provenientes de aglomerados com população inferior a 2000 habitantes-equivalentes só poderão ser licenciadas quando se submetam a um tratamento apropriado (tratamento das águas residuais urbanas por qualquer processo e ou por qualquer sistema de eliminação que, após a descarga, permita que as águas receptoras satisfaçam os objectivos de qualidade que se lhes aplicam);
- e) As descargas de águas residuais urbanas provenientes de aglomerados com população superior a 2000 habitantes-equivalentes só poderão ser licenciadas quando se submetam a um tratamento secundário.

Artigo 37.º

Rede viária e estacionamento

1 — A abertura de novas vias de serviço ao tráfego automóvel e a construção de parques de estacionamento, ou a alteração dos existentes, obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) As vias destinadas ao acesso viário, os caminhos de peões e os parques de estacionamento apenas poderão ser implantados fora da zona reservada e terão pavimento permeável;
- b) Exceptuam-se da alínea anterior as vias, os parques de estacionamento e os caminhos de peões destinados ao apoio às actividades náuticas e ao recreio balnear, que poderão ser implantados na zona reservada, mas obrigatoriamente com pavimento permeável;

- c) As vias e os parques de estacionamento referidos na alínea anterior serão delimitados fisicamente, impedindo a utilização de caminhos de acesso alternativos, mesmo por veículos todo-o-terreno;
- d) Os caminhos terão uma largura transversal máxima de 6,5 m, incluindo bermas, com aquedutos simples ou pontões onde for necessário, com um traçado em que as curvas tenham um raio e inclinações adequados que permitam a circulação de veículos de combate a incêndios, veículos de vigilância e ainda máquinas agrícolas;
- e) As escadas e rampas de acesso ao plano de água devem, pela sua dimensão, concepção e material usado na sua execução, integrar-se correctamente na envolvente, evitando agressões à paisagem;
- f) Os aterros e escavações deverão ser reduzidos ao mínimo.

2 — Tendo por base caminhos ou trilhos já existentes, poderão ser estabelecidos percursos, de pequena e grande rota, para passeio a pé, a cavalo ou de bicicleta, os quais serão reconhecidos pelos municípios, em articulação com a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território — Alentejo e com a colaboração das associações desportivas apoiantes dessas modalidades.

CAPÍTULO V

Outras disposições

Artigo 38.º

Publicidade

1 — Na área de intervenção é interdita a publicidade sempre que esta seja considerada lesiva dos valores naturais, paisagísticos e culturais em presença.

2 — Todas as formas de publicidade carecem das autorizações exigidas na legislação em vigor.

Artigo 39.º

Sinalização e informação

Sem prejuízo das obrigações definidas no presente Regulamento para os titulares de infra-estruturas ou equipamentos de uso turístico ou de apoio à fruição do plano de água, deverão as entidades competentes articular-se por forma a estabelecer a sinalização indicativa e informativa necessária à prossecução dos objectivos do POAAP.

Artigo 40.º

Prioridade na utilização da água

As utilizações de água previstas para as infra-estruturas e os equipamentos turísticos previstos no POAAP são consideradas consumo para turismo, pelo que, em situação de escassez e consequente conflito de usos, a prioridade de utilização da água deve cumprir com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, ou seja:

- a) Consumo humano;
- b) Agricultura;
- c) Indústria;
- d) Produção de energia;
- e) Turismo;
- f) Outros.

SECÇÃO I

Disposições finais

Artigo 41.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete às câmaras municipais, à Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo e às demais entidades competentes em razão da matéria.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O POAAP entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Artigo 43.º

Revisão

O POAAP deve ser revisto no prazo de três a cinco anos, contado a partir da sua entrada em vigor.